

Relatório & Contas

2021



Índice

Geral

			139
		89	141
		91	
		92	
4		97	
		102	
6			
8			152
		106	
		110	
10		112	
18		113	
		114	
		115	154
		118	
		119	
26		120	
32			
43			
50			
71			
75		123	
79			
83			



Mensagem do Conselho
de Administração, Principais
Acontecimentos e Indicadores
do Banco

1.1 Mensagem do Conselho de Administração

Os últimos dois anos foram bastante desafiantes à escala global e nacional, por razões inerentes à Pandemia da COVID-19, mas sobretudo para o Banco Económico por questões ligadas ao seu processo de recapitalização e reestruturação.

O Conselho de Administração assumiu as suas responsabilidades em Agosto de 2019 com o compromisso particularmente importante dos Acionistas, por imposição regulamentar, de recapitalizar o Banco Económico.

Não tendo sido cumprido este objetivo, o Conselho de Administração, com base em requisitos impostos pelo Regulador, elaborou o Plano de Recapitalização e Reestruturação ("PRR"), cuja execução ao nível do mercado angolano tem sido

extremamente exigente e desafiante, pela singularidade e peculiaridade da solução ao nível mundial, pelo elevado grau de complexidade e inovação dos instrumentos financeiros envolvidos, como também, pela exigência colocada a todos os intervenientes no processo - Banco Económico, Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças, Comissão do Mercado de Capitais e Clientes – em termos da conformação legal e regulamentar da operação e do largo consenso necessário à sua implementação.

Porém, independentemente dos constrangimentos verificados, decorrentes da elaboração e implementação do PRR, o Conselho de Administração do Banco Económico, suportado pelo seu Capital Humano, manteve o seu permanente compromisso do bom cumprimento do principal objetivo do seu mandato: a recapitalização e a reestruturação do Banco.

Com a implementação das medidas do PRR, já durante o exercício de 2021, verificamos os primeiros resultados positivos ao nível do reequilíbrio da situação patrimonial do Banco, do cumprimento

dos rácios prudenciais e da apresentação de resultados francamente positivos, que se seguem a dois anos de exploração negativa, em que o Banco reconheceu perdas significativas em resultado da reavaliação dos seus ativos no âmbito do exercício AQA aplicado pelo Regulador a todo o sector bancário, em Angola.

Desta forma, o ano de 2021 marca, para o Banco Económico, o "virar de página" e o início de uma nova etapa que vai culminar, em 2022, no sucesso da sua recapitalização, dotando-o de um balanço sólido e das necessárias condições financeiras para continuar a operar no mercado financeiro angolano, com a sua especificidade, o talento e experiência dos seus quadros, a sua capilaridade no território nacional, bem como a forma de excelência de fazer Banca, tendo como prioridade a satisfação dos seus Clientes, Colaboradores, Acionistas, demais *Stakeholders* e a comunidade em geral.

O Conselho de Administração do Banco Económico apresenta aos seus Colaboradores, em particular, aos que com tamanha resiliência e adap-



Comissão Executiva

tabilidade aportaram o seu saber, valor, tempo e dedicação, para ultrapassar os desafios e incertezas vividas, mantendo os níveis de serviço aos Clientes, o nosso imensurável agradecimento.

Aos Clientes do Banco Económico, entidades Governamentais e Reguladores, agradecemos a colaboração, o reconhecimento e a confiança manifestada, nos momentos vivenciados ao longo dos últimos dois anos.

1.2 Principais Acontecimentos e Contexto do Banco

O Banco Económico, S.A. (“BE” ou “Banco”) tem desenvolvido a sua atividade de acordo com uma estratégia diferenciadora, integrando o lançamento de produtos inovadores adaptados às necessidades dos seus Clientes, as iniciativas de promoção das atividades económicas nacionais, o desenvolvimento de soluções tecnológicas e digitais e a realização de diversas ações para o desenvolvimento de sinergias comerciais.

No último ano, o Banco alocou os seus esforços ao desenho, elaboração e discussão de medidas que permitissem a concretização da sua recapitalização e reestruturação (Plano de Recapitalização e Reestruturação ou “PRR”) e que mitigassem os

efeitos das perdas significativas reconhecidas em 2019 e 2020. É nossa convicção que as medidas por nós definidas e corroboradas pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”) permitirão potenciar as competências atuais e reforçar as vantagens competitivas que o Banco apresenta neste momento, e acreditamos que serão o fator potenciador dos bons desempenhos futuros do Banco.

Este esforço implementado pelo Banco foi bem sucedido, uma vez que são visíveis as primeiras evoluções positivas nomeadamente o voto de confiança atribuído pelos Reguladores e Investidores, os resultados positivos (conforme apresentado no Capítulo 6 – Informação Financeira) e as evoluções associadas à aprovação das medidas elencadas na Nota 37 do Anexo às demonstrações financeiras individuais.

Tem sido evidente a resiliência do Banco, que teve ainda de lidar com os desafios impostos pela pandemia da COVID-19, a par de todos os desafios apresentados anteriormente.

258 522

Total de Clientes

+16% face a 2020

1 278 285

milhões de Kwanzas

Ativo Total

-20% face a 2020

5 314

TPA's Ativos

+9% face a 2020

173 309

milhões de Kwanzas

Resultado Líquido

+226% face a 2020

107 528

Cartões Ativos

+10% face a 2020



1.3 Principais Indicadores da Atividade do Banco

Os principais indicadores financeiros e operacionais do Banco são resumidos como se segue:

Montantes expressos em Milhares de Kwanzas	Dezembro 2021	Dezembro 2020	Var. 20-21	Var. % 20-21
Ativo Total	1 278 284 862	1 593 121 414	-314 836 552	-20%
Crédito sobre Clientes	68 067 530	80 192 857	-12 125 327	-15%
Depósitos de Clientes	1 303 985 454	1 589 389 247	-285 403 793	-18%
Capitais Próprios	-455 011 829	-628 320 686	173 308 857	28%
Produto Bancário	180 316 946	137 687 123	42 629 823	31%
Produto Bancário/ Colaboradores	195 148	139 078	56 070	40%
Margem Financeira	-30 312 342	-35 157 103	4 844 761	14%
Margem Complementar	210 629 288	172 844 227	37 785 061	22%
Custos com Pessoal	16 476 289	16 807 226	-330 937	-2%
Custos de Estrutura	30 486 903	30 670 145	-183 242	-1%
Resultado Líquido	173 308 857	-137 797 315	311 106 172	226%
Rentab. do Ativo Total (ROA)	14%	-9%	23%	23%
Cost-to-Income	17%	22%	-5%	-23%
Ativo Total/ Colaboradores	1 383 425	1 609 214	-225 788,37	-14%
Rácio de Transformação	17%	12%	5%	42%
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	-28%	-22%	-6%	-27%
Crédito Vencido	71 632 384	86 866 593	-15 234 209	-18%
% Crédito Vencido	33%	44%	-11%	-25%
% Cobertura Total	69%	59%	10%	17%
Número de Agências	76	79	-3	-4%
Número de ATMs Ativos	98	97	1	1%
Número de TPAs Ativos	5 314	4 875	439	9%
Número de Cartões Ativos	107 528	98 000	9 528	10%
Número de Colaboradores	924	990	-66	-7%
Número de Clientes	258 522	222 900	35 622	16%



Enquadramento Macroeconómico



2.1 Economia Mundial

Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

A *performance* da economia mundial nos últimos três anos foi caracterizada por uma grande volatilidade dos seus ciclos, muito influenciada por choques externos que condicionaram o desempenho de setores chaves da economia global. Depois de um período relativamente estável, em que a economia global absorveu os impactos da crise da dívida soberana e das incertezas do *Brexit* que obrigaram a um intervencionismo monetário expansionista por parte dos principais bancos centrais, entre 2019 e 2021 teve de absorver o choque da crise pandémica que condicionou e continua a condicionar a dinâmica económica mundial.

O combate à pandemia, cuja estratégia predominante foram os confinamentos, paralisou a atividade produtiva e obstruiu cadeias inteiras de

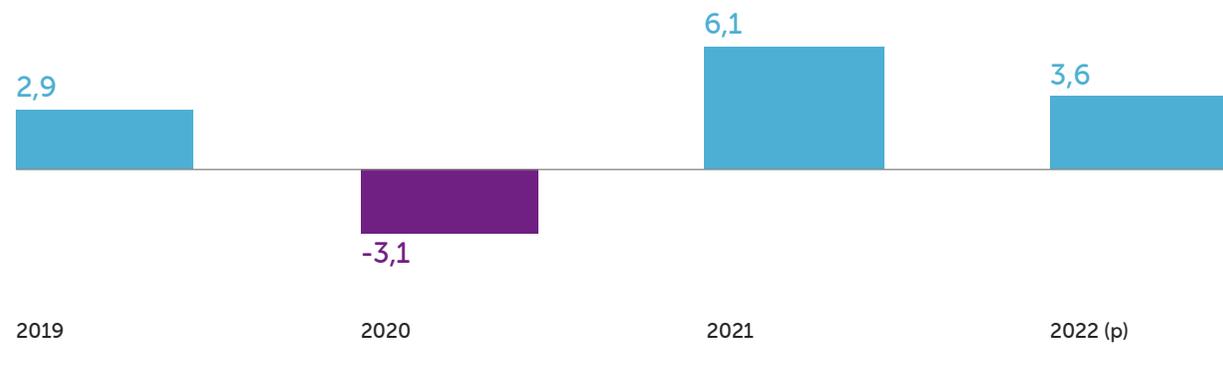
abastecimento ao comércio, tendo gerado vagas históricas de desemprego e desigualdades sociais acentuadas no mundo inteiro. Foi um verdadeiro teste de resiliência à capacidade das instituições públicas, privadas e multilaterais na forma de responder e adaptar-se aos impactos catastróficos desta magnitude, mantendo os seus ciclos económicos estáveis e imunes ao “novo normal”.

O ritmo de recuperação de cada país foi ditado pela forma como os governos geriram a crise pandémica, incluindo as restrições à mobilidade, o grau de intervenção dos poderes públicos e os esfor-

ços multilaterais que se constituíram num grande suporte financeiro. O próprio combate à COVID-19, essencialmente centrado na vacinação, permitiu não só a adaptação dos agentes económicos, mas mais importante ainda, determinou a velocidade da recuperação/crescimento. As últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento da economia mundial de 6,1%, em 2021, depois de uma forte contração de 3,1%, em 2020.

1 Fonte: WEO de abril 2022

Taxa de crescimento real do PIB global (% Ano)

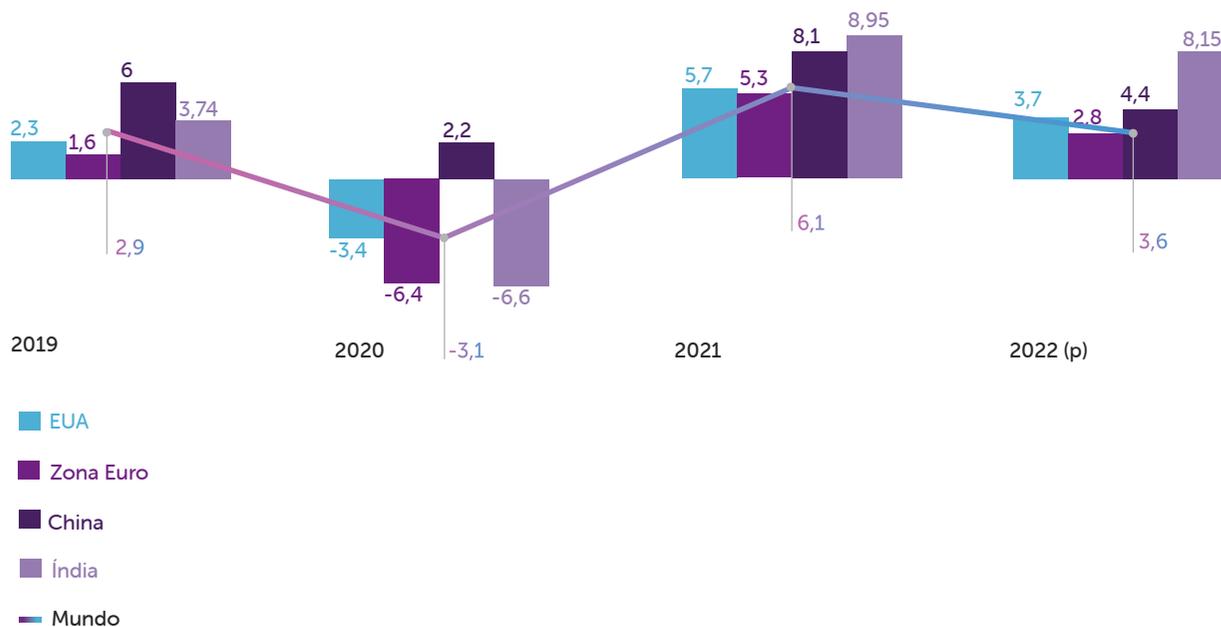


A recuperação económica foi sustentada pelo desempenho das Economias Emergentes² que não só tiveram uma contração mais moderada de 2,0%, em 2020, mas essencialmente um excecional desempenho em 2021 com um crescimento médio de 6,8%. Com destaque para a Índia, com um crescimento de 8,9% em 2021, depois de uma contração de 6,6% em 2020 e a China com desempenho de 8,1% em 2021, depois de um crescimento tímido de 2,3% em 2020.

As economias mais desenvolvidas, com uma grande dependência do sector do turismo e exportação de serviços e tecnologia, tiveram mais dificuldades em se recompor. Mesmo assim, registaram um crescimento médio estimado em 5,2% em 2021, depois de uma grande retração em 2020 de 4,5%. A Zona Euro, um dos blocos mais afetados pela pandemia, registou um crescimento de 5,3% em 2021, depois de uma retração de 6,4% no ano anterior. Já a economia norte-americana conseguiu responder melhor ao fenómeno pandémico, depois de recuar 3,4% em 2020, teve um crescimento de 5,6% em 2021.

2 Fonte: WEO de abril 2022

Taxa de crescimento real do PIB global - principais economias (*variação % anual*)



O Médio Oriente e a África, com um modelo institucional muito frágil, adotaram uma postura flexível no combate à pandemia e sem confinamentos em massa. Sem grande capacidade para dar suporte económico e financeiro às empresas e cidadãos no combate à crise pandémica, contentou-se com o apoio solidário das organizações multilaterais e supranacionais, do qual se destaca a moratória do serviço da dívida dos seus países.

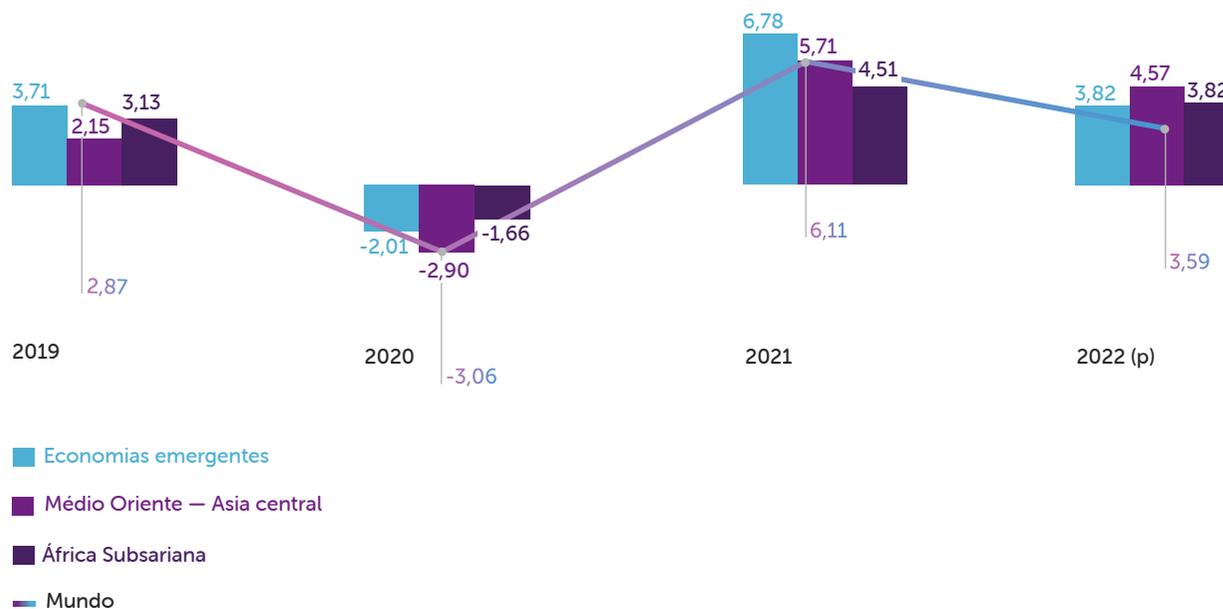
Um dos impactos assinaláveis da pandemia COVID-19 sobre a atividade económica desses países, maioritariamente exportadores de matérias-primas e recursos energéticos, foi a alteração da dinâmica dos maiores consumidores desses recursos, que reduziram o consumo e o fluxo de investimentos para as regiões em causa. Neste contexto, os maiores impactos sobre o crescimento vieram da queda dos preços das *commodities*, particularmente do petróleo, que em 2020 estava cotado abaixo dos USD 60 o barril, o nível mais baixo dos últimos 5 anos.

Este comportamento dos preços das *commodities* contribuiu para a recessão económica dos

dois blocos, tendo o Médio Oriente e a Ásia Central contraído 2,9% e a África Subsariana 1,7% em 2020. A evolução positiva dos preços do petróleo, trajetória iniciada em finais de 2020, teve impacto

sobre o desempenho destas economias. Em 2021, quer o Médio Oriente, quer a África tiveram crescimentos de 5,7% e 4,5% respetivamente.

Taxa de crescimento real do PIB regional (variação - delta % anual)



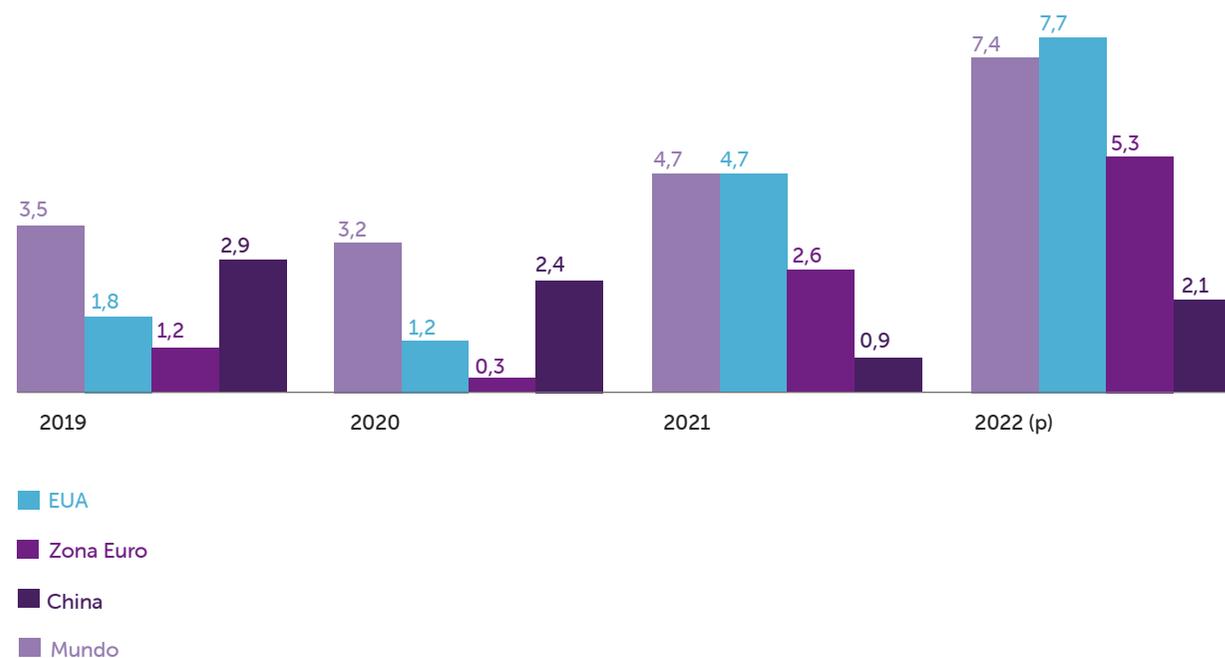
Taxas de Juro e Inflação

Em 2020 e 2021, uma parte considerável dos Bancos Centrais permaneceu fiel à estratégia monetária expansionista que tinha sido adotada desde a crise da dívida soberana, tendo sido continuamente ajustada como estratégia económica para combater os efeitos adversos da COVID-19 sobre as economias. Por exemplo, o Banco Central Europeu (BCE) não só manteve a política de taxas de juro 0%, como permaneceu ativo no financiamento das economias da Zona Euro através da compra ilimitada de obrigações de tesouro soberanas.

A Reserva Federal Americana (RFA) teve a mesma postura, mantendo o nível de taxa de juros em 0%. A utilização destes instrumentos expansionistas por longos anos, associados aos bloqueios nas cadeias de produção e distribuição de bens à dimensão global causados pela COVID-19, criou o ambiente perfeito de pressão sobre os preços. No final de 2019 e princípio de 2020 a inflação representava um risco efetivo que preocupava as autoridades monetárias em quase todo mundo.

Depois de um longo período com níveis de inflação abaixo dos 2%, até 2020, o Estados Unidos e a Zona Euro registaram, em 2021, níveis de inflação de 4,7% e 2,6% respetivamente acima da meta de 2% estabelecida pelos dois blocos económicos.

Taxa de inflação homóloga (principais economias) (% Ano)



Face ao novo cenário de inflação, instituições como a RFA e o BCE tiveram um reposicionamento no seu intervencionismo e desde finais de 2020 têm sinalizado a subida das suas taxas de juro, tendo, nos Estados Unidos da América (EUA), a Reserva Federal já aplicado uma subida de 0,5% na sua principal taxa de juro de referência e anunciado mais subidas nos próximos tempos. Porém, o combate à inflação por via do aumento das taxas de juro configura-se uma estratégia de elevado risco, porque a subida das taxas de juro pode comprometer o financiamento estável das economias, cujo endividamento público é muito elevado, principalmente na Zona Euro.

Taxa de juro de referência de mercado (% Ano)



Mercados Acionistas

Beneficiando da longa e persistente era de taxas negativas ou próximas de zero, o mercado de ações esteve muito mais dinâmico, quando comparado com o mercado de obrigações por força dos níveis de remuneração pouco atrativos. Em contraste com o que se passou na economia real, os mercados Acionistas, apesar da volatilidade, foram suportados por setores ou indústrias que, de forma direta ou indireta, estavam na vanguarda da resiliência ao ciclo económico face à grande incerteza que a pandemia lançou sobre o mundo.

Destacam-se pela boa prestação as indústrias farmacêutica, hospitalar e biotecnológicas que estavam na vanguarda do combate à pandemia, o sector das tecnológicas, principalmente as de informação e telecomunicações, o sector do entretenimento, neste caso específico as plataformas e soluções digitais de entretenimento, distribuição comercial que tiveram uma valorização quase exponencial.

Principais Índices de Ações



Em sentido oposto, e com quedas significativas, os setores da aviação e do turismo, o sector da construção civil e o automóvel, que devido aos chamados *lockdowns*, viram-se forçados a paralisar total ou parcialmente as suas operações, recorrendo à

subsídios públicos para financiar a tesouraria e os tempos de inatividade.

Mercado Petrolífero

Em 2021, o mercado de *commodities*, em particular o mercado petrolífero e de metais industriais, estiveram em alta, tendo o petróleo fixado máximos históricos, superando a barreira dos USD 75/barril. Depois de uma queda acentuada dos preços em 2020, tendo atingido um mínimo de USD 19,33/

barril na primeira metade do ano, o petróleo³ entrou num ciclo sustentável de recuperação tendo atingido a cotação máxima de USD 80,53/barril.

Este comportamento deve-se inicialmente ao constante intervencionismo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e seus

aliados, na estabilização dos preços, face ao abrandamento da procura, e posteriormente ao ajustamento natural à dinâmica de recuperação da economia global, que previa crescer a um ritmo superior aos níveis pré-pandémicos, o que deu robustez à procura de petróleo e outras matérias-primas.

³ Fonte: Bloomberg, Estatísticas do mercado petrolífero

Preço do petróleo (*brent*) (USD/barril)



Perspetivas para 2022

É visível a dissipação das incertezas à volta do controlo da pandemia da COVID-19, sinais que vêm desde o último trimestre de 2020, e consolidados ao longo de 2021 com o relativo sucesso das campanhas de vacinação das populações, traduzido na redução dos confinamentos e das restrições ao trabalho e à atividade económica em geral. Isso traduziu-se na abertura cada vez maior e consistente das economias, não só do ponto de vista interno, mas também externo. Foi esta postura que permitiu um ritmo de recuperação económica assinalável em 2021, considerando as estatísticas de crescimento do PIB, e contribuirá para a *performance* da economia mundial nos anos seguintes. Apesar das previsões favoráveis para o crescimento em 2022 permanecem ativos riscos e desafios, que a concretizarem-se constituirão um fator de inibição ao crescimento. Com a subida das taxas de juro nas principais economias haverá um encarecimento dos financiamentos à escala global que pode comprometer o ritmo de crescimento em determinadas economias, até porque a recuperação dos danos estruturais deixados pela pandemia não será

à mesma velocidade e carecerá de financiamentos acessíveis. As tensões geopolíticas entre as grandes potências militares poderão rapidamente levar à degradação do ambiente económico global e acentuar o protecionismo económico entre as potências dominantes. As atuais previsões apontam para um crescimento da economia de 6,1% em 2021 mas com um ligeiro abrandamento em 2022 e 2023 com crescimento de 3,6%.



2.2 Economia Angolana

O Produto Interno Bruto e o Petróleo

Angola, por ser uma economia com um grau de exposição muito grande ao comércio mundial e às grandes economias, tem sido muito vulnerável aos choques externos, principalmente dos mercados das *commodities* energéticas, das quais é um produtor importante e a sua principal fonte de rendimentos, e das *commodities* agrícolas, por ser um grande importador de bens alimentares. O recuo dos preços do petróleo e posteriormente os esforços do combate à pandemia estiveram na base do declínio de uma economia nacional ainda muito dependente do sector petrolífero e dos financiamentos externos, para o seu desenvolvimento.

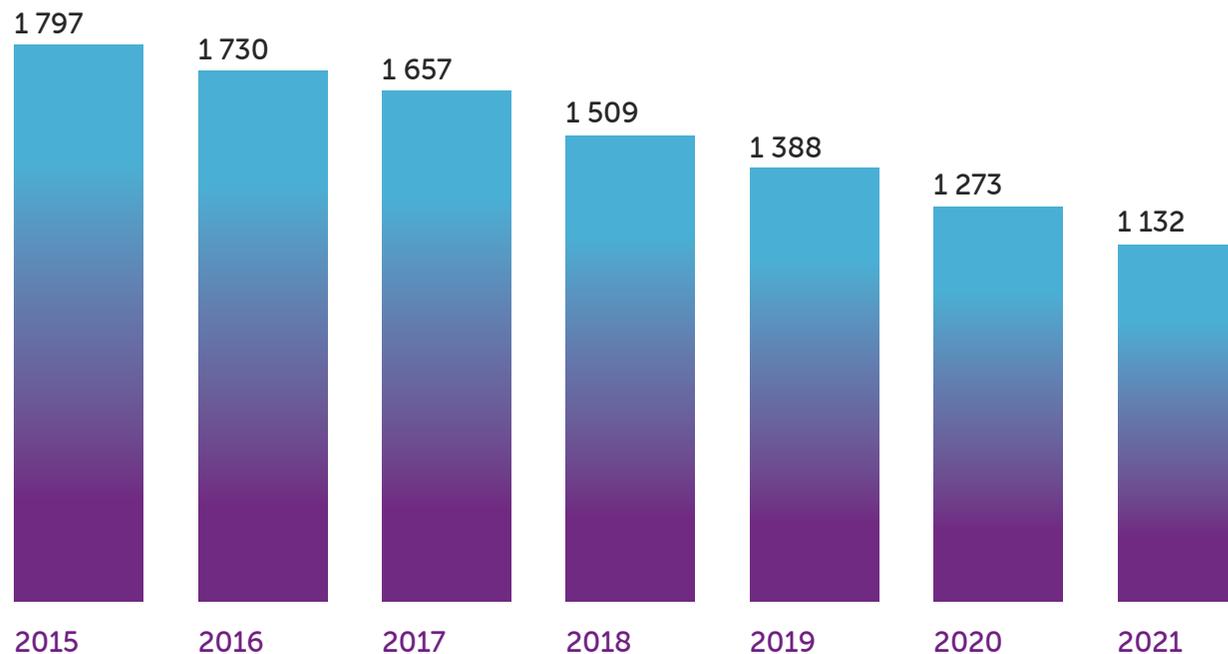
Desde 2016, o barril de petróleo está a ser cotado abaixo dos USD 65, esta persistente manutenção de níveis de preço baixos resultou, não só numa

quebra substancial das receitas petrolíferas, mas também reduziu os incentivos ao investimento no sector petrolífero angolano e na economia de uma maneira geral, resultando no declínio de

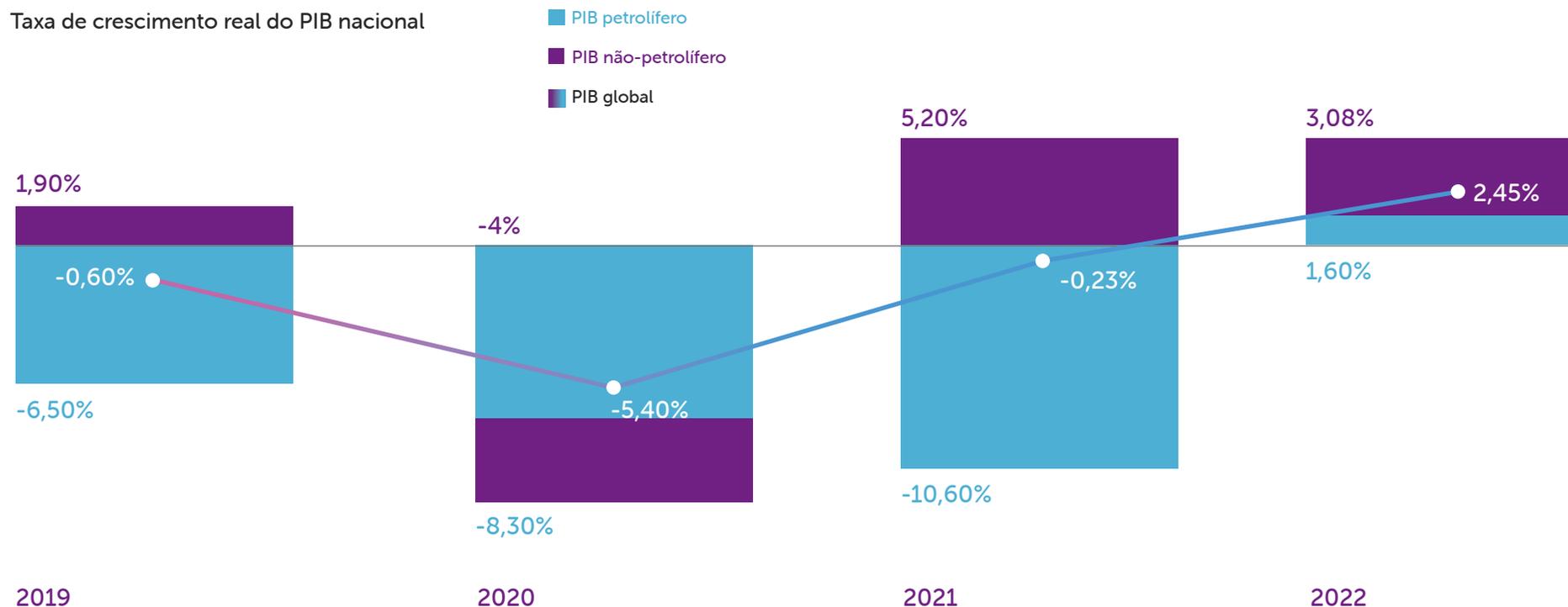
aproximadamente 600 mil barris por dia da sua capacidade produtiva, num período de 6 anos.

1 Fonte: Bloomberg, estatísticas de produção petrolífera

Angola, produção média de petróleo (1000 barris/dia)



Taxa de crescimento real do PIB nacional



O sector não petrolífero da economia angolana tem sido um contraponto para a suavização de uma contração económica que vai no sexto ano consecutivo. Fruto da aposta política de fomento à produção interna e substituição das importações, os setores não petrolíferos têm beneficiado

de um fluxo considerável de investimentos e de políticas de subvenções que, paulatinamente, vão dando resultados, sendo a sua contribuição para o PIB já materialmente relevante, incluindo o sector mineiro onde, além dos diamantes, o ferro e o ouro começam a ganhar protagonismo.

Em 2021, o PIB de Angola² contraiu 0,2% depois de um recuo ainda maior de 5,4% em 2020. O produto petrolífero recuou 10,6% em 2021 e 8,3% em 2020, enquanto o produto não petrolífero, em 2021 cresceu 5,2% depois de ter contraído 4% em 2020. Em termos sectoriais, merecem destaque em 2021, a agricultura com 4,6%, as pescas com 33% e a energia com 5%, setores estratégicos para o futuro de Angola.

Política Cambial e Monetária

Com a perda de receitas petrolíferas e uma grande dependência das importações, Angola viu-se forçada a resolver o desequilíbrio na balança de pagamentos com recurso ao programa de financiamento do Fundo Monetário Internacional, promovendo alterações substanciais na sua política monetária e cambial para evitar uma maior degradação da moeda nacional e dos níveis de preços na economia. Com este propósito, o BNA adotou a estratégia de controlo apertado da massa monetária em circulação, expurgando o que chamou de “excesso de liquidez no sistema financeiro”,

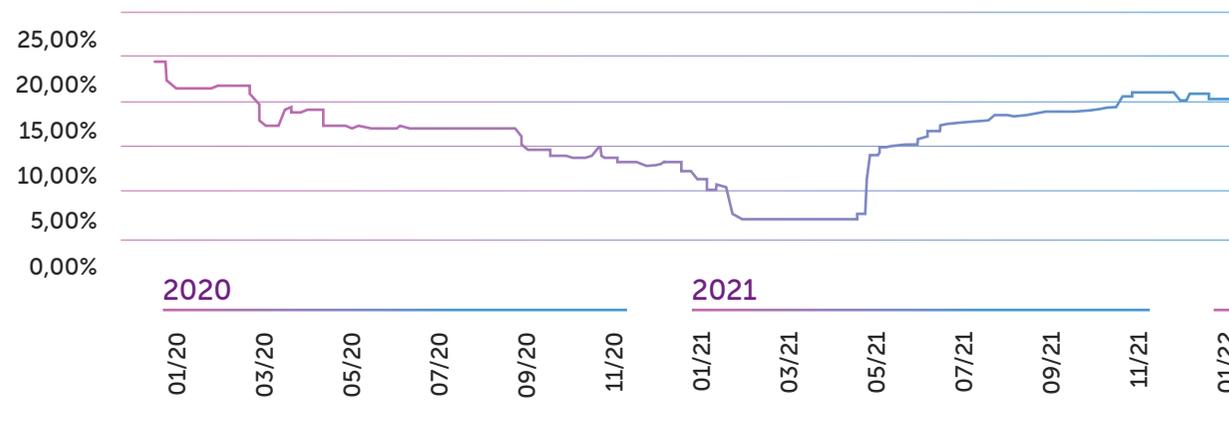
implementando uma série de medidas, incluindo o aumento das reservas mínimas obrigatórias cativas no BNA, a imposição de montantes mínimos de liquidez disponíveis em moeda nacional, a penalização sobre os excedentes de liquidez nos ban-

cos comerciais e a dinamização de instrumentos de taxas de juro, de iniciativa do próprio BNA para maior transacionalidade da liquidez disponível no sistema financeiro.

Taxa de juro de referência do BNA



Evolução da taxa Luibor O/N



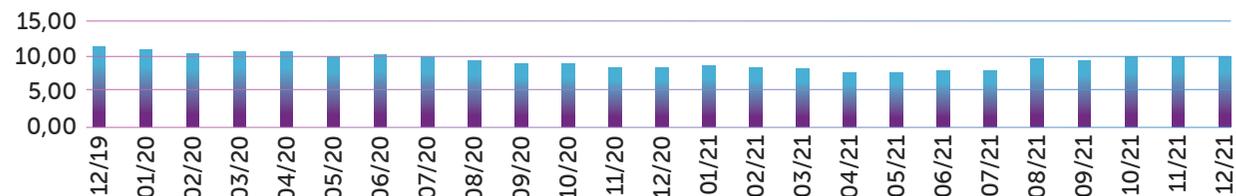
² Fonte: Relatório de Fundamentação OGE 2022

Estas medidas tornaram possível a correção da trajetória da taxa de câmbio, mantendo ao mesmo tempo um nível razoável de reservas cambiais, que nos últimos 3 anos tiveram uma variação marginal fixando-se em aproximadamente USD 10 mil milhões.

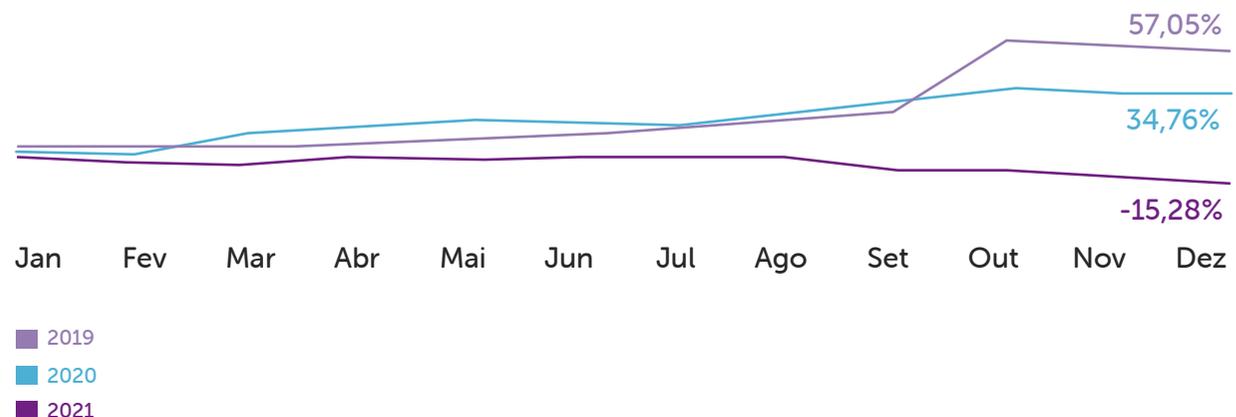
Permitiu também diminuir a pressão sobre os preços, na medida em que a apreciação da moeda nacional anulou parte do efeito da inflação por via das importações. Tal decisão foi fundamental para a trajetória de correção cambial que a moeda nacional tem levado a cabo.

Das medidas adotadas, destaca-se também a abertura do mercado a outros vendedores de divisas, como as companhias petrolíferas e de outros setores mineiros, o que de alguma forma liberalizou mais o mercado cambial.

Reservas Internacionais Líquidas (mil milhões USD)



Evolução cambial acumulada anual (USD/Kz)



3 Fonte: Banco Nacional de Angola (estatísticas monetárias)

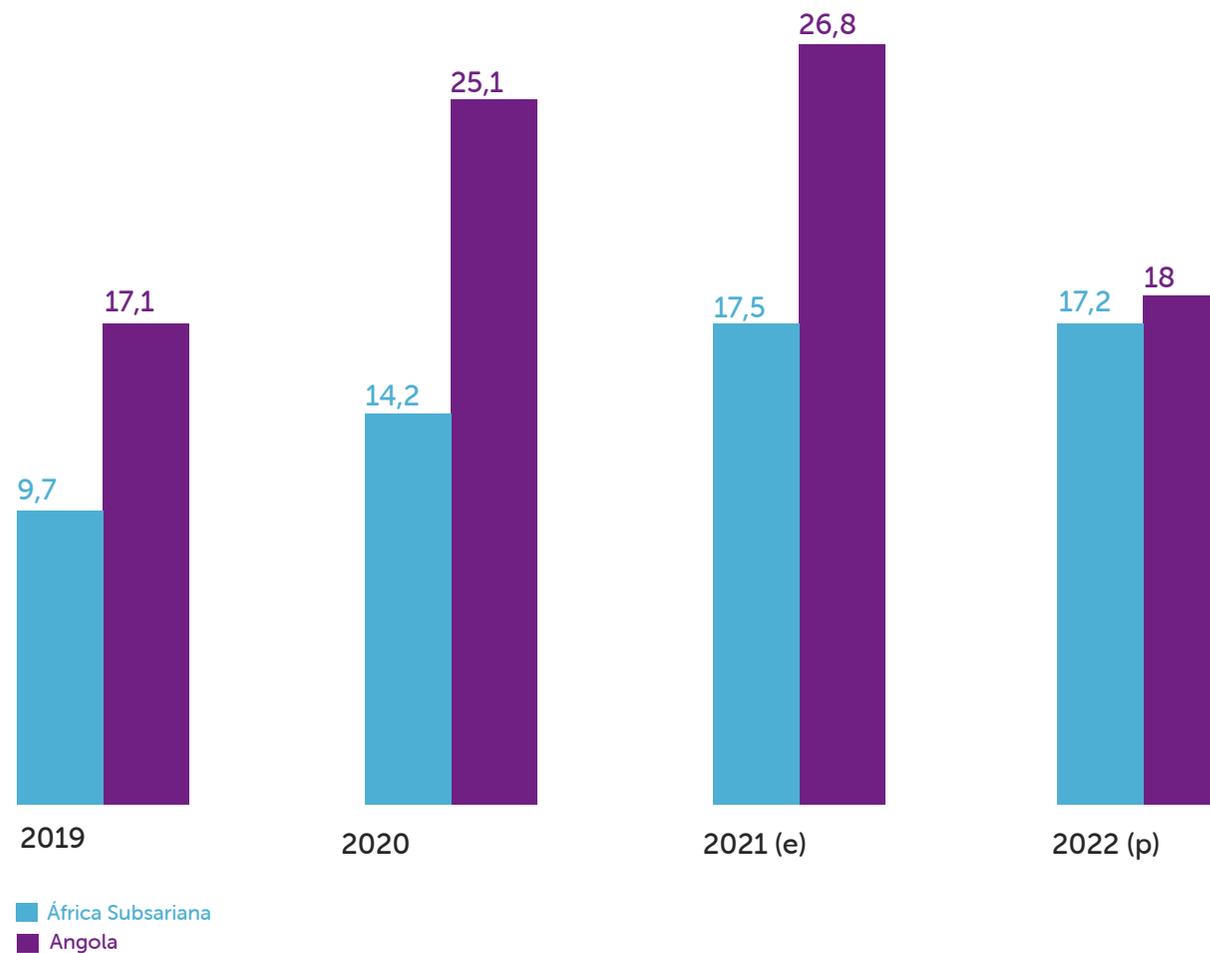
Depois de uma desvalorização⁴ de 57% em 2019, o Kwanza foi registando uma redução gradual dos níveis de desvalorização, tendo em 2020 registado 35% e em 2021 uma assinalável inversão com apreciação de 15%, fixando a cotação do USD em 550,59 Kwanzas no final do ano.

O mesmo efeito foi extensivo à taxa de inflação⁵, que apresentou um comportamento estável, apesar de continuar a subir. Em 2021 a economia angolana registou uma inflação mensal homóloga de 26,8% ligeiramente acima dos 25,1% de 2020 e 17,06% de 2019, refletindo o abrandamento da evolução dos preços.

4 Fonte: Estatísticas cambiais do Banco Nacional de Angola

5 Fonte: Relatório de Fundamentação do OGE 2022

Taxa de inflação (% Ano)



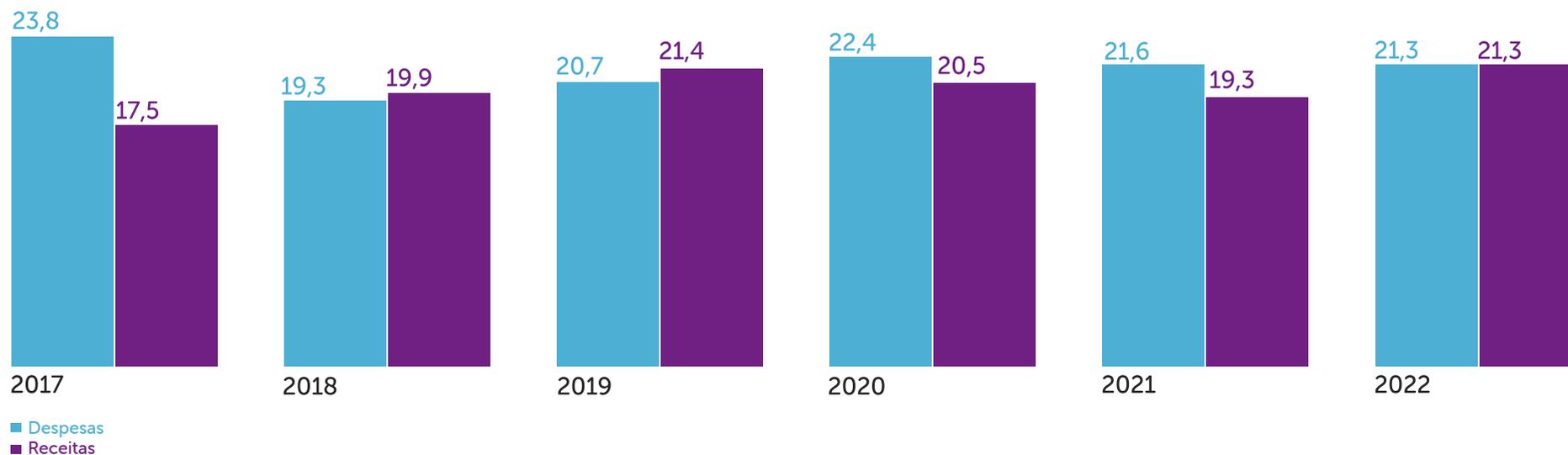
Política Fiscal

Em termos orçamentais, a estratégia estava virada para o reequilíbrio financeiro, principalmente depois dos choques externos (petróleo e COVID-19) que estagnaram a economia nacional. Para o reequilíbrio das contas públicas, o Estado elegeu continuamente os seguintes objetivos:

- Redução do nível de endividamento público, para o qual contribuiriam uma reforma para o aumento da eficiência da máquina fiscal;
- Aumento da receita fiscal, alargamento das maturidades da dívida pública, e o controlo rigoroso da despesa.

Assim, o esforço para a contenção da despesa pública resultou num crescimento quase nulo entre 2018 e 2020. No entanto, em 2021 a realidade é diferente por se tratar de um ano eleitoral, por isso, compreende-se que a logística eleitoral obrigue a um esforço adicional.

Evolução das despesas e receitas (%PIB)



Quanto ao rácio da dívida pública (em percentagem do PIB), depois de em 2020 ter atingido os 123%, o mesmo tem reduzido paulatinamente como resultado, não só do controlo da despesa, mas do próprio esforço de reembolsos de dívida sem a contratação de novos financiamentos. Outro fator que contribuiu para a redução do rácio de endividamento foi a valorização do Kwanza no último ano, que reduziu o stock da dívida em moeda estrangeira.

Perspetivas para 2022

O ano de 2022 poderá confirmar a solidez da recuperação da economia angolana, trajetória iniciada em 2021 em que se registou um crescimento, apesar de marginal. A subida dos preços das *commodities* energéticas terá um primeiro efeito positivo de melhorar a posição de financiamento, dando uma maior folga orçamental ao governo, que resultará numa dinamização da economia como um todo.

Apesar da expectativa generalizada de um bom

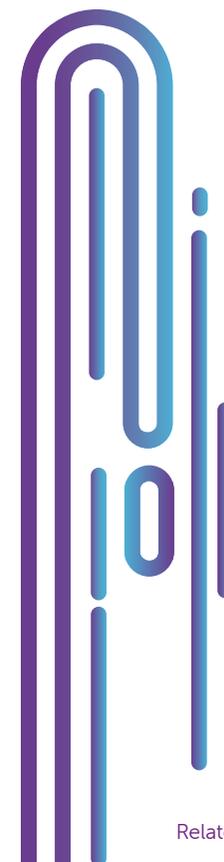
desempenho da economia global nos próximos anos, para Angola será prudente apontar alguns desafios, nomeadamente:

- O declínio da produção petrolífera é um potencial obstáculo ao crescimento, sobretudo porque pode condicionar o aproveitamento do efeito positivo da subida dos preços do petróleo nos mercados internacionais;
- A subida das taxas de juro nos mercados internacionais pode encarecer as fontes de financiamento externas para Angola, sendo um país com grandes necessidades de financiamento.

Porém, espera-se que o esforço de transformação da economia angolana, que vem desde 2018, comece a dar resultados mais robustos, principalmente na redução da quota de importações do país.

Quanto ao sistema financeiro angolano, é notória a evolução com soluções inovadoras de financiamento e investimento. Depois da consolidação do

mercado de obrigações soberanas, o mercado de ações, impulsionado pela carteira de privatizações do Estado, tem marcado passos sólidos e a ocupar o seu espaço no mercado regulamentado.





O Banco
Económico



3.1 Quem Somos

Identidade

O sector bancário angolano ainda se encontra, genericamente, indiferenciado e apresenta uma necessidade de segmentação e adaptação a cada um dos seus Clientes.

O Banco Económico compreendeu essa necessidade e encontra-se a potenciá-la, com uma imagem corporativa fortemente inovadora e exclusiva, composta por um símbolo sólido que já habitou os seus Clientes. O Banco apostou numa sigla forte, imperativa e positiva realçada pelas cores escolhidas. A elegância da combinação dos dois tons é distinta de todos os operadores e diferencia o Banco Económico no mercado bancário angolano. Adicionalmente, e conforme relatado nos próximos capítulos, a estratégia definida tem como principal objetivo o fator de diferenciação e aposta segura e de referência dos Clientes do Banco.

O Banco Económico tem a sua sede na Rua 1.ª

Congresso do MPLA, no distrito da Ingombota, em Luanda. O seu endereço eletrónico e demais meios de contactos podem ser consultados no [site institucional](#).

Missão

O Banco Económico tem como propósito central da sua atividade, a geração de valor para os seus Clientes e Acionistas, através da adoção de estratégias que garantam o seu crescimento e a sua sustentabilidade no longo prazo, promovendo um serviço de excelência.

É igualmente um objetivo do Banco Económico, contribuir para o desenvolvimento da economia angolana e do seu capital humano, ter os melhores profissionais e soluções financeiras de referência e criar valor para todos os *stakeholders* de forma sustentável.

Assumimos, novamente este ano, o compromisso de investir na inovação, na transformação digital e na criação de produtos e serviços exclusivos, em

linha com os mais elevados padrões da indústria bancária, a nível nacional e internacional.

Conforme mencionado anteriormente, o ano de 2021 marca a viragem de um novo ciclo onde a missão de todos é reconstruir um Banco de referência, em Angola.

Visão

O Banco Económico ambiciona ser o parceiro de eleição dos agentes económicos, das empresas e das famílias angolanas, para os próximos anos, assim como a referência dos reguladores, o impulsionador do aperfeiçoamento e progressão dos seus colaboradores, um exemplo para os seus Acionistas e uma entidade interveniente na comunidade e responsável para com a sociedade.

Com foco no fator de diferenciação, o Banco Económico assume como visão: ser parceiro financeiro de referência no presente e no futuro.

Valores

Os principais valores do Banco têm como base cinco pilares essenciais descritos abaixo:

- Estamos sempre disponíveis para o Cliente;
- Fazemos sempre bem feito;
- Cumprimos sempre a missão até ao fim;
- Agimos sempre com ética;
- Investimos sempre na Comunidade.

Posicionamento

Pelo seu volume de ativos, o BE é um dos bancos líderes do mercado em Angola. É considerado uma Instituição Financeira Bancária (IFB) de importância sistémica, segundo os critérios definidos pelo artigo 14.º do Aviso n.º 8/2021, de 05 de Julho do BNA.

O BE tem uma proposta de valor alargada, com um posicionamento de mercado diferenciado, onde se destacam os segmentos *Corporate* e *Private*. O Banco está comprometido a continuar a prestar um serviço de excelência aos seus Clientes, suportado por áreas de negócios especializadas e com gestores de proximidade dedicados.

A presença do Banco Económico está consolidada através de uma combinação de agências, centros de empresas, postos, centros Umoxi (*Affluent*), *Private*, Institucional e *Top Corporate* em 17 províncias do país.

O BE destaca-se também pelo seu importante legado de *Trade Finance*, sendo o primeiro banco angolano membro da Câmara de Comércio Internacional (ICC).

A gestão do Banco, conforme mencionado acima, está igualmente comprometida com o desenvolvimento sustentável da sua atividade, investindo continuamente na capacitação do capital humano, em prol do desenvolvimento e diversificação da economia angolana.

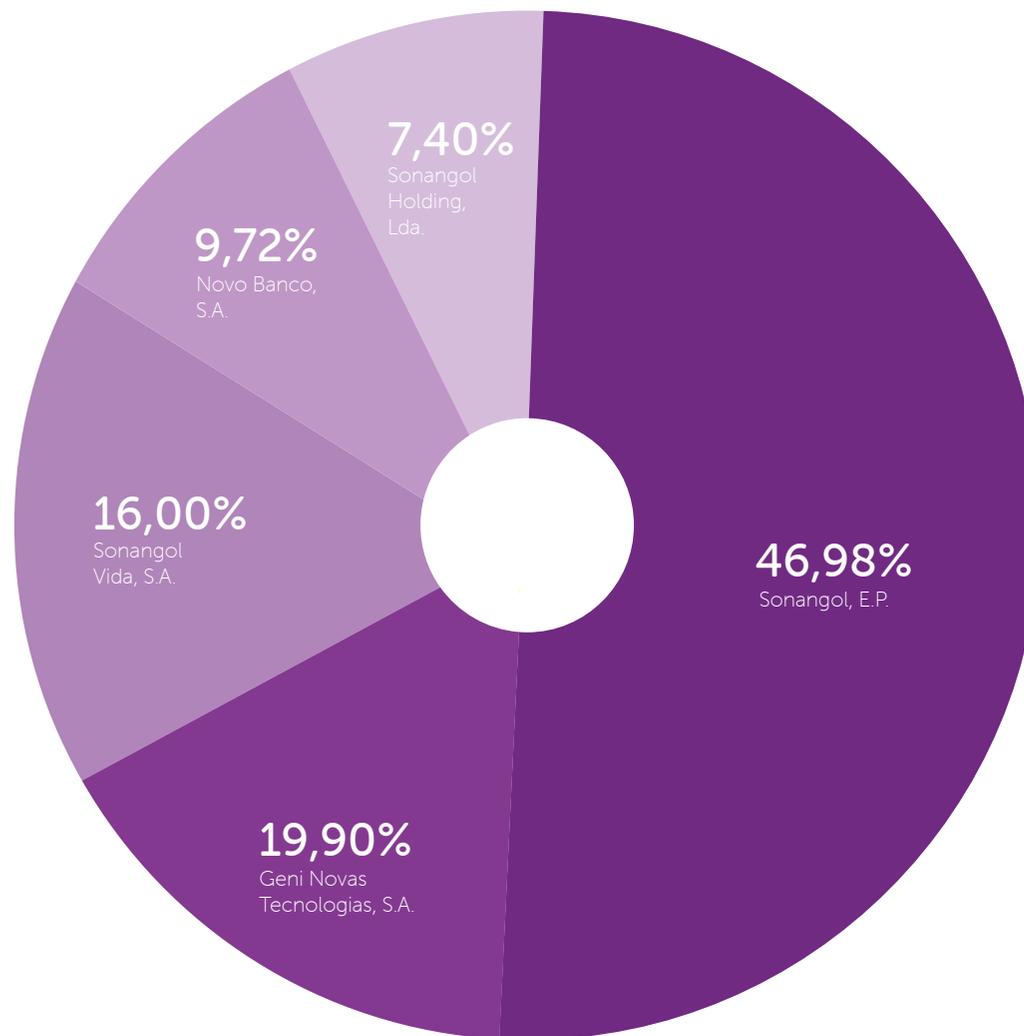
Grupo Banco Económico - Participadas

O Banco Económico complementa a sua atividade através da participação no capital social de algumas sociedades, nomeadamente:

Entidade	%	Sector	Objeto Social
Económico Fundos de Investimento – SGOIC, S.A.	62%	Gestão de Ativos	Constituição e gestão de organismos de investimento coletivo (OIC's) custodiados e distribuídos através do Banco Económico e prestação de serviços de gestão discricionária de carteiras a Clientes.
Económico Fundos de Pensões – SGFP, S.A.	96%	Fundos de Pensões	Constituição e gestão de fundos de pensões.
Tranquilidade – Companhia Angolana de Seguros, S.A.	21%	Seguros	Operações de seguro nos ramos vida e não vida.

Estrutura Acionista

O gráfico abaixo representa a atual estrutura Acionista do Banco, onde se destaca como principais Acionistas o Grupo Sonangol e a GENI-Novas Tecnologias, S.A. com 70,4% e 19,90%, Respetivamente, do capital social.



Membros do Conselho de Administração

Pedro Luís da Fonseca

Presidente do Conselho de Administração

Formação: Economia

Experiência Profissional:

- Ministro da Economia e Planeamento
- Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Territorial
- Vice-Ministro do Planeamento
- Diretor Nacional de Estudos e Planeamento

António Ramos da Cruz

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Formação: Economia

Experiência Profissional:

- Consultor do Governador no Banco Nacional de Angola
- Administrador Executivo no Banco Nacional de Angola
- Administrador Provisório nomeado pelo Banco Nacional de Angola para o Banco Espírito Santo Angola
- Diretor do Departamento de Meios Circulantes no Banco Nacional de Angola
- Diretor do Departamento de Estudos e Estatísticas no Banco Nacional de Angola

João Salvador Quintas

Presidente da Comissão Executiva

Formação: Gestão de Empresas/Gestão Bancária

Experiência Profissional:

- Diretor Executivo para as Áreas Corporativas no Banco Económico
- Diretor Coordenador da Direção *Top Corporate* no Banco Económico
- Diretor Coordenador das Áreas Comerciais no Banco de Poupança e Crédito
- Diretor da Direção *Top Corporate* no Banco de Poupança e Crédito
- Diretor Comercial no BFA

Membros do Conselho de Administração

Henda Pires Teixeira

Administradora Executiva

Formação: Gestão e Controlo de Empresas

Experiência Profissional:

- Assessora/Diretora Executiva para as Áreas Comerciais no Banco Económico
- Diretora Comercial na SONAIR
- Chefe de Departamento de Gestão de Contratos da Direção Comercial na SONAIR

José Alves do Nascimento

Administrador Executivo

Formação: Mestrado em Gestão de Investimentos / MBA Executivo / Licenciatura em Gestão e Controlo de Empresas / Perito Contabilista Profissional

Experiência Profissional:

- CEO Interino do Banco de Poupança e Promoção Habitacional
- Administrador Executivo no Banco de Promoção e Desenvolvimento
- Administrador Executivo na Sonangol *Limited*
- Consultor Financeiro na Sonangol E.P.

Arlindo Das Chagas Rangel

Administrador Executivo

Formação: Gestão de Empresas

Experiência Profissional:

- Administrador Não Executivo no Banco Económico
- Presidente da Comissão Executiva no Banco Keve
- Administrador Executivo no Banco Económico
- Diretor de Tesouraria e Mercados no Banco de Poupança e Crédito

Membros do Conselho de Administração

Jorge Pereira Ramos

Administrador Executivo

Formação: Economia Monetária e Financeira

Experiência Profissional:

- Presidente Executivo no Económico Fundos (Grupo Banco Económico)
- Diretor Coordenador da Direção Banca de Investimento no Banco Económico
- Diretor Central e Assessor da Comissão Executiva no Banco Espírito Santo de Investimento (atual Haitong Bank)
- Presidente do Conselho de Administração na Espírito Santo Dealer - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.
- Administrador na GESFINC – Estudos Financeiros e de Mercado de Capitais
- Presidente Executivo na LusoPartners - Sociedade Corretora, S.A.
- Administrador Executivo na LusoPartners – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.
- Vice-Presidente Não Executivo na Bolsa de Valores de Lisboa (atual Euronext Nyse Lisbon)

Alice Pinto da Cruz

Administradora Não Executiva

Formação: Gestão de Empresas

Experiência Profissional:

- Administradora Executiva na Sonangol, E.P.
- Presidente do Conselho de Gerência na Sonils *Integrated Limited*
- Presidente na Sonangol Vida
- Especialista de Negociações na Sonangol/ Quicombo Suporte Logístico, S.A.
- Coordenadora da Área Económica da Direção de Negociações na Sonangol, E.P.
- Chefe de Sector de Planeamento no Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza

Atandel Dombolo Chivaca

Administrador Não Executivo

Formação: Direito

Experiência Profissional:

- Presidente do Conselho Fiscal na Carrinho Empreendimentos, Lda. (ex. Grupo Leonor Carrinho & Filhos, Lda.)
- Administrador Não Executivo e Presidente Executivo na Miramar Empreendimentos, S.A.
- Membro do Grupo Técnico do Conselho de Ministros para Questões Económicas e Sociais, no Governo de Angola
- Administrador Financeiro da Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda.
- Administrador (Diretor) na Sonangol *Finance Limited*
- Diretor do Gabinete de Fiscalidade e Relações com o Estado na Sonangol, E.P.

3.2 Governação Corporativa

O governo societário do Banco visa garantir a maior eficiência possível, com impacto sobre o negócio, em alinhamento com a legislação e regulamentação em vigor, bem como o respeito pelas melhores práticas internacionais. Visando criar valor para os Acionistas e para a comunidade, a organização e funcionamento dos órgãos do Banco procura garantir a máxima independência entre as funções de monitorização e fiscalização e de gestão corrente das funções de negócio, exigindo transparência no exercício das suas funções.

Ao longo do ano de 2021, o Banco Económico tem estado empenhado na adequação da sua organização e funcionamento às alterações introduzidas pela Lei n.º 14/2021, de 19 de Maio, que aprovou o Regime Geral das Instituições Financeiras, e do Aviso n.º 10/2021, de 14 de Julho, do Banco Nacional de Angola, que aprovou o Código do Governo Societário das Instituições Financeiras,

entretanto revisto pelo Aviso n.º 01/2022, de 13 de dezembro do BNA, que, em linha com outros normativos, se enquadra no âmbito do projeto de equivalência de supervisão bancária com a supervisão europeia, iniciado pelo Regulador, em 2019.

Modelo de Governação

A governação corporativa do Banco Económico está assente no modelo tradicional latino, previsto na Lei, assente na Assembleia Geral de Acionistas (AG), a quem cabe a indicação dos membros dos demais Órgãos Sociais, o Conselho de Administração (CA), responsável pela gestão societária e o Conselho Fiscal (CF), encarregue da fiscalização da gestão.

O Conselho de Administração agrupa os seus membros em executivos, que se ocupam da gestão diária corrente do Banco, e não executivos, que dele estão afastados e assumem a tarefa de aconselhar e monitorar o desempenho daqueles.

O funcionamento dos órgãos do Banco é expresso no organograma a seguir:



Modelo de Governação



Órgãos Sociais

A estrutura do Modelo de Governação do Banco Económico estabelece a delegação de competências e responsabilidades num conjunto alargado de órgãos sociais, nomeadamente: Assembleia Geral e a sua Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais, Conselho de Administração e as suas comissões, Conselho Fiscal. Estes órgãos têm os seus regulamentos publicados no [site institucional](#).

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída por todos os Acionistas com direito a voto. As deliberações são tomadas por maioria dos votos emitidos na proporção de um voto por cada cem ações, salvo os casos previstos nos Estatutos do Banco e na legislação aplicável. Entre as suas competências destacam-se:

- Apreciar o Relatório e Contas do Conselho de Administração;
- Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Eleger os membros da Mesa da Assem-

bleia Geral e órgãos da Sociedade;

- Deliberar sobre qualquer alteração de Estatutos;
- Eleger uma Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais, composta por um ou mais Acionistas.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-presidente e por um Secretário, eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição. Atualmente é constituída pelos seguintes elementos:

- Hermínio Joaquim Escórcio, Presidente;
- Inocêncio Francisco Miguel, Vice-presidente;
- Brigitte Quitari Soares, Secretária.

Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais tem como objetivo definir, implementar e rever a política de remuneração dos membros dos órgãos

sociais, nos termos do artigo 17.º do Aviso n.º 1/2013 do Banco Nacional de Angola, revisto pelo Aviso n.º 01/2022.

A função é desempenhada pelo Acionista GENI - Novas Tecnologias, SA.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da sociedade, a quem compete a prática de todos os atos de administração e representação societária, e reúne-se de forma ordinária, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade. O Conselho de Administração é composto por administradores executivos e não executivos.

Em caso de impossibilidade permanente de um membro do Conselho de Administração cumprir o seu mandato, este órgão tem a competência de cooptar um substituto para a conclusão do mandato, devendo esta cooptação ser ratificada na Assembleia Geral seguinte.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o

Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de onze, eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição até ao limite de dois mandatos seguidos.

O quadro abaixo lista a composição do Conselho de Administração para o quadriénio 2019/2023, bem como a distribuição dos respetivos membros pelas suas comissões de especialidade.

No âmbito das suas atribuições, e para além da Comissão Executiva, o Conselho de Administração dispõe ainda de três comissões especializadas, a quem se atribui as seguintes competências:

	Conselho de Administração	Comissão Executiva	Comissão de Controlo Interno	Comissão de Gestão de Risco	Comissão de Gestão de Capital Humano
Pedro Luís da Fonseca	Presidente				Presidente
António Manuel Ramos da Cruz	Vice-presidente		Presidente		
João Salvador Quintas		Presidente			
Henda N'zinga Pires Teixeira					
Arlindo N'gueva Das Chagas Rangel					
José Alves do Nascimento					
Jorge Manuel Torres Pereira Ramos					
Alice Sopas Pinto da Cruz				Presidente	
Atandel Jósua Dombolo Chivaca					

1.1 Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno é composta por membros não executivos do Conselho de Administração, designados pelo mesmo órgão por um período de quatro anos civis, coincidentes com o mandato do Conselho de Administração, que lhe delega as seguintes competências:

- Avaliar se as políticas, processos e procedimentos implementados são os adequados à dimensão, natureza e complexidade da atividade do Banco;
- Assegurar a formalização e operacionalização de um sistema de prestação de informação eficaz e devidamente documentado, incluindo o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras;
- Supervisionar a formalização e operacionalização das políticas e práticas contabilísticas do Banco Económico;
- Rever todas as informações de cariz financeiro para publicação ou divulgação interna, designadamente as contas anuais da Administração;

- Fiscalizar a independência e eficácia da auditoria interna, aprovar e rever o âmbito e a frequência das suas ações e supervisionar a implementação das medidas corretivas propostas;
- Supervisionar a atuação da Função de *Compliance*;
- Supervisionar a atuação da Função de Controlo Cambial;
- Apreçar as transações com partes relacionadas e emitir parecer;
- Supervisionar a atividade e a independência dos auditores externos, comunicando com os mesmos com o objetivo de conhecer as conclusões dos exames efetuados e os relatórios emitidos.

O regulamento da Comissão de Controlo Interno encontra-se disponível no site institucional www.bancoeconomico.ao.

1.2 Comissão de Gestão e Controlo de Risco

A Comissão de Gestão e Controlo de Risco apresenta de forma equilibrada membros executivos e não executivos, designados por um período de quatro anos civis, coincidentes com o mandato do Conselho de Administração, tendo como principal competência aconselhar o órgão de administração no que respeita à estratégia do risco tomando em consideração:

- A situação financeira da instituição;
- A natureza, dimensão e complexidade da sua atividade;
- A sua capacidade para identificar, avaliar, monitorizar e controlar os riscos;
- O trabalho realizado pela auditoria externa e pela delegação de competências de acompanhamento do Sistema de Controlo Interno;
- Todas as categorias de riscos relevantes na instituição, designadamente os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacio-

nal, de estratégia e reputação, tomadas na aceção prevista no Aviso n.º 02/2013, sobre o Sistema de Controlo Interno, agora refletidas no Aviso n.º 01/2022 do BNA;

- Supervisionar a implementação da estratégia do risco por parte da instituição;
- Supervisionar a atuação da Função de Gestão do Risco como prevista no Aviso n.º 01/2013, e agora no Aviso n.º 01/2022 do BNA.

O regulamento da Comissão de Gestão e Controlo de Risco encontra-se disponível no site institucional www.bancoeconomico.ao.

1.3 Comissão de Gestão de Capital Humano

A Comissão de Gestão de Capital Humano, é composta por Administradores Executivos e Não Executivos, e tem as seguintes competências:

- Definir, formalizar, implementar e revisar a política de remunerações para a instituição;
- Definir as políticas e processos de renume-

rações para os colaboradores, adequados à cultura e estratégia de longo prazo, considerando as vertentes de negócio, risco e condições do mercado;

- Apoiar e supervisionar a definição e condução da política e dos processos de avaliação dos colaboradores;
- Definir a política de contratação de novos colaboradores;
- Recomendar ao órgão de administração a nomeação de novos colaboradores para as funções de direção, para as quais deve elaborar uma descrição detalhada de funções, tomando em consideração as competências internas existentes.

O regulamento da Comissão de Gestão de Capital Humano encontra-se disponível no site institucional www.bancoeconomico.ao.

1.4 Comissão Executiva

A Comissão Executiva exerce todos os poderes de gestão corrente do Banco, salvo os que, por ato

de delegação de competências do Conselho de Administração, por força da Lei e dos Estatutos, são exclusivos do Conselho de Administração. É formada por cinco membros, que distribuem pelouros entre si nos seguintes termos:



João Quintas

Desenvolvimento Negócio

Gabinete de Planeamento Estratégico

Direção de Oferta e Dinamização

Direção de Capital Humano

Apoio Administração

Empresas

Direção Top Corporate

Direção Comercial Empresas

Direção Comercial Institucionais

Participadas

EF Investimento, SGOIC
EF Pensões, SGFP
Tranquilidade, CAS

Henda Teixeira

Particulares e Negócios

Direção *Private Banking*

Direção *Affluent*

Direção Comercial Rede

Direção de *Marketing* e Comunicação

José Nascimento

Financeira

Direção Financeira e Mercados

Dir. Contabilidade e Controlo Orçamental

Direção de Crédito

Direção de Recuperação de Crédito

Direção Banca de Investimento

Arlindo Rangel

Suporte

Gabinete de Segurança de Informação

Direção de Operações Nacionais

Direção de Operações de Estrangeiro

Direção de Cartões e Canais Diretos

Direção de Normas e Qualidade

Dir. de Tecnologias e Sistemas de Informação

Direção de Património e Logística

Direção de Segurança

Jorge Ramos

Controlo

Direção de Risco

Direção de *Compliance*

Direção de Auditoria Interna

Direção Jurídica

Gabinete de Controlo Cambial

O desempenho dos Administradores Executivos é avaliado pelo Conselho de Administração, que delimita o seu âmbito de atuação, por instrumento de delegação de competências e a quem a Comissão Executiva presta contas da sua atividade, quer em reuniões periódicas do órgão, no exercício do seu poder geral de administração, quer nas reuniões das suas comissões especializadas. Este procedimento resulta dos artigos 12.º a 14.º do Regulamento do Conselho de Administração. Igual avaliação é também feita pela Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais, e pela Assembleia Geral de Acionistas.

O funcionamento da Comissão Executiva é auxiliado em grande medida pela existência de comités especializados, organizados pelas direções do Banco, para abordagem técnica de temas transversais a um conjunto de áreas. Nestes comités são discutidos planos, programas, políticas, estratégias e atividades, e são tomadas deliberações relevantes, validadas pela participação de membros da Comissão Executiva em número suficiente para garantir a vinculação do Banco.

O regulamento da Comissão Executiva encontra-se disponível no site institucional

www.bancoeconomico.ao

1.4.1 Comités da Comissão Executiva

• Comité de Crédito

Analisa e aprova propostas de crédito, sob coordenação da Comissão Executiva.

Periodicidade:

Semanal

Composição:

Direção de Crédito, Direções Comerciais e Direção de Capital Humano.

• Comité de Negócios

Analisa e acompanha o desenvolvimento da atividade comercial do Banco e aprovação dos planos de ação nos segmentos e linhas de produto, sob coordenação da Comissão Executiva.

Periodicidade:

Mensal

Composição:

Direção de Oferta e Dinamização, Direções Comerciais, Direção de Cartões e Canais Diretos, Direção Banca de Investimento, Direção de Normas e Qualidade e Direções de Operações Nacionais e de Estrangeiro.

• Comité de Mercados

Analisa as condições dos mercados, fluxos financeiros e a posição de tesouraria, sob coordenação da Comissão Executiva.

Periodicidade:

Semanal

Composição:

Direção Financeira e Mercados, Direções Comerciais, Direções de Operações Nacionais e de Estrangeiro e Gabinete de Controlo Cambial.

• Comité Financeiro

Analisa a evolução da estrutura de balanço e resultados, sob coordenação da Comissão Executiva.

Periodicidade:

Bimestral

Composição:

Direção Financeira e Mercados, Direção de Oferta e Dinamização, Direção Banca de Investimento, Direção de Crédito, Direção de Risco, Direção de Contabilidade e Controlo Orçamental e Direções Comerciais.

• Comité de Meios

Analisa o modelo organizativo, da qualidade e do desempenho operacional do Banco, acompanha a execução do Plano de Transformação Operacional, monitora a evolução do portfólio de informáticos e organizativos, bem como acompanha a manutenção do Plano de Continuidade de Negócio e exercícios de *Disaster Recovery*.

Periodicidade:

Bimestral

Composição:

Direção de Normas e Qualidade, Direção de Operações Nacional, Direção de Operações de Estrangeiro, Direção de Tecnologias e Sistemas de Informação, Direção de Segurança, Direção de Capital Humano, Direção de Património e Logística, Direção de Cartões e Canais Diretos e Direção de Contabilidade e Controlo Orçamental.

- **Comité de Risco**

Analisa a carteira de crédito, monitoriza as principais operações em situação de imparidade e assegura a implementação de modelos de análise dos riscos a que o Banco está exposto e a evolução da exposição a cada um deles, sob coordenação da Comissão Executiva.

Periodicidade:

Trimestral

Composição:

Direção de Risco, Direção de Crédito, Direção de *Compliance*, Direção de Contabilidade e Controlo Orçamental e Direção Financeira e Mercados.

- **Comité de Controlo Interno**

Analisa e delibera sobre as questões relevantes da atividade do Banco ligadas ao ambiente de controlo e riscos de *compliance*, auditoria interna, operacional, segurança e jurídico.

Periodicidade:

Trimestral

Composição:

Direção de *Compliance*, Direção de Auditoria Interna, Gabinete de Controlo Cambial, Direção de Risco e Direção de Contabilidade e Controlo Orçamental.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão a quem cabe a fiscalização societária, nomeadamente dos atos praticados pelo Conselho de Administração, incluindo e, principalmente, a Comissão Executiva.

É constituído por um Presidente e por dois membros, com maioria independente, isto é, não associados a qualquer grupo de interesses específicos em relação ao Banco, nem se encontrando em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente:

- **Carlos Freitas**, Presidente, em representação da Sociedade Mazars Angola, da qual é *Partner*. Conta com experiências anteriores como gerente da empresa CFC (Angola), *Import & Export*, Lda. e como Consultor Financeiro da *Kopelson Investments*, Lda;
- **Mário Bruno da Conceição Ferreira Lourenço**, membro. Atualmente desempenha a função de Administrador Executivo do grupo Cochan, tendo anteriormente sido membro da Comissão Instaladora e Diretor Executivo da BP Angola;

- **Jacques dos Santos**, membro. Atualmente é *Partner* da Mazars Angola e *Managing Partner* da Mazars Katanga, funções que já desempenhou na Mazars Portugal e Mazars Brasil. É também Presidente do Conselho Fiscal da ANA – Aeroportos de Portugal.

O Conselho Fiscal do Banco Económico tem como principais atribuições:

- Acompanhar o processo de prestação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatórios sobre a ação fiscalizadora e os pareceres sobre relatórios (contas, governação corporativa, sistema de controlo interno e propostas apresentadas pela Administração).

Além das competências descritas, é, nos termos do artigo 12.º do seu Regulamento, atribuição do Conselho Fiscal, a avaliação do plano de trabalhos da auditoria externa e de todos os relatórios e pareceres emitidos no interesse da sociedade, bem como a solicitação de controlos específicos.

Perito Contabilista

O perito contabilista do Banco é a senhora **Denise Henriques**, inscrita na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola, com o n.º de cédula 20130108 e que não desempenha nenhuma outra atividade na instituição.

Auditor Externo

O auditor externo do Banco é a Ernst & Young Angola, Lda., desde Dezembro de 2016. Atualmente, o sócio responsável pela auditoria é o senhor **Daniel Guerreiro**, perito contabilista inscrito na Ordem de Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA), com o n.º de cédula 20130107, *Partner* da Ernst & Young Angola, desde 2016.

A contratação do auditor externo segue as regras estipuladas pela Lei e Normativos do Banco Nacional de Angola, sendo aprovada pela Assembleia Geral, mediante parecer do Conselho de Administração. A nível interno, o Banco tem aprovada uma Política de Avaliação e Periodicidade de Rotação dos Auditores Externos.

Principais Políticas do Sistema de Controlo Interno

No âmbito da criação de mecanismos de controlo interno, o Banco tem implementado um conjunto de políticas e normativos internos, garantindo a atuação dentro das normas que regem a atividade e dos princípios éticos, entre as quais se destacam abaixo:

Código de Conduta

Visando uma cultura de gestão transparente e isenta de conflitos de interesse, o Banco instituiu um Código de Conduta, onde estão descritos os princípios e regras de conduta fundamentais a

observar no exercício da atividade profissional dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, enquanto promotores de uma cultura de ética na Instituição, e demais Colaboradores, no relacionamento com Clientes, Fornecedores, Prestadores de Serviços e Concorrentes.

Os Colaboradores devem ser profissionais competentes, diligentes, leais, íntegros, bem como comportar-se de forma correta, conscienciosa, cortês, acessível e disponível.

O acompanhamento do Código de Conduta, no que se refere ao esclarecimento dos Colaboradores relativamente ao respetivo conteúdo e aplicação, é efetuado pela Direção de *Compliance*, que pode, sempre que necessário, recorrer a outras Direções, designadamente a Direção de Auditoria Interna e a Direção de Capital Humano.

Política de Conflito de Interesses

Considerando a suscetibilidade de ocorrência de eventuais conflitos de interesses, o Banco Económico tem estabelecido regras e procedimen-

tos internos, que obriga que o comportamento dos seus Colaboradores e membros dos Órgãos Sociais, sejam orientados por princípios de natureza ética e deontológica, que traduzem os mais elevados padrões de conduta moral e profissional.

Esta política considera como prioridade na condução e gestão dos seus negócios, a imparcialidade e independência na sua atuação, visando a prevenção e a gestão de conflitos de interesses, nos termos da legislação em vigor, quer entre os interesses do Banco e os dos Clientes, quer entre os interesses dos seus diferentes Clientes.

Política de Partes Relacionadas

De forma a garantir a independência da Instituição face aos seus Acionistas, atendendo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Banco Económico tem estabelecido regras e consolidado procedimentos para as transações com partes relacionadas, com vista a mitigar os riscos envolvidos e identificar formas de garantir a Segurança Jurídica e a Ordem Económica.

Adicionalmente, são divulgados na Nota 34 do anexo às Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2021, os saldos relativos a transações com partes relacionadas.

Comunicação de Irregularidades

O Banco Económico tem instituída uma política e procedimentos no âmbito da comunicação interna e externa de operações suspeitas. Todos os Colaboradores têm o dever de comunicar as operações suspeitas à Direção de *Compliance*, que por sua vez tem de as comunicar à Unidade de Informação Financeira (UIF).

Para além das operações suspeitas, todas as operações acima de USD 15 000, ou valor equivalente em Kwanzas, são sujeitas ao preenchimento de uma declaração de origem e destino de fundos e reportadas à UIF, inclusive transações repartidas por tranches cujo somatório atinja aquele limite, conforme estipulado na Lei n.º 05/2020, de 27 de Janeiro.

Política de Prevenção ao Branqueamento de Capitais

Face à crescente relevância do combate a estes fenómenos, o Banco tem tido uma atenção acrescida na identificação de fragilidades e de áreas de maior exposição, por forma a assegurar a existência de adequados métodos de controlo e mitigação de riscos inerentes a transações e contrapartes, identificando dois momentos em que esse conhecimento deve ser especialmente aplicado:

- Abertura de contrato ou alterações de titularidade de contrato existente, através do que é referenciado por KYC (*Know Your Customer*) ou seja, assegurar comprovadamente a identificação dos titulares, representantes e beneficiários efetivos;
- Acompanhamento da transacionalidade do contrato, nomeadamente identificando situações atípicas, tanto antecipadamente, como por contacto com o Cliente após deteção da situação;

- O Banco analisa as suas estratégias de Prevenção ao Branqueamento de Capitais, metas e objetivos numa base contínua e mantém um programa de *Anti-Money Laundering* (AML) eficaz para os negócios do Banco, que reflete as melhores práticas para uma instituição financeira. São regularmente promovidas ações de formação, no sentido de serem identificadas potenciais situações suspeitas de Branqueamento de Capitais, sendo igualmente útil para o cumprimento dos deveres legais e regulamentares a que o Banco se encontra sujeito;
- A Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PBC/FT) é um dos alicerces da confiança no sistema financeiro e como tal, este tema continuará a merecer uma atenção permanente por parte do Banco Económico.

3.3 A Nossa Oferta

Banca Comercial

O Banco Económico através das suas áreas de negócio tem procurado disponibilizar uma oferta de valor cada vez mais próxima, personalizada e digital junto dos seus Clientes e respetivos segmentos.

O Banco assume a visão de ser um parceiro financeiro de referência em Angola, com objetivos ambiciosos e sólidos para o desenvolvimento da sua atividade. As equipas do Banco estão devidamente preparadas para aconselhar todos os segmentos de Clientes sobre as melhores soluções de poupança e de investimento, e ajudar a identificar as opções de produtos e serviços financeiros mais adequadas para cada perfil de Cliente.

Por forma a garantir este atendimento próximo e personalizado, o Banco dispõe de diversas unida-

des de negócio, nomeadamente, Direção Financeira e Mercados Internacional, Direção Comercial Empresas, Direção *Top Corporate* e *Oil & Gas*, Direção de Institucionais, Direção Comercial Rede, Direção *Private Banking*, Direção *Affluent* e Direção Banca de Investimento. As Direções de Negócio acompanham diariamente quatro segmentos distintos de Clientes:

1. Particulares;
2. *Private*;
3. UMOXI (*Affluent*);
4. Empresas.

Oferta por Segmento

O Banco Económico assume a responsabilidade com o desenvolvimento do país. Reconhece a sua importância como agente de apoio ao desenvolvimento de negócios e projetos, à satisfação das necessidades dos consumidores e pretende continuar a disponibilizar soluções para que os seus Parceiros, Colaboradores e Clientes, alcancem prosperidade e crescimento.

Clientes Particulares e Clientes Umoxi

01. Soluções para o dia-a-dia

Cartões Multicaixa, Cartões de crédito, Contas à ordem, Contas Poupança.

02. Serviços

EconomicoNet, **EconomicoNet App**, **EconomicoDirecto**, Autorização de Débito em Conta ("ADC"), Transferências e Cheques.

03. Poupança

Depósitos a prazo, Solução de proteção cambial.

04. Crédito

Crédito pessoal e habitação, *Leasing*.

05. Seguros

Empregados domésticos, Proteção família, Auto moto, Vida, Viagem e Saúde.

Clientes Empresa

01. Tesouraria

Contas à ordem, Soluções para cobranças, Pagamentos, Aplicações financeiras, Proteção cambial.

02. Crédito

Produtos de crédito de curto-prazo, médio/ longo prazo, Garantias bancárias.

03. Serviços

EconomicoNet Corporate, **EconomicoNet App**, Recolha e transporte de valores.

04. Soluções Especializadas

Acompanhamento personalizado a Grandes, Médias e Pequenas Empresas e Negócios, Institucionais, *Oil & Gas*, Sala de Mercados, Banca de Investimento e Gestão de Fundos.

05. Seguros

Transporte de mercadorias, Saúde grupo, Automóvel frotas, Acidentes de trabalho, Viagem, Multirrisco industrial.

Cientes *Private*

01. Investimento

A equipa especializada em gestão de ativos *Private Banking* do Banco Económico realiza uma análise completa do perfil financeiro de cada Cliente, do seu contexto profissional e pessoal, dos planos de vida que pretende traçar, bem como dos objetivos que pretende atingir. Com base nesta avaliação, é apresentada uma estratégia de investimento, em linha com o perfil de risco do investidor, tendo em conta o prazo para atingir os seus objetivos e as respetivas expectativas de rentabilidade.

02. Financiamento

A equipa de consultores *Private Banking* do Banco Económico revela uma atenção permanente às expectativas financeiras dos seus Clientes, de modo a ajudá-los a encontrar soluções de financiamento adaptadas às especificidades de cada um dos seus projetos.

03. Assessoria Financeira

As equipas especializadas, multidisciplinares e totalmente dedicadas da Direção Banca de Investimento do Banco Económico, asseguram aos Clientes *Private* o acesso aos mais elevados níveis de aconselhamento financeiro para a gestão do seu património.

04. Seguros

Vida e Saúde, Embarcação, Acidentes Pessoais, Viagem, Multirrisco Habitação, Seguro automóvel e Empregados domésticos. Adicionalmente, os Clientes *Private* têm ainda à sua disposição os Cofres de Valores *Private*

Banking, que consistem numa cómoda opção para proteger e guardar documentos e objetos pessoais de maior valor.

Pilares de atuação comercial

Para o exercício de 2021, a estratégia das áreas de negócio foi prévia e devidamente alinhada com a estratégia global definida pelo Banco Económico, melhor descrita no Capítulo 7, para a qual é fundamental a articulação entre os Clientes, os Colaboradores, o crescente uso da tecnologia e digitalização e a mitigação do risco.

1. Clientes

A Direção Comercial Rede do Banco Económico, tem como principal missão, a prestação de um serviço eficiente, de qualidade e de proximidade ao Cliente, bem como, o alargamento da base deste ativo, no Banco.

A estratégia de atuação desta Direção ao longo do ano de 2021, focou-se na melhoria da relação

com os Clientes e na captação de novos Clientes Particulares, em especial de Clientes aderentes ao serviço de domiciliação de salários.

O principal objetivo foi a disponibilização segmentada e diversificada da nossa oferta aos nossos Clientes, de acordo com as exigências dos vários perfis de rendimento e setores de atividade (Particulares e Negócios), apostando na distribuição pelas plataformas digitais, maximizando a receita do Banco pela via do produto bancário e da margem financeira. A atividade desenvolvida traduziu-se num resultado positivo em relação aos objetivos comerciais de 2021 e crescimento comparativamente ao ano de 2020 (a concessão de crédito ao consumo, quer em número quer em montante, superou os objetivos em 2021).

2. Colaboradores

O Banco Económico considera o seu capital humano um elemento diferenciador e concorrencial no sector, qualidade que impacta de forma positiva, na experiência do Cliente com o Banco e no alto nível de satisfação do mesmo.

Alinhado à visão estratégica do Banco sobre este valioso ativo, foi possível através de um controlo orçamental bastante racional imposto pelas circunstâncias económicas conjunturais, o cumprimento do plano geral de visitas às agências por todo o território nacional onde existem agências do Banco.

Na sua preparação, o plano de visitas abarca uma agenda rica em sessões de treino *on job*, e formas criativas de esclarecimentos sobre a oferta e a estratégia comercial, primando pela aproximação e interação das equipas nas agências, com a nossa equipa Central de Gestão Intermédia (Gerentes de Zona e Coordenadores), de modo a criar motivação e inspirar o sucesso através do mérito, trabalho, dedicação e empenho.

Ainda no último trimestre de 2021, a Direção Comercial Rede promoveu, em conjunto com a Direção de Capital Humano o programa *BE GROW*, levado a cabo no sentido de identificar oportunidades de desenvolvimento das equipas de coordenação de agências, e de técnicos operacionais com forte potencial para evoluir na carreira. A

referida ação foi desenvolvida sob a liderança dos Administradores dos dois pelouros mencionados, o que na prática demonstra, a importância deste pilar na agenda da Administração do Banco.

Neste sentido as principais atividades desenvolvidas em 2021 por forma a preparar os nossos colaboradores para as necessidades dos Clientes passaram por:

- Desenvolvimento de Programas de Formação de colaboradores adaptadas às especificidades de cada um dos segmentos;
- Maior e melhor acompanhamento por parte da Gestão no sentido de desenvolver as competências dos colaboradores;
- Desenvolvimento das capacidades *on job*;
- Trabalho de proximidade junto dos Clientes, no propósito de conhecermos os seus planos de negócio e assim definirmos de forma assertiva, a cooperação no que diz respeito aos produtos adequados ao negócio, o suporte técnico a ser prestado e o apoio

financeiro para o fortalecimento da parceria.

3. Tecnologia e Digitalização

O Banco Económico, e as suas áreas de negócio em particular, continuarão a materializar o processo de transformação digital do Banco, através da introdução de produtos e serviços tecnologicamente inovadores e da presença em múltiplos canais em simultâneo e em tempo real, conforme descrito no Capítulo 3.8. Tecnologia, Transformação e Inovação.

Desta forma, os diferentes segmentos do Banco irão usufruir de um atendimento mais próximo, simples, digital e flexível. A automatização de procedimentos será igualmente uma área de foco, agilizando a relação com o Cliente.

4. Risco

Reconhecendo que a sustentabilidade do negócio depende da confiança dos Clientes nos serviços prestados pela instituição, a Direção Comercial Rede que é parte integrante e significativa da 1ª linha de defesa do Banco (representava em Dezembro

de 2021, 38% do total de colaboradores), desafiou-se a criar iniciativas preventivas de cariz formativo e de consciencialização das equipas, visando o alinhamento dos seus profissionais ao contexto regulamentar vigente, atuando de forma firme e contínua na extinção de práticas menos ortodoxas, as quais repele através da responsabilização dos seus colaboradores.

A adoção de uma postura ético-profissional que abranja a disseminação dos valores do Banco na interação com as equipas, o cumprimento das normas e do código de conduta internos, são um exemplo claro do compromisso dos gestores de Retalho na proteção dos interesses de todos os *stakeholders*.

É assim que em 2021, foram realizadas sessões periódicas de trabalho sobre o controle operacional nas agências, com o fim de melhorar as deficiências detetadas na gestão de tesourarias/caixas automáticos e na fiabilidade da informação sobre os Clientes e as suas transações, ações que se pretende continuar em 2022.



Cobertura Geográfica

Em 2021, o Banco Económico continuou a apresentar uma estrutura de distribuição capaz de responder às exigências e necessidades de todos os seus Clientes, disponibilizando um atendimento próximo e personalizado. De forma a complementar a sua estratégia de desmaterialização e transformação digital, o Banco Económico continua igualmente a apostar na sua equipa comercial, na rede física de distribuição, mantendo a ligação de proximidade no terreno com os seus Clientes.

 **76**
Pontos de atendimento

 **59**
Agências

 **10**
Centros de empresas

 **4**
Postos Alfandegários

 **3**
Centros Umoxi

O Banco Económico terminou o ano de 2021 com 76 pontos de atendimento, assegurando uma abrangência nacional e a presença nas principais cidades de Angola.

Adicionalmente, o Banco dispõe ainda de:

 **1**
Centro *Private*

 **1**
Centro *Top Corporate e Oil & Gas*

 **1**
Centro Institucional

Pontos de Atendimento (Distribuição por Província)

■ Centro de Empresas ■ Agências



3.4 Atividades em 2021

Durante o exercício de 2021, o Banco Económico adotou uma postura conservadora e de replaneamento estratégico, com a definição de um Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR) para responder às perdas significativas reconhecidas em 2019 e 2020, conforme mencionado anteriormente. Neste contexto, destaca-se o foco na redefinição das atividades comerciais, na consolidação da satisfação dos Clientes, utilizando para o efeito múltiplos inquéritos, sobre a qualidade dos serviços prestados, manutenção dos depósitos, colocação de produtos e adequação dos serviços à necessidade de cada Cliente.

Ciente do seu papel no mercado, o Banco manteve o foco na concretização do Plano de Recapitalização e Reestruturação, de forma transparente e rigorosa junto dos reguladores e potenciais investidores, assegurando um processo que minimizasse

os riscos nas operações do Banco e junto dos seus Clientes e Colaboradores.

Concomitantemente, registava-se uma pandemia que trouxe impactos para o Banco e os seus Clientes, que aliados ao contexto particular do Banco representaram uma prova da resiliência e do compromisso em servir da melhor forma os seus *stakeholders*. Neste sentido foi implementado um plano de atuação comercial bem delineado, que levou a um aumento da base de Clientes em 16%. Da mesma forma, o Banco na sua missão de contribuir para o desenvolvimento da economia angolana, concedeu créditos no montante de 16 970 milhões de Kwanzas, destinados a fomentar o desenvolvimento do tecido empresarial angolano e o financiamento do “Sector Real da Economia”.

De salientar ainda, que o Plano contém também medidas a implementar no futuro, que permitirão i) robustecer a relação comercial com os Clientes e o desenvolvimento de novos negócios, e ii) reter e desenvolver o talento presente na instituição, tornando-a mais eficiente na resposta às necessidades do público-alvo.

Adicionalmente, o ano de 2021 foi marcado pelo aumento da oferta e disponibilidade de novos produtos e serviços, nos vários segmentos, nomeadamente:

- Cartão de crédito exclusivo com benefícios fortíssimos;
- Oferta de novos produtos de rentabilidade com taxas competitivas;
- Atendimento aos sábados com marcação;
- Oferta personalizada, com um gestor disponível para atender os nossos Clientes entre as 8h e as 19h - UMOXI (*Affluent*);
- Oferta mais competitiva de Seguros, com excelentes resultados nas vendas;
- Dinamização da oferta não financeira, resultando no aumento das vendas.

As iniciativas de 2021 desenvolvidas pelas áreas comerciais permitiram ainda a:

- Captação de novos Clientes;
- Fidelização da base de Clientes com contactos permanentes, apresentando benefícios

e soluções adaptadas às suas necessidades;

- Retenção e aumento da carteira de Depósitos a prazo.

Para 2022, em linha com a estratégia definida, é ambição do Banco:

- Alinhar a estratégia comercial com a reestruturação do banco, nomeadamente com o PRR;
- Dinamizar a oferta comercial para ir ao encontro das necessidades dos Clientes e tornarmo-nos um Banco mais atrativo e competitivo;
- Criação de valor para o Banco com enfoque na diversidade dos depósitos dos Clientes e concessão de crédito de acordo com o perfil de risco dos Clientes no sentido de alinhar as taxas de juro para fomentar a margem financeira;
- Melhorar a qualidade e assegurar os níveis de serviços comerciais e de suporte;
- Assegurar ganhos de eficiência nos processos e reforçar os incentivos comerciais

criando e promovendo a satisfação interna dos Colaboradores.

Os números de 2021

Depósitos de Clientes

O Banco Económico concluiu o exercício de 2021, com um total de ativo de Kz 1 278 mil milhões, consolidando a sua posição como o terceiro Banco do sector com maior volume de depósitos.

O crescimento no número de Clientes Particulares (16%), bem como o crescimento do número de Clientes Empresas (7%) influenciaram positivamente a quota de mercado do Banco (de 3% para 3,6%). Este incremento reflete o esforço do Banco na angariação de novos Clientes que, em 2021, representaram cerca de Kz 21 mil milhões, um crescimento de 4% quando comparado com os depósitos angariados nos novos Clientes captados em 2020. Este crescimento justifica-se, quer pelos depósitos angariados nos novos Clientes Particulares (Kz 8,4 mil milhões), quer pelos depósitos

angariados nos novos Clientes Empresa (Kz 12,2 mil milhões).

Este comportamento dos depósitos em 2021 demonstra a confiança dos Clientes na marca Banco Económico, bem como os resultados do investimento contínuo na oferta de novos produtos e serviços inovadores e na consolidação dos canais de distribuição do Banco.

Por sua vez, este crescimento do montante de novos depósitos em 2021 é igualmente explicado, quer pela consolidação dos Depósitos à ordem (que representam 31% dos depósitos do Banco), quer pela manutenção dos Depósitos a prazo (que representam 69%), constatando-se uma forte confiança dos Clientes nos produtos de poupança e aplicações financeiras do Banco Económico.

O volume de depósitos em Moeda Nacional em 2021 fixou-se em Kz 257 mil milhões, mantendo-se estável em valor absoluto e registando uma redução percentual na ordem dos 4%. Neste sentido, a evolução de depósitos em 2021 fica fundamentalmente associada à consolidação dos

depósitos alocados a produtos de poupança e/ou aplicações financeiras, bem como na estabilidade dos Depósitos a ordem.

A forte dinâmica comercial no sentido de captação de novos Clientes e manutenção dos existentes tem sido uma estratégia contínua do Banco e potenciadora de valor.

A celebração de protocolos salariais com Empresas e consequentemente a abertura de contas para a domiciliação dos salários dos seus Colaboradores, tem influenciado na captação de Clientes e na colocação de produtos e serviços ativos.

O Banco aumentou o número de protocolos celebrados em 17% e a base de Clientes com salário domiciliado, em 86%.

Protocolos estabelecidos - 338

Clientes Conta Salário – 39 404

Empresas captadas – 1 345

Crédito a Clientes

Em 2021, apesar de um contexto de reduzida liquidez no mercado, verificou-se um aumento do montante de crédito concedido, materializando um crescimento de 10,9% e fixando-se em Kz 217 mil milhões, face aos Kz 196 mil milhões em 2020, o qual integra a concessão de Kz 2 332 milhões de novos créditos.

Este movimento é justificado pelo aumento do crédito a Clientes Empresa (15,9%) visto que se verificou uma redução no segmento de Particulares de 22,3%. Esta redução está diretamente relacionada à bem-sucedida dinâmica de recuperação de crédito, impactando positivamente na redução da imparidade a Particulares em 5,7%. No entanto, a aposta feita pelo Banco no alargamento e diversificação da base de Clientes apresentou frutos, reduzindo a exposição a operações de crédito ao consumo a Particulares. Atualmente, o crédito concedido a Clientes Empresa representa 90,58% da totalidade da carteira.

Este comportamento da carteira de crédito, vem demonstrar o posicionamento do Banco Econó-

mico enquanto financiador e parceiro das empresas angolanas, segmento com histórico de forte apoio por parte do Banco, concretizando a sua missão de dinamização da atividade económica de Angola.

Em 2021, o crédito em Moeda Nacional, que representa cerca de 90,3% da carteira de crédito do Banco, registou um crescimento de 53,7%, justificado por operações de crédito que foram ao longo do ano convertidas de Moeda Estrangeira para Moeda Nacional, sendo que, o crédito em Moeda Estrangeira reduziu-se em 64,2%, parte pelas conversões e parte por via dos processos de recuperação de crédito bem-sucedidos que culminaram na liquidação de processos de crédito irregulares.

A qualidade da carteira de crédito apresentou uma melhoria, na medida em que o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias passou de 44,4% em 2020 para 33% em 2021. Esta melhoria é justificada pela redução de operações de crédito em incumprimento, bem como pela reestruturação de operações de crédito que ocorreram durante o ano e

que permitiram adequar as exigências de liquidez das empresas à capacidade do seu negócio e gerar valor para liquidar os seus empréstimos.

As evoluções explicadas nos parágrafos anteriores, conduziram a um aumento do rácio de transformação de 12,3% em 2020 para 16,60% em 2021.

Canais Diretos

O Banco tem investido de forma crescente no desenvolvimento da sua plataforma de distribuição multicanal. Em 2021 manteve-se esse plano, com destaque na disponibilização de novas funcionalidades e algumas melhorias, quer a nível dos meios de pagamentos, como dos canais diretos, e o arranque do projeto de implementação da nova plataforma de cartões (PEGC).

Canal	Segmento	Utilizador
EconomicoNet Corporate	Empresas e Institucionais	
EconomicoNet	Particulares	Cliente
EconomicoNet App	Todos	
Consult@Cartão	Empresas e Institucionais	Beneficiário do cartão
EconomicoNet Balcão	Todos	Colaboradores do Banco

Novos serviços e desenvolvimentos em 2021

Durante o ano de 2021 foram implementadas algumas novas funcionalidades, com maior relevância nos projetos de cariz regulamentar promovidos pela EMIS e o Banco Nacional de Angola. Paralelamente, com o intuito de promover a digitalização de processos e melhorar a experiência dos nossos Clientes, foram também lançados alguns novos serviços.

Neste âmbito, destacam-se os seguintes:

- Atualização de dados *online*;
- Verificação automática de SMS com "One-tap SMS verification with SMS User Consent API";
- Consulta de montante Referência Única de Pagamentos ao Estado - RUPE em *real time*;

- Consulta em *real time* de dados e movimentos de cartões de crédito;
- Melhoria na funcionalidade de transferências Internacionais nos canais;
- Nova área de Cartões nos canais;
- *Card Protector* no Multicaixa Express;
- Serviço de atualização e sincronização de dados de Clientes e Cartões com a EMIS;
- Sistema de gestão de cartões de crédito e pré-pago – *Way4* (em curso);
- *Virtual host* (em curso);
- Levantamento sem cartão em TPA (em curso);
- *Gateway* de pagamento *online* (em curso).

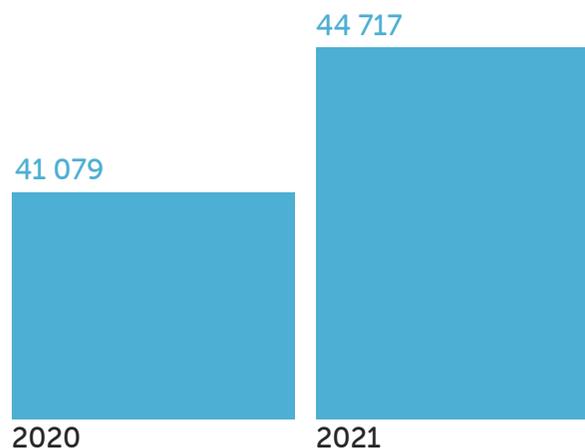
Adicionalmente, foram iniciados vários projetos, a concluir ao longo do ano 2022, dando continuidade ao processo de transformação dos serviços EconomicoNet e dos meios de pagamento, alinhados com as necessidades dos Clientes e das Redes Comerciais, implementando soluções que melhorem a experiência dos utilizadores dos serviços do Banco.

Canais Diretos em números

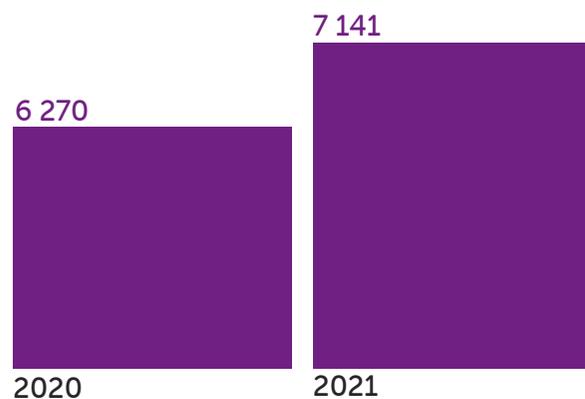
No final de 2021, o serviço de *Internet Banking* para Empresas (**EconomicoNet Corporate**) atingiu as 7 141 adesões acumuladas, o que representa um crescimento de 14% face a Dezembro de 2020, tendo a transacionalidade crescido 21%, com aproximadamente 257 935 transações financeiras realizadas, face às 213 000 transações executadas em 2020.

No serviço **EconomicoNet** (*Internet Banking* para Particulares), o número de adesões cresceu 9%, face ao final de 2020, totalizando 44 717 adesões acumuladas. A transacionalidade cresceu 25%, com o número de transações executadas a atingir as 329 685, face às 264 595 em 2020.

EconomicoNet Particulares | Adesões



EconomicoNet Corporate | Adesões



A taxa de penetração dos serviços **EconomicoNet** tem vindo a crescer sendo que nos Clientes Particulares decresceu de 20% para 19%, de 2020 para 2021, ao passo que nos Clientes Empresas e Institucionais aumentou de 38%, em 2020, para 40%, em 2021.

Meios de Pagamento

Em 2021, manteve-se a trajetória de crescimento no que diz respeito a cartões, ATMs e TPAs/POSs, dando continuidade ao plano estratégico, que passa pela renovação de plataforma e processos e pelo reforço da oferta, com lançamentos de novos produtos de cartão (Visa Pré-Pago, Multicaixa Crédito e Multicaixa Pré-Pago).

Meios de pagamento em números

- **Cartões de débito e crédito**

Os cartões de débito Multicaixa tiveram um crescimento de 10% em número de cartões e de 31% na faturação, a qual atingiu os Kz 323 812 milhões.

Relativamente aos Cartões de Crédito Visa, o crescimento foi de 0,3% no número de cartões e de 30% na transacionalidade, atingindo um montante de Kz 24 430 milhões.

Serviço e Métricas	2020	2021	Δ 2020/21 #	%
Cartões de Débito Multicaixa N.º Cartões	98 000	107 528	9 528	10%
Cartões de Débito Multicaixa Faturação Kz (milhões)	247 893	323 812	75 919	31%
Cartões de Crédito Visa N.º Cartões de Crédito	7 508	7 528	20	0,3%
Cartões de Crédito Visa Faturação Kz (milhões)	18 803	24 430	5 627	30%

• Terminal de Pagamento Automático

No que respeita a Terminais de Pagamento Automático (TPA), a atividade manteve o crescimento, com o aumento do número de terminais em 9% e do valor transacionado em TPA, em 4%.

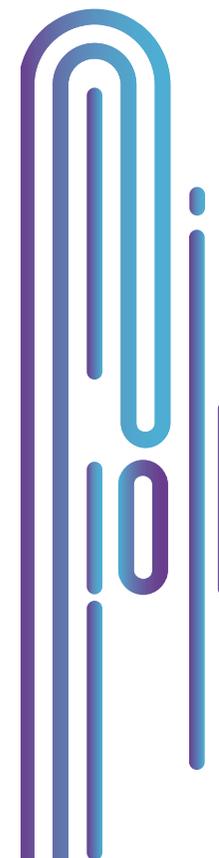
Serviço e Métricas	2020	2021	Δ 2020/21 #	%
Terminais Pagamento Automático N.º	4 875	5 314	439	9%
Terminais Pagamento Automático Faturação Kz (milhões)	194 839	202 135	7 296	4%



- **ATMs | Caixas Automáticas**

O parque de Caixas Multicaixa do Banco cresceu em uma unidade, para 98 ATMs, tendo o valor das transações financeiras decrescido 2%, com ligeira diminuição no indicador de Operacionalidade (TOR).

Serviço e Métricas	2020	2021	Δ 2020/21	
			#	%
Indicadores de Atividade				
Caixas Automáticas – ATM N.º	97	98	1	1%
Caixas Automáticas – ATM Faturação Kz (milhões)	111 812	109 586	-2 226	-2%
Indicadores de Qualidade de Serviço				
Caixas Automáticas – ATM Taxa de Operacionalidade (TOR)	97,2%	96,2%	-1%	-
Caixas Automáticas – ATM % <i>Down Time</i> por Falta de Notas	19,6%	29,3%	-10%	-



Banca Seguros

Em 2021 o valor total de produção para apólices novas e continuadas pelo canal Bancário é de Kz 370 milhões sendo que Kz 200 milhões correspondem a novas apólices, o que representa um crescimento de Kz 10 milhões em novas captações face a 2020. Este crescimento resulta da galvanização da dinâmica comercial através do lançamento de campanhas com preçários ajustados e prémios associados.

	2021	2020	2019	2018	2017	Variação % 2020-21
Taxa de Penetração	4%	4%	4%	8%	5%	
Volume de vendas	4 456	4 967	7 371	4 772	6 247	-10%

Banca de Investimento

A Direção Banca de Investimento (DBI), tem como principal objetivo dotar o Banco das capacidades e competências que lhe permitem proporcionar aos seus Clientes, uma oferta global, integrada e de qualidade internacional, de produtos e serviços

financeiros especializados, nas áreas de *Corporate & Investment Banking* (CIB).

Tendo em consideração o cenário macroeconómico adverso e desafiante na área de *Corporate & Investment Banking*, a DBI focou a sua atividade no apoio aos projetos de investimento de carácter prioritário, enquadrados na estratégia governamental de diversificação da economia e, consequentemente reduzir a dependência excessiva da importação de bens e serviços e contribuir para a sustentabilidade das contas externas do país.

Assessoria e financiamentos estruturados

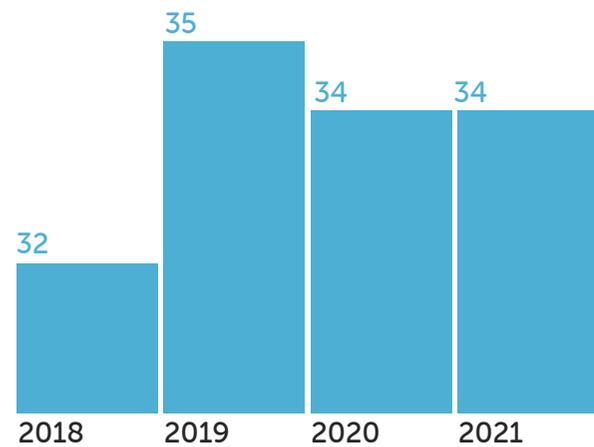
O Banco Económico prestou apoio aos setores considerados cruciais para o crescimento económico do país, concretamente, nos setores da agricultura, agro-indústria, pecuária, pesca, indústria transformadora e extrativa. Desta forma, foi possível disponibilizar recursos financeiros à economia nacional, tendo contribuído para a dinamização do aumento da produção nacional e satisfação das necessidades domésticas, pela diminuição das

importações e aumento das exportações.

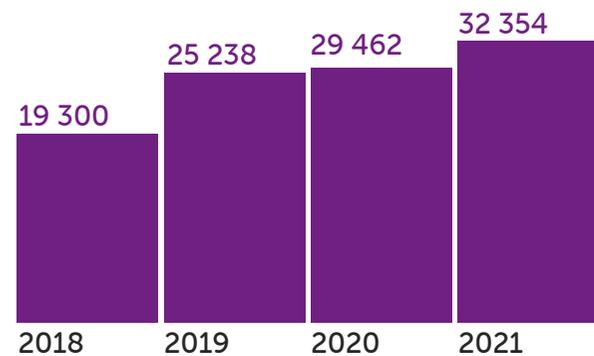
O Banco Económico sempre esteve comprometido nas políticas e programas do Estado que visam promover a produção nacional, como são os casos do Programa Angola Investe (PAI), lançado em 2012, o Programa de Apoio ao Crédito, o Aviso n.º 4/2019 e o Aviso n.º 7/2019 do BNA lançados em 2019 e, por último, o Aviso n.º 10/2020 do BNA lançado em 2020.

Até 2021, a Direção Banca de Investimento (DBI) mantém 34 projetos ativos ao abrigo do Programa Angola Investe (PAI) e dos Avisos do BNA, num financiamento total de Kz 32,4 mil milhões disponibilizados à economia nacional. Embora o Programa Angola Investe tenha sido descontinuado em 2018, estão em curso parte significativa dos projetos aprovados ao abrigo do Programa caucionados com garantia pública concedida pelo Fundo de Garantia de Crédito (FGC) e com bonificação de juros por parte do Ministério da Economia e Planeamento (MEP).

Número de Projetos Ativos



Valores Aprovados — Kz milhões

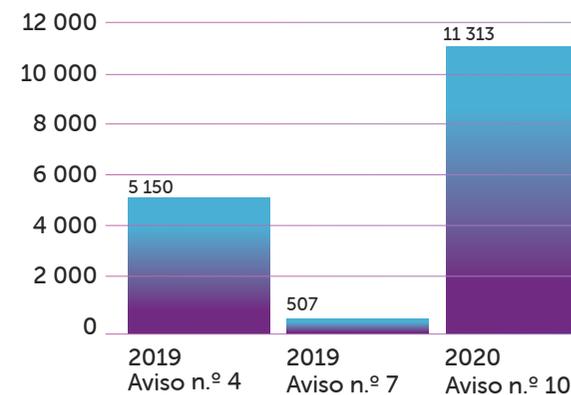


A ligeira redução de número de projetos ativos, entre 2019 e 2021, resultou da liquidação e vencimento de alguns projetos de menor dimensão, sendo que importa salientar que foram igualmente aprovados novos projetos de maior dimensão, e daí o crescimento em montantes aprovados.

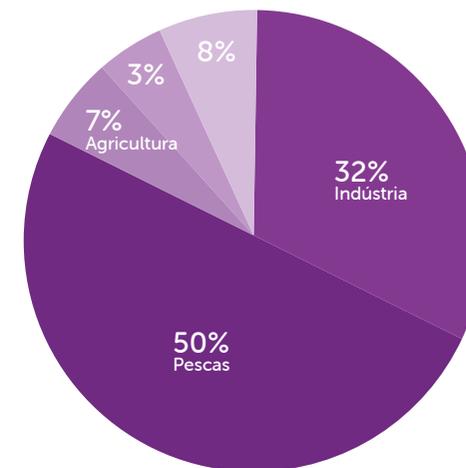
Com a descontinuação do PAI, o Banco Económico, até 31 de Dezembro de 2021 tinha em curso 10 créditos por desembolso, no seguimento dos Avisos supracitados, financiados em diversos setores de atividade no montante total de cerca de Kz 17 mil milhões, conforme ilustrado nos gráficos ao lado.

3

Distribuição por Avisos BNA — Kz milhões



Créditos por Sector — Avisos BNA



De forma a dinamizar os projetos financiados, o Banco tem realizado a monitoria da execução operacional dos mesmos com o apoio de consultores externos especializados e o acompanhamento institucional com as entidades governamentais (BNA, MEP, FGC, conforme mencionado acima, assim como com o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas - INAPEM).

Por outro lado, foram reestruturados os grandes créditos do Banco afetos à DBI sendo que esta Direção continua envolvida na negociação com os vários Bancos do mercado nos financiamentos sindicados em que o Banco participa.

A Direção Banca de Investimento reforçou o seu apoio às áreas comerciais do Banco, numa estratégia de maior proximidade às necessidades dos Clientes e de capacidade de resposta às suas expectativas. Desta forma, a oferta de produtos de crédito é sempre precedida de uma criteriosa avaliação dos projetos e do perfil dos seus promotores, numa relação equilibrada em que o Cliente deve assegurar a gestão, viabilidade e sustentabilidade do seu negócio, e aportar capitais próprios de

modo a não depender exclusivamente do financiamento bancário e partilhar os riscos da operação.

De forma complementar, à sua função de financiador, o Banco Económico assume-se como parceiro e assessor financeiro dos seus Clientes, estabelecendo uma relação de médio e longo prazo, visando o sucesso dos seus negócios e garantindo o cumprimento das responsabilidades financeiras assumidas para com o Banco e os demais *stakeholders* do projeto.

Estando em fase de reestruturação o Programa de Apoio ao Crédito (PAC), pelo Ministério da Economia e Planeamento, o Banco na qualidade de parceiro do Estado está igualmente a criar condições para assegurar a sua participação no referido programa.

O Banco visando o alargamento da área de atuação em projetos com maior relevância, prioriza igualmente os setores considerados estratégicos para a dinamização do crescimento e desenvolvimento económico do país, conforme ilustração seguinte.

Sectores Estratégicos



A escolha dos setores atrás indicados, teve como base as oportunidades que o mercado angolano oferece, como o incentivo na produção de energias renováveis, alargamento da cadeia de atuação de algumas empresas petrolíferas, surgimento e expansão de empresas de telecomunicação, criação de estruturas e instituições que visam incentivar os investidores a atuarem no sector mineiro.

Mercado de Capitais

A DBI é o *sponsor* desta área de negócio, proporcionando aos Clientes do Banco uma oferta integrada de serviços de Mercado de Capitais, quer de mercado primário (organização de ofertas públicas e privadas de valores mobiliários, de renda fixa e variável), quer de mercado secundário (intermediação de valores mobiliários em mercado organizado), sendo que o Banco está devidamente regis-

tado na Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e credenciado junto da BODIVA da qual é, desde Julho de 2016, Membro Negociador e Liquidador.

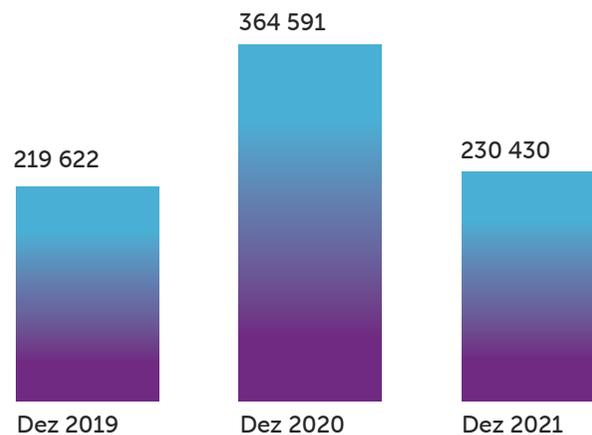
Através da área de Mercado de Capitais, a DBI acompanhou as principais iniciativas no lançamento do novo Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro (MBTT), com a integração das emissões de Títulos Públicos (Obrigações e Bilhetes do Tesouro) na Central de Valores Mobiliários (CEVAMA), lançamento da plataforma eletrónica de negociação (SIMER) e depois a migração para a nova plataforma (CAPIZAR), integrando os serviços de pós-negociação, liquidação e custódia.

Até 31 de Dezembro de 2021 o Banco Económico reduziu o montante de valores mobiliários sob custódia em cerca de 37%, comparando ao valor atingido em 2020, ainda assim ligeiramente superior ao montante de 2019.

Em 2021, a BODIVA conheceu pela primeira vez, uma redução do volume de negócios (17,73%), invertendo a tendência de crescimento exponencial desde a sua abertura, contrariando assim a média anual de crescimento registada nos últimos

6 anos de 143,64%.

Valores Mobiliários sob Custódia



Este decréscimo foi causado pela apreciação do Kwanza – em virtude dos agentes económicos, no passado, terem procurado cobrir o risco de desvalorização cambial através do investimento em obrigações indexadas à taxa de câmbio (USD/Kz) – e redução do número de negócios. Durante o ano de 2021, a BODIVA registou 5 420 negócios, uma redução de 1,67% face a 2020, num total de

Kz 976 mil milhões negociados.

Esta tendência foi transversal ao mercado, tendo o Banco Económico realizado operações de intermediação em Títulos de Dívida Pública, nos mercados BODIVA (primário e secundário), no valor total de Kz 23,82 mil milhões, uma redução de 70,24% em relação ao ano anterior.

Em relação a 2020, o número de contas abertas aumentou 16%, para 288 contas. Apesar da redução do volume negociado, o Banco conseguiu manter a tendência de crescimento ao longo dos anos.

Importa, no entanto, salientar que a CMC e o BNA, na sequência do estabelecido na Lei n.º 14/21, de 19 de Maio, sobre o Regime Geral das Instituições Financeiras (LRGIF), definiram o prazo e os termos e condições da transferência dos serviços e atividades de investimento em valores mobiliários e instrumentos derivados prestados, atualmente pelas Instituições Financeiras Bancárias (IFB), para as Instituições Financeiras Não Bancárias (IFNB) ligadas ao Mercado de Valores Mobiliários (MVM):

Sociedades Corretoras (SCVM) e Distribuidoras de Valores Mobiliários (SDVM).

Foi neste sentido, estabelecido que as Instituições Financeiras Bancárias (IFB) devem transferir, até 31 de Dezembro de 2022, os serviços e atividades de investimentos em valores mobiliários e instrumentos derivados, previstos no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/2013, de 9 de Outubro. Assim, a partir de 1 de Janeiro de 2023, serão automaticamente revogadas as licenças das IFB, independentemente de terem efetuado ou não a transferência das suas atividades, o que implicará a cessação imediata de todos os serviços e atividades que desenvolvem no mercado de valores mobiliários (MVM).

Face a esta situação, o Banco encontra-se a elaborar um plano de ação para assegurar a continuidade da prestação destes serviços e atividades aos seus Clientes, e uma adequada transição dos seus ativos sob custódia, nos prazos legalmente estabelecidos.

Analisando a tipologia dos negócios realizados

pelo Banco Económico ao longo do ano, em termos de número de negócios, verifica-se a predominância de negócios sobre Obrigações do Tesouro (78%) face aos Bilhetes do Tesouro (22%). Tal acontece porque os participantes nos leilões de Bilhetes de Tesouro, tratando-se de títulos de curta maturidade, mantêm os instrumentos até ao seu reembolso (*hold to maturity*).

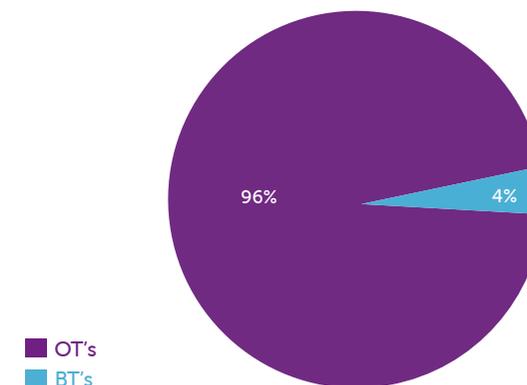
Contudo, quando consideramos a distribuição por montante negociado, é clara a predominância das Obrigações do Tesouro que representam 96% do valor negociado na BODIVA.

As maturidades de médio prazo foram as mais procuradas representando mais de 90% da procura tendo-se verificado um maior número de negócios executados por parte de Clientes classificados como “Pessoas Coletivas não Institucionais”.

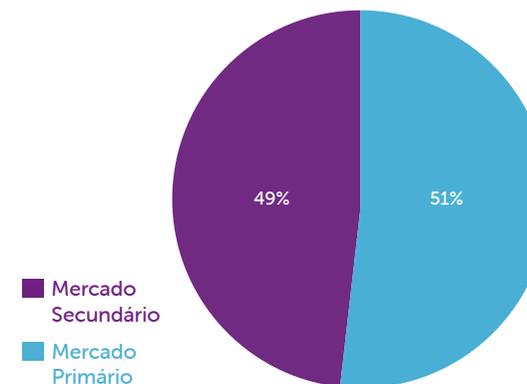
O Banco Económico manteve a sua atuação no mercado secundário de títulos, apesar de descer no *ranking* para 14.º lugar, em 2021.

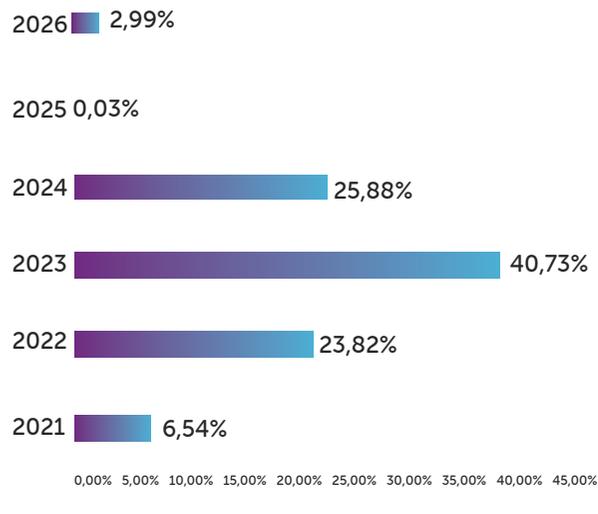
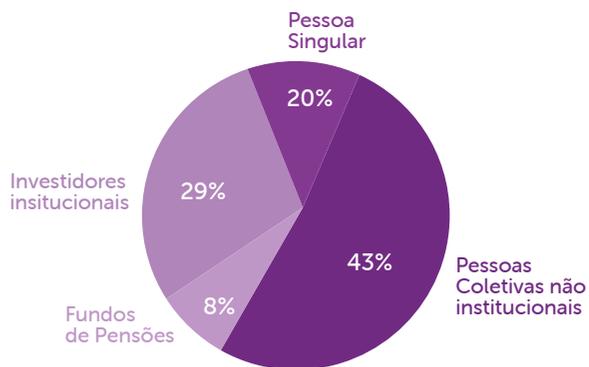
No mercado primário, a DBI esteve particularmente atenta às novas oportunidades de negócio no

Volume de negócios - Mercado



Número de negócios - Mercado





Buy Side, derivadas do Programa de Privatizações (PROPRIV), nomeadamente, a identificação, assessoria e canalização de investidores não residentes para aquisição de ativos em Angola e, no *Sell Side*, a apresentação de propostas para organização e colocação das ofertas públicas das empresas em privatização, em consórcio com outros intermediários financeiros, Nacionais e Estrangeiros.

Gestão de Ativos

Económico Fundos de Pensões – Económico SGFP

A Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Económico SGFP) tem como missão contribuir para o porvir dos participantes e beneficiários dos Fundos de Pensões sob sua gestão, garantindo o direito aos benefícios futuros e a uma reforma condigna, através da gestão prudente e eficiente das suas contribuições.

A atividade da Sociedade Gestora é complementar à da Segurança Social Pública, oferecendo

aos seus associados, participantes e beneficiários a possibilidade de constituição de patrimónios autónomos (Fundos de Pensões) que garantam, no futuro, o direito inalienável da pessoa humana a uma pensão de reforma, no culminar da sua vida ativa e terminada a sua carreira contributiva para a sociedade.

Em conformidade, a Económico SGFP tem como missão complementar contribuir para o progresso das empresas suas associadas, potenciando a valorização dos seus colaboradores e fomentando o desenvolvimento económico e social do País, no respeito pelas regras de ética e deontologia profissional.

A Sociedade iniciou a sua atividade em Abril de 2009, está registada junto da Autoridade Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) desde 2 de Março de 2009, sob o n.º 56143 e tem como principais Acionistas o Banco Económico, S.A. (Acionista de Controlo) e a GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. do Grupo Novo Banco (Portugal).

Em Setembro de 2018, em Assembleia Geral e para

dotar a Sociedade dos meios financeiros e margem de solvência necessários ao crescimento da sua atividade, os Acionistas decidiram aumentar o seu capital de Kz 105 milhões para Kz 1 000 milhões, por subscrição reservada aos mesmos Acionistas, integralmente realizada, sendo a estrutura Acionista atual, a seguinte:

• Estrutura Acionista

Na Assembleia Geral de 7 de Julho de 2021, foi decidido alterar a governação corporativa da Sociedade, substituindo a anterior Comissão Executiva por um Administrador Executivo com

	N.º de Ações	Valor Nominal	%
Banco Económico, S.A.	9 600	960 000 000	96%
GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A.	370	37 000 000	3,7%
Acionistas Singulares	30	3 000 000	0,3%
Total	10 000	1 000 000 000	100%

poderes delegados do Conselho de Administração, apoiado por dois membros não executivos (incluindo o Presidente do Conselho de Administração), que passou a assegurar a gestão corrente e operacional da Sociedade.

• Fundos de Pensões em Gestão

Em 31 de Dezembro de 2021, a Sociedade geria cinco Fundos de Pensões, sendo dois abertos e três fechados:

Apesar da legislação sobre os Fundos de Pensões ter sido criada há quase duas décadas, com a publi-

cação do Regulamento dos Fundos de Pensões (Decreto n.º 25/1998 de 7 de Agosto), não tem sido fácil a implementação da Segurança Social Privada, em Angola. Em 2021, numa conjuntura de forte redução da atividade económica, o sector dos Fundos de Pensões conheceu bastantes dificuldades, pois as crises financeira e da COVID-19, refletiram-se nas novas adesões aos Fundos - ao nível empresarial e individual - e também, nos constrangimentos e atrasos das empresas associadas, na realização das suas contribuições.

Apesar disso, a Económico SGFP continuou a sua evolução positiva, de crescimento sustentado

Fundos de Pensões	Data de Constituição	Data de Transferência	Tipo de Plano	Plano de Pensões
Fundo de Pensões 1-5-10 Por Dia	27/07/2001	01/12/2013	Aberto	Contribuição definida
Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos	03/01/2003	01/04/2014	Fechado	Benefício definido
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL	01/12/2007	01/02/2014	Fechado	Contribuição definida
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ENE, EP	21/05/2008	01/02/2014	Fechado	Benefício definido
Fundo de Pensões Besa Opções Reforma	01/02/2010	-	Aberto	Contribuição definida

da sua atividade, em colaboração com os seus Associados e Acionistas, consolidando a sua presença no mercado. Os valores em gestão ascenderam, em Dezembro, a Kz 24 392 mil milhões que compara com Kz 22 014 mil milhões em 2020 (aumento de 11%). Se analisarmos a evolução do último biénio (2021/2019) verificamos um crescimento médio anual de 30% dos fundos sob gestão, revelador da forte dinâmica comercial e financeira da Económico SGFP numa conjuntura

• Evolução das Carteiras dos Fundos em Gestão

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das carteiras dos Fundos, entre 2019 e 2021:

Fundos de Pensões	2019	2020	2021	CAGR ^{21/19}
Fundo de Pensões Besa Opções Reforma	2 335 183	3 418 384	3 944 585	30%
Fundo de Pensões 1-5-10 Por Dia	124 045	1515 868	151 195	10%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ENE, EP	2 962 101	4 294 541	3 026 655	1%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos		2 601 401	2 245 316	7%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL	7 021 866	11 547 903	15 024 410	46%
Total	14 419 199	22 014 096	24 392 161	30%

• Evolução das Comissões de Gestão

Ao longo dos últimos anos, a Económico SGFP tem conseguido uma evolução positiva das suas receitas, as quais se mantêm de forma consistente:

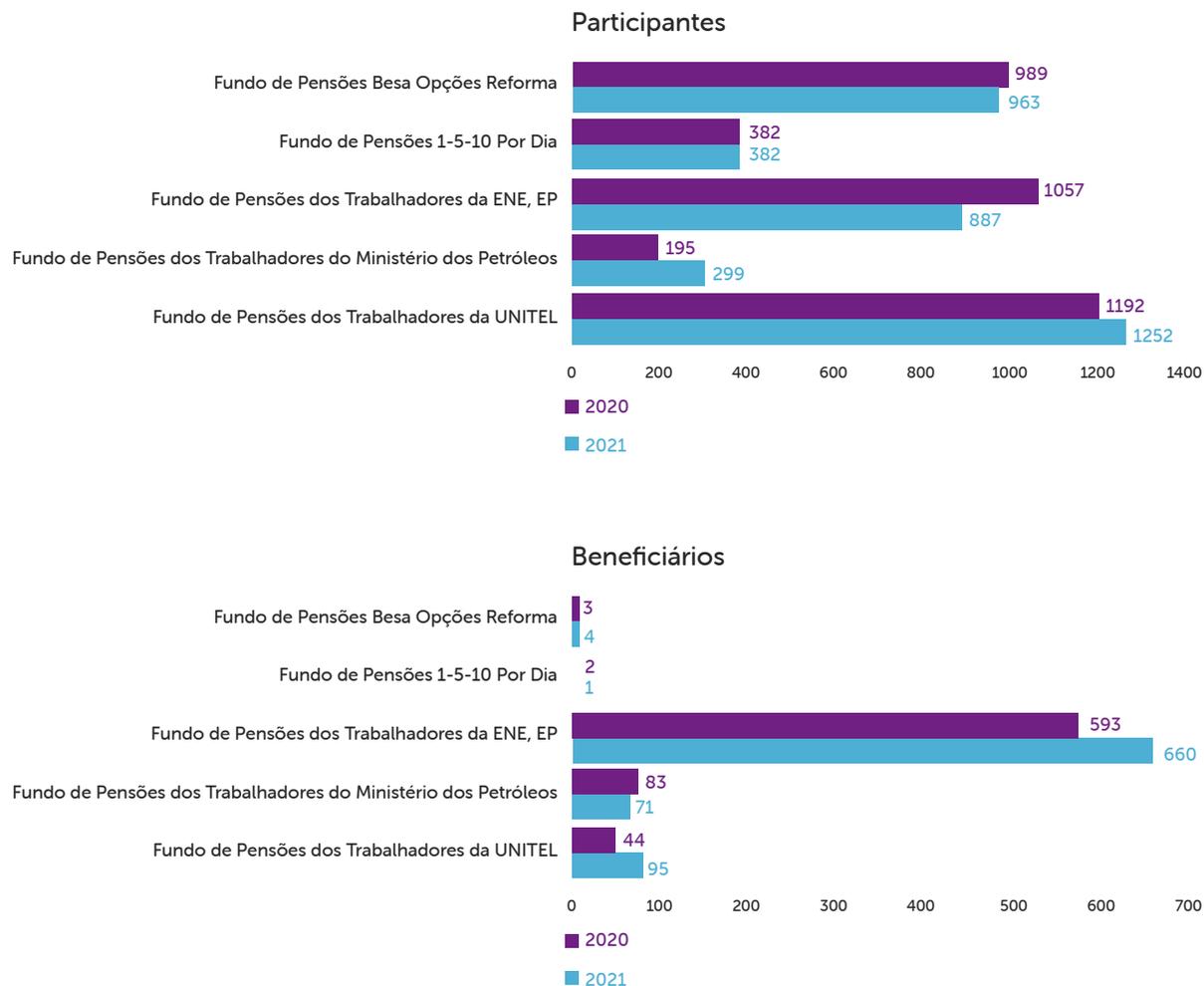
Fundos de Pensões	2019	2020	2021	CAGR ^{21/19}
Fundo de Pensões Besa Opções Reforma	26 787	97 628	101 149	94%
Fundo de Pensões 1-5-10 Por Dia	1 287	4 147	3 877	74%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ENE, EP	94 300	146 298	88 790	-3%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos	18 174	22 328	15 828	-7%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL	66 416	149 146	155 760	53%
Total	206 964	419 547	365 404	33%

particularmente desafiante, como foram os últimos dois anos.

• Evolução dos Participantes e Beneficiários

Em termos de novas adesões, destaca-se o Fundo do MINPET (+104 Participantes) seguido do Fundo UNITEL (+60), compensando a redução nos restantes Fundos, particularmente o Fundo da ENE (-170 participantes).

Esta evolução reflete o perfil da população ativa dos respetivos associados: o Fundo MINPET com uma população estabilizada, mas que cresceu por via da agregação de dois Ministérios (Petróleos e Geologia e Minas que deram origem ao Ministério de Recursos Minerais e Petróleos); o FP Unitel uma população jovem e ainda em crescimento; e o FP ENE o maior crescimento dos beneficiários, à medida que os participantes atingem a idade de reforma.



Económico Fundos de Investimentos – Económico SGOIC

A Económico Fundos de Investimento, S.A. – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, (EFI-SGOIC) é uma instituição financeira, não bancária, autorizada pelo Ministro das Finanças por Despacho de 7 de Janeiro de 2008, constituída em 14 de Março de 2008 e que iniciou a sua atividade em 21 de Abril do mesmo ano. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 263-08 e registada junto da Comissão do Mercado de Capitais desde 21 de Abril de 2008, sob o n.º 05/GSC-DJR/04-08.

A Económico Fundos de Investimento SGOIC tem como objeto social a instituição, organização e gestão de Organismos de Investimento Coletivo (fundos de investimento, mobiliários e imobiliários, sociedades de investimento imobiliário, entre outras), de acordo com as normas que regulam esta atividade.

Na vertente dos OIC Imobiliários, a EFI-SGOIC tem como principal missão a gestão do património imobiliário dos seus Clientes, incluindo a promo-

ção, comercialização, arrendamento, gestão e manutenção técnicas, e demais atividades abrangidas pela regulamentação aplicável, visando o desenvolvimento de projetos de construção de edifícios com frações de diferentes tipologias, usos e dimensões.

A Sociedade Gestora cumpre, em Angola, um papel relevante na valorização do património imobiliário, contribuindo para o desenvolvimento económico e social do País, em respeito pelas regras de ética e deontologia profissional, oferecendo uma melhor qualidade de vida e permitindo potenciar a valorização dos investimentos dos seus Clientes.

A estrutura Acionista da EFI-SGOIC, é composta por três entidades, duas pessoas coletivas detentoras de participações qualificadas (uma de direito angolano e outra não-residente) e três pessoas singulares. Da sua estrutura Acionista atual fazem parte como detentores de participações qualificadas, o Banco Económico, S.A. e o GNB – Gestão de Ativos SGPS, S.A. (subsidiária do Grupo Novo Banco, de Portugal, para a área de gestão de ativos) e três Acionistas individuais.

(Milhares de Kwanzas)

Acionistas	N.º de Ações	Valor Nominal	%
Banco Económico, SA	620	55,800	62%
GNB - Gestão de Ativos SGPS, SA	350	31,500	35%
Acionistas Individuais	30	2,700	3%
Total	1,000	90,000	100%

• Modelo de Governo e Sistema de Controlo Interno

A Sociedade Gestora tem vindo a adequar o seu modelo de governação corporativa e sistema de controlo interno com a regulamentação aplicável, as recomendações do regulador e as melhores práticas Nacionais e Internacionais, contando com o apoio e a experiência do seu principal Acionista.

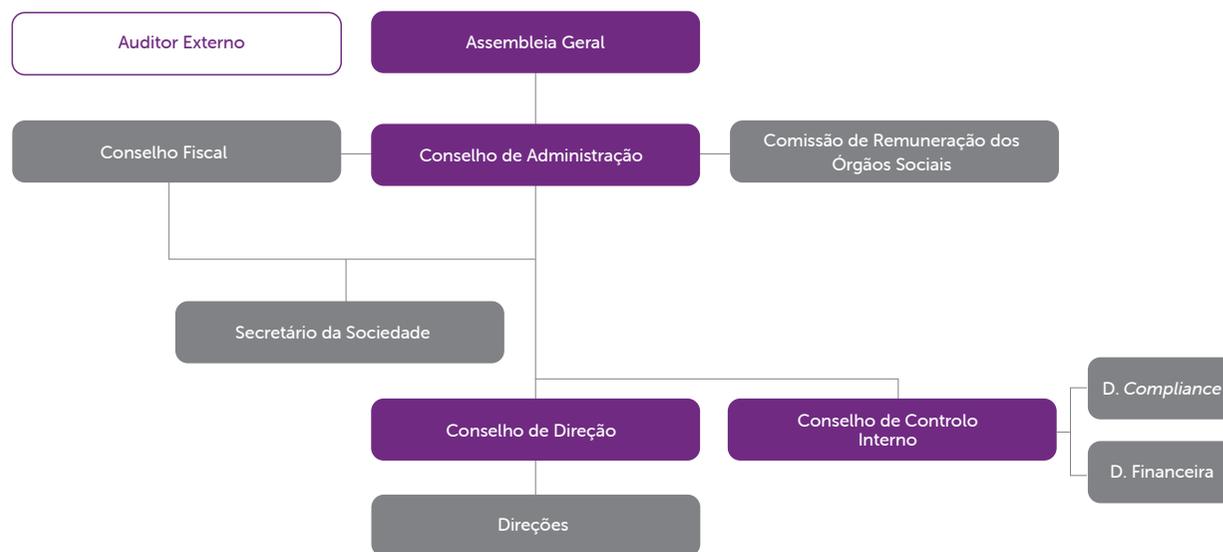
Neste contexto, é proposta a externalização/terciarização de algumas áreas de controlo interno junto do Acionista BE, nomeadamente as Funções de Auditoria Interna e de Risco, tendo em conta a sua experiência e os recursos técnicos e humanos disponíveis para a prestação destes serviços às suas Participadas.

Para a implementação destas funções, a EFI SGOIC irá recorrer às áreas homólogas do Banco Económico, criando sinergias de Grupo. Recorde-se que o Banco já assegura os serviços operacionais da Sociedade Gestora, na área de Tecnologias de Informação.

O modelo proposto prevê o reforço das competências e funções da Direção de *Compliance* que irá assumir-se como a área *sponsor* das funções

do SCI da EFI-SGOIC.

Em conformidade, o organograma da Sociedade é o que a seguir se apresenta:



• **Gestão de Fundos Imobiliários**

A Económico SGOIC tem reconhecida experiência de gestão de fundos de investimento imobiliários (FII), tendo gerido dois Fundos cuja liquidação ocorreu no exercício de 2018:

– BESA Valorização - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado;

– BESA Património - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

O “BESA Valorização – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado” foi constituído em 10 de Agosto de 2012 com o capital de USD 1 000 000 000 (mil milhões de dólares norte-americanos), representado por 50 000 Unidades de Participação (UP) com valor unitário de USD 20 000 e tendo como depositário o Banco Económico.

O Fundo, foi objeto de gestão prudencial, privilegiando a finalização dos projetos imobiliários já existentes e assegurando a regularização da situação legal e a titularidade efetiva dos imóveis já adquiridos. O Fundo foi objeto de liquidação e

partilha, por escritura pública celebrada em 22 de Fevereiro de 2018.

O “BESA Património – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado” foi autorizado pela CMC em 15 de Outubro de 2008 e iniciou a sua atividade em 13 de Dezembro do mesmo ano, como fundo fechado, com a duração de 5 anos e tendo como depositário o Banco Económico. O seu capital era de USD 100 000 000 (cem milhões de dólares norte-americanos), representado por 100 000 UP com o valor unitário de USD 1 000.

Em 2013, por deliberação em Assembleia de Participantes, foi decidida a prorrogação do prazo do Fundo por um período adicional de 3 anos. No momento da prorrogação, alguns Participantes optaram por efetuar o resgate do valor das UP detidas, verificando-se uma diminuição do número de UP inicialmente emitidas.

Em 17 de Agosto de 2015, a CMC revogou a autorização do Fundo e em 13 de Dezembro de 2016, comunicou à Sociedade Gestora o início do pro-

cesso de liquidação e partilha do seu património. Posteriormente, em 9 de Maio de 2017, a CMC informou a não oposição a que Sociedade Gestora assumisse a função de Entidade Liquidatária do Fundo.

Por escritura pública de 14 de Julho de 2018 foi transferido o património do Fundo para a INVESTPAR (anterior Grupo ENSA), participante maioritário que se constituiu o seu beneficiário único, tendo liquidado as “tornas” aos demais participantes. Por carta de 20 de Julho de 2018, a Gestora e Liquidatária informou a CMC da liquidação e partilha do Fundo.

• **Gestão de Patrimónios**

O ano de 2021, à semelhança de 2020, foi muito desafiante para a gestão imobiliária, uma vez que os preços dos ativos imobiliários continuaram com uma significativa tendência de redução, penalizando o património, pelo impacto da desvalorização dos ativos e pela forte redução da atividade comercial, em particular as transações de compra e venda de imóveis.

Procurando diversificar as suas atividades e no âmbito permitido pelo seu objeto social e pela regulamentação aplicável, a EFI-SGOIC procedeu ao registo junto do Regulador, para a gestão de patrimónios autónomos de Clientes, pessoas singulares ou coletivas, mobiliários e imobiliários. Em conformidade, celebrou no dia 1 de Janeiro de 2021 um contrato de gestão comercial, administrativa e operacional de um conjunto de ativos imobiliários cuja titularidade pertence à INVESTPAR – Investimento e Participações, S.A. (anteriormente denominada Grupo ENSA – Investimentos e Participações. E.P.).

Nesta conjuntura, a Sociedade Gestora procurou rentabilizar os ativos provenientes dos Fundos Liquidados e fazer face aos custos fixos da sua detenção pela INVESTPAR, dinamizando o segmento do arrendamento comercial (habitação e escritórios), mas adotando uma gestão prudente e conservadora, até à sua reversão.

Adicionalmente, a Sociedade Gestora encontra-se a negociar junto do seu principal Acionista, o Banco Económico, uma proposta de prestação de

serviços de gestão de carteiras de ativos imobiliários, nomeadamente, a carteira de imóveis recebidos em dação e não afetos à atividade operacional do Banco. Para este feito, a Sociedade dispõe dos necessários recursos técnicos e humanos especializados, para garantir uma gestão profissional, eficiente e a desejada rentabilização destes ativos.

Os serviços em curso e propostos ao Banco, bem como a outras entidades externas, permitem manter e potenciar o valor de mercado dos bens imóveis, assegurar a sua adequada manutenção e possibilitar a sua comercialização ou transferência para novos Fundos com sujeição à regulação da CMC, quando for possível a tomada dessa decisão e numa conjuntura de mercado mais favorável.

A Sociedade Gestora pretende ainda, continuar a expandir a sua atividade à gestão de outros tipos de Organismos de Investimento Coletivo (OICs), nomeadamente ao Fundo de Investimento Mobiliário (FIM) e Fundo de Investimento Imobiliário (FII). Neste sentido, estão a ser envidados todos os esforços comerciais e apresentação de propostas de serviços aos potenciais Clientes.

• **Estratégia de Negócio**

Não obstante a circunstância dos fundos de Investimento que estavam sob gestão da Sociedade (Fundo BESA Valorização e Fundo BESA Património) terem concluído os seus processos de liquidação em 2018, e de até à presente data, a Sociedade não ter qualquer OIC sob gestão (encontrando-se em incumprimento com o prazo máximo de 180 dias previsto no Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo), o Conselho de Administração considera adequado o pressuposto da continuidade das operações, atendendo (i) à sua convicção da continuação do apoio financeiro dos seus Acionistas, (ii) à celebração do contrato de prestação de serviços com a INVESTPAR, bem como (iii) à perspetiva de negócios futuros, nomeadamente através da execução do Plano de Negócios aprovado na Assembleia Geral de Junho de 2021 e do Plano de Reestruturação para o período 2021-2022 preparados pelo Conselho de Administração.

Na Assembleia Geral realizada em Junho de 2021 foi aprovado o Plano de Negócios da EFI-SGOIC, cujos principias objetivos são:

a) Retomar a atividade de gestão de OIC:

existindo ainda no mercado fatores adversos ao lançamento de OIC's Imobiliários, a Sociedade Gestora irá privilegiar o lançamento de OIC Mobiliários, em articulação com o seu Acionista maioritário – o Banco Económico – logo que concluída a sua operação de recapitalização, para alargar e diversificar a oferta de produtos do Banco aos seus Clientes;

b) Celebrar com o Banco Económico,

um Contrato de Gestão dos Ativos Imobiliários Não Produtivos (não operacionais), nos mesmos moldes do serviço atualmente prestado à INVESTPAR.

Adicionalmente, foi elaborado pelo Conselho de Administração da Sociedade, face à solicitação do principal Acionista, um Plano de Reestruturação para o período 2021-2022, com os seguintes objetivos:

- Adequar a estrutura de custos da Sociedade ao seu atual nível de negócios, sendo que para que tal aconteça as principais áreas de

poupança e racionalização de custos serão:

i) Capital Humano; ii) Fornecimento e Serviços de Terceiros e iii) Impostos, Provisões e Outros Gastos;

- Aumentar a integração com o Acionista Banco Económico, tirando partido da sua experiência e dos seus recursos técnicos e humanos;
- Terceirizar (*outsourcing*) as atividades que estão fora do seu *core business*, nomeadamente as funções de Gestão de Risco e Auditoria Interna;
- Garantir a continuidade da Sociedade, assegurando a sua viabilidade económica e financeira com o apoio do Acionista Banco Económico.



3.5 Capital Humano

Em 2020 e 2021, a Direção de Capital Humano (DCH) foi chamada a rever e alterar toda a sua estratégia por forma a dar resposta à COVID-19. A pandemia teve um profundo impacto no Banco, a todos os níveis, principalmente pelo facto dos líderes de negócio e de recursos humanos terem de mudar as suas prioridades e adotar novas formas de trabalho em resposta à COVID-19.

O grande desafio para a DCH foi a gestão de recursos humanos por forma a adaptar os mecanismos já existentes para não afetar negativamente os seus colaboradores e, ao mesmo tempo contribuir para o seu desenvolvimento e regresso ao normal funcionamento organizacional. Podemos afirmar, no entanto, que a pandemia se tornou num impulso



para a mudança organizacional, vindo a acelerar processos de inovação tecnológica, gestão e liderança, regulamentares e normativos internos.

Por conseguinte a elaboração de proposta para o processo de recapitalização e reestruturação do Banco Económico foi um dos fatores que influenciou a definição e execução de um Plano Estratégico desafiador cujas atividades estruturais já se iniciaram em 2021.

Sendo assim, foram definidas as linhas orientadoras face à ambição do Banco no que se refere aos resultados a que se propôs alcançar.

Capital Humano em 2021

Em 2021, existiu uma diminuição de 6,5% do número de colaboradores do Banco, tendo sido registado um total de 924 colaboradores no final do ano. Adicionalmente, fica evidente a aposta do Banco Económico na qualificação e capacitação do seu capital humano, na medida em que 48,9% possuem uma licenciatura.

Em 2021, registou-se uma manutenção, em ter-

mos relativos, da distribuição dos colaboradores, quer por género, quer por nacionalidade, sendo que 55% dos colaboradores são do género masculino e 98% dos colaboradores são de nacionalidade angolana. O Banco confirma a sua multiculturalidade ao integrar colaboradores provenientes de diversos países.

Acolhimento e Integração

O Acolhimento e Integração são parte integrante das etapas do processo de socialização organizacional do colaborador, tendo por objetivo que este conheça a cultura e os valores da instituição, bem como o que é esperado de si enquanto elemento do Banco.

Entende-se por “Acolhimento” o primeiro contacto do colaborador enquanto membro efetivo do Banco, sendo que é nesta fase que o colaborador é apresentado à cultura e aos valores da instituição, dando-se início ao seu processo de “Integração”. Este último tem como objetivo que os novos colaboradores adquiram conhecimentos profundos

sobre a sua função e o seu posicionamento no interior do Banco, sendo este um processo naturalmente mais demorado e contínuo.

O processo de Acolhimento e Integração é obrigatório para todos os novos colaboradores que sejam admitidos no Banco Económico, e encontra-se dividido em 3 momentos principais:

Pré-entrada: Interação com o novo colaborador entre o momento em que este aceita a proposta do Banco Económico e a sua entrada efetiva.

Entrada: Interação com o colaborador nos seus primeiros dias de trabalho no Banco Económico, existindo um processo de acolhimento no Banco e de acolhimento na função.

Integração: Interação com o colaborador durante os seus primeiros 6 meses de atividade dentro do Banco Económico.

A Direção de Capital Humano é responsável por despoletar um conjunto de ações de modo a assegurar que o acolhimento e a integração dos novos colaboradores sejam realizados de acordo com o

respetivo enquadramento funcional. De modo a garantir um processo que seja o mais próximo e personalizado possível, o Banco Económico definiu três tipologias de processo:

Geral: Considera todos os colaboradores admitidos para exercerem funções no Banco, à exceção da Banda de Gestão e dos colaboradores que irão ser alocados às restantes Províncias.

Banda de Gestão: Considera todos os colaboradores admitidos para exercerem funções de Direção, independentemente da respetiva área de atividade.

Restantes Províncias: Considera todos os colaboradores admitidos para exercerem funções nas províncias, onde o Banco Económico detém presença através das suas agências.

Adicionalmente, e de forma transversal a todos os novos colaboradores, o processo de acolhimento e integração é igualmente composto por um conjunto de formações obrigatórias em temas relevantes quer para o desempenho das respetivas funções quer para a capacitação em temas cruciais à sustentabilidade e boa imagem do Banco: FATCA,

Anti-Money Laundering, Princípios de *Compliance*, Risco Operacional e Reputacional, entre outros.

Estágio Profissionalizante

O Banco Económico está constantemente à procura de novos talentos e profissionais capazes de acrescentar valor à atividade do Banco. Neste sentido, disponibiliza Estágios Profissionalizantes que consistem na passagem de um novo colaborador por várias direções consideradas relevantes para a sua função, com os seguintes objetivos: i) promover uma melhor integração do colaborador; ii) tomar conhecimento das áreas de negócio e consolidar os seus conhecimentos com base na realidade do Banco e, iii) conhecer as práticas, metodologias e procedimentos dos processos comerciais nas áreas de negócio e operacionais, com base nas particularidades do mercado e do Banco.

A duração do Estágio Profissionalizante é variável, e definida com base na experiência do colaborador, bem como o número de direções que deverá percorrer, sendo esta informação definida na ficha de

registro do Estágio Profissionalizante.

Avaliação de Desempenho

O Banco Económico assume uma cultura assente na meritocracia. Neste sentido, o processo de avaliação de desempenho assume uma importância primordial, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento dos seus colaboradores e, em consequência, da sua atividade. O Banco dispõe de um ciclo de avaliação de desempenho suficientemente definido, sólido e transparente.

O processo de avaliação de desempenho assume especial importância, uma vez que atua como pedra basilar do desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, fomenta a motivação dos mesmos e contribui para a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos propostos. Por sua vez, a existência de colaboradores motivados e devidamente capacitados irá promover o crescimento da atividade e dos resultados do Banco Económico.

De modo a assegurar a máxima transparência ao

longo de todo este processo, a Direção de Capital Humano inicia o Ciclo de Avaliação de Desempenho realizando uma comunicação a todos os colaboradores do Banco. Nesta comunicação são discriminadas as datas a considerar para a realização de cada etapa da avaliação, bem como eventuais alterações às competências a avaliar. O Banco Económico tem implementado um processo formal de avaliação de desempenho que abrange todo o Banco, designado por Ciclo de Avaliação de Desempenho.

Desafios para 2022

Para 2022, o Banco já tem implementadas as condições que permitem consolidar o seu posicionamento, e reforço da cultura Banco Económico, através de:

- Potenciar um maior sentimento de inclusão e maior alinhamento da forma de estar e fazer do Banco, através de uma gestão clara;
- Desenvolver competências que permitam

uma liderança a uma só voz, mais forte e mais robusta;

- Construir uma cultura de serviço de excelência, mais próximos dos seus Clientes, que reforce a sua imagem interna e no mercado.

Neste sentido, a missão de todos aqueles que trabalham diariamente para o Banco Económico, é criar valor, a longo prazo, para os *stakeholders*.

As lições aprendidas com a pandemia da COVID-19, tornaram-se num desafio para o Banco Económico, fundamentalmente pela forma como o trabalho foi realizado.

O repto que se coloca às lideranças é desafiarem as velhas normas e repensar o futuro do trabalho e da gestão, passando por:

- Incentivar uma mudança de mentalidade com foco na prosperidade e assente na visão, missão e valores;
- Equilibrar a forte tendência da automatização das tarefas e digitalização, colocada

pelos desafios do modelo de trabalho híbrido ou remoto sem descartar a humanização dos modelos e processos de trabalho.

Adicionalmente, temas como a Diversidade e Inclusão são uma prioridade para a gestão do principal ativo do Banco Económico.

O desenvolvimento sustentável do negócio é a grande prioridade e como tal, a aposta no desenvolvimento dos colaboradores faz parte da estratégia de gestão e implementação de um processo sustentável e estruturado, por via de planos de desenvolvimento individuais, num modelo de carreiras claro e objetivo, com incentivos e atrativo, permitindo um maior compromisso de todos.

Por outro lado, a transformação digital é cada vez mais premente e o investimento em ferramentas e estruturas de suporte inovadoras, eficientes e ágeis continuará a ser a prioridade do Banco Económico como forma de dar resposta eficiente ao Cliente interno e externo melhorando a sua experiência com o Banco.

3.6 Marketing e Comunicação

No ano de 2021, apesar do contexto pandémico, o Banco Económico deu sequência ao Plano Estratégico estabelecido, refletindo-se nas seguintes atividades da Direção de *Marketing* e Comunicação:

- Desenvolvimento do Plano de Comunicação de forma a assegurar o alinhamento de conceitos e a aplicação nos diferentes canais e suportes de comunicação;
- Gerir a comunicação interna e demais informações dirigidas aos Clientes internos, por forma a fortalecer a identidade e a cultura interna do Banco e maximizar a produtividade;
- Criar parcerias com consultores de arte, envolvendo-os na criação de exposições de forma a rentabilizar a Galeria Banco Económico;



- Reforçar a inclusão e o compromisso dos colaboradores para com a instituição garantindo a periodicidade na produção da *Newsletter* Somos Futuro.

Campanhas de Produtos e Serviços

Foram lançadas campanhas de produtos e serviços com o objetivo de ampliar e satisfazer os segmentos dos Clientes alvos, mantendo o nível de captação de recursos e posicionar o Banco Económico como um Banco de confiança e referência no mercado.

DP Promocional – Com o lançamento desta campanha apresentamos o novo produto como a melhor escolha para quem procura um depósito a prazo de elevada rentabilidade. Para tal, optou-se por comunicá-lo nas nossas plataformas digitais.

DP Boas Festas – Teve como objetivo gerar notoriedade, destacando as principais vantagens competitivas do produto, por forma a ir ao encontro dos desejos dos Clientes procurando soluções rentáveis junto do público-alvo. Esta campanha foi divulgada nas nossas plataformas de comunica-

ção digital e também nas Agências e Centros de Empresa.

Protocolo Salário – Foram desenvolvidas peças de comunicação com mensagens/informação inequívocas sobre as vantagens competitivas do Protocolo Salário com ofertas integradas e completas. A comunicação foi a base de distribuição de *roll up's*, folhetos e nas nossas plataformas de comunicação digital.

Seguro Automóvel - Através de uma comunicação clara e enfática, assente nas verdadeiras vantagens do produto, posicionamos como a melhor opção de seguro para os Clientes e potenciais Clientes. Esta campanha esteve presente nas nossas plataformas digitais.

Eventos

O Banco Económico para dar continuidade e rentabilizar o Auditório e a Galeria, criou parcerias com consultores de arte envolvendo-os na conceção e criação de exposições, como forma de dar a conhecer os trabalhos elaborados pelos mesmos,

bem como reforçar a relação entre o Banco e as várias galerias existentes no País.

O objetivo principal passa por contribuir para a arte e cultura, ao mesmo tempo, oferecendo um espaço único, para desenvolver relações mais próximas com a comunidade, com os nossos Clientes, fornecedores, criando um espaço de desenvolver uma dando lhes oportunidades para conhecerem as várias exposições realizadas pelo Banco. Em 2021 realizaram-se os seguintes eventos:

Exposição “Entre Monstros e Homens - Thó Simões” - Um ensaio sobre a vida, a caminhada, as motivações e os seus dilemas, numa “procura do intangível, da satisfação, dos valores éticos morais e as suas inversões”.

O artista, encaminhou o seu olhar para o “nós”, através de um exercício de observação e absorção – por vezes incómodo – da sociedade e daquilo que a rodeia. Esta exposição foi organizada pela MOVART.

Dissidência Extravagante: Construindo uma Práxis Local - Reunindo cerca de 20 obras inéditas



Dia da Mulher

produzidas ao longo do último ano por Osvaldo Ferreira, “Dissidência Extravagante: Construindo uma práxis local” propõe, através da representação na pintura, a eclosão de um novo estatuto para a imagem da contemporaneidade relacional que se encena no espaço urbano da capital angolana. Exposição organizada pela TINAWC.

Comunicação Interna

Criou-se uma estratégia de *marketing* para a comunicação interna de maneira a desenvolver e executar projetos com algum destaque para todos os colaboradores Banco Económico. O objetivo principal visa fortalecer o relacionamento entre a Instituição e o colaborador, de modo a aumentar o alinhamento, envolvimento e comprometimento dos funcionários com os objetivos estratégicos corporativos. As ações realizadas foram:

7º Aniversário do Banco Económico - Como forma de celebrarmos a nossa conquista por nos mantermos sólidos num ano atípico e de reforçar a inclusão e o compromisso dos colaboradores para com a instituição, foi realizado um evento interno de celebração, que consistiu na entrega de t-shirts, que representavam o valor de união na celebração do 7º Aniversário, brindes que representavam o modo de transportarmos para o futuro todos os valores dos últimos 7 anos para os próximos, e um *cupcake* a todos os colaboradores, de forma apagarem a velas num único momento.

Dia da Mulher Africana – Esta ação interna que teve como objetivo a partilha com todas as colaboradoras e vários momentos, relacionados com o empoderamento da Mulher Africana com um tom de celebração. A referida ação envolveu o uso de uma t-shirt do Banco com frases motivacionais sobre o empoderamento feminino, captura de uma foto criativa em grupo, por Direção/Agência com uso de acessórios africanos, partilha de fotos nas redes sociais com *#hashtags* identificando o Banco Económico e divulgação das fotos em simultâneo na intranet.

Parcerias

O desenvolvimento nos mais variados desportos deve-se, acima de tudo, com à evolução das estratégias de *marketing*, adotadas, bem como, o mediatismo que os meios de comunicação social têm dado ao desporto. Assim, cada vez mais definimos eixos de desporto, como território, na estratégia de *marketing*.

Demos continuidade a nossa política em apoiar o Clube de Ténis, sendo a mesma uma instituição com relevo reputacional. Assim obtivemos exposição da marca a volta de todo o recinto do clube.

Newsletter Somos Futuro

O Banco Económico desenvolveu uma *Newsletter* interna com o nome ligado à nossa assinatura, “Somos Futuro”, sendo o objetivo principal, comunicar com os nossos colaboradores diversas temáticas: saber económico, performance do mês, efemérides, talentos, agenda cultural e outros.

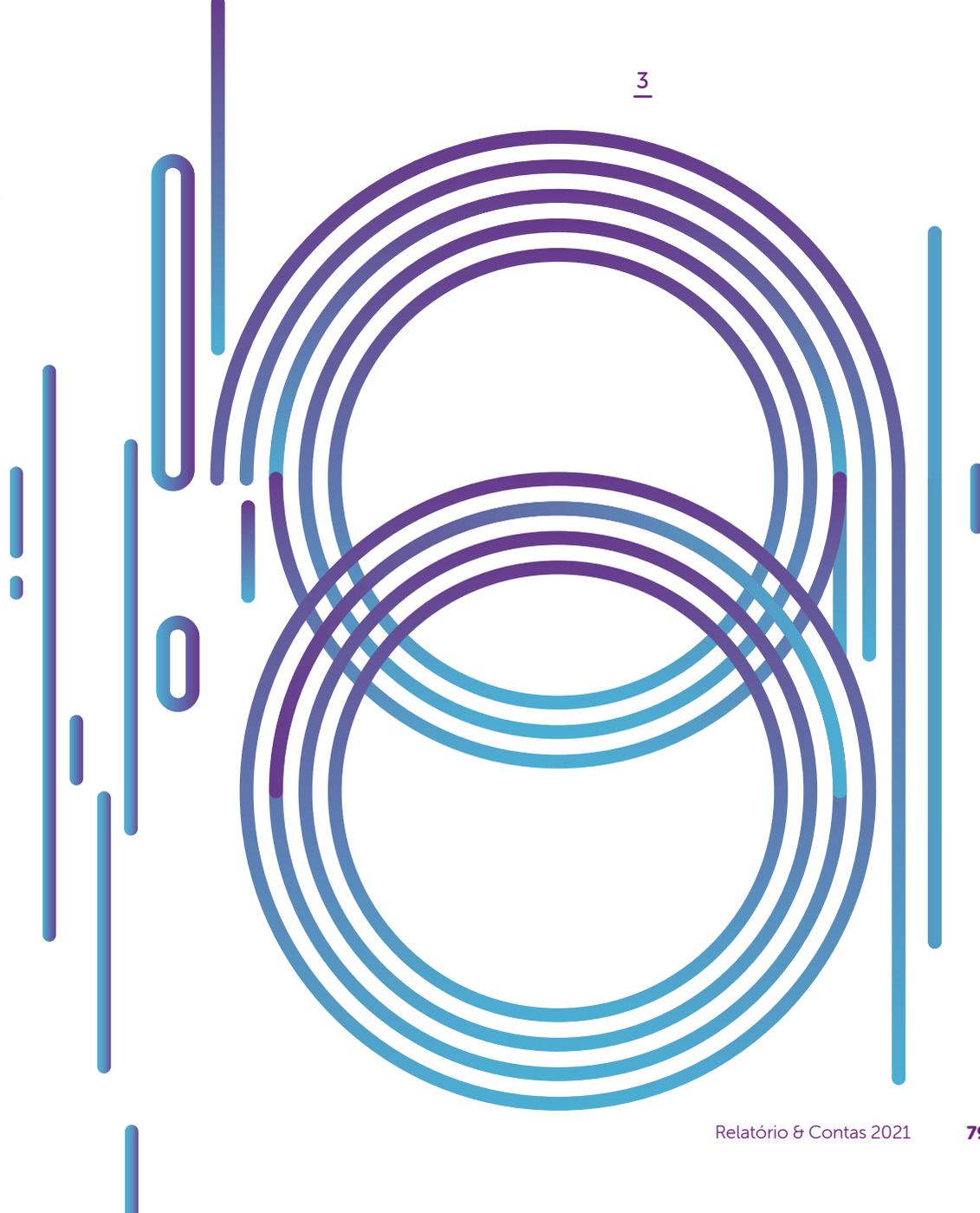
Com essa iniciativa conseguimos manter a periodicidade bem como integrar os colaboradores de forma a contribuírem com o envio de contributos para enriquecer e dinamizar a *Newsletter* do Banco.



3.7 Responsabilidade Social

A missão social do Banco Económico consiste em criar valor para um futuro sustentável em Angola, por isso, assumimos o lema: “Investimos Sempre na Comunidade”. Para este feito, dispõe na sua estrutura orgânica de uma Unidade de Responsabilidade Social, na Direção de Capital Humano, que tem como missão criar valor social nas áreas da Educação, Saúde, Desporto, Cultura e Artes e Ambiente, através do desenvolvimento de ações internas e externas, facilitadoras do bom desempenho e do bem-estar social dos colaboradores, comunidades e instituições.

O ano de 2021 foi atípico a nível mundial, marcado essencialmente pela pandemia da COVID-19, o que potenciou um ambiente de contração quer do ponto de vista económico, quer social. Ainda assim, no âmbito da sua missão de “Investir Sempre na Comunidade”, externamente, foi possível realizar programas e projetos de cariz filantrópico



e de sustentabilidade de curto e longo prazo, que permitem gerar transformação social macro, e internamente, projetos que contribuíram para o bem-estar dos colaboradores e seus familiares, motivando-os e sensibilizando-os para as causas sociais.

Estes projetos foram desenvolvidos nas áreas de Saúde e Educação (com maior destaque), numa lógica de continuidade e de contenção. A sua realização resultou no benefício de sensivelmente 9 673 pessoas, incluindo a sociedade e os colaboradores.

O investimento em projetos sociais nas áreas mencionadas, atingiu o valor de Kz 282 milhões, repartidos por custos diretos do Banco e pela contribuição dos colaboradores para o Fundo de Solidariedade.

Importa referenciar que somos uma instituição bancária inscrita e autorizada pelo Ministério das Finanças como Mecenas.

Responsabilidade Social Externa

Kz 140 Milhões investidos | ~ 9 742 Beneficiados

1. Saúde e Educação

- **Ação Solidária Hospital Municipal de Cacuaco (HMC):**

Saúde | Bens materiais e ação voluntária | ~ 50 pessoas beneficiadas

No exercício do ano de 2021 foi possível realizar uma ação solidária na ala pediátrica do HMC.

- **Campanha de Recolha de Sangue: “Gota a Gota Dê Vida a Quem Precisa”**

Saúde | Ação voluntária | 43 voluntários | ~ 7 968 vidas salvas (até 2021)

O Banco Económico em parceria com o Instituto Nacional de Sangue, realizou 17 campanhas de doação de sangue, sendo 9 em Luanda e 1 nas restantes províncias nomeadamente, Zaire, Benguela, Lunda-Sul, Malanje, Huambo, Bié, Uíge e Bengo.

A campanha de doação de sangue tem como objetivo:

i) reduzir o défice de sangue nos Hospitais Públicos de Angola e conseqüentemente minorar a taxa de mortalidade.

ii) sensibilizar e mobilizar, criando voluntários (colaboradores e sociedade em geral), de modo que se tornem dadores regulares.

Até a data, contamos com a participação de 1 992 voluntários, o que constitui aproximadamente 7 968 vidas salvas.

- **Ação Solidária Instituto Angolano de Controlo do Câncer (IACC):**

Saúde | Bens alimentares e ação voluntária | ~ 50 pessoas beneficiadas

No ano de 2021 foi possível realizar 1 ação, o Natal Solidário na ala pediátrica do IACC.

Capacitar para Cuidar

Saúde & Educação | Formação teórica e prática de profissionais e pais | 126 professores alcançados + ~40 pais orientados + 9.345 crianças beneficiadas + 51.744 atendimentos + 13 instituições atendidas + 126 multiplicadores + 7 províncias alcançadas

Projeto fruto da parceria entre o Banco Económico e o Centro de Desenvolvimento Infantil Kuzola Mona, que tem como fim a capacitação de professores, orientação de pais e desenvolvimento de crianças com transtornos no espectro autista.

O Capacitar para Cuidar é um projeto externo de continuidade e conta já com o seu segundo ano de existência. Os princípios regedores do projeto estão enquadrados e alinhados com o Ministério da Educação (MED), especificamente, com o Instituto Nacional de Ensino Especial, sendo o MED o parceiro principal e a chave no propósito que temos com o projeto.

O MED é a ponte com os profissionais de ensino e o Kuzola Mona será a ponte com os formadores.

Os objetivos encontram-se igualmente alinhados ao Plano Nacional de Desenvolvimento e a Política Nacional de Educação Especial, refletido nos objetivos de Desenvolvimento Sustentável Mundial.

O Banco Económico, regozija-se em ser a primeira instituição financeira em Angola a desenvolver um projeto voltado exclusivamente para a inclusão social e escolar de crianças e jovens com um desenvolvimento especial. Nessa perspetiva desenvolveu-se o projeto Capacitar para Cuidar. Este projeto tem como missão transmitir o conhecimento e a capacitação profissional e orientação familiar, no que respeita à área de prevenção e reabilitação dos transtornos da saúde e do desenvolvimento infantil, bem como acompanhar e garantir o tratamento das crianças.

O projeto gerou sem dúvida, transformação social na vida dos profissionais da educação, das crianças, dos seus familiares bem como da sociedade angolana, em geral. Os professores e os familiares foram capacitados em inúmeras vertentes do desenvolvimento infantil.

Este projeto permitiu ainda observar que esta é efectivamente uma franja da nossa sociedade que precisa de ser trabalhada hoje, para a melhoria das condições de vidas destas crianças e suas famílias, contribuindo positivamente para o seu futuro, bem como para o futuro de Angola, para que todos alcancem o melhor e que o melhor se multiplique.

Educação

Educação | Ensino Superior/especialidades | 81 Bolsas de Estudo Nacionais e Internacionais | 81 pessoas Beneficiadas

Em 2021, o Banco Económico deu seguimento as bolsas de estudo para o ensino superior a nível Nacional (internas) e Internacional (externas).

Custo anteriormente feito ao abrigo da Conta Solidária.

Natureza da Bolsa	Área de Formação	Idades	2021	2021
Bolsa Interna	Banca	18 - 30	72	Kz 31.041.806
Bolsa Externa	Medicina	26 - 30	9	Kz 106.429.502
Total			81	Kz 137.471.308

Apadrinhamento Aprendizizes do Bem

Educação | Ensino Primário Inclusão social | 4 ações desenvolvidas | 1 606 pessoas Beneficiadas (até 2021)

O Banco Económico tem abraçado o projeto social “Aprendizes do Bem” desde 2017, que tem como objetivo criar fortes valores sociais nas crianças e adultos do município do Cazenga, retirar as crianças da rua e conseqüentemente contribuir para a redução da delinquência infantil. Em 2021 participaram das aulas da iniciação até à 5ª classe cerca de 400 crianças e das aulas de alfabetização 40 adultos.

Responsabilidade Social Interna

Kz 142 Milhões investidos | 3 014 Beneficiados

1. Saúde

- **Desperta BE:**

Vários | Sensibilização para temas variados | ~1.000 Colaboradores

É um programa voltado para os colaboradores do Banco Económico e engloba um conjunto de sensibilizações em datas marcantes: Dia de África, Dia da Criança, Outubro Rosa, Novembro Azul e Luta contra o HIV/Sida.

- **Protocolos de Saúde:**

Saúde | 4 Protocolos de Cooperação | Colaboradores e familiares

É no intuito de contribuir na premissa da saúde e finança doméstica, que desde 2016 o Banco constituiu protocolos na área da saúde a favor dos seus colaboradores e familiares, que lhes permite usufruir de cuidados médicos, a preços mais vantajosos.

- **Consultório Médico:**

Saúde | Saúde e Bem-Estar | Gestão + Serviços | ~500 Colaboradores

Tem como objetivo dar maior conforto no local de trabalho aos colaboradores, no tocante a medicina preventiva, análises, testes rápidos regulares e de formas a garantir o acesso a consultas de utentes

de medicina geral.

Com a continuidade dos benefícios sociais foram evidenciamos esforços, para dar vantagem ao banco. As grandes rúbricas sofreram alguns ajustes orçamentais, com a implementação de iniciativas de redução do custo que ocorreram durante o ano, numa altura em que o mundo é assolado pela pandemia da COVID-19.

2. Transporte Interno Coletivo (TIC)

Benefício social | Transporte para Colaboradores | 152 Beneficiados

Este tem sido o benefício que o Banco Económico proporciona aos seus colaboradores que maior impacto cria aos seus 152 usuários.

Atualmente o TIC conta com 8 rotas, nomeadamente: Benfica, Camama, Kilamba, Sequele, Patriota, Viana Vila, Ulengo Center e Zango.

3.8. Tecnologia, Transformação e Inovação

A tecnologia e a digitalização continuam a fazer parte dos principais vetores da estratégia de desenvolvimento do negócio do Banco Económico. Os avanços tecnológicos ocorrem hoje a uma grande velocidade potenciando, cada vez mais, o surgimento de novos modelos operacionais, novas formas de atrair e reter Clientes e a disponibilização de serviços e produtos inovadores através de uma experiência única, positiva e adaptada às necessidades específicas de cada segmento.

Ainda neste contexto, importa destacar a necessidade de o Banco acompanhar o processo de mudança e transformação do sector bancário angolano que conta agora com a entrada de novos *players* e a implementação de mais medidas que visam promover a inclusão financeira, sendo estes dois elementos aceleradores do processo de transformação digital na banca.

Neste contexto, em 2021 o Banco Económico deu continuidade à implementação das iniciativas elencadas no plano anual de atividades e alinhadas com os objetivos do ciclo estratégico atual da organização e que na vertente tecnológica se centraram nas seguintes áreas:

Governança das Tecnologias de Informação (TI)

O Banco Económico tem vindo a promover o reforço e a melhoria da sua Governança Corporativa em algumas áreas consideradas estratégicas, tendo a área de Tecnologias e Sistemas de Informação sido considerada fundamental neste processo.

De forma a fazer face aos constantes desafios impostos pela evolução tecnológica e pelo processo de transformação do sector, foi aprovada uma alteração ao modelo organizacional da função de Gestão de TI. Em concreto, esta alteração resultou na atribuição de mais funções e responsabilidades à Direção de Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI), que passou a incorporar a

componente de desenvolvimento e suporte aplicacional, bem como a coordenação de todo o portefólio de programas, projetos e iniciativas através da nova função de *Project Management Office* (PMO), permitindo desta forma proporcionar uma gestão mais eficiente, coordenada e alinhada com os objetivos estratégicos do banco.

Para além de uma gestão mais eficiente, temos a destacar os seguintes ganhos:

- Adequação do nível de responsabilização nos processos de gestão e implementação de projetos de TI;
- Redução de custos através da otimização de recursos, melhor gestão das equipas potenciando ganhos nos tempos de resposta e de implementação de projetos;
- Melhor alinhamento entre as áreas de tecnologias de informação e as iniciativas estratégicas de negócio;
- Melhor envolvimento de todas competências de TI na análise e tomada de decisão

sobre projetos relacionados com evoluções tecnológicas ou implementação de novos produtos e soluções;

- Melhor gestão de infra-estrutura assegurando a sua adequação e capacidade potenciada por uma participação mais ativa e integrada nas equipas de projetos e alinhada com os requisitos e necessidades das aplicações de suporte ao negócio;
- Maior rigor e controlo no exercício de gestão orçamental mais alinhado com os objetivos estratégicos preconizados no plano de atividades, com a capacidade existente e com as necessidades do negócio, potenciando assim uma melhor otimização dos custos e a realização de investimentos ajustados a estratégia do Banco.

Eficiência e Redução do Risco Operacional

O Banco Económico tem sido pioneiro na promoção de iniciativas que visam melhorar a efi-

ciência dos principais processos de suporte ao negócio através da sua digitalização. Este esforço sistemático permite conferir à atividade ganhos substanciais em termos de produtividade, maior controlo, monitorização e identificação de pontos de melhoria, redução de custos de estrutura e potenciar a mobilidade e o trabalho remoto que hoje se afigura como uma capacidade que os bancos devem ter para assegurar a atividade em contextos adversos.

A nova versão do sistema *Core Bancário*, trouxe ganhos significativos no desempenho da aplicação, bem como na sua capacidade de interoperabilidade com os diversos sistemas periféricos através da sua moderna *Application Programming Interface* de serviços nativos em combinação com o *Enterprise Service Bus* implementado no mesmo contexto. Esta nova capacidade permite impulsionar significativamente a integração e automação dos processos imprimindo simplicidade, rapidez, segurança e contribuindo para a redução significativa de falhas ou erros operacionais de origem humana.

Reforço, Modernização e Adequação da Infra-Estrutura Tecnológica

A infra-estrutura do Banco foi mantida a um nível operacional aceitável e seguro. A mesma está otimizada para oferecer qualidade de serviço de nível superior e suportar as operações relevantes para o negócio.

Para melhorar esta qualidade e reforçar a segurança dos dados, o Banco iniciou no final de 2021 um projeto de modernização da sua infra-estrutura que incorpora funcionalidades intrínsecas e de alta disponibilidade.

A segurança dos dados na gestão da infra-estrutura é outro aspeto fundamental, por isso, o Banco Económico implementou em 2021 uma nova solução de salvaguarda dos dados que permite maior rapidez e capacidade de recuperação em caso de desastres. Com esta nova solução o Banco reforçou a sua resiliência e capacidade de proteção de dados para lidar com as constantes pressões de complexidade e escala, incorporando também a agilidade e perspicácia exigidas pelos

novos desafios da era digital, mantendo o cumprimento das obrigações legais e regulamentares.

Projetos de Suporte ao Negócio

Depois de implementar com sucesso, no final de 2020, dois grandes projetos de modernização tecnológica - a nova versão do *Core Bancário Flexcube R12.4* e a completa reengenharia da *Datawarehouse* - foi necessário dedicar atenção redobrada ao processo de estabilização e de retoma da regularidade em termos operacionais. O primeiro semestre de 2021 foi totalmente focado no acompanhamento pós-produção destes dois sistemas e dos processos de integração com as restantes aplicações e sistemas que com eles integram.

Em simultâneo, as atividades das equipas do Banco estiveram centradas na implementação de alterações críticas e de conformidade legal, melhorias funcionais de impacto para o Cliente, na modernização e atualização dos sistemas de suporte ao negócio com realização de diversos *upgrades* de

versões de *SW* e *HW*, na integração de soluções estratégicas para reforço dos sistemas de pagamento e da oferta de produtos e serviços através da plataforma de canais.

Das iniciativas e projetos iniciados ou implementados em 2021 importa destacar:

- **SIFOX - Carteira Própria**

Integrar na solução SIFOX, os títulos da carteira própria e os processos de gestão, culminando assim o projeto de implementação do SIFOX como ferramenta de eleição para a gestão do negócio do mercado de capitais.

- **Retoma do Projeto SAS KYC/AML**

Reinício do projeto de implementação da nova ferramenta de suporte aos processos de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e financiamento ao terrorismo (BC/FT) e reforço dos processos de identificação, avaliação e conhecimento dos Clientes, prevendo-se a sua conclusão no 1º trimes-

tre de 2022.

- **Novos Relatórios CIRC 3.0**

Desenvolvimento realizados para implementar o novo pacote de requisitos regulamentares referentes as alterações previstas para o reporte regular à central de risco do BNA - CIRC.

- **Plataforma Multicanal - EconomicoNet**

Dando seguimento a estratégia de evolução da nossa plataforma de canais foram implementadas e disponibilizadas novas funcionalidades que permitem dotar os nossos Clientes de mais ferramentas que lhes permitam gerir as suas finanças de forma cada vez mais autónoma e segura. Atualização de dados totalmente online, a consulta de informação relativa a carteira de títulos sobre custódia do BE para os Clientes com um perfil de investidor mais ativo e diversas consultas em tempo real sobre estado e atividade dos cartões de Crédito e de Débito.

Perspetivas para 2022

Para o Banco Económico, 2022 continuará a ser um ano de enormes desafios, motivados pela rápida e continua evolução tecnológica e pela necessidade de continuar a promover iniciativas que visam o ajuste célere do modelo operacional do Banco em estreito alinhamento com o processo de transformação digital, tornando a Instituição cada vez mais ágil, mais leve, eficiente e mais preparada para se adaptar aos desafios do futuro.

Neste âmbito, destacamos as principais iniciativas que serão acompanhadas através do plano de atividades anual e no portfolio de projetos de cariz tecnológico em 2022:

- Melhoria da eficiência operacional através da continua digitalização, automatização e integração de processos e procedimentos;
- Implementar melhorias ao processo de *onboarding* de Clientes e o processo de *self onboarding*;
- Continuar a investir no desenvolvimento da plataforma de canais (**EconomicoNet**) com

a implementação de novas ofertas de produtos e serviços totalmente digitais;

- Estabelecer parcerias estratégicas com *fintechs* e prestadoras de serviços de pagamentos para promover o alargamento da oferta de serviços aos nossos Clientes e Parceiros;
- Implementar a nova solução de gestão de cartões e promover a migração da oferta atual;
- Implementar melhorias ao sistema de acompanhamento comercial e sistema de objetivos e incentivos;
- Reforçar o sistema de informação de gestão com a integração das diversas fontes para o sistema de reporte do Banco através da *Datawarehouse*;
- Reforço da capacidade de armazenamento e segurança dos dados;
- Migração de sistemas core para a Nova Infraestrutura Oracle de referência.



Sistema de Controlo Interno



4.1 Conceito, Objetivos e Princípios Orientadores

De acordo com o Aviso n.º 01/2022 do Banco Nacional de Angola, que vem substituir os Avisos n.º 01 e 02 de 2013, e o Aviso n.º 10/2021, é responsabilidade do Órgão de Administração definir os objetivos e princípios subjacentes ao Sistema de Controlo Interno (SCI), incorporando-os na estratégia e nas políticas do Banco e assegurar o seu cumprimento por todos os Colaboradores.

O SCI, efetivado pelo Órgão de Administração e demais Colaboradores, apresenta-se como o conjunto integrado de Políticas e Processos com carácter permanente e transversal à toda a Instituição, cujos objetivos primordiais são:

- Garantir o respeito e a conformidade do Banco com as disposições legais e regulamentares;
- Assegurar o desempenho eficiente e rentável das atividades desenvolvidas e controlo dos riscos envolvidos;
- Garantir a existência de informação financeira e de gestão rigorosa, completa e de qualidade.

Para assegurar a qualidade e eficácia do SCI, em alinhamento com os objetivos definidos, o Banco procura, de forma permanente, assegurar:

- A consolidação do Sistema de Gestão de Risco (SGR), através da formalização e documentação contínua de um conjunto integrado de estratégias, políticas e processos, incluindo os controlos e sistemas;
- A efetividade e eficácia dos processos de monitorização do SCI;
- Um ambiente de controlo interno adequado, tendo em conta o seu código de conduta e as políticas definidas;

- A eficiência dos sistemas de informação e comunicação.

O Sistema de Controlo Interno do Banco atua em quatro principais vetores:

- **Prevenção:** garantir que Banco possui os mecanismos e procedimentos necessários para evitar situações de risco, ou diminuir a sua probabilidade de ocorrência e severidade;
- **Deteção:** desenvolver alertas que permitam identificar atempadamente quaisquer situações de risco que se verifiquem;
- **Mitigação:** criar mecanismos de contingência que possam controlar e minimizar o impacto negativo decorrentes das situações de risco que eventualmente se verifiquem;
- **Monitorização:** assegurar que existe um acompanhamento relativo a todas as atividades sobre a supervisão da área de Controlo Interno de forma a garantir o controlo de qualidade sobre as mesmas.

A eficácia do controlo interno constitui uma vantagem competitiva para o Banco, potenciando as ferramentas que permitem uma rápida e eficaz reação face a um contexto de mudança. Contudo, para que se verifique a plena eficiência e eficácia do SCI, é indispensável a aplicação e o cumprimento dos seguintes princípios orientadores, os quais estão alinhados com a regulamentação do BNA e as melhores práticas internacionais (e.g. Comité de Basileia):

- Continuidade: assegurar o entendimento dos riscos inerentes ao negócio do Banco e os seus fatores, bem como a implementação de um Plano de Continuidade de Negócio que garanta a continuidade do negócio e a resiliência do Banco;
- Universalidade: desenvolver um ambiente de controlo interno em toda a organização e assegurar que a estratégia e as políticas gerais de gestão, são eficazmente difundidas e assimiladas pelos Colaboradores;
- Totalidade: identificar, mensurar, controlar e

mitigar todos os riscos que possam comprometer a estratégia definida, numa base individual ou agregada, bem como caracterizar, executar e monitorizar os controlos que os mitigam;

- Adequabilidade: adaptar o SCI à dimensão, natureza e complexidade da atividade do Banco, ao seu perfil de risco e grau de centralização e delegação de competências. Adicionalmente, assegurar que todos os colaboradores estão aptos a desempenhar de forma eficaz e eficiente as funções atribuídas e que compreendem, partilham e promovem, os princípios éticos e profissionais que regem o Banco;
- Independência: estabelecer um modelo de governação que assegure um SCI independente, e que permita aferir, avaliar e reportar os resultados do Banco ao Órgão de Administração e a colegialidade na tomada de decisões;
- Segregação de Funções: promover uma clara segregação de funções entre as áreas de

negócio, de controlo e de suporte. A segregação abrange a diferenciação de recursos afetos e a independência hierárquica e funcional das funções e dos elementos que as desempenham, sendo também espelhada no ciclo de vida das operações;

- Tempestividade: respeitar as regras e prazos definidos em todas as atividades no âmbito do controlo interno, com reporte imediato sem que se verifique qualquer atraso;
- Homogeneidade e Transparência: garantir a homogeneidade e transparência na aplicação dos processos, através da documentação/formalização dos procedimentos.

4.2 Modelo de Governação

O modelo de governação do Sistema de Controlo Interno do Banco assenta na seguinte estrutura:

Conselho de Administração	Comité de Controlo Interno	Comité de Gestão de Risco	Direção de Compliance	Direção de Gestão de Risco	Direção de Auditoria
É responsável pela estratégia de negócio e solidez financeira, principais decisões sobre recursos humanos, organização interna, estrutura, práticas de governança, gestão de riscos e obrigações de conformidade.	Assegurar a formalização de informação eficaz e documentado; Supervisionar a formalização e operacionalização das políticas e práticas contabilísticas do Banco; Rever as informações de cariz financeira para divulgação interna ou externa.	Responsável por supervisionar a implementação da estratégia do risco por parte da instituição e a atuação da função de gestão de o risco sobre o sistema de controlo interno.	Procede ao controlo do cumprimento das obrigações legais e das políticas e diretrizes internas a que o Banco se encontra sujeito.	Responsável põe identificar, avaliar, monitorizar e prestar informação sobre todos os riscos resultantes da atividade desenvolvida pelo Banco.	Tem como objetivo principal efetuar uma avaliação da efetividade, eficácia e adequação do Sistema de Controlo Interno, considerando o risco associado a cada atividade.

Função de *Compliance*

A Função *Compliance* é responsável por assegurar que o Banco Económico e todos os membros dos seus Órgãos Sociais, Diretores e Colaboradores, cumprem escrupulosamente todas as exigências legais, estatutárias, operacionais, éticas e de conduta que lhes são aplicáveis. Adicionalmente, deverá garantir o cumprimento da Política de *Compliance* do Banco, bem como avaliar os processos de prevenção e deteção de atividades criminosas, incluindo a Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo. No âmbito das suas funções deve ainda planear, desenvolver e manter uma relação efetiva com as entidades reguladoras.

Função de Auditoria Interna

A Função de Auditoria Interna atua de forma permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, e tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração uma garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos pro-

cessos e sistemas de controlo interno, de gestão dos riscos e de governação. A atuação das equipas de auditoria interna está alicerçada nos princípios do Banco Nacional de Angola e em documentos normativos internos, nomeadamente: Código de Conduta, Regulamento Interno de Auditoria e Manual de Auditoria Interna.

Neste sentido, as diversas funções, direções, políticas e procedimentos implementados pelo Banco Económico têm contribuído para uma melhoria contínua do Sistema de Controlo Interno do Banco, que se encontra devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais, bem como para a proteção do valor da instituição, da sua solvência e reputação.

Função de Gestão de Risco

A Função Risco visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco Económico se encontra exposto, quer interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados

e não afetem negativamente a situação patrimonial do Banco. Para tal, o Banco dispõe de uma estrutura sólida para a prevenção e controlo de riscos, constituída pelo Comité de Risco, Comité de Tesouraria, Comité de Controlo, Direção de Risco e Controlo de Crédito, Direção de *Compliance*, Direção de Auditoria Interna, Direção de Controlo Interno e Risco Operacional e Gabinete de Gestão de Risco.

Gabinete de Controlo Cambial

Em conformidade com o Instrutivo 7/2018, de 19 de Junho, o Banco Económico, sob orientação do BNA, criou o Gabinete de Controlo Cambial (GCC), como órgão de estrutura independente, com reporte direto à Comissão Executiva (CE) através do respetivo Administrador do pelouro.

A função Controlo Cambial tem como principal responsabilidade assegurar o cumprimento estrito da legislação e regulamentação cambial em vigor, diligenciando para que o Banco Económico conheça e cumpra a legislação e regulamentação cambial aplicável, em cada momento, no registo e

processamento das operações cambiais e abertura de contas de não residentes cambiais e que todos os processos sejam tratados de acordo com a letra e o espírito da regulamentação, incluindo o seu reporte ao Banco Nacional de Angola (BNA).

4.3 Função de *Compliance*

A Função de *Compliance* é responsável pelo fortalecimento e monitorização do Sistema de Controlo Interno do Banco, bem como dos processos de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Distribuição em Massa (PBC/FT/PADM), assegurando a existência de políticas e normas para mitigar riscos associados ao incumprimento das leis e regulamentos que regem a atividade do Banco.

O Banco promove a implementação de um pro-

grama de *compliance*, para garantir a disseminação desta cultura assente nos seguintes princípios:

- **Compromisso** - Por parte de todos os colaboradores e membros dos Órgãos Sociais do Banco, no cumprimento da legislação Nacional e Internacional que lhes seja aplicável, com impacto na sua atividade e na das suas participadas, bem como no seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar;
- **Ética** - Os colaboradores do Banco e Órgão da Administração, pautam o seu desempenho profissional pelos elevados padrões de integridade e honestidade pessoal, cumprindo todas as disposições legais, regulamentares e internas em vigor;
- **Estratégia** - Alinhamento da política de *compliance* à estratégia e aos objetivos de longo prazo do Banco;
- **Transparência** - O Banco dispõe de um conjunto de códigos, normativos, procedimentos

e processos, devidamente divulgados, que conduzem a sua relação com os Clientes, Colaboradores e *stakeholders*, para garantir a eficiência e qualidade dos produtos e serviços prestados;

- **Profissionalismo** - Os Colaboradores devem desempenhar as suas funções com elevados níveis de competências técnicas, de modo eficiente, neutral e discreto em respeito absoluto pelos interesses dos Clientes e do Banco;
- **Diligência** - Os colaboradores devem agir de modo criterioso e prudente, de acordo com o princípio da repartição de riscos, privilegiando o estrito interesse dos parceiros, Clientes, fornecedores e outros;
- **Monitorização** - O Banco dispõe de um processo constante para identificar se os pilares e o programa de *compliance* funcionam conforme planeado.

Principais Atividades em 2021

Tendo em consideração as responsabilidades

atribuídas à Direção de *Compliance* (DCOMPL) apresenta-se o resumo das principais atividades desenvolvidas no exercício de 2021:

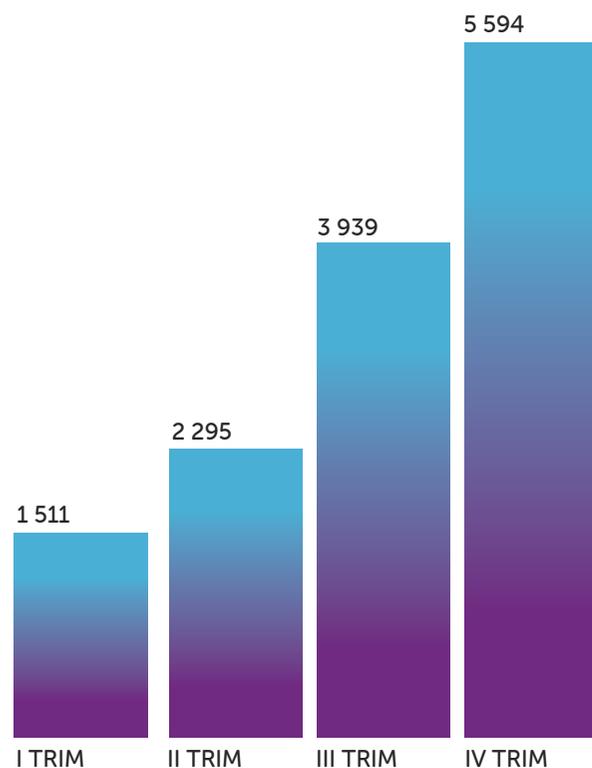
a) Abertura e Manutenção de Contas de Clientes

A aceitação de um novo Cliente (*onboarding*) expõe o Banco a elevados riscos reputacionais. Em conformidade, para a prévia identificação e mitigação desses riscos, o Banco implementa procedimentos de aceitação de Clientes ajustados a cada área de negócio, materializados pelas diversas políticas e normativos em vigor, aplicáveis na jurisdição angolana.

O Banco mantém um processo de Aceitação de Clientes de acordo com o tipo de Clientes com que pretende iniciar ou manter relações de negócio, designadamente para efeitos do risco de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo (BC/FT). Para estar alinhado com as boas práticas em matéria de *Compliance* e AML, o Banco implementou diversas ferramentas de *profiling* e *filtering*, nomeadamente: *Workflow*,

Online Compliance e *Compliance Link* e, mais recentemente o SAS AML, ferramenta de qualidade reconhecida internacionalmente e que, uma vez

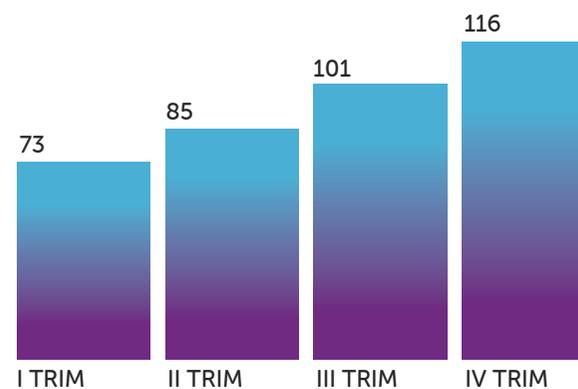
Processos de Abertura de Contas em 2021



totalmente implementada, vai permitir efetuar o escrutínio e monitorização dos Clientes e transações do Banco, de forma abrangente, integrada e automática.

Neste contexto, durante o exercício de 2021 a Direção de *Compliance* deu tratamento a um total de 13 339 processos de abertura de conta, com o pico registado no último trimestre do ano em que foram abertas 5 596 contas (cerca de 42% do total de contas abertas no ano).

Processos de Manutenção de Contas em 2021



Destes novos Clientes, 10 são Pessoas Politicamente Expostas (PPE) ou seja, Clientes de risco alto, os quais, o Banco decidiu manter a relação após a realização das diligências necessárias.

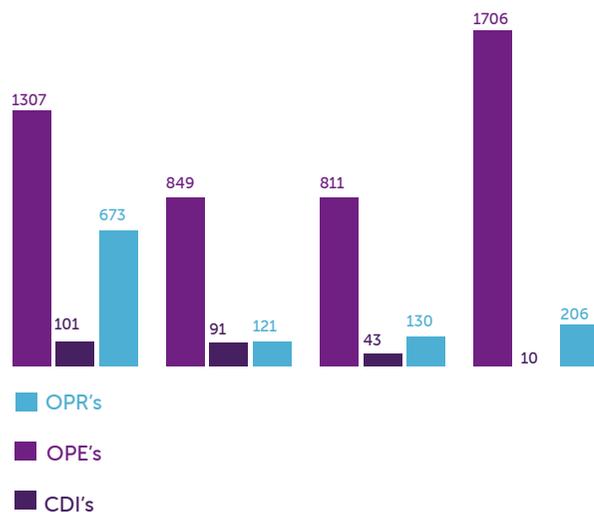
Como resultado das análises realizadas pela DCOMPL foram devolvidos 4 022 processos de abertura de conta (30% do total) de Particulares e Empresas, por deficiente ou incompleto preenchimento das fichas de caracterização dos Clientes.

No ano de 2021, foram tratados 375 processos de manutenção de contas de Clientes, justificando maioritariamente por alterações da estrutura societária (Clientes Empresa).

b) Monitorização de Clientes e Transações

Para a monitorização de Clientes, o Banco dispõe de um conjunto de instrumentos de análise que assentam numa abordagem baseada no risco, que permitem reavaliar o nível de risco dos Clientes de acordo com os critérios definidos para o efeito, nomeadamente, profissão, perfil transacional considerando o volume e tipo de transações realizadas nos últimos 6 meses, carteira de produtos e serviços e localização geográfica.

Monitorização de Transações no *Workflow*



• Transações no *Workflow*

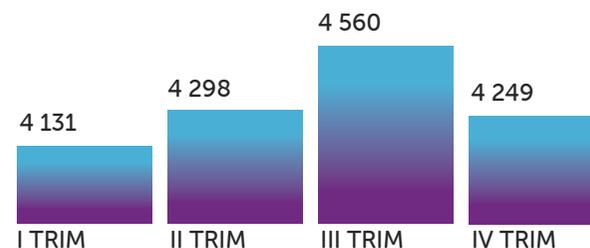
Durante o ano de 2021, a Direção de *Compliance* analisou no aplicativo *Workflow* um total de 5 487 transações, distribuídas da seguinte forma:

- Operações Emitidas (OPE): 85%

- Ordens de Pagamentos Recebidas (OPR): 10%
- Créditos Documentários à Importação (CDI): 5%

Foram realizadas 85 Diligências Reforçadas (EDD) às transações de risco elevado em “Contratos de Prestação de Serviços”, em linha com as obrigações regulamentares locais e as *best practices* internacionais em sede de *Trade Based Money Laundering* (TBML), que culminaram em 9 pareceres desfavoráveis cujos motivos se relacionam com pagamentos antecipados a *tradings* e *offshores* e situações de conflito de interesses.

Monitorização das Transações no *Sanctions Screening*



• Transações no *Sanctions Screening*

Durante o ano de 2021 e no âmbito da sua atuação no processo de análise e controlo das transações, a Direção de *Compliance* procedeu à análise do risco de 18 167 transações OPE e CDI, tendo sido recusada a execução de 440 transações, por não cumprimento dos requisitos legais.

Ao longo do ano de 2021, o aplicativo *Sanctions Screening* emitiu um total de 17 238 alertas a diversas transações como por exemplo, OPE e CDI. Depois de efetuadas as devidas análises às transações sinalizadas, a maioria foi validada como falsos positivos, mas 13 transações não tiveram seguimento.

c) Reportes

No âmbito da monitorização do cumprimento das obrigações de reporte ao Banco Nacional de Angola, à Unidade de Informação Financeiras (UIF) e às restantes entidades reguladoras, foram produzidos e submetidos os seguintes relatórios:

- Relatório Anual da Função *Compliance*;

- Relatório de Avaliação de Risco de *Anti-Money Laundering* do Banco;
- Relatório de PBC/FT/PADM;
- Relatório Diário de Transações de Levantamento e Depósito igual ou superior ao equivalente a USD 15 000 (quinze mil dólares);
- Relatório Anual sobre Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno;
- Relatório FATCA.

Principais Desenvolvimentos e Objetivos para 2022

Para cumprimento das normas legais e regulamentares em matéria da Prevenção do Branqueamento de Capitais do Financiamento do Terrorismo e Proliferação das Armas de Destruição em Massa (PBC/FT/PADM), a Direção de *Compliance* deu continuidade ao Projeto Normativo, que consiste na documentação e formalização dos seus normativos internos, com impacto na função de *Compliance*, nomeadamente: “Monitorizar as

transações com partes relacionadas”; “Identificar e monitorizar situações de conflitos de interesses” e “Efetuar diligências aos bancos correspondentes”.

Ao nível do programa de fortalecimento da função de Gestão do Risco de *Compliance*:

- Foi iniciada a implementação operacional do Projeto SAS AML, que irá permitir robustecer e automatizar o processo de avaliação e monitorização de Clientes e Transações, através da:
 - Atribuição e monitorização do grau de Risco do Cliente;
 - Avaliação do comportamento transaccional dos Clientes;
 - Gestão de alertas de risco e de *reporting*.
- Foi dada continuidade ao processo de avaliação do risco de BC/FT e Sanções do Banco;
- Foi aprovado o plano de comunicação e sensibilização sobre *Compliance*, no intuito de fomentar a cultura de conformidade a todos os Colaboradores e *stakeholders* do Banco.

Neste momento, a Direção de *Compliance* elege como principais objetivos a prosseguir, para o ano de 2022, os seguintes:

- Dar continuidade à formação dos colaboradores em matéria de controlo interno e AML;
- Reforço da equipa através da contratação de quadros qualificados e especializados em controlo interno, *compliance* e AML;
- Melhorar/robustecer os sistemas informáticos para garantir melhor qualidade e automatismo na preparação das informações de gestão;
- Criar um canal de denúncia confidencial e independente onde os colaboradores, Clientes e parceiros possam realizar comunicações de irregularidades de forma segura.

4.4 Função de Auditoria Interna

A Direção de Auditoria Interna (DAI) tem por missão, garantir a avaliação autónoma e objetiva, da efetividade, eficácia e adequação do Sistema de Controlo Interno do Banco, considerando o risco associado a cada atividade.

A principal responsabilidade da Direção de Auditoria Interna é garantir uma opinião independente sobre o Sistema de Controlo Interno, ao Conselho de Administração.

A atuação das equipas de auditoria interna está alicerçada nos princípios dispostos, fundamentalmente no Aviso n.º 10/2021, entretanto revisto pelo Aviso n.º 01/2022 do BNA, e em documentos do normativo interno do Banco, nomeadamente: Código de Conduta, Regulamento Interno de Auditoria, Políticas, Normas de Processos e Manual de Auditoria Interna, este último elaborado com base nos *standards* internacionais para o exercício

profissional de auditoria interna, emitidos pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA).

A Direção de Auditoria encontra-se organizada através da seguinte estrutura:



Responsabilidades da Direção de Auditoria Interna

- Garantir uma opinião independente sobre o Sistema de Controlo Interno ao Conselho de Administração;
- Examinar e avaliar de forma periódica, se o SCI definido e implementado pelos responsáveis das diversas estruturas e atividades do Banco, é adequado e garante que:
 - i) Os riscos a que o Banco está exposto são devidamente identificados e geridos;
 - ii) A informação de gestão, financeira e operacional é correta, confiável e tempestiva;
 - iii) As ações dos colaboradores estão em conformidade com as políticas, normas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
 - iv) Os recursos são adquiridos de forma económica, têm uma utilização eficiente e são adequadamente protegidos;
 - v) Os programas, planos e objetivos são satisfatoriamente cumpridos;

vi) É garantida uma abordagem de qualidade e orientada para a melhoria contínua dos processos de controlo do Banco;

vii) Os requisitos legais e regulamentares são identificados e devidamente tratados.

- Avaliar os modelos de risco, no âmbito da utilização de sistemas de notação interna, de acordo com os requisitos regulamentares existentes;
- Acompanhar e monitorizar as ações adotadas pela gestão, no que respeita à implementação das recomendações efetuadas e sanção das deficiências detetadas;
- Elaborar proposta do plano estratégico da função, enquadrado na estratégia global do Banco e no plano global das ações a realizar;
- Realizar trabalhos de investigação de fraude interna e externa;
- Formalizar os critérios subjacentes à avaliação das políticas e processos;
- Elaborar um plano para cada ação específica, considerando um exame abrangente de todos

os aspetos ligados ao controlo interno;

- Suportar documentalmente as conclusões das ações de auditoria e atualizar, em conformidade, a informação de carácter permanente associada aos processos auditados;
- Registar, documentar e elaborar relatórios de prestação de informação de forma adequada para todas as deficiências detetadas;
- Emitir recomendações na sequência das suas ações, com posterior acompanhamento das medidas corretivas;
- Englobar na sua atuação a avaliação das funções de Gestão do Risco, de *Compliance* e da qualidade da prestação de informação ao Órgão de Administração;
- Centralizar o processo de certificação de migração de dados e de aplicações;
- Implementar e manter um programa de melhoria contínua da sua atividade que assegure o funcionamento da Função de acordo com as normas profissionais de auditoria interna, os requisitos regulamentares da fun-

ção e o alinhamento com as expectativas do Órgão de Administração e das restantes partes interessadas;

- Participar na fase de testes e implementação de projetos ou iniciativas diversas, adotadas pelo Banco.

Principais Atividades em 2021

O ano de 2021, foi sem dúvida, um ano atípico, cheio de desafios e constrangimentos, provocados pela persistência da emergência de saúde pública originada pela COVID-19 e pela adoção de um conjunto de medidas e restrições temporárias à atividade e à mobilidade, que visaram à prevenção e ao controlo da pandemia.

O Banco Económico definiu um Plano de Contingência orientado para a prevenção e mitigação dos riscos associados à propagação do vírus, que incidiram em estratégias/medidas com objetivo de: a) assegurar a proteção da vida e a saúde dos Colaboradores e das suas condições de segurança através da disponibilização de informação preventiva e meios de proteção adequados; e b) manter os

serviços essenciais do Banco em funcionamento.

O Plano de Anual de Auditoria foi executado neste contexto desafiante, salvaguardando a necessidade de dar resposta às obrigações legais e às atividades previstas, bem como, às atividades não planeadas, independentemente da sua origem, de modo a não comprometer a atividade operacional do Banco.

Comprovando os elevados níveis de rigor, seriedade e exigência que caracterizam a atuação da DAI, o exercício de 2021 ficou marcado pela rea-

lização de um total de 78 ações de auditoria e inspeções, consubstanciadas na elaboração de outros tantos relatórios.

Nesse âmbito, procedeu-se à análise do grau de execução dos objetivos propostos, tendo por base a informação produzida ao longo do ano, apurando-se um desempenho que consideramos bastante positivo face às limitações e constrangimentos verificados, conforme se ilustra nos quadros seguintes:

Atribuições	Parâmetro Operacional	#	Objetivos Operacionais	Tipo de indicador	Métrica Quantitativa	Estado
Identificar e promover as melhores práticas no âmbito da prevenção e mitigação de risco.	Eficácia	A1	Elaborar relatórios para os órgãos de gestão do Banco, ou seja, Relatório Anual do Sistema de Controlo Interno; Relatórios de Auditoria e de Inspeção; Relatórios de <i>follow-up</i>).	Realização	100%	Concluído
		A2	Realizar ações de <i>follow-up</i> Avaliar o grau de implementação dos Planos de Ação descritos na Matriz de Deficiências de Controlo Interno 2020.	Resultado	100%	Concluído
		A3	Realizar ações de <i>follow-up</i> Avaliar a efetividade e adequação das políticas instituídas pelo Banco, em função do quadro legal e regulatório vigente.	Realização	100%	Concluído
		A4	Realizar ações de <i>follow-up</i> Avaliar o grau de implementação das recomendações resultantes do AQA 2019.	Realização	100%	Concluído
		A5	Realizar ações de <i>follow-up</i> Avaliar o grau de implementação das recomendações do <i>roadmap</i> sobre os riscos de Branqueamento de Capitais.	Realização	100%	Concluído

Atribuições	Parâmetro Operacional	#	Objetivos Operacionais	Tipo de indicador	Métrica Quantitativa	Estado
Desenvolver a auditoria interna no Banco, incidindo sobre a eficiência e eficácia das operações e processos, a confiança e integridade da informação financeira e operacional e a conformidade com a legislação, regulamentos, normas e procedimentos e contratos, em particular, nas áreas de maior risco;	Eficiência	A6	Realizar ações de Auditoria 18 Agências; 10 Centros de Empresas.	Resultado	100%	Concluído
		A7	Realizar ações de Auditoria Gestão de Risco de <i>Compliance</i> Função <i>Compliance</i> e Prevenção BC/FT/PADM.	Resultado	100%	Concluído
		A8	Realizar ações de Auditoria Gestão de Risco Operacional Operações sobre o Estrangeiro.	Resultado	60%	Não Concluída
		A9	Realizar ações de Auditoria Gestão de Risco de Mercado Operações do Mercado de Títulos, Cambial e Monetário.	Resultado	100%	Concluído
		A10	Realizar ações de Auditoria Gestão de Risco de Mercado Operações sobre Mercado de Capitais.	Resultado	100%	Concluído
		A11	Realizar ações de Auditoria Gestão de Risco Reputacional e Operacional Oferta de Produtos e Serviços a Clientes.	Resultado	80%	Replaneada
		A12	Realizar ações de Auditoria Gestão de Risco de Crédito Operações de Recuperação e Reestruturação de Crédito.	Resultado	80%	Replaneada
		A13	Realizar ações de inspeção Avaliar o cumprimento das solicitações de penhoras, bloqueios de contas, arrestos e cativos de valores.	Resultado	100%	Concluído
		A14	Realizar ações de inspeção Avaliar a efetividade e cumprimento dos planos de atividades das Direções Centrais e a sua adequação face as normas vigentes.	Realização	100%	Concluído
		A15	Realizar ações de inspeção Avaliar a efetividade e adequação da Gestão Documental.	Resultado	100%	Concluído
		A16	Realizar ações de inspeção Avaliar a efetividade e cumprimento dos reportes prudenciais.	Realização	60%	Não Concluída
		A17	Realizar ações de inspeção Avaliar adequação das atividades externalizadas de Transporte de Valores e Correios.	Resultado	100%	Concluído
		A18	Realizar ações de <i>follow-up</i> Avaliar o grau de Implementação do <i>roadmap</i> de Segurança da Informação.	Resultado	100%	Concluído
		A19	Realizar ações de auditoria aos sistemas de informação Avaliar adequação das ferramentas e aplicativos informáticos utilizados pelo Banco para Prevenção e Combate do Branqueamento de Capitais, Financiamento e Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa.	Resultado	0%	Replaneada
		A20	Realizar ações de auditoria aos sistemas de informação Avaliar os perfis de acesso dos colaboradores à informação de gestão das diferentes aplicações do Banco.	Resultado	0%	Não Concluída

Atribuições	Parâmetro Operacional	#	Objetivos Operacionais	Tipo de indicador	Métrica Quantitativa	Estado
Assegurar a eficácia do sistema de controlo interno, bem como contribuir para o seu aperfeiçoamento	Qualidade	A21	Elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna para 2021	Realização		
		A22	N.º de auditorias interna realizadas durante o ano vs. plano aprovado	Resultado	100%	
		A23	Rácio (processos auditados/processos críticos)	Resultado		
		A24	Rácio (Ação implementada/ Recomendação efetuada)	Resultado		

Auditorias às Agências (*)		
N.º Relatório	Código	Agência
RAB N.º 01	063	Catete
RAB N.º 02	082	Panguila
RAB N.º 03	087	Bairro Azul
RAB N.º 04	703	M'banza Congo
RAB N.º 05	400	Uíge
RAB N.º 06	066	Ndunduma
RAB N.º 07	062	Porto Pesqueiro
RAB N.º 08	451	Porto Amboim
RAB N.º 09	200	Benguela
RAB N.º 10	108	Dolce Vita
RAB N.º 11	450	Sumbe
RAB N.º 12	072	Bairro Operário
RAB N.º 13	700	Soyo
RAB N.º 14	702	Base do Kwanda
RAB N.º 15	850	Malange
RAB N.º 16	906	Luena
RAB N.º 17	401	N'Dalatando
RAB N.º 18	903	Menongue

Auditorias aos Centros de Empresas *		
N.º Relatório	Código	Centro de Empresa
RCE N.º 01	974	Lubango
RCE N.º 02	972	Huambo
RCE N.º 03	973	Benguela
RCE N.º 04	967	Mulemba
RCE N.º 05	968	Zango
RCE N.º 06	965	Talatona
RCE N.º 07	969	Patriota
RCE N.º 08	962	Miramar
RCE N.º 09	966	Viana Park
RCE N.º 10	963	Sede

(*) Para além destas intervenções, no período em referência a Direção de Auditoria Interna elaborou e diligenciou com diferentes áreas do Banco para o esclarecimento e resposta a um total de 41 ações de inspeção.



Perspetivas para 2022

O trabalho desenvolvido pela DAI visa o reforço do Sistema de Controlo Interno do Banco Económico, nesse âmbito, pretende, para 2022, alargar o seu âmbito às Subsidiárias e Participadas que formam o Grupo Banco Económico. Pretende-se atingir um modelo de aplicação transversal dos princípios estruturais e boas práticas internacionais da auditoria e controlo interno, a todas as unidades do Grupo, salvaguardando as suas especificidades societárias e obrigações regulatórias, num esforço da melhoria contínua e reforço dos procedimentos instituídos.

4.5 Função de Gestão de Risco

A Função Risco do Banco Económico tem por objetivo identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra sujeito, quer interna como

externamente, de modo que os mesmos se mantenham em níveis adequados, não afetando negativamente a situação patrimonial do Banco.

Compete a Direção de Risco (DR), através da monitorização dos riscos a que o Banco está exposto, dar suporte ao Órgão de Administração na preparação, atualização e implementação das políticas e procedimentos operacionais da gestão de risco, centralizando no Banco, a coordenação das atividades de monitorização de risco.

A Direção de Risco integra com as áreas de controlo e se suporte, uma estrutura sólida e abrangente que o Banco tem para a prevenção e controlo dos riscos a que está exposto, constituída pelas seguintes Direções:

- Direção de Risco
- Direção de *Compliance*
- Direção de Auditoria Interna
- Gabinete de Controlo Cambial

E os seguintes órgãos colegiais internos:

- Comité de Risco

- Comité de Tesouraria
- Comissão de Gestão Risco
- Comissão de Controlo Interno

Tendo em consideração a dimensão e abrangência de atuação do Banco Económico, bem como a realidade multidisciplinar associada às suas atividades, este encontra-se exposto a diferentes tipologias de riscos, variando em natureza, origem e tipo de impacto na atividade do Banco. Neste quadro, consideram-se como materialmente relevantes os seguintes riscos:

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco de Concentração
- Risco de Crédito
- Risco Operacional
- Risco Reputacional.

A gestão eficiente dos diversos riscos inerentes à atividade financeira, é essencial para o desen-

volvimento, rendibilidade e sustentabilidade do negócio do Banco, assegurando a conformidade com os requisitos legais em vigor e a correta determinação dos fundos próprios e da liquidez, adequados à exposição que o Banco pretende ter, em conformidade com o perfil de risco previamente aprovado.

A função de gestão de risco procura assegurar:

- Uma visão agregada de todos os riscos a que o Banco está exposto;
- A implementação de medidas que contribuam para os objetivos de eficiência, eficácia, qualidade e redução de risco do Banco;
- O desenvolvimento de um ambiente de gestão de riscos em toda a organização, assegurando que a estratégia e as políticas gerais de gestão do risco são eficazmente difundidas e assimiladas pelos colaboradores;
- A identificação, mensuração, controlo e mitigação de todos os riscos inerentes aos produtos e áreas de negócio, numa base individual ou de portefólio, bem como

caracterização, execução e monitorização dos controlos que os mitigam;

- A adaptação à dimensão, natureza e complexidade da atividade do Banco, ao seu perfil de risco, grau de centralização e delegação de competências;
- A criação de um modelo de governação que assegure um sistema de gestão de risco independente, que permita aferir, avaliar e reportar os resultados ao Órgão de Administração e assegurar a colegialidade na tomada de decisões;
- O cumprimento das regras e dos prazos definidos no âmbito das atividades da gestão do risco e do controlo interno;
- A homogeneidade e transparência na aplicação dos processos definidos, através da documentação e formalização dos procedimentos;
- Elaboração do relatório anual sobre o sistema de gestão do risco para o Órgão de Administração, com o conhecimento do

Órgão de Fiscalização, emitido com referência a 31 de Dezembro de cada ano.

Principais atividades em 2021

Durante o ano de 2021, destacam-se as seguintes atividades no âmbito da gestão do risco, desenvolvidas pela Direção de Risco:

- Realização do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP);
- Realização do Processo Interno de Avaliação da Adequação da Liquidez (ILAAP);
- Implementação da Nova CIRC, versão 3.0;
- Monitorização dos erros aplicacionais e melhorias do Novo Sistema Core;
- Participação na Comissão de Validação de Novos Processos Normativos;
- Participação na Comissão de Validação de Políticas do Banco;
- Elaboração dos Relatórios Trimestrais de Monitorização de Risco para o Órgão de

Administração e para os Comitês e Comissões Especializadas.

No âmbito dos Relatórios de Monitorização dos Riscos relevantes a que o Banco Económico se encontra exposto, destacamos os seguintes:

Risco Cambial: monitorização da posição cambial estrutural do Banco e do impacto da reestruturação da dívida subordinada do Novo Banco e das medidas adicionais de recapitalização, no balanço e na conta de exploração.

Risco de Liquidez: monitorização da liquidez e do impacto da operação capitalização do Banco, como solução estrutural para aumentar o rácio de liquidez (Ativos Líquidos/Passivos do Banco).

Risco de Mercado (Taxa de Juro): mitigação do elevado risco de “repricing” por meio de redução do peso dos ativos não produtivos ou de baixo rendimento no balanço do Banco e de maior investimento em ativos de curto prazo e ativos de taxa variável.

Risco de Contraparte: monitorização da exposi-

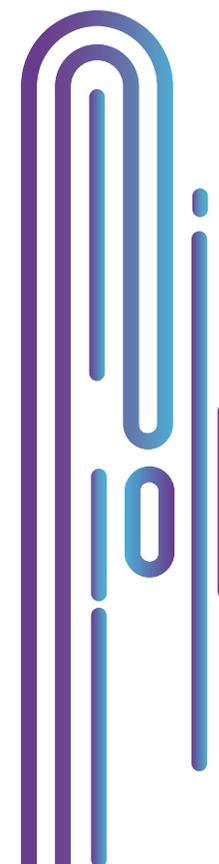
ção do Banco às contrapartes e da mitigação da sua concentração, após aprovação das contas e da concretização da operação de recapitalização, para garantir maior diversificação de contrapartes.

Risco de Concentração: monitorização da concentração dos recursos de Clientes e do impacto positivo do Plano de Recapitalização, pela conversão em capital e outros instrumentos financeiros, dos depósitos dos maiores Clientes do Banco, reduzindo o nível de concentração dos recursos.

Risco de Crédito: monitorização da carteira de crédito, global e por Direção, a exposição do Top20 de devedores, respetivas garantias e colaterais, imparidade registada, rácios de crédito em incumprimento, de cobertura pela imparidade constituída e de crédito vencido.

Risco Operacional e Reputacional: monitorização dos eventos de risco operacional com impacto na funcionalidade do Banco e na prestação do serviço aos Clientes, bem como das referências nos media e o respetivo impacto reputacional, positivo e negativo. Destacamos, nesta atividade, em 2021:

- Análise de Riscos e Controlos dos Normativos: mapeados 91 processos (70% do Catálogo de Processos) e validados 33 processos na Comissão de Validação.





Modelo de Gestão de Risco



5.1 Visão Geral

O Modelo de Gestão de Risco do Banco Económico é uma das componentes do Sistema de Controlo Interno (SCI), constituído por um conjunto integrado de políticas, procedimentos, limites, controlos e sistemas, com o objetivo de identificar, avaliar, monitorizar e controlar os principais riscos a que o Banco se encontra exposto, no âmbito do desenvolvimento das suas atividades financeiras

O Banco dispõe de uma Política de Gestão de Risco sólida e estruturada, que estabelece um conjunto de princípios orientadores de suporte à gestão e monitorização dos riscos materialmente relevantes, alinhada com as diretrizes regulamentares emanadas do Banco Nacional de Angola, em particular os requisitos estabelecidos no Aviso n.º 10/2021, entretanto revisto pelo Aviso n.º 01/2022, relativos à Função de Gestão do Risco e, por outro, em observância dos princípios e boas práticas de gestão de riscos definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia.

Para a definição de uma adequada estratégia de gestão dos riscos, o Banco definiu o seu perfil de risco, o qual corresponde aos riscos e níveis de risco a que o Banco pretende estar exposto. O perfil de risco do Banco tem como principais vetores, o seu posicionamento estratégico, as suas características estruturais e o seu grau de aceitação de risco.

O perfil de risco define os indicadores de apetite e tolerância a cada um dos riscos do Banco. Adicionalmente, cada uma das áreas do Banco responsáveis pela tomada e gestão de riscos, dispõe de um conjunto adicional de indicadores, os quais são controlados e monitorizados de forma regular.

O Modelo de Gestão de Risco do Banco permite uma gestão efetiva e eficaz dos riscos, nomeadamente, através de:

- Uniformização e formalização de requisitos para identificação, avaliação, monitorização e controlo de riscos;
- Cumprimento de políticas e limites de exposição ao risco definidos pelo Banco;

- Resposta ao contexto de mercado, através da melhoria da gestão e prevenção dos riscos, diminuindo as perdas relativas ao risco não esperado.

A implementação do Modelo de Gestão de Risco, e em particular das Funções Risco e *Compliance*, permite efetuar uma gestão integrada dos diversos riscos a que o Banco se encontra exposto, direcionando de forma adequada as respetivas ações de prevenção e mitigação.

Princípios Orientadores

No sentido de nortear a implementação e execução operacional do Modelo de Gestão de Risco, o Banco Económico definiu um conjunto de princípios orientadores alinhados com o Comité de Basileia, o guia de gestão de risco do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, e as melhores práticas de mercado.

- 1. Universalidade:** desenvolver um ambiente de gestão de risco em toda a organização, asse-

gurando que a estratégia e políticas gerais de gestão do risco são eficazmente difundidas e assimiladas pelos colaboradores;

2.Totalidade: identificar, mensurar, controlar e mitigar todos os riscos inerentes aos produtos e áreas de negócio do Banco, numa base individual ou de portefólio/carteira, bem como caracterizar, executar e monitorizar os controlos que os mitigam;

3.Adequabilidade: adaptar o Modelo de Gestão de Risco à dimensão, natureza e complexidade da atividade do Banco, assegurando que todos os colaboradores estão aptos a desempenhar, de forma eficaz e eficiente, as funções atribuídas e que compreendem e promovem os princípios éticos e profissionais que regem o Banco;

4.Independência: estabelecer um modelo de governação que assegure um Modelo de Gestão de Risco independente, permitindo aferir, avaliar e reportar os seus resultados ao Órgão de Administração para a tomada de decisões;

5.Segregação de Funções: promover uma clara segregação de funções entre as áreas de negócio e de risco, abrangendo a diferenciação de recursos afetos e a independência hierárquica e funcional das duas funções e dos elementos que as desempenham, também espelhada no ciclo de vida das operações;

6.Tempestividade: assegurar que as atividades no âmbito da gestão do risco e do controlo interno respeitam as regras e os prazos definidos, sendo imediatamente reportado qualquer atraso que se verifique;

7.Homogeneidade e Transparência: garantir a homogeneidade e transparência na aplicação dos processos definidos, através da documentação/ formalização dos procedimentos.

Paralelamente, o Banco definiu um conjunto de valores estruturais com o objetivo de minimizar a sua exposição ao risco, nomeadamente:

- Condução do negócio com integridade e independência face a outras funções;

- Cumprimento dos objetivos de negócio, projeções de crescimento e de rentabilidade;
- Comunicação com os Clientes de forma objetiva, transparente e clara;
- Manutenção de uma relação aberta e cooperativa para com os reguladores.

Modelo de Governação de Risco

Tendo por base a estrutura orgânica do Banco Económico, bem como a necessidade de garantir a correta implementação da Política de Gestão de Risco, o Banco definiu um modelo de governação para a gestão de riscos, contemplando a participação de um conjunto diversificado de órgãos internos.

As atividades recorrentes de gestão e mitigação de riscos são da responsabilidade de todos os Gestores e os demais Colaboradores do Banco, sendo naturalmente suportados pelos mecanismos e funções do Sistema de Controlo Interno.

Modelo de Governação de Risco



Ciclo de Gestão de Riscos

No sentido de garantir uma gestão eficaz e eficiente dos riscos aos quais o Banco se encontra exposto e em conformidade com o modelo de governação de risco adotado, foi definido o Ciclo de Gestão de Riscos, constituído por 6 (seis) atividades lineares e complementares entre si:



1. Estratégia

Definição da estratégia, objetivos e perfil de risco do Banco, bem como análise de fatores internos ou externos que possam implicar a necessidade de revisão do Modelo de Gestão de Risco.

Intervenientes: Comissão Executiva, Comité de Risco, Direção de Risco, Direção Financeira e Mercados

2. Identificação

Identificação das necessidades de conceção, implementação ou alteração do Modelo de Gestão de Risco, bem como identificação de novas origens e causas de risco decorrentes de alterações ocorridas no contexto da Instituição.

Intervenientes: Comité de Risco, Direção de Risco, Direção Financeira e Mercados

3. Avaliação

Conceção e execução das metodologias de avaliação de risco inerente e residual. Esta fase engloba ainda a análise de custo-benefício ou

estudos prévios das necessidades de revisão e conceção do Modelo de Gestão de Risco, com base na sua importância, complexidade e esforço de implementação.

Intervenientes: Direção de Risco, Direção de Crédito, Direção Financeira e Mercados, Direção de Compliance

4. Mitigação

Desenho detalhado e documentação das alterações a implementar para assegurar a mitigação das insuficiências detetadas. Planeamento, execução e implementação das alterações ao Modelo de Gestão de Risco desenhadas previamente.

Intervenientes: Direção de Risco, Direção de Crédito, Direção Financeira e Mercados, Direção de Compliance

5. Monitorização

Monitorização das subcomponentes do Modelo de Gestão de Risco, através da análise crítica das avaliações internas e externas efetuadas, e do acompanhamento de indicadores e planos

de ação definidos para corrigir as insuficiências detetadas. Esta fase engloba ainda a sistematização dos resultados obtidos e a documentação da opinião sobre a eficácia e adequação do Modelo de Gestão de Risco.

Intervenientes: Comissão Executiva, Direção de Risco, Direção de Crédito, Direção Financeira, e Mercados, Direção de Compliance.

6. Comunicação

Definição dos planos de comunicação e formação associados ao Modelo de Gestão de Risco e elaboração de relatórios e pareceres para reportar, interna e externamente, as conclusões quanto à adequação e eficácia do Modelo de Gestão de Risco.

Intervenientes: Comissão Executiva, Direção de Risco

Tendo em consideração a dimensão e abrangência da sua atuação, bem como a realidade multidisciplinar associada às suas atividades, incluindo das suas subsidiárias, o Banco Económico encontra-se

exposto a diferentes tipologias de riscos, variando em natureza, origem e tipo de impacto na atividade do Banco.

Neste sentido, são considerados materialmente relevantes os seguintes riscos:

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco de Concentração
- Risco de Crédito
- Risco Operacional
- Risco Reputacional

5.2 Risco de Mercado

O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores

de mercado de posições detidas pelo Banco Económico em produtos cambiais, produtos de taxa de juro, ações e mercadorias (*commodities*).

A gestão do Risco de Mercado é um processo contínuo de identificação, avaliação, monitorização e controlo da exposição decorrente de posições detidas em produtos cambiais, produtos taxa de juro, ações e mercadorias, com o objetivo de estas serem mantidas dentro dos limites regulatórios e dos limites internos definidos pelo Banco.

O processo de gestão de Risco de Mercado exige a observação da natureza das suas principais operações, dos produtos e serviços oferecidos, do grau de exposição ao mesmo e a procura do alinhamento com as melhores práticas, normas e demais regulamentos aplicáveis.

Modelo de Gestão do Risco de Mercado

A gestão do Risco de Mercado é efetuada recorrendo a dois modelos distintos, sendo ambos monitorizados regularmente.

1. Análise de Posições Expostas ao Risco

A análise de posições consiste no apuramento dos montantes expostos, por intervalos de maturidades, aos Riscos de Mercado. É feita uma análise do *mismatch* dos ativos e passivos que compõem a estrutura do balanço e são apurados os valores em risco resultantes do:

- Desnívelamento de taxas de juro sob a condição de remuneração do ativo superior à remuneração do passivo;
- Montantes em risco resultante do *repricing* dos ativos e dos passivos.

Contudo, a monitorização e controlo das posições não fornece uma visão completa face à real exposição aos diversos fatores de risco. Por este motivo, o Banco Económico complementa esta medida com outras ferramentas de controlo do Risco de Mercado, nomeadamente com a análise de sensibilidade.

2. Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre os resultados do Banco Económico.

As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para a gestão do Risco de Mercado visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas/ ganhos significativos nos resultados da Instituição.

Com este modelo pretende-se avaliar os impactos no Banco sobre o seu valor atual ou valor económico das suas posições e no seu retorno face a possíveis alterações num conjunto de variáveis de mercado consideradas como fatores de risco. Fazem parte destas variáveis de mercado com relevância para o Banco Económico:

- Taxas de Juro;
- Taxas de Câmbio;
- Preços de Mercado dos Instrumentos Financeiros;

- Medidas de Expansão e Contração da Oferta Monetária.

3. Processo de Gestão de Risco de Mercado

O processo de gestão do Risco de Mercado pode ser definido em 4 etapas:

- Identificação dos Fatores de Risco: a Direção Financeira e Mercados (DFM) e a Direção de Risco (DR) são responsáveis pela identificação de fatores potenciadores de riscos específicos a que o Banco está exposto, com o objetivo de avaliar os possíveis impactos sobre a estrutura dos ativos/passivos, resultante da alteração ou variação destes fatores de risco.
- Mensuração do Risco de Mercado: a Direção de Risco é responsável pelo acompanhamento e mensuração dos fatores de risco de mercado, recorrendo aos modelos definidos pelo Banco. De acordo com o tipo de instrumento e o modelo adotado, é quantificado o montante exposto ao risco de mercado, avaliando-se de

seguida o limite definido. A DR é responsável pela informação de mercado usada nos modelos, assim como a informação contabilística.

- Adequação aos Limites de Risco estabelecidos: os limites de risco de mercado são definidos pela Direção de Risco e aprovados pela Comissão Executiva. Terminada a fase de quantificação dos montantes de exposição ao risco, este é comparado com os limites definidos internamente, sendo que através desta análise é possível concluir se o Banco se situa dentro dos limites de risco definidos e redefinir a abordagem futura (ou seja, assumir um risco maior, contenção ou medidas de correção).
- Reporte do Risco de Mercado: compete à Direção de Risco o reporte da evolução dos riscos específicos sob a sua monitorização, sendo também da sua responsabilidade a elaboração do Relatório do Risco de Mercado, com uma periodicidade mensal e reporte à Comissão Executiva.

5.3 Risco de Liquidez

Risco de liquidez está associada à potencial incapacidade do Banco em financiar o seu ativo, i.e. a probabilidade de ocorrer uma situação de insuficiência de recursos (ativos) para cumprir as suas obrigações e responsabilidades (passivos) perante os seus Clientes ou outras entidades, nos prazos e datas contratadas.

Define-se gestão de liquidez como o conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento do Banco, considerando o planeamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis. A gestão de liquidez constitui uma das mais importantes atividades para as instituições que operam no mercado financeiro.

Neste sentido, o Banco Económico dispõe de uma política de gestão da liquidez coerente com a sua estrutura de financiamento, bem como uma

política de contingência capaz de responder aos momentos de rutura eminente.

Estas políticas determinam a metodologia de identificação, mensuração e controlo do risco de liquidez, de forma a que o Banco consiga gerir a sua exposição e reduzir a probabilidade de ocorrência de problemas relativos à falta de liquidez.

1. Otimização de Liquidez

O Banco tem procurado implementar um conjunto de medidas de otimização dos fluxos de tesouraria, de forma a mitigar os fatores potenciadores do Risco de Liquidez:

- Política de concessão de crédito mais restritiva, adaptada à captação de novos recursos de Clientes e aos resultados da recuperação de crédito vencido ou em incumprimento;
- Melhoria da qualidade do crédito, através da adoção de critérios de avaliação do risco de crédito mais apertados, diminuindo o risco de incumprimento;

- Reforço das garantias na concessão créditos, diminuindo a exposição líquida;
- Utilização de alternativas de investimento mais rentáveis e com maior capacidade de gerar liquidez.

2. Gestão do Risco de Liquidez

A escolha dos modelos de gestão do Risco de Liquidez do Banco Económico encontra-se alinhada com o enquadramento legal do sistema financeiro, bem como com as políticas internas do Banco. A gestão do Risco de Liquidez é efetuada no Banco Económico recorrendo a dois modelos distintos: Fluxos de Caixa e Índices de Liquidez.

Fluxos de Caixa

O modelo de Fluxos de Caixa visa identificar os gaps ou desfasamentos no fluxo de caixa temporal de todos os ativos e passivos, de acordo com as respetivas características das operações. A análise de fluxos de caixa é utilizada na avaliação da liquidez do Banco, uma vez que permite mapear todos

os ativos e passivos num determinado horizonte temporal.

Os Fluxos de Caixa de ativos e passivos são agrupados em bandas temporais, com o Banco a garantir que possui ativos suficientes para cobrir os respetivos passivos em cada banda temporal. Adicionalmente, o Banco realiza testes de aderência das projeções efetuadas, no sentido de procurar mensurar a aderência da projeção e tomar medidas visando à convergência dos valores projetados com a liquidez efetiva e, conseqüentemente, aumentar a segurança das previsões.

Índices de Liquidez

Os Índices de Liquidez permitem análises comparativas entre períodos diferentes ou em relação a outras instituições com o mesmo perfil. O Banco Económico aplica os seguintes Índices de Liquidez:

- Reservas Mínimas Obrigatórias
- Ativos Líquidos/ Passivos Totais
- Ativos Líquidos/ Passivos de Curto Prazo

- $(\text{Disponibilidades} + \text{Aplicações}) / \text{Passivo de Curto Prazo}$
- $\text{Ativos Líquidos} / \text{Ativos Totais}$
- $\text{Crédito} / \text{Depósitos}$
- $\text{Financiamento no Mercado Monetário Interbancário} / \text{Financiamento Total}$

5.4 Risco de Contraparte

Risco de contraparte é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, das suas respetivas obrigações financeiras nos termos contratados e que reduzam a capacidade do Banco Económico de resolver os seus compromissos, com impacto direto na redução de ganhos ou na sua rentabilidade.

A gestão do risco de contraparte consiste no processo de identificação e avaliação de riscos existen-

tes ou potenciais, e na sua efetiva monitorização e controlo, conduzidos através de políticas, processos e de limites consistentes com a estratégia e metodologia definidas pelo Banco.

Neste contexto, o Banco estabeleceu limites de exposição e uma metodologia de controlo ao risco de contraparte, considerando possíveis impactos negativos na sua atividade.

1. Modelo de Gestão do Risco de Contraparte

No Banco Económico o risco de contraparte é gerido por meio de metodologias e modelos consistentes com as melhores práticas de mercado e compatíveis com a complexidade das atividades da instituição.

- Identificação de contraparte;
- Definição do limite de exposição;
- Gestão do risco;
- Monitorização e reporte.

Adicionalmente, o Banco dispõe de ferramentas complementares ao seu processo de gestão do Risco de Contraparte, nomeadamente:

- Análise de Cenários potencialmente adversos (*Stress Tests*);
- Plano de Contingência.

5.5 Risco de Concentração

Risco de concentração é a exposição ou grupo de exposições com o potencial de produzir perdas significativas (em relação ao capital, ativos totais, ou níveis de risco global) que ameçam a capacidade da instituição em manter as suas principais operações.

Desta forma, a gestão do Risco de Concentração consiste num conjunto de processos de identificação e definição de indicadores de tolerância ao

risco, de forma a não exceder o limite global de cada contraparte ou carteira.

A concentração de risco pode acarretar impactos consideráveis sobre a estabilidade financeira do Banco, nos casos em que se verifique por exemplo, o incumprimento de grandes Clientes ou a mobilização massiva de depósitos para a concorrência.

Processos de Suporte

De forma complementar ao processo de gestão do Risco de Concentração, o Banco dispõe ainda de outros processos de suporte, nomeadamente:

Testes de Esforço - são simulações aplicadas à carteira de ativos e passivos por forma a avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras do Banco. Assim, a análise aos cenários de concentração constitui um aspeto fundamental na gestão do risco.

Informação de Gestão - Para medir e monitorizar o Risco de Concentração, o Banco garante a qualidade da informação de gestão, permitindo medir os níveis de concentração, com o necessário deta-

lhe sobre as carteiras de crédito (Cliente, contrato, tipo de crédito, taxas de juro, datas, montantes, risco BNA, rating, moeda), as carteiras de depósitos (Cliente, contrato, tipo de depósito, taxas de juro, datas, montantes, moeda) ou outras informações relevantes do Balanço.

Plano de Contingência - Para os casos de ocorrência de crises pontuais ou crónicas de concentração de risco, o Banco Económico está preparado para implementar o seu Plano de Contingência. Este plano deverá ser acionado quando não forem cumpridos os limites na gestão de concentração.

A prudência na gestão de Risco de Concentração inclui procedimentos, que de forma organizada e metódica, mantêm os níveis de concentração abaixo dos limites definidos, ou soluções que compensem o eventual incumprimento dos riscos concentrados.

As ações a tomar, caso os níveis de concentração se encontrem acima dos limites definidos, são: redução da exposição ao risco através da venda de crédito; congelamento da concessão de crédito a

segmentos onde se verifique maior concentração; dinamização da venda de crédito aos restantes segmentos e aumento do capital próprio do Banco.

5.6 Risco de Crédito

Risco de crédito está associado à possibilidade de uma Instituição Financeira (IF) incorrer em perdas financeiras, resultantes do incumprimento das obrigações contratuais por parte dos tomadores nas suas respetivas operações de crédito.

O objetivo da gestão de Risco de Crédito consiste na maximização dos resultados gerados pela IF, mantendo a exposição a este risco em níveis considerados desejáveis e aceitáveis, face aos objetivos de crescimento definidos para o seu negócio e respeitando as exigências regulamentares a que se encontra sujeita.

1. Gestão do Risco de Crédito

O processo de crédito no Banco respeita um conjunto de regras e princípios de segregação de poderes e envolve as seguintes atividades:

• Pedido de Crédito/Concessão

- As Direções Comerciais do Banco iniciam o processo através do preenchimento de uma proposta de crédito que será submetida para análise e revisão da Direção de Crédito (DC). Este pedido deverá conter toda a informação necessária e atualizada do Cliente, a caracterização da operação e informação quantitativa e qualitativa da operação;
- Antes de qualquer submissão à Direção de Crédito, as Direções Comerciais são ainda responsáveis por realizar uma pré-validação da capacidade de reembolso do Cliente, bem como avaliar o histórico de reembolsos do Cliente relativamente a outros empréstimos no Banco.

• Análise de Risco de Crédito

A Direção de Crédito é responsável pela análise de Risco de Crédito do Banco, dispondo de uma equipa de analistas especializados na avaliação e análise de pedidos de crédito. O processo de análise de crédito inclui os seguintes passos:

- Analisar toda a informação relevante submetida pelas Direções Comerciais;
- Analisar a informação do Cliente gerida pelo BNA através do CIRC;
- Assegurar que a documentação obrigatória do Cliente se encontra no processo e atualizada;
- Solicitar informação adicional às Direções Comerciais, sempre que seja necessário para a tomada de decisões.

A análise de risco de crédito é suportada por modelos de avaliação de risco especificamente desenvolvidos para cada segmento de crédito. Para este efeito, os analistas de crédito

do Banco procedem regularmente às seguintes análises:

- Avaliação de risco das empresas devedoras com periodicidade mínima anual;
- Avaliação de risco dos devedores particulares com mais de USD 0,5M, ou equivalente em Kwanzas, com periodicidade mínima anual;
- Avaliação de garantias com periodicidade mínima anual.

O Modelo de Gestão de Risco de Crédito encontra-se devidamente alinhado com a regulamentação sobre imparidade do BNA. Este modelo atribui a cada crédito um determinado

Ponderador de Risco	Nível de Risco	Rating
1 – 2	Insuficiente	G
2 – 3	Muito Fraco	F
3 – 4	Fraco	E
4 – 5	Médio – Baixo	D
5 – 6	Médio	
6 – 7	Médio – Alto	C
7 – 8	Bom	B
8 – 9	Muito Bom	A

rating, tendo por base a informação do Cliente e da respetiva operação, recolhida em questionários de análise qualitativa e quantitativa.

A cada variável analisada é atribuída uma pontuação e um ponderador de risco global. A avaliação é caracterizada em diferentes grupos desde “Insuficiente” a “Muito Bom”. O risco médio das operações é calculado numa escala de 1 a 10, com base na média de risco de cada variável e o ponderador das variáveis.

• Tomada de Decisão

- A decisão de aprovação ou rejeição da proposta de crédito é realizada através do Comité de Crédito do Banco, que é composto pela Direção de Crédito, Direções Comerciais e Comissão Executiva;
- Após a sua análise, a Direção de Crédito emite uma das seguintes recomendações:
 - emitir parecer favorável nas condições propostas,

- emitir parecer desfavorável nas condições propostas,
- emitir parecer favorável, mas com restrições ou propondo novas condições.

• Acompanhamento

- A carteira de crédito global deverá ser mantida em conformidade com a estratégia de limites de exposição, diversificação e cobertura por garantias e provisões;
- Cada operação, Cliente ou grupo de Clientes é acompanhado, individualmente, com o objetivo de monitorizar a evolução da probabilidade de recebimento de *cash-flows* futuros esperados e a adoção de medidas que minimizem a probabilidade de ocorrência de perdas decorrentes de uma evolução desfavorável da situação financeira do Cliente;
- As garantias recebidas são reavaliadas periodicamente e a exposição ao risco é

recalculada decorrente de oscilações no valor das garantias. Adicionalmente, todos os colaboradores têm o dever de informar relativamente a qualquer fator que indicie incumprimento ou de eventual redução da capacidade de um Cliente para cumprir os seus compromissos com o Banco;

- O Banco acompanha os indícios de incumprimento dos seus Clientes, tais como, incumprimento na Banca, desvalorização de garantias, existência de cheques emitidos a descoberto, alterações no contexto social que possam impactar negativamente a capacidade de reembolso do Cliente.

• Recuperação

- O Banco garante um processo de acompanhamento do crédito vencido através da área de recuperação de crédito. Esta área deverá gerir as responsabilidades de um Cliente, incluindo todas as operações e o crédito vincendo, bem como avaliar o

potencial de recuperação de montantes em dívida através de renegociação ou execução de garantias existentes;

- O Banco define rigorosamente as características de operações de renegociação e reestruturação de crédito, assegurando que não se verifica à data da revisão dos contratos qualquer situação de incumprimento que possa significar um agravamento do risco com impacto ao nível das provisões;
- Por sua vez, após a recuperação, renegociação ou reestruturação de uma operação de crédito, a Direção de Crédito mantém a operação sob vigilância.

5.7 Risco Operacional

O Risco operacional consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de perdas resultantes de falhas ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, fraudes internas ou externas ou inoperacionalidade das estruturas.

O Risco Operacional engloba também o Risco de Sistemas de Informação, que corresponde à possível ocorrência de impactos negativos resultantes da inadequação dos sistemas de informação às necessidades do Banco no que diz respeito ao processamento, segurança, controlo, disponibilidade e continuidade.

Princípios Orientadores

O Banco adota os seguintes princípios orientadores na gestão do Risco Operacional:

- Desenvolvimento de uma cultura de Risco Operacional;
- Identificação regular de riscos operacionais a que os produtos, atividades, processos e sistemas do Banco se encontram expostos;
- Desenvolvimento e implementação de políticas, processos e procedimentos para a gestão do risco operacional;
- Desenvolvimento, implementação e manutenção de um modelo de gestão do Risco Operacional integrado nos processos de gestão de risco do Banco, que assegura os princípios de identificação, avaliação, monitorização, controlo e mitigação de risco, sendo este aprovado e revisto periodicamente pelo Órgão de Administração;
- Implementação de um processo regular de monitorização do perfil de Risco Operacional e exposição a perdas;
- Desenvolvimento de processos e procedimentos que visam controlar e mitigar os riscos operacionais incorridos;
- Avaliação da severidade e da frequência da ocorrência de cada um dos riscos afetos a cada um dos processos do Banco, identificando oportunidades de melhoria para os processos mais expostos ao risco identificado;
- Estabelecimento de procedimentos e controlos que garantam a efetividade e o desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulatórios;
- Definição de planos de contingência que garantam a conclusão de todos os processos operacionais em casos de situações extremas.

No Banco Económico o Risco Operacional é gerido por meio de metodologias e modelos consistentes com as melhores práticas de mercado e compatíveis com a complexidade das atividades da instituição, baseado nos seguintes princípios:

Identificação - O Banco garante a identificação e aferição da presença de eventos de Risco Opera-

cional inerente a produtos, atividades, operações, processos e sistemas no sentido de garantir que os riscos e incentivos inerentes são devidamente compreendidos. Adicionalmente, o Banco recolhe e guarda eventos que resultaram numa efetiva perda financeira para uma futura análise e melhoria de procedimentos.

Monitorização e Reporte - O Banco implementa um processo de monitorização regular dos perfis de risco, exposições materiais a perdas, deteção de comportamentos suspeitos (os quais são investigados de forma atempada e rigorosa), bem como implementa mecanismos de reporte apropriados no sentido de suportar uma gestão proactiva do risco operacional. O processo de monitorização é realizado de forma a avaliar a eficiência da abordagem ao risco operacional, identificar pontos fracos ao nível de gestão e melhorar a robustez do ambiente de controlo.

Controlo e Mitigação - O Banco garante o desenvolvimento de um ambiente de controlo baseado em políticas, processos, sistemas e controlos internos apropriados, bem como implementa proces-

sos e procedimentos de mitigação de risco. A partir de situações fraude confirmadas, ou potenciais, são robustecidos os controlos que previnem a reincidência destes eventos.

5.8 Risco Reputacional

O Risco reputacional é definido como a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo nos resultados ou no capital do Banco, decorrentes da perceção desfavorável em relação à imagem da instituição por parte dos Clientes, contrapartes, Acionistas investidores e reguladores.

A gestão do Risco reputacional consiste no processo de identificação e avaliação de riscos existentes ou potenciais, e na sua efetiva monitorização e controlo, conduzidos através de políticas, processos e de limites consistentes com a estratégia e metodologia definidas pelo Banco.

Princípios Orientadores

O Banco adota os seguintes princípios orientadores na gestão do Risco Operacional:

- Identificação do risco decorrente da perceção negativa sobre o Banco por parte dos seus *stakeholders* e avaliação quantitativa e qualitativa do seu efeito potencial;
- Monitorização das relações mantidas com os Clientes e das transações registadas através dos relatórios de atividade produzidos pelas Direções;
- Criação e implementação de mecanismos de mitigação do impacto de riscos reputacionais;
- Registo e controlo de variáveis caracterizadoras da reputação do Banco, garantindo a sua conformidade com o nível de tolerância estabelecido e mitigando atempadamente potenciais desvios;

- Prevenção do risco através da monitorização das relações mantidas com Clientes e das transações registadas através dos relatórios de atividade produzidos pelos demais Órgãos de Estrutura (OE's).

5.9 Solvabilidade

O Banco Económico assume como principal objetivo do processo de gestão do seu capital interno, assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos pelo Órgão de Administração no que respeita a adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as regras de cálculo dos ativos ponderados pelo risco, dos fundos próprios e assegurando a observância dos níveis de solvabilidade e demais limites prudenciais estabelecidos pelas entidades de supervisão, nomeadamente pelo Banco Nacional de Angola (BNA), e pela regulamentação em vigor.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva do Conselho de Administração, encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Desde 2016, no intuito de Angola estar cada vez mais próxima do que são as melhores práticas internacionais, o BNA identificou no seu Aviso N.º 2/2016, a necessidade de se considerarem novas categorias de risco no cálculo do rácio de solvabilidade, bem como redefinir as características de instrumentos financeiros considerados no apuramento dos fundos próprios regulamentares.

Os rácios de capital do Banco Económico são calculados tendo por base as regras estipuladas nos Avisos N.º 2/2016 e 3/2016 e no Instrutivo 12/2016 de 08 de Agosto do BNA, que definem os critérios para o acesso à atividade das instituições de crédito e determinam os requisitos prudenciais a observar por aquelas, nomeadamente no que respeita ao cálculo dos rácios.

Cálculo do Rácio de Solvabilidade

O Banco Económico enquanto Instituição Financeira sob supervisão do Banco Nacional de Angola, deve manter fundos próprios regulamentares consistentes com a sua atividade e operações, garantindo um rácio nunca inferior a 10% (dez por cento) – Rácio de Solvabilidade Regulamentar.

O Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) deve refletir a relação entre os Fundos Próprios Regulamentares (FPR) e o valor dos Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares (RFPR), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{RSR} = (\text{FPR} / \text{Requisitos de FPR}) \times 10\%$$

Nos termos das referidas regras, os rácios de capital do Banco Económico, a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021, eram como segue:

Medidas do BNA			
Base de Cálculo		31-12-2021	31-12-2020
Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)	(FPR/Requisitos de FPR) x 10% (valor em percentagem)	-27,7%	-21,8%
Fundos Próprios Regulamentares (FPR)	Fundos próprios de base + Fundos próprios complementares (valor em milhares de Kwanzas)	-399 768	-387 107
Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares (RPR)	Requisito de FPR para risco de crédito e risco de crédito de contraparte (valor em milhares de Kwanzas)	98 162	107 940
	Requisito de FPR para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação (valor em milhares de Kwanzas)	29 145	47 400
	Requisito de FPR para risco operacional (valor em milhares de Kwanzas)	16 797	21 857
	FP Base	-463 466	-636 230
	Rácio <i>Core Tier 1</i>	-32,2%	-35,9%

O Rácio de Solvabilidade (ou rácio de fundos próprios totais) em 31 de Dezembro de 2021 fixou-se em -27,7% (versus -21,8% em 2020) e o Rácio *Core Tier 1* fixou-se em -32,2% (versus -35,9% em 2020). Ambos os rácios encontram-se negativos decorrentes do reforço significativo de imparidades associadas ao programa de Avaliação da Qualidade de Ativos ("AQA") promovido pelo BNA, originando que os Fundos Próprios do Banco sejam significativamente negativos.

A melhoria verificada no Rácio *Core Tier 1* entre 2021 e 2020 deveu-se ao facto do Banco já ter registado um resultado positivo em 2021 o que contribuiu para a melhora nos Fundos Próprios de Base. Essa melhoria não teve contrapartida na evolução dos Fundos Próprios Regulamentares uma vez que, por via da reestruturação do empréstimo subordinado com o Novo Banco, o valor deste passivo subordinado que integra os Fundos Próprios Complementares foi substancialmente reduzido.



69.928

417

Informação Financeira



6.1 Informação Financeira Individual

Análise do Balanço

	mKz			mUSD		
	31-12-2021	31-12-2020	Variação	31-12-2021	31-12-2020	Variação
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	91 117 804	163 592 711	-44%	164 182	251 835	-35%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20 858 571	80 719 674	-74%	37 584	124 260	-70%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	42 453 933	56 268 285	-25%	76 496	86 619	-12%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 531 032	1 409 690	9%	2 759	2 170	27%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	152 751	162 718	-6%	275	250	10%
Investimentos ao custo amortizado	129 013 362	200 812 363	-36%	232 464	309 130	-25%
Crédito a Clientes	68 067 530	80 192 857	-15%	122 648	123 449	-1%
Ativos não correntes detidos para venda	3 328	1 118 848	-100%	6	1 722	-100%
Outros activos tangíveis	41 812 682	43 712 082	-4%	75 341	67 290	12%
Ativos intangíveis	8 424 240	8 257 236	2%	15 179	12 711	19%
Investimentos em subsidiárias e associadas	2 252 199	2 252 374	0%	4 058	3 467	17%
Ativos por impostos correntes	1 511 061	1 508 739	0%	2 723	2 323	17%
Outros activos	871 086 369	953 113 836	-9%	1 569 579	1 467 223	7%
Op. Cedência Activos_GENSA	583 689 638	668 202 570	-13%	1 051 729	1 028 631	2%
Imparidades Diferidas	260 000 000	260 000 000	0%	468 485	400 244	17%
Outros	27 396 731	24 911 266	10%	49 365	38 348	29%
Total Ativos	1 278 284 862	1 593 121 414	-20%	278 262	462 714	-4%

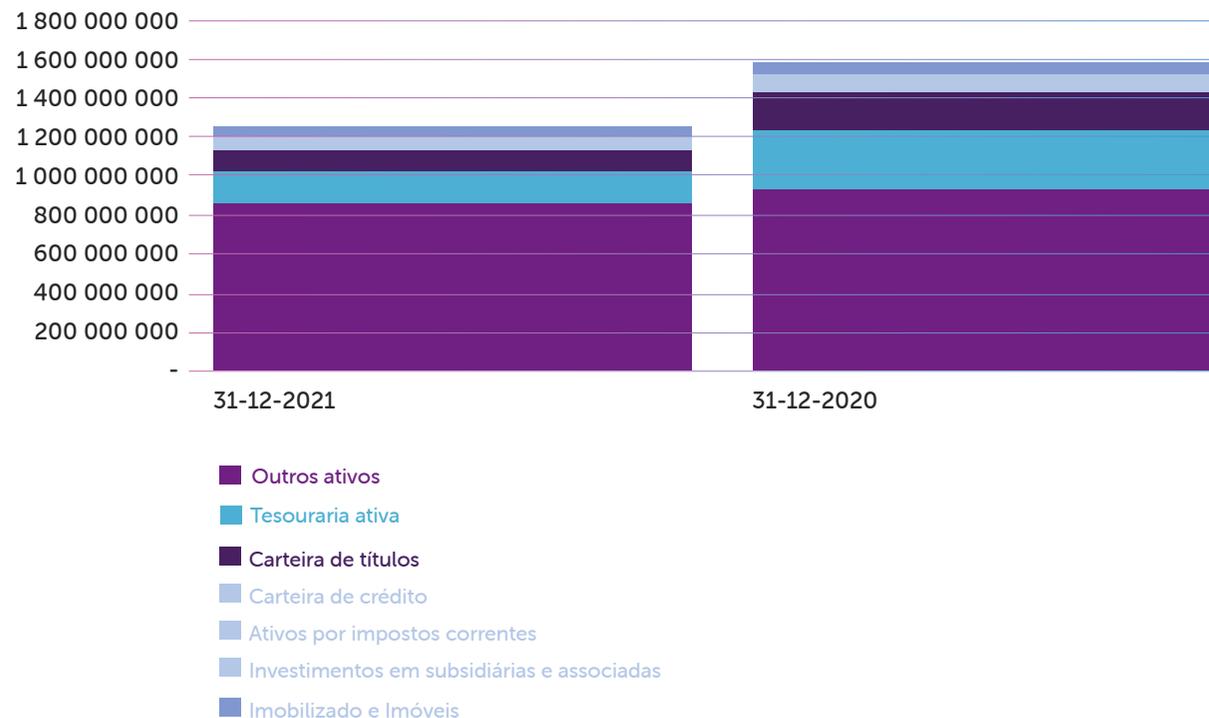
	mKz			mUSD		
	31-12-2021	31-12-2020	Varição	31-12-2021	31-12-2020	Varição
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	262 316 318	280 134 793	-6%	472 658	431 239	10%
Recursos de Clientes e outros empréstimos	1 303 985 454	1 589 389 247	-18%	2 349 604	2 446 705	-4%
Passivos financeiros detidos para negociação	-	217 230	-100%	-	334	-100%
Passivos subordinados	63 698 032	249 122 324	-74%	114 775	383 499	-70%
Provisões	3 728 463	5 078 451	-27%	6 718	7 818	-14%
Outros passivos	99 568 424	97 500 055	2%	179 409	150 092	20%
Op. Cedência Ativos_GENSA	83 418 076	82 618 693	1%	150 308	127 183	18%
Outros	16 150 348	14 881 362	9%	29 101	22 908	27%
Passivo	1 733 296 691	2 221 442 100	-22%	472 658	431 239	10%

	mKz			mUSD		
	31-12-2021	31-12-2020	Varição	31-12-2021	31-12-2020	Varição
Capital Social	72 000 000	72 000 000	0%	129 734	110 837	17%
Reservas de Justo Valor	29 700	29 700	0%	54	46	17%
Outras reservas	28 141 757	28 141 757	0%	50 708	43 321	17%
Resultados transitados	(728 492 143)	(590 694 828)	23%	(1 312 643)	(909 315)	44%
Resultado líquido do exercício	173 308 857	(137 797 315)	-226%	312 279	(212 125)	-247%
Fundos Próprios	(455 011 829)	(628 320 686)	-28%	129 734	110 837	17%

A 31 de Dezembro de 2021, o Banco Económico registou um ativo líquido no montante de Kz 1 278 285 milhões, representando uma variação de (-20%) face a 2020. Esta variação resultou essencialmente da diminuição das rubricas de Caixa e Disponibilidades no BNA (RO) (-44%), Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito (-68%) pela saída de liquidez e o efeito cambial pela valorização do kwanza face aos recursos em ME.

A carteira dos Investimentos e Ativos Financeiros situou-se em Kz 130 697 milhões, correspondendo uma diminuição de 35% relativamente a Dezembro de 2020. A rubrica de Justo Valor através de Resultados o BE manteve em 2021 uma carteira estável com uma variação de +9%, decorrente da aquisição de novas obrigações. Em contrapartida verificamos uma diminuição nos Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral (-6%) e nos Investimentos ao Custo Amortizado (-36%), justificadas por títulos que foram reembolsados na sua maturidade.

Análise do Ativo



Carteira de Crédito

Em Dezembro de 2021, o crédito concedido, apesar do contexto de redução de liquidez ao nível do mercado, verificou um crescimento de 10,78%, no montante de Kz 217 729 milhões face aos Kz 195 505 milhões em 2020. No sentido inverso houve um reforço de imparidade para a carteira de crédito histórica do Banco (+25%) gerando uma redução do crédito líquido (-10%).

(milhares de Kwanzas)

	31-12-2021	31-12-2020
Crédito interno vivo		
A empresas		
Empréstimos	87 934 662	77 330 403
Créditos em conta corrente	5 195 815	8 790 845
Descobertos	41 722 868	1 746 149
Locação financeira	1 037 522	8 434 706
A particulares		
Habitação	6 850 975	8 631 606
Consumo e outros	2 354 838	3 704 984
	145 096 679	108 638 693
Crédito interno vencido		
A empresas		
Empréstimos	54 492 258	66 941 038
Créditos em conta corrente	1 369 051	1 313 036
Descobertos	2 352 071	1 867
Locação financeira	2 228 853	4 701 060
A particulares		
Habitação	5 324 967	5 556 711
Consumo e outros	5 865 185	8 352 881
	71 632 384	86 866 593
Total Crédito Bruto	216 729 063	195 505 286
Total Imparidade	(148 661 533)	(115 312 429)

O segmento de Clientes Empresas foi o que mais contribui e representa em 31 de Dezembro de 2021, 90,58% da carteira de crédito do Banco, com um aumento face a 2020 de 15,91%. Contudo, este aumento encontra-se também influenciado pela capitalização de juros em dívida à data de reestruturação de algumas operações individualmente significativas.

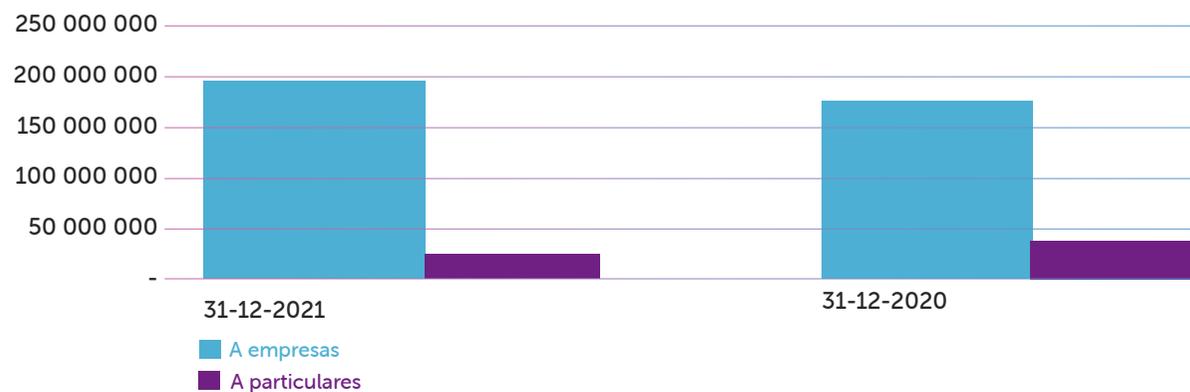
Para os Clientes do segmento Particulares, 2021 foi um ano marcado pela redução da sua atividade (-22,28%), relacionada com a dinâmica de recuperação de crédito definida com impacto positivo na redução da imparidade em (5,56%).

A carteira de crédito em moeda nacional e moeda estrangeira, representam 90% e 10% do total de crédito, respetivamente, sendo que durante o ano ocorreu uma redução (-64%) no crédito em moeda estrangeira, justificada pela conversão cambial de créditos individualmente significativos e pelos processos de recuperação de crédito liquidados.

Crédito por Moeda



Crédito por segmento de Clientes



Qualidade de Crédito

A qualidade do crédito apresentou uma melhoria significativa face ao ano anterior, medida pelo indicador de Crédito Vencido a mais de 90 dias que passou de 93% em 2020, para 57% em 2021. Esta evolução positiva decorreu da reestruturação de operações relevantes da carteira de crédito, ajustando os encargos financeiros à capacidade de gerar liquidez das empresas, pela redução dos níveis de incumprimento que estabilizaram, assim como pelo maior rigor no acompanhamento da carteira de crédito e na seleção de Clientes.

O Banco reforçou os níveis prudenciais de cobertura do crédito por constituição de imparidades, apresentando em 2021, rácios de cobertura de 70% para o segmento de Empresas (61% em 2020) e de 58% para o segmento de Particulares (48% em 2020), materializando as dificuldades sentidas pela economia decorrente da contração económica potenciada pela Pandemia. Em média, a cobertura total da carteira de crédito do Banco em 2021 foi de 69%, traduzindo um reforço de 10% face ao ano de 2020.

(milhares de Kwanzas)

Qualidade do crédito	31-12-2021	31-12-2020
Total Crédito		
A empresas	196 333 098	169 259 104
A particulares	20 395 965	26 246 182
	216 729 063	195 505 286
Total Imparidade		
A empresas	136 798 279	102 751 109
A particulares	11 863 254	12 561 320
	148 661 533	115 312 429
% Cobertura empresas	70%	61%
% Cobertura particulares	58%	48%
% Cobertura Total	69%	59%

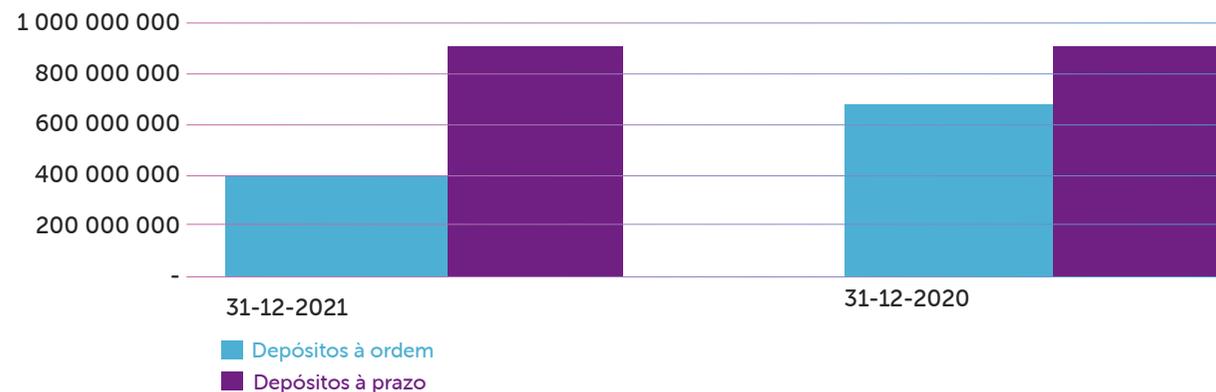
Recursos de Clientes

Os depósitos do Banco sofreram uma redução de cerca de 18% face ao ano transato, a qual é explicada, em parte, pela apreciação cambial do Kwanza face às moedas estrangeiras, sendo especialmente impactante para o Banco uma vez que cerca de 80% dos depósitos de Clientes encontram-se denominados em moeda estrangeira.

Por outro lado, verificou-se que os depósitos a prazo reduziram cerca de 2%, uma redução pouco expressiva em valor absoluto - de Kz 924 240 milhões para Kz 906 111 milhões - mas tendo em Moeda Estrangeira verificado um aumento de 20% por via do aumento dos depósitos à ordem, demonstrando a confiança dos Clientes na resiliência do Banco.

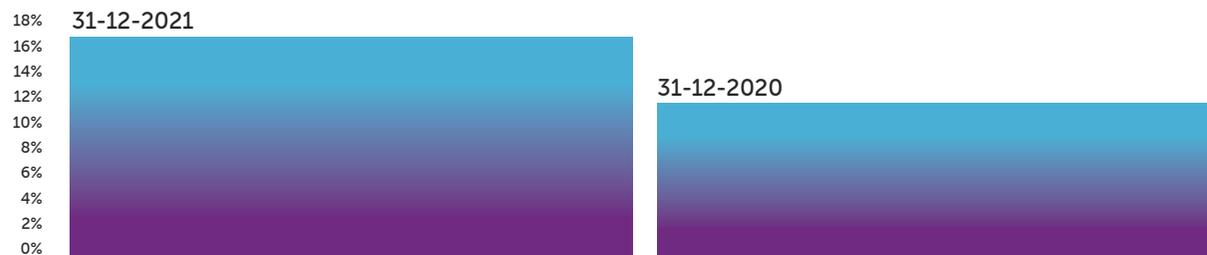
Em 2021, os Clientes continuaram a confiar no Banco Económico para realizar as suas poupanças e investimentos. Os novos contratos de depósitos a prazo constituídos em 2021 totalizam cerca de Kz 61 mil milhões com maturidade entre 3 e 12 meses.

Recursos de Clientes



O aumento do crédito e a redução dos depósitos traduziu-se no aumento do rácio de transformação do Banco de 12% em 2020 para 17% em 2021.

Rácio de Transformação



Fundos Próprios

	mKz		mUSD	
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
Ativos de Risco	144 104 288	177 297 455	259 656	272 932
Risco de crédito	98 162 284	107 940 223	176 875	166 163
Risco de mercado	29 145 376	47 400 232	52 516	72 968
Risco operacional	16 796 628	21 957 000	30 265	33 801
Capital regulamentar	-399 767 736	-387 485 298	-720 327	-596 495
Nível 1	-463 465 768	-636 607 622	-835 102	-979 993
Nível 2	63 698 032	249 122 324	114 775	383 499
Deduções	0	0	0	0
Rácio Solvabilidade Regulamentar	-27,74%	-21,86%	-27,74%	-21,86%

• Ativos de Risco

Verificamos que o Banco apresenta uma redução dos ativos ponderados pelo risco, sendo de destacar a evolução ao nível do risco de mercado e de crédito, os quais resultam respetivamente, da redução significativa verificada ao nível dos títulos da carteira do Banco e dos reforços significativos de imparidade sobre o crédito a Clientes, verificados em 2021.



- **Capital Regulamentar e Rácio de Solvabilidade**

Apesar do processo de Recapitalização em curso, em 31 de Dezembro de 2021 o Banco ainda apresenta capitais próprios negativos, os quais permanecem até que as medidas previstas no PRR sejam implementadas, o que está previsto ocorrer no decurso de 2022.

Após esta data, é convicção da Administração que os capitais próprios do Banco Económico serão integralmente restabelecidos e irão permitir o cumprimento dos rácios regulamentares em vigor, incluindo o rácio de solvabilidade.

Passivos Subordinados

No âmbito da implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco, foi acordado com o Novo Banco a reestruturação do empréstimo subordinado. Em resultado das negociações efetuadas com esta contraparte, ficou acordado um perdão de 75% sobre a dívida vincenda e o reescalonamento das prestações restantes.

Esta operação de reestruturação permitiu ao Banco reconhecer um ganho de Kz 107 812 milhões na rubrica de Outros Resultados de Exploração.

Após a reestruturação da dívida subordinada, a operação ficou com o valor de USD 115 milhões, e com uma maturidade de 31 de Agosto de 2023, mantendo-se a taxa de juro em 5%.



Análise de Resultados

	mKz			mUSD		
	31-12-2021	31-12-2020	Variação	31-12-2021	31-12-2020	Variação
Juros e rendimentos similares	20 043 866	23 472 896	-15%	36 116	36 134	0%
Op. Cedência Ativos Grupo ENSA	20 043 866	23 472 896	-15%	36 116	36 134	0%
Outros	-	-	0%	-	-	0%
Juros e encargos similares	(50 356 208)	(58 630 000)	-14%	(90 735)	(90 255)	1%
Outros	(46 661 486)	(55 699 965)	-16%	(84 078)	(85 744)	-2%
Op. Cedência Ativos Grupo ENSA	(3 694 722)	(2 930 036)	26%	(6 657)	(4 510)	48%
Margem financeira	(30 312 342)	(35 157 103)	14%	(54 619)	(54 121)	1%
Rendimentos de serviços e comissões	12 120 943	12 215 276	-1%	21 840	18 804	16%
Encargos com serviços e comissões	(1 544 520)	(1 461 125)	6%	(2 783)	(2 249)	24%
Resultado de negociações de títulos e valores mobiliários	38 245	(222 171)	-117%	69	(342)	-120%
Resultado de negociações de Derivados	-	(217 230)	-100%	-	(334)	-100%
Resultados cambiais - Outros	181 994 746	(271 594 571)	-167%	327 930	(418 093)	-178%
Resultados cambiais - Grupo ENSA	(86 976 996)	178 656 619	-149%	(156 721)	275 024	-157%
Outros resultados de exploração	104 996 870	255 467 428	-59%	189 190	393 266	-52%
Produto da atividade bancária	180 316 946	137 687 123	31%	324 907	211 955	53%
Custos com pessoal	(16 476 289)	(16 807 226)	-2%	(29 688)	(25 873)	15%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(10 653 304)	(11 143 091)	-4%	(19 196)	(17 154)	12%
Depreciações e amortizações do exercício	(3 357 310)	(2 719 828)	23%	(6 049)	(4 187)	44%
Provisões líquidas de anulações	534	(51 690)	-101%	1	(80)	-101%
Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	20 824 840	(19 280 848)	-208%	37 524	(29 681)	-226%
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	(10 675 432)	12 523 341	-185%	(19 236)	19 278	-200%
Imparidade para outros ativos líquida de reversões e recuperações	13 193 942	(238 233 189)	-106%	23 774	(366 736)	-106%
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	134 930	228 093	-41%	243	351	-31%
Resultado antes de imposto	173 308 857	(137 797 315)	-226%	312 279	(212 125)	-247%
Impostos sobre os resultados	-	-	0%	-	-	0%
Correntes	-	-	0%	-	-	0%
Diferidos	-	-	0%	-	-	0%
Resultado líquido do exercício	173 308 857	(137 797 315)	-226%	312 279	(212 125)	-247%

Margem Financeira e Complementar

	mKz			mUSD		
	31-12-2021	31-12-2020	Varição	31-12-2021	31-12-2020	Varição
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito	7 835 112	7 412 781	6%	14 118	11 411	24%
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	205 521	1 667 397	-88%	370	2 567	-86%
Juros de títulos	12 003 233	14 392 719	-17%	21 628	22 156	-2%
Outros juros e proveitos similares	-	-		-	-	
	20 043 866	23 472 896	-15%	36 116	36 134	0%
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais	188 358	965 296	-80%	339	1 486	-77%
Juros de recursos de Clientes	37 187 134	42 183 150	-12%	67 006	64 937	3%
Juros de passivos subordinados	9 119 104	12 377 638	-26%	16 431	19 054	-14%
Juros de Locações	166 890	173 880	-4%	301	268	12%
Outros juros e custos similares	3 694 722	2 930 036	26%	6 657	4 510	48%
	50 356 208	58 630 000	-14%	90 735	90 255	1%
Margem Financeira	(30 312 342)	(35 157 103)	-14%	(54 619)	(54 121)	1%
Rendimentos de serviços e comissões	12 120 943	12 215 276	-1%	21 840	18 804	16%
Encargos com serviços e comissões	(1 544 520)	(1 461 125)	6%	(2 783)	(2 249)	24%
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	38 245	(222 171)	-117%	69	(342)	-120%
Resultado de negociações de Derivados	-	(217 230)	-100%	-	(334)	-100%
Outros resultados de exploração	104 996 870	255 467 428	-59%	189 190	393 266	-52%
Margem Complementar	115 611 538	265 782 179	-57%	208 316	409 145	-49%
Produto da atividade bancária	85 299 196	230 625 075	-63%	153 698	355 024	-57%

No exercício de 2021, o Banco apresentou um incremento ligeiro (6%) no valor de juros obtidos dos seus créditos, ascendendo a Kz 7 835 milhões. Por outro lado, verificou-se uma redução significativa (-17%) nos juros de títulos de dívida pública justificada pelo reembolso de algumas operações relevantes e ausência de reinvestimento nestes ativos.

Paralelamente, o Banco manteve os esforços na captação de liquidez e consequente remuneração dos seus Clientes, não obstante a maturidade de algumas operações e apreciação cambial do kwanza se terem traduzido na redução dos custos com depósitos em 12%, ascendendo a Kz 37 187 milhões. Da mesma forma, o custo do passivo subordinado reduziu-se (-26%) pela diminuição do stock da dívida ao Novo Banco, em resultado do reembolso das prestações vencidas e do efeito cambial positivo.

Apesar da melhoria verificada em valor absoluto, a margem financeira continuou negativa em 2021 (Kz 30 312 milhões) dada a pesada e rígida estrutura de funding do Banco, mas sobretudo devido ao

reduzido peso do ativo produtivo no seu balanço. Importa referir que o Banco, em 2021 e 2020, não reconheceu qualquer proveito com juros do ativo a receber da INVESTPAR, apesar do mesmo prever uma remuneração de 7%, sendo este procedimento conservador justificado pela incerteza existente quanto à recuperabilidade deste ativo.

Em 2021, a margem complementar do Banco continuou a registar um valor positivo, ascendendo a Kz 115 612 milhões), embora bastante inferior ao ano anterior (-57%), influenciada pelo forte efeito positivo, reconhecido em 2020, no montante de Kz 260 000 milhões, relativo ao diferimento de imparidades de crédito, concretizando uma das medidas do PRR aprovadas pelo BNA.

Também 2021, verificou-se um ganho extraordinário relacionado com a reestruturação do passivo subordinado com o Novo Banco, outra medida prevista no PRR, transação em que o Banco reconheceu resultados positivos no montante de Kz 107. 812 milhões.

Evolução do Comissionamento

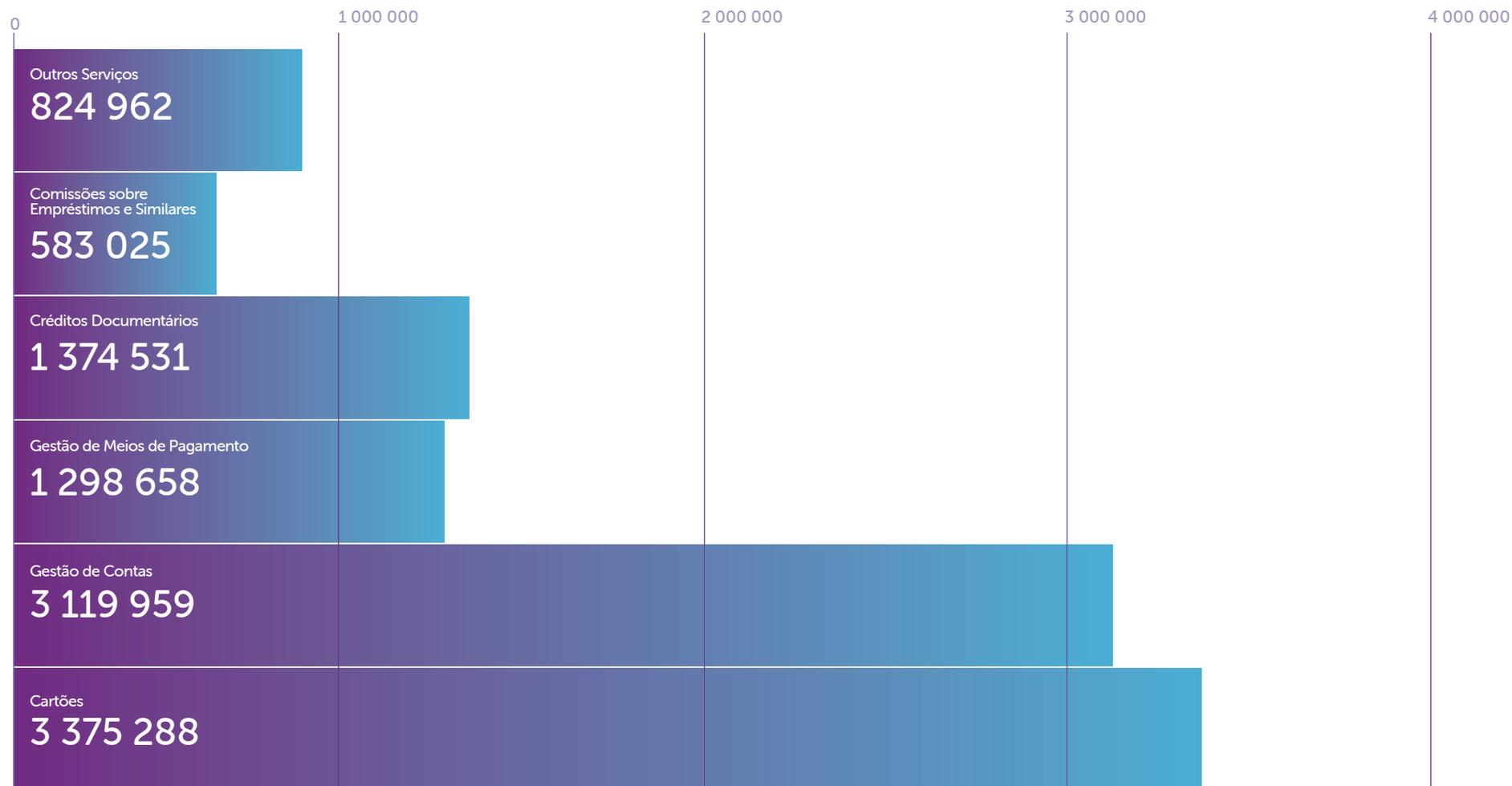
Durante o ano de 2021, verificou-se um decréscimo no comissionamento do Banco com uma diminuição significativa (-51%) nas operações de créditos documentários em resultado, por um lado da liberalização do mercado cambial permitindo às empresas formas alternativas de importação, e por outro, da contração económica associada à Pandemia.

Em compensação, verificou-se um aumento significativo (+145%) de comissões associadas à gestão de contas, em resultado da revisão dos preçários dos Clientes e das melhorias operacionais proporcionadas pela entrada em produção da nova versão da aplicação core do Banco, que melhorou a cobrança efetiva das comissões estabelecidas no precário.

Os encargos com serviços e comissões, apresentaram-se estáveis face ao período transato.

	mkz			mUSD		
	31-12-2021	31-12-2020	Variação	31-12-2021	31-12-2020	Variação
Rendimentos de serviços e comissões	12 120 943	12 215 276	-1%	21 840	18 804	16%
Cartões	3 879 121	3 699 626	5%	6 990	5 695	23%
Gestão de Conta	3 119 959	1 275 060	145%	5 622	1 963	186%
Gestão de Meios de Pagamento	2 268 233	2 500 197	-9%	4 087	3 849	6%
Créditos Documentários	1 374 531	2 787 797	-51%	2 477	4 292	-42%
Comissões sobre Empréstimos e Similares	583 025	534 604	9%	1 051	823	28%
Operações Sobre Títulos	414 627	775 899	-47%	747	1 194	-37%
Garantias Prestadas	94 547	95 444	-1%	170	147	16%
Bancasseguros	35 006	67 133	-48%	63	103	-39%
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	29 329	68 662	-57%	53	106	-50%
Outros Serviços	322 565	410 854	-21%	581	632	-8%
Encargos com serviços e comissões	(1 544 520)	(1 461 125)	6%	(2 783)	(2 249)	24%
Gestão de Meios de Pagamento	(969 575)	(1 004 436)	-3%	(1 747)	(1 546)	13%
Cartões	(503 833)	(439 140)	15%	(908)	(676)	34%
Outros Serviços	(71 112)	(17 549)	305%	(128)	(27)	374%
	10 576 423	10 754 151	-2%	19 057	16 555	15%

Comissões Líquidas por Tipologias — 31-12-2021



Custos de Estrutura

	mKz			mUSD		
	31-12-2021	31-12-2020	Variação	31-12-2021	31-12-2020	Variação
Custos com pessoal	16 476 289	16 807 226	-2%	29 688	25 873	15%
Fornecimentos e serviços de terceiros	10 653 304	11 143 091	-4%	19 196	17 154	12%
Depreciações e amortizações do exercício	3 357 310	2 719 828	23%	6 049	4 187	44%
Custos de estrutura	30 486 903	30 670 145	-1%	54 933	47 214	16%

O Conselho de Administração do Banco Económico, durante o exercício de 2021, quando aprovou o orçamento anual e preparava o Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR) e as suas principais linhas estratégicas, assumiu um posicionamento de continuidade do negócio, mas tentando, sempre que possível, a obtenção de eficiências e economias na estrutura de custos do Banco, embora sendo um processo muito desafiante face ao contexto de elevada inflação verificada no País.

Em resultado deste esforço de contenção de custos, podemos constatar em 2021 reduções nominais nos custos com o pessoal (-2%) e nos fornecimentos de serviços e terceiros (-3%) que,

comparadas com a elevada inflação registada no ano, traduzem reduções reais muito significativas.

A evolução registada nos fornecimentos e serviços externos, resultou da política de renegociação de contratos dos serviços especializados seguida pelo Banco, mas mantendo os apoios cruciais no desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente ao nível de implementação de processos que suportam o cumprimento das novas exigências regulamentares e ao nível tecnológico sobre os seus sistemas *core* e periféricos.

Imparidades

Verificou-se que durante o exercício de 2021, o Banco registou um reforço de imparidade para o crédito a Clientes em resultado da deterioração das suas condições financeiras influenciadas também pelo contexto macroeconómico e pandémico.

Paralelamente, o Banco reverteu imparidades significativas para outros ativos financeiros, maioritariamente explicada pela melhoria do *rating* soberano de Angola e a consequente redução da taxa de imparidade para as exposições ao Estado Angolano, dos quais se destacam os Títulos de Dívida Pública.

Relativamente às imparidades para outros ativos, o seu comportamento positivo em 2021 reflete o facto de não ter sido necessária a constituição de imparidades adicionais para os ativos da operação realizada com a INVESTPAR (ex-Grupo ENSA), depois do significativo reforço realizado em 2020.



Estratégia e Evolução Prevista para 2022

7.1 Enquadramento

O ano de 2021, em continuidade de 2020, foi muito condicionado pela pandemia da COVID-19 com significativas repercussões na economia mundial e angolana. Em conformidade, o Banco Económico, continuou a desenvolver métodos de trabalho ajustadas ao novo normal, com a criação de mecanismos internos de biossegurança para minimizar a possibilidade de contágio entre os Colaboradores e Clientes. O Banco investiu também em ferramentas e na implementação de novos processos de teletrabalho, a fim de manter a operação bancária em pleno funcionamento e preservar os níveis e qualidade dos serviços prestados aos Clientes, garantindo a manutenção da integridade do ecossistema de capital humano, Clientes e Parceiros.

Como é do conhecimento público, face aos resultados negativos reconhecidos em anos anteriores pela aplicação da regulamentação do Banco

Nacional de Angola à reavaliação dos ativos da banca angolana (AQA), o Banco Económico, acolhendo as orientações do Regulador, estruturou e apresentou medidas de capitalização e de reestruturação que permitissem a adequação dos seus rácios prudenciais de capital e solvabilidade, garantindo a continuidade e a estabilidade na sua operação.

Neste contexto, em Outubro de 2021, foi elaborado o Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR), aprovado pelo Regulador em Dezembro do mesmo ano, cuja implementação e operacionalização se encontram em curso, que vai criar as condições para o Banco Económico voltar a apresentar um balanço robusto, cumprindo as atuais exigências regulamentares e que irá suportar e potenciar o processo de viragem (*turnaround*) do Banco.

De acordo com o Plano, a concretização de parte significativa das medidas consideradas no processo de recapitalização e reestruturação, está previsto ocorrer durante 2022, criando condições para o Banco Económico abordar o mercado bancário angolano com todas as condições de sucesso,

como um agente financeiro diferenciado e inovador, tendo em conta a experiência acumulada, a sua equipa comercial dedicada e comprometida com os Clientes, alavancada por áreas de suporte especializadas e com larga experiência em providenciar um serviço eficiente e de qualidade.

Neste contexto, o Conselho de Administração do Banco Económico manteve o seu compromisso com a implementação do Plano Estratégico de Reestruturação, criando condições para a concretização de sinergias entre as suas equipas e para o incremento da eficiência operacional, com o propósito de atingir, no curto prazo, as condições de capital, solvabilidade e de liquidez que permitam ao Banco servir cada vez melhor os seus Clientes.

Desta forma, a nova estratégia tem como objetivo rever o posicionamento do Banco Económico para se adequar às novas tendências da Banca e dos Clientes, focando a sua atividade nos segmentos de maior potencial, reduzindo o perfil de risco e ajustando a estrutura de custos à nova dimensão, tornando-a mais eficiente.

Desafios da Gestão de Capital Humano

No quadro da nova estratégia, o Banco elegeu como principais desafios no Capital Humano:

- Ter um capital humano alinhado com os objetivos estratégicos, através de planos de atividade claros e sistemas de objetivos eficazes;
- Proporcionar um bom ambiente organizacional por via da implementação de estudos e inquéritos que envolvam toda a organização, na preparação da liderança para fomentar a proximidade entre todas as bandas funcionais;
- Apostar no desenvolvimento dos colaboradores e desenvolver líderes do futuro, promovendo processos de melhoria contínua ao nível do processo de aprendizagem em contexto profissional, nomeadamente na implementação de programas de *mentoring*, investimento em planos de carreira e sucessão compreensíveis e eficazes, que

vão de encontro à realidade e preparem os colaboradores para um futuro sustentável;

- Mensurar adequadamente os resultados para um processo de tomada de decisão cada vez mais alinhado com as políticas de gestão do capital humano para avaliar o retorno das ações implementadas.

Neste sentido, o Banco Económico elaborou, em 2021, um Plano de Formação completo, sustentável e extensivo a todos colaboradores, cuja aplicação prática terá início em 2022.

Responsabilidade Social e Corporativa

O Banco Económico assume-se como uma instituição financeira com elevado nível de responsabilidade social perante o País. Neste sentido, definiu na sua estratégia uma forte vertente no campo da sustentabilidade social e corporativa, enquadrada no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Direção de Capital Humano - Unidade de Responsabilidade Social, tem a seu cargo a criação de valores sociais para um futuro sustentável, através do desenvolvimento de projetos e programas de cariz social, internos e externos, facilitadores do bom desempenho e do bem-estar social dos seus Colaboradores e familiares, comunidades e instituições, tendo como pilares de intervenção a saúde, a educação, o ambiente, a cultura e as artes. Estes projetos são custeados pelo Fundo de Solidariedade (do qual os Colaboradores do BE são os participantes) em conjunto com o Banco.

Em 2022, o Banco irá manter o esforço de contribuir positivamente para a sociedade angolana, dando continuidade às iniciativas já realizadas em anos anteriores.

7.2 A Nossa Estratégia

Os principais objetivos estratégicos de negócio do Banco Económico, passam por:

- Foco nos segmentos de maior potencial de criação de valor;
- Redução do perfil de risco;
- Ajustar a estrutura de custos à nova dimensão do Banco;
- Reforçar processos internos (Risco/Crédito, Operações, Sistemas).

Para garantir a solidez do Plano de Recapitalização, o Banco Económico compromete-se também a implementar o Plano de Reestruturação, tendo este segundo como objetivo endereçar as fortes tendências que se verificam no sector bancário em Angola, no período pós-pandemia, nomeadamente o maior foco em segmentos específicos (em detrimento dos bancos “universais”), reduzindo

a exposição ao risco e aumentando a eficiência operacional.

O Plano de Reestruturação segue assim três princípios essenciais decorrentes do Plano de Recapitalização:

- Alinhamento à nova estrutura de balanço do Banco após a recapitalização.
- Alinhamento com as competências e vantagens competitivas existentes no Banco.
- Reforço da sua credibilidade e imagem para potenciais novos investidores.

Com a sua implementação, o Banco Económico poderá potenciar a sua Missão: contribuir para o desenvolvimento da economia angolana e do seu capital humano.

Entre outros objetivos, o Banco pretende tornar-se uma referência na contribuição para o aumento da taxa de bancarização, no apoio à recuperação económica de Angola, através da concessão de crédito responsável, na contribuição de cerca de 1.000 postos de trabalho, diretos e indiretos, e na implementação de um sistema de governação

corporativa e de gestão de risco alinhado com as melhores práticas regulamentares.



Para se tornar numa referência na banca em Angola, o Banco Económico implementará um Plano de Reestruturação assente em 7 macro-iniciativas:

1



Desenvolver os segmentos-chave

2



Lançar oferta digital para captar *mass-market*

3



Potenciar canais de distribuição

4



Melhorar governança corporativa e controlos internos

5



Otimizar estrutura operacional e organizacional

6



Desenvolver cirurgicamente capacidades e *uses cases de Advance Analytics*

7



Lançar um programa de gestão da mudança adaptado ao novo contexto

Estas 7 macro-iniciativas vão desdobrar-se em 20 iniciativas, que por sua vez incluirão várias atividades e *milestones*, às quais o Banco fará um controlo de execução rigoroso.

A implementação destas iniciativas resultará numa mudança estratégica do Banco Económico, tornando-se mais focado nos segmentos onde tem maiores competências e diversificando o seu perfil de recursos com uma aposta de baixo custo para a banca de retalho e para o “*low mass market*” (não bancarizados).

Acreditamos que uma atuação mais focada terá um contributo positivo na diferenciação do Banco e irá permitir atrair novos investidores. Esta abordagem sustentará o desenvolvimento de uma nova oferta que responda de forma mais eficiente às necessidades dos nossos Clientes, permitindo o reforço das vantagens competitivas do Banco para angariar mais e melhor negócio no futuro.

Nesse sentido, a aposta do Banco Económico no segmento de Empresas consistirá em consolidar a sua posição de relação próxima com os segmentos

Top Corporate e Institucional, apostando também no apoio às PME de setores mais resilientes e que estão nas prioridades de desenvolvimento do Executivo Angolano.

Relativamente aos segmentos de Particulares, o Banco Económico permanecerá também como uma referência do mercado no segmento *Private*, complementando com uma aposta de diversificação de depósitos através de uma solução digital para o segmento de Retalho (bancaizados) e que sirva igualmente para captar o *low mass market* (não bancaizados).

A otimização da estrutura operacional e organizacional é também uma prioridade para o Banco Económico se tornar um Banco mais eficiente, em termos do custo de servir os seus Clientes com qualidade.

Na redução de custos, o Banco identificou um conjunto de áreas onde as melhorias terão um impacto significativo, em resultado de um negócio mais eficiente, alinhando a estrutura de custos do Banco com o sector.

Foram identificados 5 vetores prioritários de intervenção para a racionalização de custos com serviços externos. Estas iniciativas foram qualificadas como críticas para intervenção pela Comissão Executiva do Banco que constituiu um grupo de trabalho para assegurar o detalhe e implementação destas poupanças.



O BE está a implementar um plano ambicioso de **redução de custos**

- ✓ **Racionalização de custos com seguros**
Racionalizar seguro de Saúde, acidentes de trabalho, *leasing*, risco patrimonial
- ✓ **Racionalização de Serviços Informáticos**
Necessário definir e implementar medidas de racionalização de custos com serviços informáticos
- ✓ **Racionalização da rede de Agências**
Necessário implementar plano de racionalização de custos com agências
Potencial de racionalização de ~500 M Kz
- ✓ **Racionalização de Transporte de Valores**
Necessário definir e implementar iniciativas de racionalização de custos com transporte de valores
- ✓ **Racionalização de CP's com desvinculação de Colaboradores "inativos"**

Na eficiência operacional, o Banco Económico introduzirá medidas de simplificação de processos internos que minimizem a burocracia e, dessa forma, reduzam os tempos de resposta ao Cliente para os melhores *standards* em Angola.

Para garantir as medidas acima mencionadas, o Banco Económico compromete-se também a fazer um reforço de competências em áreas-chave do Banco. Esse reforço será feito em posições-chave e abrangerá as áreas de negócio (Desenvolvimento do Negócio e Empresas) e as áreas de suporte (Financeira e Mercados, Crédito e Risco).

Adicionalmente, para assegurar o máximo compromisso com o plano de transformação e igualmente acelerar a sua implementação, o Banco Económico criará também a função de *Chief Transformation Officer* (CTO), um pelouro que terá a responsabilidade de controlar, implementar e reportar a evolução do Plano de Transformação do Banco.

Modelo de Negócio

O Banco Económico, quinto maior banco em

Angola em volume de negócios, é historicamente um Banco saudável, com um modelo de negócios sustentável e com forte participação nos segmentos *Private* e *Corporativo*.

Na sua criação, o BE herdou do Banco Espírito Santo Angola (BESA) uma forte exposição ao sector imobiliário, sector que em Angola entrou em crise profunda desde 2015. Reconhecendo essa exposição e risco, procurou-se solucionar a situação através da venda de um conjunto de ativos imobiliários à INVESTPAR (anterior Grupo ENSA).

O incumprimento pela INVESTPAR dos pagamentos desta transação, juntamente com a suspensão da garantia soberana associada, resultou na necessidade de redução do valor dos ativos do Banco. Como consequência, o BE deixou de cumprir dois requisitos regulatórios, os rácios de solvabilidade e o limite de exposição cambial, em resultado dos reforços de imparidade que foi necessário reconhecer para essas exposições, identificadas no âmbito do Programa de Avaliação da Qualidade dos Ativos (AQA), promovido pelo BNA em 2019.

Em 2020 e 2021 o BE, em estreita colaboração com o BNA, entre outras entidades institucionais, trabalhou na definição do seu Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR). No entanto, a pandemia da COVID-19 veio impactar adversamente a execução do Plano, cuja implementação decorre desde a data da sua aprovação pelo BNA, em Dezembro de 2021.

O Banco Económico herdou do legado do BESA um forte posicionamento *Premium* onde se destacam os segmentos *Corporativos* e *Private*. Estes segmentos representam 77% dos recursos, assim como a maior parte da receita bancária. É justamente, nestes segmentos de negócio que se destaca a proposta de valor de produtos e serviços do Banco Económico.

Apesar da conjuntura e do deferimento da recapitalização, os esforços de dinamização comercial têm permitido manter a competitividade da oferta, para defender a quota de mercado de ~13% de depósitos. Este posicionamento é influenciado pela quota de mercado de ~17% dos depósitos em Moeda Estrangeira do sistema financeiro angolano.

A presença do BE está firmada através de uma combinação de agências, centros de empresa, postos, centros Umoxi (*Affluent*), *Private*, Institucional e *Top Corporate Oil & Gas* em 17 províncias do país.

Figura 4. Cobertura Geográfica BE



76

Pontos de atendimentos no país

10

Centros de Empresas

1

Centro *Private Banking*

59

Agências

3

Centros UMOXI

4

Postos alfandegários

98

ATMS

~40

Gestores para providenciar um atendimento personalizado aos nossos Clientes *Corporate* e PME's

O Banco Económico é um banco universal com um modelo de negócio que oferece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros. Apesar de ter uma proposta de valor compreensiva, o posicionamento do BE está mais vocacionado para servir os Clientes *Top Corporate*, Institucional e *Private*.

O BE destaca-se ainda pelo seu legado importante de *Trade Finance* sendo o primeiro banco angolano membro da Câmara de Comércio Internacional (ICC).

A Direção de Banca de Investimento (DBI) é também destacada na banca angolana pela sua experiência e competência.

Adicionalmente, o Banco sustenta o seu compromisso com a digitalização contínua dos processos, que permitirá realizar ganhos de eficiência e de redução de custos, garantindo melhorias dos níveis de serviço, tanto para o Cliente externo como interno.



Pagamentos e recebimentos

Pagamentos em moeda local (KZ)
Pagamentos internacionais (ME)
TPAs (N.º, volume médio)
Transporte e Tratamento de valores



Soluções para colaboradores

Protocolo Colaboradores
Serviços **Económico**Net
Crédito Habitação
Fundo de Pensões
Seguros Colaboradores



Gestão de tesouraria

Acesso a mercado cambial
Títulos — Obrigações
Títulos — Bilhetes de Tesouro
Net *Corporate* Tesouraria



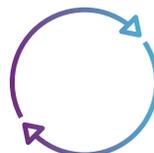
Aplicações Financeiras

Rendimento Imediato/Mensal
Depósitos a prazo em KZ
Depósitos a prazo em USD
Proteção/Valorização Cambial



Serviços financeiros especializados

Cobrança de renda e tributação
Leasing
Seguros
BI - Finanças corporativas
BI - Mercado de capitais



Trade Finance

C.D. Importação e Exportação,
incluindo *Stand-by* LCs
Cobranças Documentárias de
Importação e Exportação
Garantias Internacionais emitidas
e recebidas

Banca Seguros (*Bancassurance*)

O Banco Económico é detentor de uma participação de 21% na Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros S.A. que opera em Angola, desde 2011, nos ramos vida não financeiro e não vida, com a distribuição dos seus produtos assegurada através dos canais do Banco.

Em linha com o objetivo de reforçar a sua proposta de valor, o Plano de Reestruturação prevê iniciativas para adaptar a oferta de *Bancassurance* às necessidades específicas dos distintos segmentos de negócio.

Para fomentar o potencial de mercado do *Bancassurance* o Banco conta alavancar a sua relação privilegiada com a Tranquilidade, mas está também a explorar oportunisticamente novos acordos com seguradoras/corretoras competitivas no mercado.

Para melhorar a oferta *Bancassurance* o Banco conta reforçar a colaboração com seguradoras, para o lançar novos produtos, assegurar a definição de protocolos e SLAs, assim como reforçar os incentivos comerciais para venda de seguros.

Banca de Investimentos

A Direção Banca de Investimentos (DBI), tem como principal objetivo dotar o Banco das necessárias capacidades e competências que lhe permitem proporcionar aos seus Clientes, uma oferta global, integrada e de qualidade internacional, de produtos e serviços financeiros especializados, nas áreas de *Corporate & Investment Banking* (CIB), incluindo como principais áreas de negócio:

- **Assessoria e Financiamentos Estruturados** a empresas e projetos de investimento, em base individual ou em modalidade de crédito sindicado;
- **Mercado de Capitais**, incluindo a organização e tomada firme de ofertas de distribuição de valores mobiliários e a intermediação em mercado regulamentado.

Para 2022, considerando o imperativo regulamentar decorrente da aplicação do Regime Geral das Instituições Financeiras, o Banco irá proceder à reestruturação da DBI, pela autonomização da área de Mercado de Capitais, incluindo os serviços e atividades de investimento em valores mobiliários,

que terão de passar para uma entidade autónoma (Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SDVM) sob tutela da Comissão do Mercado de Capitais (CMC). Este projeto tem de estar concluído até final de 2022, momento em que terão de migrar todos os serviços, incluindo a custódia de valores mobiliários aos Clientes do Banco.

Neste quadro e alavancando na recapitalização e nas novas possibilidades abertas pelo seu novo balanço, o BE vai apostar nesta área de negócio, potenciada pela agenda económica do Executivo, nomeadamente, pela dinamização do mercado de ações através das operações de privatização de empresas e sua cotação na BODIVA, com a abertura do seu capital aos investidores institucionais, aos pequenos investidores e ao público, em geral, bem como pela dinamização do mercado doméstico de dívida, pela realização de emissões de dívida corporativa como crescente alternativa ao crédito bancário.

Em termos operacionais, pretende-se com a implementação da aplicação de mercado de capitais (SIFOX) e a integração com o **EconomicoNet**

em conjunto com as áreas comerciais, reforçar a angariação de novos Clientes de intermediação e custódia de títulos, garantindo o incremento das receitas, através do aumento da base de Clientes, Particulares, Empresas e Institucionais (Seguradoras, Fundos e outros Organismos de Investimento Coletivo).

Com o novo balanço após a recapitalização, o Banco Económico conhecerá uma viragem dos resultados financeiros de forma significativa e consolidada ao longo dos próximos anos. Esse incremento virá de três impactos relevantes:

- A redução dos custos de *funding*, por via da execução de um programa de otimização das taxas de juro de depósitos a prazo.
- O restabelecimento da liquidez, que permitirá fomentar a atividade bancária normal;
- O pressuposto conservador que o ambicioso programa de redução de custos apenas terá impactos a partir de 2022, apesar de já se terem verificado, em 2021, impactos significativos de redução de custos com fornecimentos e serviços externos.

Objetivos Estratégicos das Áreas de Suporte Operacional, Contabilístico e Tecnológico e Desenvolvimento do SCI

O Banco Económico considera crítico tornar-se uma referência da banca em Angola, nomeadamente na Governação Corporativa e Gestão de Risco de Crédito, contribuindo para a solidez do sistema bancário.

Adicionalmente, o reforço das funções de governação e risco trazem vantagens a vários níveis:

- Aumento dos níveis de transparência e qualidade do Banco
- Aumento da confiança dos investidores
- Aumento da eficiência operacional

Governação Corporativa

A Governação Corporativa do Banco Económico tem vindo a ser sucessivamente melhorada, entendendo o Banco que pode dar ainda passos mais sólidos para se tornar um exemplo na banca Angolana. Nesse sentido endereçará, já em 2022,



Reforçar responsabilidades dos órgãos de Administração e Fiscalização



Reforçar mecanismos de AML



Reforçar função de *Chief Risk Officer*



Apetite de risco

Definição de nível de risco do banco com base nos seus objetivos



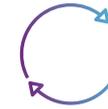
Concessão

Processo de tomada de decisão sobre concessão de crédito



Monitorização

Processo monitorização da evolução dos riscos de crédito concedido



Recuperação

Processo que aborda mecanismos de recuperação de crédito

Atualizar e formalizar políticas e processos

Refletir apetite ao risco nos objetivos de Negócio

Adaptar comités de crédito ao nível de risco

Adaptar comités de crédito ao nível de risco

Reforçar competências da Direção de Risco na Concessão, Monitorização e Recuperação

Reforçar sistema de avaliação de colaterais

Reforçar sistema de *rating/scoring* de Cliente

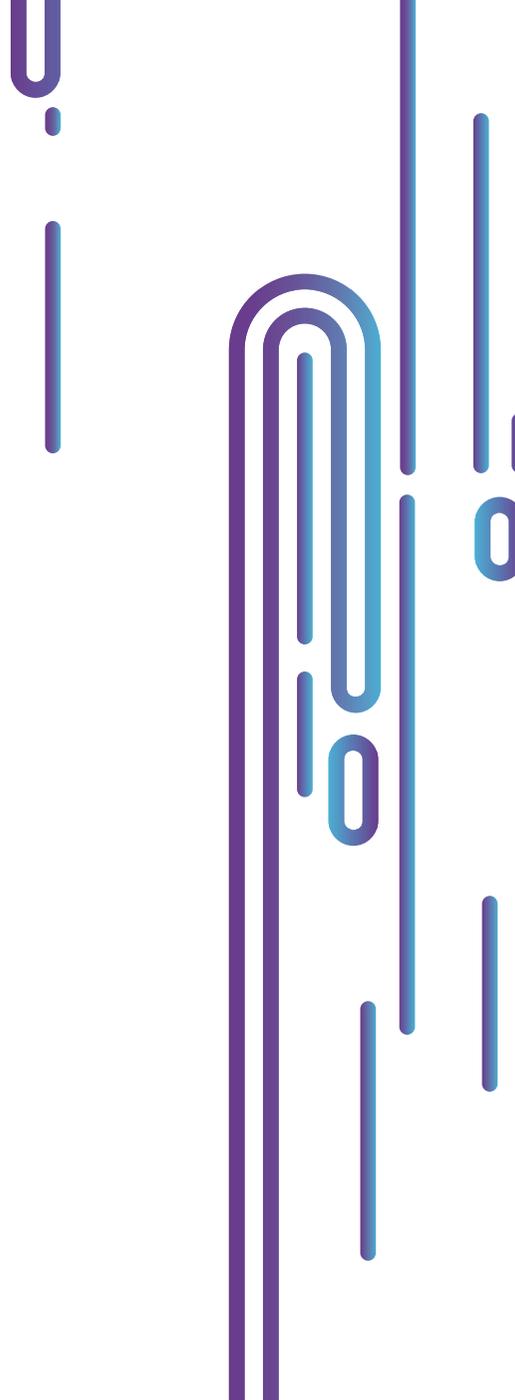
três grandes áreas onde entende que o reforço das competências existentes trará ganhos adicionais.

Gestão de Risco de Crédito

Relativamente à gestão de risco de crédito, o Banco tem por objetivo o reforço da área de crédito, olhando para o processo de forma mais holística – desde a redefinição do apetite ao risco do Banco, passando pela concessão, monitorização e recuperação de crédito.

Algumas das iniciativas propostas terão impacto nos processos anteriormente mencionados.

Adicionalmente, o Banco irá rever os seus mecanismos de redução de risco de crédito através do reforço das “3 linhas de defesa”, envolvendo de forma mais acentuada as Unidades de Negócio, a Gestão de Risco e a Auditoria Interna na identificação, medição, mitigação e monitorização dos processos associados a risco de crédito.





Aprovação do Conselho de Administração



8.1 Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objetividade das demonstrações financeiras individuais e demais informações contidas neste relatório. Dentro das boas práticas de Governo Corporativo, o Conselho de Administração declara que não tem conhecimento de quaisquer aspetos que obstem a sua convicção de que:

- O Banco e as suas subsidiárias dispõem de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os respetivos ativos sejam salvaguardados e que as respetivas operações e transações sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adotados.
- As demonstrações financeiras individuais

referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, auditadas e preparadas em conformidade com o normativo em vigor em Angola, dão uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, Passivo, Fundos Próprios, Resultados e dos Fluxos de Caixa, em termos Individuais.

- O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira em termos individuais, nos exercícios de 2021 e 2020.

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral a proposta de incorporação dos resultados do exercício de 2021, no montante de 173 308 857 milhares de Kwanzas para resultados transitados.

Em virtude da INVESTPAR não ter cumprido com o plano acordado de pagamentos (entretanto renegociado), nomeadamente com o pagamento da primeira prestação prevista para 31 de Dezembro de 2018, o BE, em conjunto com o BNA, iniciou desde essa data, um conjunto de interações para avaliação de alternativas de saneamento, enquanto

se observavam agravamentos sucessivos das condições económicas, financeiras e operacionais do Banco.

Com vista à regularização desta situação, o Banco focou os seus esforços na elaboração de um Plano de Reestruturação e Recapitalização ("PRR") que permitisse regularizar o contexto anteriormente referido, tendo o mesmo sido aprovado pelo BNA, em 21 de Dezembro de 2021. As medidas contidas no PRR encontram-se melhor detalhadas nas Notas 37 do Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.

Importa ainda mencionar as evoluções relevantes sobre a implementação das medidas do PRR consideradas necessárias para proceder à recapitalização e rentabilização do Banco, das quais destacamos as seguintes:

- Reestruturação da dívida subordinada com o Novo Banco, ocorrida no final de 2021, tendo o Banco acordado com o Novo Banco um perdão de dívida no valor de 75% sobre a dívida vincenda;

- ii. Realização de uma Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 15 de Fevereiro de 2022, na qual foi apresentado o Plano de Recapitalização e Reestruturação o qual obteve boa nota por parte dos Acionistas, sendo aprovado parte das medidas no PRR previstas no mesmo, nomeadamente: i) a emissão de Títulos de Participação Perpétuos, ii) a emissão de Obrigações Convertíveis;
- iii. Aprovação pelo Ministério das Finanças, para a emissão dos Títulos de Participação Perpétuos, tendo a mesma ocorrido em 1 de Abril de 2022, a qual se encontra condicionada à apresentação do relatório provisório de gestão e contas de 2021, com a maior brevidade possível;
- iv. Obtenção de parte significativa dos acordos dos futuros Acionistas, comprometendo-se com as condições do PRR, e subscrevendo voluntariamente os instrumentos que irão compor o novo capital próprio do Banco Económico.

- v. Aprovação pela Comissão de Mercado de Capitais em 24 de Junho de 2022 para a emissão dos TPP.

Entendemos que, face ao acima exposto, a continuidade das operações do Banco Económico é a melhor convicção do Conselho da Administração, atendendo à (i) evolução e progressos já registados na implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR) desde a sua aprovação pelo BNA, em Dezembro de 2021, (ii) à maioritária adesão ao Plano, dos Depositantes Elegíveis e (iii) ao nosso total compromisso com a implementação do PRR, com o apoio do Regulador do sector (BNA), do Supervisor do mercado de capitais (CMC) e demais contrapartes institucionais intervenientes no mesmo.

Luanda, 30 de Junho de 2022

O Conselho de Administração



Demonstrações Financeiras Individuais e Pareceres Dezembro 2021



Índice

Demonstrações Financeiras Individuais e Pareceres Dezembro de 2021

Demonstrações Financeiras

158

159

160

161

162

190

194

201

202

Anexo às Demonstrações Financeiras

163

163

197

198

205

219

219

199

222

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais e Pareceres Dezembro de 2021

223	233	239
225	233	240
228	234	241
231	236	242
232	236	243
	238	243

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais e Pareceres Dezembro de 2021

245	286
245	300
245	302
248	305
254	
260	

Demonstrações Financeiras

Demonstrações da posição financeira individual em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(milhares de Kwanzas)

Activo	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4	91 117 804	163 592 711
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	5	20 858 571	80 719 674
Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Instituições de Crédito	6	42 453 933	56 268 285
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	1 531 032	1 409 690
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	152 751	162 718
Investimentos ao custo amortizado	9	129 013 362	200 812 363
Crédito a Clientes	10	68 067 530	80 192 857
Ativos não correntes detidos para venda	11	3 328	1 118 848
Outros ativos tangíveis	12	41 812 682	43 712 082
Ativos intangíveis	13	8 424 240	8 257 236
Investimentos em subsidiárias e associadas	14	2 252 199	2 252 374
Ativos por impostos correntes	15	1 511 061	1 508 739
Outros ativos	16	871 086 369	953 113 836
Op. Cedência Ativos - Grupo ENSA		583 689 638	668 202 570
Imparidades Diferidas		260 000 000	260 000 000
Outros		27 396 731	24 911 266
Total do ativos		1 278 284 862	1 593 121 414
Passivo e capital próprio			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	17	262 316 318	280 134 793
Recursos de Clientes e outros empréstimos	18	1 303 985 454	1 589 389 247
Passivos financeiros detidos para negociação	21	-	217 230
Passivos subordinados	19	63 698 032	249 122 324
Provisões	20	3 728 463	5 078 451
Passivos por impostos correntes	15	-	-
Outros passivos	21	99 568 424	97 500 055
Op. Cedência Ativos - Grupo ENSA		83 418 076	82 618 693
Outros		16 150 348	14 881 362
Total do passivo		1 733 296 691	2 221 442 100
Capital social	22	72 000 000	72 000 000
Reservas de justo valor	23	29 700	29 700
Outras reservas	23	28 141 757	28 141 757
Resultados transitados	23	(728 492 143)	(590 694 828)
Resultado líquido do exercício		173 308 857	(137 797 315)
Capitais Próprios			
Total do capital próprio		(455 011 829)	(628 320 686)
Total do passivo e do capital próprio		1 278 284 862	1 593 121 414

Demonstrações dos Resultados Individuais

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(milhares de Kwanzas)

	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Juros e rendimentos similares	24	20 043 866	23 472 896
Outros		20 043 866	23 472 896
Op. Cedência Ativos Grupo ENSA		-	-
Juros e encargos similares	24	(50 356 208)	(58 630 000)
Outros		(46 661 486)	(55 699 965)
Op. Cedência Ativos Grupo ENSA		(3 694 722)	(2 930 036)
Margem Financeira		(30 312 342)	(35 157 103)
Rendimentos de serviços e comissões	25	12 120 943	12 215 276
Encargos com serviços e comissões	25	(1 544 520)	(1 461 125)
Resultado de negociações de títulos e valores mobiliários	26	38 245	(222 171)
Resultado de negociações de Derivados	26	-	(217 230)
Resultados cambiais - Outros	27	181 994 746	(271 594 571)
Resultados cambiais - Grupo ENSA	27	(86 976 996)	178 656 619
Outros resultados de exploração	28	104 996 870	255 467 428
Produto da actividade bancária		180 316 946	137 687 123
Custos com pessoal	29	(16 476 289)	(16 807 226)
Fornecimentos e serviços de terceiros	30	(10 653 304)	(11 143 091)
Depreciações e amortizações do exercício	12 e 13	(3 357 310)	(2 719 828)
Provisões líquidas de anulações	31	534	(51 690)
Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	31	20 824 840	(19 280 848)
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	31	(10 675 432)	12 523 341
Imparidade para outros ativos líquida de reversões e recuperações	31	13 193 942	(238 233 189)
Resultados em subsidiárias e associadas	14	134 930	228 093
Resultado antes de impostos de operações em continuação		173 308 857	(137 797 315)
Impostos sobre os resultados			
Correntes	15	-	-
Diferidos		-	-
Resultado após impostos de operações em continuação		173 308 857	(137 797 315)
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação		-	-
Resultado líquido individual do período		173 308 857	(137 797 315)
Número médio de ações ordinárias emitidas			
Resultado por ação básico (em Kwanzas)	32	2,41	(1,91)
Resultado por ação diluído (em Kwanzas)	32	2,41	(1,91)

Demonstrações do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

	(milhares de Kwanzas)		
	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Resultado líquido individual do exercício		173 308 857	(137 797 315)
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para resultados do exercício:			
Reserva de justo valor		-	-
Valor bruto		-	-
Impacto fiscal			
Reservas de reavaliação de ativos fixos tangíveis		-	-
Valor bruto			
Impacto fiscal			
		-	-
Itens que serão reclassificados subsequentemente para resultados do exercício:			
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	29 700
Variações no justo valor		-	29 700
Transferência para resultados por alienação			
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período			
Impacto fiscal			
		-	29 700
Resultado não incluído na demonstração dos resultados		-	29 700
Rendimento integral individual do exercício		173 308 857	(137 767 615)

Demonstrações das Alterações dos Capitais Próprios

Demonstrações de alterações nos fundos próprios individuais em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(milhares de Kwanzas)

Nota	Capital	Prémios de emissão	Ações próprias	Reservas de justo valor	Reservas e Resultados transitados		Total	Resultado líquido individual do exercício	Total Fundos Próprios
					Outras	Resultados transitados			
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	72 000 000	-	-	-	28 141 757	(59 511 388)	(31 369 631)	(531 183 440)	(490 553 071)
Aplicação Resultado em Reservas	-	-	-	-	-	(531 183 440)	(531 183 440)	531 183 440	-
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	29 700	-	-	29 700	-	29 700
Desvios Atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(137 797 315)	(137 797 315)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	72 000 000	-	-	29 700	28 141 757	(590 694 828)	(562 523 371)	(137 797 315)	(628 320 686)
Aplicação Resultado em Reservas	-	-	-	-	-	(137 797 315)	(137 797 315)	137 797 315	-
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desvios Atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	173 308 857	173 308 857
Outros Movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	72 000 000	-	-	29 700	28 141 757	(728 492 143)	(700 320 686)	173 308 857	(455 011 829)

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Demonstrações de fluxos de caixa individual em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

Descritivo	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Juros, comissões e outros proventos equiparados recebidos		41 093 642	48 379 431
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		-39 086 902	-50 841 050
Pagamentos a empregados e fornecedores		-28 095 854	-28 116 059
Fluxos de caixa antes das alterações nos ativos e passivos operacionais		-26 089 114	-30 577 678
(Aumentos)/Diminuições de activos e passivos operacionais:			
Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Instituições de Crédito		13 608 831	49 126 111
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		-393 239	5 802 551
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		0	0
Investimentos ao custo amortizado:			
Títulos de dívida		64 897 439	26 437 648
Crédito a Clientes		-18 075 725	-9 063 332
Ativos não correntes detidos para venda		1 115 520	-849
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		-17 352 479	5 182 234
Recursos de Clientes e outros empréstimos		-97 845 747	-91 692 737
Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Outros ativos		-723 144	-6 785 869
Outros passivos		14 454 123	9 245 133
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		-66 403 535	-42 326 787
Impostos sobre o rendimento			
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		-66 403 535	-42 326 787
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		0	0
Aquisições de outros ativos tangíveis, líquidas de alienações		-323 499	-1 911 869
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		-1 158 974	-2 489 085
Aquisições de participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações		0	0
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		-67 886 008	-46 727 741
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumentos/(Reduções) de capital social		0	0
Distribuição de dividendos		0	0
Pagamentos referentes ao passivo de locação		-294 848	-390 927
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e compras		-44 829 176	-29 232 180
Remuneração paga relativa a passivos subordinados		-9 119 104	-12 377 638
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		-122 129 136	-88 728 486
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		245 521 822	293 855 338
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		-11 277 329	40 394 970
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		112 115 358	245 521 822
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	4	91 225 080	164 448 321
Disponibilidades em outras instituições financeiras	5	20 890 278	81 073 501
		112 115 358	245 521 822

Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1

Nota Introdutória

O Banco Económico, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BE”) é um banco comercial universal que opera e tem sede social em Angola, na Rua do 1º Congresso, N.º 8, Ingombota, Luanda. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das entidades angolanas competentes, nomeadamente a concedida pelo Banco Nacional de Angola (“BNA” ou “Banco Central”).

O BE passou a assumir a nova designação, em 29 de Outubro de 2014, após as medidas de saneamento aplicadas pelo BNA. O BE surge da redenominação do Banco Espírito Santo Angola S.A., originalmente criado em Agosto de 2001, tendo iniciado a sua atividade operacional em 24 de Janeiro de 2002,

sendo o seu objeto social a atividade bancária universal nos termos e na amplitude permitida por lei. Desde o seu início até 19 de Julho de 2019, o BE assume-se como uma instituição bancária de capitais privados de direito angolano, contudo após Julho de 2019 o BE passou a ser uma instituição de capitais, maioritariamente públicos, em virtude da execução da participação da Lektron Capital por via do Grupo Sonangol.

Nota 2

Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de preparação

No âmbito do disposto no Aviso n.º 5/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Banco Económico são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*). Estas demonstrações financeiras reportam-se à atividade individual do Banco a 31 de Dezembro de 2021.

As IAS/IFRS requerem que estas demonstrações sejam precedidas ou divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, estando o Banco a proceder à sua preparação sendo divulgadas posteriormente.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores, em vigor para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2021.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Kwanzas, arredondado ao milhar mais próximo, exceto nos casos em que esteja indicada uma outra unidade, e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e ativos financeiros justo valor através de outro rendimento integral e, apesar da incerteza material divulgada na Nota 37, relacionada com a

concretização das medidas de reestruturação e recapitalização, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, considerando os esforços que se encontram a ser implementados pela Administração do Banco e a expectativa de concretização das mesmas.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Junho de 2022. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da

Assembleia Geral, sendo a expectativa do Conselho de Administração que as mesmas sejam aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na sua preparação são consistentes com as reportadas em anos anteriores.

O BNA, a Associação Angolana de Bancos ("ABANC") e o Conselho de Administração do Banco são da opinião que não se encontram cumpridos os requisitos previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias ("IAS 29") para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e, conseqüentemente, foi decidido não aplicar as disposições constantes naquela Norma às demonstrações financeiras naquelas datas, bem como eventuais efeitos em resultados.

2.2 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanza) à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos

e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

As taxas de câmbio face às divisas relevantes para a atividade do Banco, em 31 Dezembro de 2021 e 2020, foram as seguintes:

Moeda	31-12-2021	31-12-2020
USD – Dólar Americano	554,981	649,604
EUR – Euros	629,015	798,429

2.3 Crédito a Clientes

O crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao Cliente. O crédito a Clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente de juros é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas da Demonstração da posição financeira, sendo os respetivos proveitos periodificados à taxa efetiva, salvo as situações em que apresentam incumprimento superior a 90 dias,

sendo o reconhecimento dos juros suspenso até à sua regularização.

Adicionalmente são representadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito.

O crédito a Clientes é desreconhecido da Demonstração da posição financeira quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido, ou (iv) quando não existem perspetivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspetiva, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao ativo.

2.4 Instrumentos financeiros

I. Classificação dos ativos financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração para ativos financeiros que reflete o modelo de negócio utilizado na gestão do ativo bem como as características dos seus fluxos de caixa.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral e mensurados ao justo valor através de resultados.

O Banco reconhece contas a receber e a pagar, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos na data da transação, que é o momento a partir do qual o Banco se torna parte integrante do contrato e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

A classificação dos ativos financeiros baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente: (i) nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e (ii) no modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus ativos financeiros.

Um ativo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço ao justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão, exceto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação efetuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflete a forma como o Banco efetua a gestão dos seus ativos na ótica de

geração de fluxos de caixa, isto é, se os ativos são geridos com o (i) intuito de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou (ii) com o intuito de se receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda desses ativos. Para estes dois tipos de portfolios, o Banco deve avaliar e testar se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida, isto é, se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, em que o juro é geralmente a retribuição pelo valor temporal do dinheiro. No entanto, num contrato desta natureza, os juros podem igualmente incluir uma retribuição por outros riscos básicos decorrentes da concessão de empréstimos, por exemplo risco de liquidez, e outros custos, por exemplo administrativos, associados à detenção de um ativo por financeiro por um determinado período. Além disso os juros podem incluir uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico se os termos contratuais apresentam exposição ao risco ou volatilidades inconsistentes com um contrato de crédito básico, situação que determina que o

instrumento financeiro deva ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Se não se cumprir nenhuma destas situações anteriores, os ativos financeiros são reconhecidos ao justo valor através de resultados, como é o caso dos títulos detidos para negociação, que são geridos com o objetivo de serem vendidos no curto prazo.

A informação a considerar nesta avaliação inclui: (i) As políticas e objetivos estabelecidos para o portfolio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no *match* entre os ativos e os passivos que os financiam ou na realização de fluxos de caixa através da venda de ativos; (ii) A forma como a *performance* do *portfolio* é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco; (iii) A avaliação dos riscos que afetam a *performance* do modelo de negócio (e dos ativos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos; (iv) A forma como a remuneração dos gestores do negócio depende do justo valor dos ativos sob

gestão ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos; (v) A frequência, volume e *timing* das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objetivos de gestão dos ativos financeiros e de como os fluxos de caixa são obtidos.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento exclusivo de capital e juros (SPPI)

Nesta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do ativo financeiro no reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à atividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro. Aquando da avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da

existência de situações em que estes podem modificar o *timing* e o montante dos fluxos de caixa para que não cumpram esta condição.

Na avaliação, o Banco irá considerar: (i) Eventos contingentes que irão modificar o *timing* e montante dos fluxos de caixa; (ii) Características que resultam em alavancagem; (iii) Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade; (iv) Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a ativos específicos (por exemplo, contratos com cláusulas que impedem o acesso a ativos em caso de *default*); (v) Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (por exemplo, reinicialização periódica das taxas de juro).

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de capital e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento. Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o

ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto do seu valor par contratual, o pagamento antecipado representar o montante par do contrato adicionado do juro acrescido (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

O Banco classifica e valoriza os seus instrumentos de dívida em:

a. Investimentos ao custo amortizado

Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é somente a obtenção dos fluxos de caixa contratuais, sendo que os mesmos dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são somente pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida (SPPI *solely payments of principal and interest*).

Estes ativos financeiros são reconhecidos ao custo no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

b. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)

Um ativo financeiro será mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é a obtenção dos fluxos de caixa contratuais e venda de ativos financeiros e os fluxos de caixa contratuais se enquadrarem no âmbito SPPI.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de outro rendimento integral até ao momento em que os ativos sejam alienados ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados.

Na alienação dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" da demonstração dos resultados.

Os instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspetiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no ativo líquido do emissor, como por exemplo as ações. Os investimentos em instrumentos de capital são por norma classificados como detidos para negociação e contabilizados ao justo valor através de resultados. Caso o modelo de negócio e consequentemente o propósito da aquisição do conjunto de investimentos seja o de deter em carteira por tempo indeterminado para valorização, deve ser reconhecido na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, não podendo reclassificar posteriormente na carteira de negociação

(condição irrevogável). As variações de justo valor e o resultado da venda destes títulos são contabilizados em outro rendimento integral, não sendo posteriormente reconhecidas em resultados.

c. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (FVPL)

Um ativo financeiro será mensurado ao justo valor através de resultados caso não se enquadre nas categorias acima referidas.

A avaliação destes ativos é efetuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados. Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados.

d. Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de Clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos em margem financeira. As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

O Banco classifica os seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações

financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

A IFRS 9 introduziu um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em Outro rendimento integral (ou OCI), ao invés de resultados.

II. Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**a. Reconhecimento e mensuração ao custo amortizado**

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido

e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

b. Reconhecimento e mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efetuar a transação aquela data. O justo valor de um passivo também reflete o risco de crédito do próprio Banco. Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se houver frequência e volume de transações suficientes de forma que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida

incorpora todos os fatores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transação.

c. Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a Clientes, em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade para todos os restantes ativos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com a IFRS 9, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Considera-se que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos ao custo amortizado, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes ativos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Ainda em relação aos investimentos ao custo amortizado, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo

de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade.

III. Transferência entre categorias

O Banco apenas procederá à transferência de ativos financeiros caso haja uma alteração ao modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus ativos financeiros. Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa de juro efetiva. O montante em outro rendimento integral existente na data da transferência é também reconhecida em resulta-

dos com base no método da taxa de juro efetiva. De acordo com a IFRS 9, não são expectáveis que as mudanças no modelo de negócio ocorram com frequência.

IV. Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

2.5 Perdas por imparidade

A IFRS 9 introduziu o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. Desta forma, na determinação da ECL são tidos em consideração fatores macroeconómicos,

cujas alterações impactam as perdas esperadas. Conceito este de perdas esperadas que deve ser aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio.

O Banco aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários macroeconómicos futuros, descontados à taxa de juro dos instrumentos financeiros.

De acordo com a norma, existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual e (ii) análise coletiva.

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade. De salientar que são considerados individualmente significativos os créditos superiores a 0,25% dos fundos próprios para Clientes em *stage 2* e *3*, enquanto para os créditos em *stage 1* é utilizado o critério de 1% dos fundos próprios.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Banco efetua uma análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade. O modelo de imparidade coletiva encontra-se em fase de consolidação, dado que sua implementação foi concluída pelo Banco com algumas limitações, as quais se encontram a ser alvo de melhorias pelo Banco.

As principais limitações na determinação do montante de perdas por imparidade para a carteira de crédito com referência à data de 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes:

- **Recuperação de Histórico:** tendo em conta os novos requisitos de marcação de *stages* definidos pelo Banco, foi desenvolvido um processo de marcação histórica com base na informação e qualidade de dados desde Janeiro de 2015 até Dezembro de 2020, tendo sido excluídas das carteiras de crédito históricas do Banco as operações de crédito que foram vendidas, uma vez que se tratam de operações com um perfil de risco creditício diferente da restante composição atual da carteira de crédito;
- **Garantias:** o Banco encontra-se num processo de verificação e validação da informação relativa às garantias/colaterais consideradas ativas pelo Banco no referido módulo, sendo que no cálculo da imparidade foi utilizada a informação reportada pelo Banco como sendo a informação mais fidedigna das garantias/colaterais associados à carteira de crédito. A atualização

da informação permitirá ao Banco melhorar de forma significativa a qualidade de informação de garantias e a sua gestão;

- **Marcação de Stages:** o Banco apresenta um risco adicional no modelo decorrente de alguns *triggers* serem marcados manualmente pelo analista;
- **Perda dado o incumprimento (LGD):** o Banco, ainda não está a incluir o efeito dos custos de recuperação incorridos no processo de recuperação, a informação relativa às operações reestruturadas é limitada, porque o modelo não inclui recuperações de garantias (são deduzidas diretamente ao EAD após *Haircut* interno).

De salientar que decorrente das limitações acima mencionadas o Banco, encontra-se a desenvolver um projeto para resolução das limitações mencionadas, sendo que decorrente desse facto em 31 de Dezembro de 2021, o Banco não atualizou os parâmetros de risco, mantendo a consistência face a 31 de Dezembro de 2020.

Os instrumentos sujeitos ao cálculo da imparidade são divididos em três estágios (*stages*) tendo em consideração o seu nível de risco de crédito, conforme segue:

Stage 1: sem aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;

Stage 2: instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;

Stage 3: instrumentos para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito espera-

das ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI), as perdas por imparidade, dependendo da classificação do *stage* da operação, devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada *Stage 1*);

ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como *Stage 2* e *Stage 3*). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconheci-

mento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

Apesar de a norma não definir um conceito de *default*, o Banco na sua Política de Imparidade, optou por atualizar a sua definição interna de *default*, introduzindo um conjunto de critérios de forma a refletir um modelo mais prospetivo em matéria de reconhecimento das perdas esperadas relativas a ativos financeiros, sendo apenas necessário que se cumpra um dos critérios para que uma operação seja classificada em *default*. Determinada operação/Cliente deixará de ser marcado em *default*, caso deixe de cumprir com os respetivos critérios de entrada e após cumprido o respetivo período de quarentena.

O cálculo de imparidade da IFRS 9 é complexo e requer decisões da Gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nas seguintes áreas:

Avaliação da existência de um aumento de risco significativo desde o momento de reconhecimento inicial; e

Incorporação de informação *forward-looking* no cálculo da perda estimada (ECL).

Cálculo das ECL

As ECL tratam-se de estimativas ponderadas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- ativos financeiros sem sinais de imparidade à data de reporte: o valor atual da diferença de todos os *cash shortfalls* (i.e. a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- ativos financeiros com sinais de imparidade à data de reporte: a diferença entre o valor bruto contabilístico e o valor atual dos fluxos de caixa estimados;
- compromissos de crédito não utilizados: o valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco caso o compromisso seja realizado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e

- garantias financeiras: o valor dos pagamentos esperados a reembolsar menos os valores que o Banco espera recuperar.

A abordagem do Banco relativamente à determinação das perdas por imparidade para créditos sujeitos a análise coletiva tem como conceito inerente a definição de segmentos homogêneos considerando a qualidade dos seus ativos e as características de risco de crédito/Cliente. Desta forma, o Banco assegura que para efeitos de análise destas exposições e determinação dos parâmetros de risco (PD e LGD), as mesmas apresentam características de risco semelhantes. A criação destes segmentos tem pressupostos de materialidade estatística para cada segmento (por forma a permitir estimar o respetivo perfil de risco) e de relevância ou adequação desta segmentação aos diversos processos relativos à gestão do risco de crédito no Banco.

O Banco, de acordo com a IFRS 9, desenvolveu a ECL *lifetime* para ativos financeiros como o valor atual da diferença entre os *cash flows* a que a entidade tem direito de acordo com o contrato, e os *cash flows* que a entidade espera receber. Para

ativos que não se encontram em *default*, este princípio é equivalente.

O Banco definiu a ECL a 12 meses como a parte das ECL *lifetime* que representa as perdas de crédito esperadas que resultam de eventos de *default* que podem acontecer nos 12 meses após a data de reporte. Para ativos em *default*, a ECL *lifetime* é obtida através do valor de perda dado o *default*, dependendo do tempo passado desde que o ativo entrou em *default*.

Aumento significativo de risco de crédito

A classificação em *stage 2* está assente na observação de um aumento significativo do nível de risco de crédito. Uma vez que a norma não determina como se deve mensurar este aumento significativo.

O Banco ainda não dispõe de modelos de *rating* e *scoring* com a maturidade necessária, a classificação em *stage 2* é feita com base em *triggers* objetivos observados com base na informação disponível.

Os *triggers* para aumento significativo do risco de crédito são detetados através de processos automáticos, com base em informação residente nos sistemas de informação do Banco.

Para o caso dos títulos de dívida pública, o Banco considera que a alteração de dois níveis no *rating*, divulgados pela agência de notação Moody's, constitui uma evidência de deterioração significativa na capacidade creditícia do devedor (efeito de contaminação de todos os títulos de dívida pública), considerando este critério para classificação da totalidade da exposição em *stage 2*.

Inputs na mensuração da ECL

Os principais *inputs* utilizados para a mensuração das ECL numa base coletiva incluem as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default – PD*);
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default – LGD*);
- Exposição no momento do Incumprimento (*Exposure at Default – EAD*);

- Taxa de desconto dos cash flows (*Discount Rate – DR*);
- Fatores de conversão de crédito (*Credit Conversion Factors – CCF*); e
- Estes parâmetros são obtidos através de modelos estatísticos internos e outros dados históricos relevantes, ajustados de forma a refletir a informação *forward-looking*.

As *PD* são estimadas com base num determinado período histórico e são calculadas com base em modelos estatísticos. Estes modelos são baseados em dados internos compreendendo tanto fatores quantitativos como qualitativos. Caso exista uma alteração do grau de risco da contraparte ou da exposição, a estimativa da *PD* associada também é alterada.

Os graus de risco são um *input* de elevada relevância para a determinação das *PD* associadas a cada exposição. O Banco recolhe indicadores de performance e *default* acerca das suas exposições de risco de crédito com análises por tipos de Clientes e produtos.

A *LGD* é a magnitude da perda que se espera que ocorra caso a exposição entre em incumprimento. O Banco estima os parâmetros de *LGD* com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em *default* de contrapartes. Os modelos de *LGD* consideram os colaterais associados e o tempo em incumprimento.

A *EAD* é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. O Banco obtém os valores de *EAD* a partir da exposição atual da contraparte e de alterações potenciais ao valor atual permitido de acordo com as condições contratuais, incluindo. Para compromissos e garantias financeiras, o valor da *EAD* considera tanto o valor de crédito utilizado como a expectativa do valor potencial futuro que poderá vir a ser utilizado de acordo com o contrato (*CCF*).

Informação *forward-looking*

De acordo com este novo modelo preconizado pela IFRS 9, a mensuração das perdas esperadas exige também a inclusão de informação prospetiva

(*forward-looking information*) com inclusão de tendências e cenários futuros, nomeadamente dados macroeconómicos. Não foi considerada a informação prospetiva em todos os parâmetros de risco do cálculo das perdas esperadas (*LGD* e *EAD*). Neste âmbito, as estimativas de perdas esperadas de imparidade de crédito passam a incluir múltiplos cenários macroeconómicos cuja probabilidade será avaliada considerando eventos passados, a situação atual e tendências macroeconómicas futuras.

Neste âmbito, o Banco utilizou um modelo de regressão linear para capturar o impacto dos fatores macroeconómicos com influência significativa na probabilidade de *default*.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em *Stage 3*. O Banco adotou a definição interna

de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em *Stage 3*. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito do Banco.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontra em situação de *"impaired"*. Para esses ativos, o Banco aquando do seu reconhecimento inicial em *Stage 3*, regista o ativo pelo valor líquido da perda esperada.

Na mensuração subsequente, é sempre calculada uma *ECL* com uma *PD lifetime* e as suas variações são registadas com contrapartida em resultados. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido contabilístico do ativo.

Reconhecimento das perdas por imparidade

O Banco reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado: as perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da respetiva rubrica em resultados;

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral: as perdas por imparidade para estes instrumentos são reconhecidas em resultados por contrapartida de outro rendimento integral (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros);

Crédito por assinatura: as perdas por imparidade associadas a créditos por assinatura são reconhecidas no passivo, na rubrica Provisões para crédito por assinatura por contrapartida de resultados.

Reversão de imparidade

A análise e determinação subsequente de imparidade individual de um Cliente com imparidade registada em períodos anteriores, apenas poderá resultar numa reversão no caso da mesma estar relacionada com a ocorrência de um evento após o reconhecimento inicial (e.g. melhoria da qualidade

do *rating* do Cliente ou reforço de garantias). O montante da reversão não poderá ser superior aos montantes de imparidade acumulados registados anteriormente.

Abate de instrumentos financeiros

Considerando a natureza económica do modelo de imparidade, que tem por base os requisitos das Normas Internacionais de Contabilidade e os requisitos definidos no Aviso n.º 11/2014 emitido pelo BNA, que refere que os créditos podem ser transferidos para conta extrapatrimonial quando a instituição considere que, com base na informação disponível, o crédito em questão será irrecuperável.

Desta forma o Banco definiu um conjunto de critérios que serão utilizados para a identificação de Clientes que, de acordo com esta perspetiva, devem ser objeto de *write-off*. O *write-off* é definido como o desreconhecimento de um ativo financeiro do balanço do Banco. De salientar que os contratos celebrados de risco e os contratos celebrados com os Colaboradores do Banco não são alvo de *write-off*.

2.6 Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

2.7 Outros ativos tangíveis, excluindo locações (que se encontram na Nota 2.12)

Reconhecimento e mensuração

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

	Número de anos
Edifícios próprios	8 a 50
Transporte	3 a 5
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 5
Equipamento informático	4 a 8
Instalações interiores	1 a 10
Equipamento de segurança	1 a 8
Beneficiações em edifícios próprios e arrendados	5 a 8

Depreciações

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada: Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas quando os factos que lhes deram origem deixem de se verificar.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. Conforme referido na Nota 2.12, esta rubrica inclui os ativos sob direito de uso decorrentes de contratos de locação.

Desreconhecimento

- a. A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível deve ser desreconhecida: no momento da alienação; ou
- b. quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

O ganho, ou perda, decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível deve ser incluído nos lucros ou prejuízos quando o item for desreconhecido. Os ganhos/perdas serão classificados como "Outros resultados".

2.8 Ativos intangíveis**Software**

Os custos incorridos com a aquisição de *software* a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado, a qual se situa entre 6 e 12 anos.

Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Imparidade

O valor recuperável dos ativos intangíveis é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade, são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base

nos proveitos estimados no Plano de Negócios do Banco, sendo descontados esses fluxos de caixa a uma taxa de desconto das emissões do Estado Angolano para o período de anos considerados dos fluxos futuros.

2.9 Transações com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou

Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.4. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.10 Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Banco ao método de equivalência patrimonial deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

As subsidiárias são entidades controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos

através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- a. Representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- b. Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c. Transações materiais entre o Banco e a participada;

- d. Intercâmbio de pessoal de gestão; e
- e. Fornecimento de informação técnica essencial.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade, são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

2.11 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos

para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável (num prazo de um ano).

O Banco também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável (num prazo de um ano).

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Banco classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado (nível 2), sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.12 Locações

De acordo com a IFRS 16: (i) na posição de locatário, a norma introduz um modelo único para a contabilização, com o reconhecimento de ativos sob direito de uso representativos dos seus direitos de uso dos ativos subjacentes e passivos da locação representativos das suas obrigações de efetuar pagamentos de locação; (ii) na posição de locador, a contabilização permanece idêntica às políticas contabilísticas já existentes, podendo as locações ser classificadas de financeiras ou operacionais.

O Banco adotou a IFRS 16 pela abordagem Retrospectiva Modificada, pelo que não houve impacto na situação líquida, dado que não existem diferenças entre o direito de uso do bem e o passivo da locação no momento do reconhecimento inicial a 1 de Janeiro de 2019.

Definição de locação

O Banco avalia se um contrato é ou contém uma locação com base na definição de locação. De acordo com a IFRS 16, um contrato é, ou contém, uma locação se transmite o direito de utilizar um

ativo identificado (o ativo subjacente) durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

Na data de início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Banco aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação e não locação com base no seu preço relativo individual. No entanto, para as locações nas quais a entidade é locatária, optou-se por não separar as componentes de não locação e contabilizar as componentes de locação e não locação como uma única componente de locação.

Como Locatário

Na ótica do locatário, o Banco aluga um conjunto de imóveis utilizados para as agências e serviços centrais do Banco. Enquanto locatário, o Banco anteriormente classificava as locações como locações operacionais ou locações financeiras, com base na avaliação geral sobre se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos subjacentes. O Banco apresenta os ativos sob direito de uso em "outros ativos tangíveis", isto é, na mesma linha de

itens que apresenta os ativos subjacentes da mesma natureza que são sua propriedade, apresentando os passivos da locação em "outros passivos" no Balanço.

O Banco reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação na data de início da locação.

Ativos sob direito de uso

Os ativos sob direito de uso são inicialmente mensurados ao custo e, subsequentemente, ao custo menos quaisquer depreciações e perdas de imparidade acumuladas, e ajustados de quaisquer remensurações do passivo da locação. Os ativos sob direito de uso são depreciados desde a entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja inferior.

Passivos da locação

O passivo da locação é inicialmente mensurado ao valor atual dos pagamentos de locação a ser pagos ao longo do prazo de locação, descontados à taxa implícita da locação ou, caso a taxa não possa ser facilmente determinada, à taxa incremental de

financiamento do Banco. Geralmente, o Banco utiliza a sua taxa incremental de financiamento como taxa de desconto.

O passivo da locação é subsequentemente incrementado pelo custo com juros no passivo da locação e diminuído pelos pagamentos de locação efetuados. É remensurado quando existir alteração nos pagamentos futuros de locação decorrentes de uma alteração num índice ou taxa, uma alteração na estimativa do montante expectável a pagar sob uma garantia de valor residual, ou se apropriado, alterações na avaliação sobre se uma opção de compra ou de prorrogação é razoavelmente certa de ser exercida ou uma opção de rescisão é razoavelmente certa de não ser exercida.

Determinação do prazo de locação dos contratos

O Banco aplicou julgamento para determinar o prazo de locação de alguns contratos, nos quais se encontra na posição de locatário, e que incluem opções de renovação e rescisão. O Banco determina o prazo da locação como o prazo não cancelável da locação, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de prorrogar a

locação se for razoavelmente certo que seja exercida, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescindir a locação, se for razoavelmente certo que não seja exercida. Esta avaliação terá impacto no prazo de locação, que afetará significativamente o montante dos passivos da locação e dos ativos sob direito de uso reconhecidos.

Como locador

Quando o Banco atua como locador, no início da locação determina se a mesma deve ser classificada como uma locação operacional ou uma locação financeira.

Para classificar cada locação, o Banco efetua uma avaliação global sobre se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. No caso de a locação transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente, a mesma é classificada como locação financeira, caso contrário, como locação operacional. Como parte desta avaliação, o Banco considera

alguns indicadores tais como se a locação é realizada para a maior parte da vida económica do ativo.

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados, juntamente com qualquer valor residual não garantido estimado. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos Clientes são registados como proveitos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a Clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Se um contrato contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece que e os pagamentos efetuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito, quando aplicável.

2.13 Impostos

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Impostos correntes

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos correntes para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Com a publicação da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o Imposto Industrial é objeto de liquidação provisória numa única prestação a ser efetuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC"), independentemente da existência de matéria coletável no exercício.

Segundo a legislação em vigor, as declarações de imposto industrial e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais nos cinco anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

A Lei n.º 26/20, de 20 de Julho veio agravar a taxa de Imposto Industrial para as atividades do sector bancário de 30% para 35%. Por outro lado, a referida Lei cria regras com impactos relevantes na determinação do lucro tributável tais como: (i) exclusão da relevância fiscal no apuramento do lucro tributável dos proveitos e custos com diferenças cambiais não realizadas; (ii) passam a não ser aceites como custos dedutíveis as provisões constituídas sobre crédito com garantia, salvo na parte não coberta.

Os pressupostos da aplicação das regras acima referidas na determinação do lucro tributável encontram-se descritos na Nota 3.5.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco, de acordo com IAS 12 - Imposto sobre o Rendimento, procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou

diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

Com a alteração do Código do Imposto Industrial, para efeitos de apuramento da estimativa de impostos, foram adotados os seguintes pressupostos em conformidade com o entendimento e informação disponível à data de 31 de Dezembro de 2020:

Variações cambiais não realizadas:

- Variações potenciais associadas a títulos, Créditos e outros ativos, denominados em moeda estrangeira sem liquidações associadas durante o exercício.
- Variações potenciais associadas aos passivos subordinados.

Imparidades constituídas durante o exercício no montante que excede o montante de crédito líquido das garantias reais obtidas os pressupostos assumidos pelo Banco na determinação do imposto sobre

o rendimento do exercício e os impostos diferidos encontram-se ainda sujeitos a confirmação por parte da Autoridade Geral Tributária.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de demonstração da posição financeira. Assim, para os exercícios finidos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa de 35% e 30%, respetivamente.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

Imposto sobre a Aplicação de capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, em vigor desde o dia 19 de Novembro, veio rever e introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência do projeto da Reforma Tributária. O IAC incide, genericamente,

sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, variando a taxa entre 5% e 15%.

Adicionalmente, nos termos do Código do Imposto Industrial, não é aceite como gasto dedutível para efeitos de apuramento da matéria coletável o próprio IAC (artigo 18.º), bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC.

Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais de Invisíveis Correntes

A Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais de Invisíveis Correntes, cujo regime jurídico encontra-se estabelecido na Lei n.º 3/2018 de 1 de Março – Lei do Orçamento Geral do Estado 2018, incide, à taxa de 10%, sobre as transferências efetuadas no âmbito dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão, regulados pelas disposições do respetivo Regulamento, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 273/11, de 27 de Outubro, alterado pelo Decreto Presidencial n.º 123/13, de 28 de Agosto. Com a entrada em vigor da lei que aprova o Orçamento

Geral do Estado para o ano de 2021 (Lei n.º 42/20, de 31 de Dezembro), a CEOMIC foi extinta.

Impostos sobre o património

Imposto Predial Urbano (“IPU”) / Imposto Predial (“IP”)

Em 2020, o Imposto Predial Urbano (“IPU”) vigorou até ao dia 8 de Agosto, uma vez que, nessa data, entrou em vigor o novo Código do Imposto Predial (“CIP”), aprovado pela Lei n.º 20/20, de 9 de Julho. Neste contexto, até ao dia 8 de Agosto de 2020, o IPU incidia, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da atividade normal do Banco (superior a milhares de Kz 5 000), considerando-se como valor patrimonial o maior entre o valor da avaliação dos imóveis e o valor da aquisição. Por sua vez, com a entrada em vigor do novo CIP, são previstos três escalões de taxas para prédios urbanos (0,1%, Kz 5 000 e 0,5% acima de Kz 5 000 000, para imóveis, respetivamente, com valor patrimonial até Kz 5.000.000, entre Kz 5 000 000 e Kz 6.000.000 e acima de Kz 6 000 000) e taxas específicas apli-

cáveis a terrenos para construção (0,6%) e prédios rústicos (soma dos hectares).

No que diz respeito aos imóveis arrendados pelo Banco, na qualidade de arrendatário, até ao dia 8 de Agosto de 2020, vigorou o Código do IPU, ao abrigo do qual o Banco procede à retenção na fonte do imposto devido, à taxa efetiva de 15%, sobre o pagamento ou entrega de rendas relativas a imóveis arrendados. O novo Código do IP, aprovado pela Lei n.º 20/20, de 9 de Julho, não previu alterações quanto à regra em questão.

SISA e IP sobre as Transmissões Gratuitas ou Onerosas do Património Imobiliário

Nos termos do Diploma Legislativo n.º 230, de 18 de Maio de 1931 e, bem assim, das alterações introduzidas pela Lei n.º 15/92, de 3 de Julho, e pela Lei n.º 16/11, de 21 de Abril, a SISA incide sobre todos os atos que importem transmissão perpétua ou temporária de propriedade de qualquer valor, espécie ou natureza, qualquer que seja a denominação ou forma do título (v.g., atos que importam transmissão de benfeitorias em prédios rústicos ou urbanos, as transmissões de bens imobiliários por meio de doa-

ções com entradas ou pensões ou a transmissão de bens imobiliários por meio de doações), à taxa de 2%.

A SISA vigorou até ao dia 8 de Agosto de 2020, tendo sido revogada, na parte respeitante à transmissão de bens imóveis, com a aprovação do Código do Imposto Predial (“CIP”), pela Lei n.º 20/20, de 9 de Julho. Nos termos do CIP, o Imposto Predial sobre as transmissões gratuitas ou onerosas do património imobiliário incide, à taxa de 2%, sobre as transmissões onerosa ou gratuitas do direito de propriedade ou figuras parcelares deste direito, nomeadamente o usufruto, o direito de superfície e a servidão, incluindo aquisições por usucapião, sobre bens imóveis.

Outros impostos

Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”)

O Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), aprovado pela Lei n.º 7/19 (“Lei 7/19”), publicada em Diário da República a 24 de Abril de 2019, e alterado pela Lei n.º 17/19, de 13 de Agosto, veio introduzir, na legislação angolana, um novo

imposto sobre o consumo, o qual entrou em vigor a 1 de Outubro de 2019. Com efeito, o IVA revogou e substituiu o Imposto de Consumo que até então vigorava no ordenamento jurídico angolano.

O Banco, enquanto contribuinte cadastrado na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes, ficou enquadrado, obrigatoriamente, desde a entrada em vigor do IVA, no Regime Geral deste imposto, estando obrigado a cumprir todas as regras e obrigações declarativas previstas neste âmbito.

Regra geral, são tributadas em IVA, à taxa de 14%, as comissões e despesas cobradas pelos serviços prestados pelo Banco (em substituição do Imposto do Selo). As restantes operações de intermediação financeira estão isentas de IVA, às quais continuará a ser aplicado o Imposto do Selo, quando devido.

Neste sentido, sendo o Banco um contribuinte que realiza operações tributadas e operações isentas de IVA, tem também restrições no direito à dedução do IVA pago a fornecedores, pelo que o Banco procede à dedução do imposto mediante a aplicação dos métodos previstos na legislação em vigor –

com exceção do IVA das despesas expressamente excluídas do direito à dedução.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações periódicas de IVA podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais nos cinco anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

Substituição tributária

No âmbito da sua atividade, o Banco assume a figura de substituto tributário, efetuando retenção na fonte dos impostos relativos a terceiros, o qual entrega posteriormente ao Estado.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”)

De acordo com o Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, o Banco procede a retenção na fonte de IAC, à taxa de 10%, sobre os juros de depósitos a prazo pagos a Clientes.

Imposto do Selo

De acordo com o Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro, recai sobre o Banco a responsabilidade de liquidação e entrega do Imposto do Selo devido pelos seus Clientes na generalidade das operações bancárias (v.g., financiamentos, cobrança de juros de financiamentos, entre outros), procedendo o Banco à liquidação do imposto, de acordo com as taxas previstas na Tabela do Imposto do Selo.

Imposto Industrial

De acordo com o previsto no artigo 67.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, alterada pela Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, as prestações de serviços de qualquer natureza prestados por contribuintes com direção efetiva ou estabelecimento estável em Angola estão sujeitos a tributação, por retenção na fonte, à taxa de 6,5%.

Por sua vez, de acordo com o previsto nos artigos 71.º e seguintes da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, alterada pela Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, as prestações de serviços de qualquer natureza prestados

por contribuintes sem sede, direção efetiva ou estabelecimento estável em Angola, que exerçam atividades de prestação de serviços de qualquer natureza sem direção efetiva ou estabelecimento estável em Angola, estão sujeitas a Imposto Industrial, por retenção na fonte, à taxa de 15%.

No caso de pagamentos de serviços efetuados a entidades residentes em Portugal e nos Emirados Árabes Unidos, há a possibilidade de se aplicarem os Acordos de Dupla Tributação (“ADT”) e, como tal, poderá ser possível aplicar uma taxa mais reduzida de retenção na fonte.

2.14 Benefícios aos empregados

Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do Colaborador.

Crédito a colaboradores

De acordo com a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, todos os instrumentos financeiros devem ser registados ao justo valor no momento em que são reconhecidos na Demonstração da posição financeira. O Banco efetua o cálculo do justo valor do crédito aos colaboradores, e para tal apura qual a taxa de juro de mercado que o Banco está a praticar no momento em que o crédito foi concedido ao colaborador. Uma vez que a taxa de juro de mercado é superior à que o colaborador tem, o justo valor do seu crédito será menor do que o seu valor nominal, pelo que o seu valor de Demonstração da posição financeira tem de ser ajustado, para que reflita o justo valor (à data da concessão).

Considerando o previsto na IAS 19 - Benefícios aos Empregados este benefício (taxa de juro inferior ao mercado) deverá fazer parte da remuneração do colaborador. Desta forma, o valor que resulta da diferença entre o valor nominal (quantia desembolsada) e o justo valor do crédito é reconhecida na rubrica outros ativos (por contrapartida da redução do valor do crédito concedido) e é depois reconhecida em resultados na rubrica de custos com

o pessoal durante o período mais curto entre (i) a duração do crédito ou (ii) o número de anos que medeia entre a data de concessão do crédito e a data legal em que o colaborador se reforma.

Benefícios de curto prazo aos empregados

Os benefícios de curto prazo a empregados são registados como custo assim que o serviço associado tiver sido prestado. É reconhecido um passivo pelo montante expectável a ser liquidado, se o Banco tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar este montante como resultado de um serviço prestado no passado pelo colaborador e essa obrigação possa ser fiavelmente estimada.

Remuneração variável paga aos Colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus Colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

Pensões – Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas como um gasto do exercício quando devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo se estiver disponível uma restituição ou redução de pagamentos futuros.

2.15 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

2.16 Rédito

Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os juros e proveitos similares incluem o juro de ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade. Os juros de ativos financeiros classificados no *Stage 3* são apurados pelo método da taxa de juro efetiva aplicado ao valor líquido de balanço.

Quando o ativo deixa de ser incluído no *Stage 3*, o juro passa a ser calculado com base no valor bruto de balanço.

Para ativos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCIs) a taxa de juro efetiva reflete as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do ativo financeiro.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos como rédito de contratos com Clientes na medida em que as obrigações de performance são satisfeitas: (i) Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído; (ii) Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem; (iii) Os rendimentos de serviços e comissões que

são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de dividendos

Os dividendos (rendimento de instrumentos de capital) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.17 Resultados de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras incluem os ganhos ou perdas gerados por ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros ativos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras.

Estes resultados incluem igualmente os ganhos/perdas obtidos nas vendas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de investimentos ao custo amortizado. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando

aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

2.18 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.19 Garantias Financeiras e Compromissos

Garantias financeiras são contratos que obrigam o Banco a efetuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos são compromissos firmes com o objetivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mer-

cado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.20 Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a Acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

Se o resultado por ação for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de ações ordinárias

ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por ação para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

Nota 3

Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de

Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objetivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos ativos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral

O Banco efetua uma revisão periódica dos instrumentos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento. Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

No caso dos títulos de dívida pública, o Banco segue a diretiva n.º 13/DSB/DRO/2019, conside-

rando para o efeito a i) Probabilidade de incumprimento (*PD*) a 12 meses para a notação de rating de Angola publicada no estudo da Moody's aplicável ao exercício em questão; e ii) Perda dado o incumprimento ("LGD") associada aos eventos de *default* soberanos verificados, conforme indicada no referido estudo.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferen-

tes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Perdas por imparidade em crédito a Clientes

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3 e 2.4.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento, pelo que metodologias alternativas e/ou a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco,

considerando o Banco que a imparidade determinada com base na metodologia descrita na Nota 2.4 permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito a Clientes, tendo em conta as regras definidas pela norma IFRS 9.

3.4 Perdas por imparidade em outros ativos financeiros ao custo amortizado

O Banco efetua uma revisão periódica dos seus ativos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco e da probabilidade de recuperação atribuída pelo Banco.

A utilização de metodologias alternativas, de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

De salientar que para a Operação de Cedência de Ativos GENSA, o Banco utiliza para apuramento de imparidade, o diferencial entre o valor contabilis-

tico da operação e o valor recuperável da mesma, sendo este valor apurado com base numa avaliação efetuada por um consultor externo, no âmbito do projeto da Avaliação da Qualidade dos Ativos.

3.5 Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo da estimativa de imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foi apurado nos termos da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, enquanto que as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo

estender-se até dez anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correções ao lucro tributável. Por sua vez os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos 5 anos posteriores.

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios, com destaque para os aspetos expostos na Nota 2.12, decorrentes da nova redação da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, nomeadamente, (i) custos/proveitos com valorizações cambiais potenciais/realizadas, (ii) custos com perdas por imparidade sobre créditos com garantia e (iii) custos com Imposto Predial, bem como, os pressupostos assumidos pelo Banco na determinação do imposto sobre o rendimento do exercício e os impostos diferidos, que se encontram ainda sujeitos a ratificação por parte da Autoridade Geral Tributária.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa de 35% e 30%, respetivamente.

De acordo com o entendimento do Conselho de Administração sobre os requisitos previstos na IAS 12, os passivos por impostos diferidos devem ser reconhecidos na sua totalidade, ao passo que o reconhecimento de um ativo por imposto diferido só deverá ser reconhecido se houver segurança de que os rendimentos futuros tributáveis seriam suficientes para permitir que fosse realizado o benefício da perda. Nesse sentido, o Banco, apurou imposto diferido ativo até ao limite do imposto diferido passivo, tendo estes valores sido apresentados nas demonstrações financeiras de forma compensada.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros,

correntes e diferidos, reconhecidos no exercício ou na análise da sua recuperabilidade.

3.6 Locações

Os julgamentos relevantes efetuados pela gestão na aplicação das políticas contabilísticas do Banco e as principais fontes da incerteza das estimativas foram as mesmas que as descritas no último reporte das demonstrações financeiras, exceto os novos julgamentos relacionados com a contabilização enquanto locatário das locações no âmbito da IFRS 16.

Para os contratos nos quais se encontra na posição de locatário e que incluem opções de prorrogação e rescisão, o Banco determina o prazo da locação como o período não cancelável, durante o qual tem o direito de utilizar um ativo subjacente, juntamente com os períodos abrangidos por uma opção de prorrogar a locação se existir uma certeza razoável de exercer essa opção e os períodos abrangidos por uma opção de rescisão se existir uma certeza razoável de não exercer essa opção. A avaliação se o Banco irá ou não exercer tais opções terá impacto no prazo da locação, o que afetará signifi-

cativamente o montante dos passivos da locação e dos ativos sob direito de uso reconhecidos.

Na mensuração dos passivos de locação o Banco desconta os pagamentos utilizando a sua taxa incremental de financiamento. Neste sentido, o Banco considerou como taxa de desconto, na data da transição, como aproximação a taxa de juro das obrigações do Tesouro não reajustáveis a 3 anos (23%) para as rendas não indexadas, enquanto para as rendas indexadas utilizou a taxa de juro das obrigações do Tesouro indexadas a 7 anos (5,50%).

3.7 Imparidade de ativos não financeiros

A determinação da quantia recuperável destes ativos (ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, imóveis, entre outros) implica projeções de fluxos de caixa futuros (essencialmente margem financeira, os rendimentos, gastos com o pessoal e outros gastos operacionais) e em outros casos obtenções de avaliações por peritos avaliadores. Estas projeções envolvem um elevado nível de incerteza e volatilidade, sendo particularmente sensíveis às condições macroeconómicas e a aspetos regulatórios.

3.8 Provisões

As provisões requerem um nível elevado de julgamento, quer ao nível do seu reconhecimento (probabilidade de saída de recursos), quer ao nível da determinação da melhor estimativa dos montantes necessários para liquidar a correspondente responsabilidade. Para o efeito, o Banco recorre ao apoio de consultoria jurídica, sendo estas estimativas revistas regularmente.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – “Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”.

Nota 4

Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Caixa		
Valores em tesouraria		
Em Moeda Nacional	4 016 974	9 780 956
Em Dólares dos Estados Unidos	360 243	1 377 318
Em outras divisas	170 692	1 117 683
Valores em trânsito		
Em Moeda Nacional	199 983	1 071 199
Em outras divisas	-	50
	4 747 892	13 347 206
(BNA):		
Em Moeda Nacional	44 061 941	87 327 848
Em outras divisas	42 415 247	63 773 267
	86 477 188	151 101 115
Perdas por imparidade	(107 276)	(855 610)
	91 117 804	163 592 711



A rubrica de Depósitos à ordem no Banco Central reflete os saldos originados pelo regime de constituição de reservas mínimas obrigatórias em vigor no país na data do Balanço e é constituída por depósitos não remunerados junto do BNA.

Em 31 de Dezembro de 2021, estas reservas são constituídas de acordo com a Diretiva n.º 05/DMA/2021, a Diretiva n.º 07/DMA/2021, e o Instrutivo n.º 02/2021 do BNA, enquanto que em 31 de Dezembro de 2020, as reservas obrigatórias foram apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 16/2020 e na Diretiva n.º 04/DMA/2020.

As reservas obrigatórias são constituídas em Moeda Nacional e em Moeda Estrangeira em função da respetiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

Neste contexto, foi concedido pelo BNA, através da sua carta 480/DSB/21, de 11 de Agosto de 2021, uma autorização para o não cumprimento das respetivas exigibilidades na componente requerida pela Diretiva n.º 07/DMA/2021 em Moeda Estrangeira (reforço de 5% verificado entre 2020 e 2021).

2021	Base de incidência	Cálculo	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
	Governo Central, Governos Locais e Administrações Municipais	Diário	22%	100%
Outros Sectores	Semanal	22%	22%	

2020	Base de incidência	Cálculo	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
	Governo Central, Governos Locais e Administrações Municipais	Diário	22%	100%
Outros Sectores	Semanal	22%	17%	

Com referência a 31 de Dezembro de 2021 o Banco não se encontra a cumprir com as exigibilidades em Moeda Estrangeira conforme permitido pelo BNA, sendo no entanto expectativa do Banco que, com a concretização das medidas de recapitalização esta situação fique regularizada (Ver nota 37).

O cumprimento das reservas obrigatórias, para um dado período de observação semanal, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos de Clientes, entre outros, junto do Banco durante o referido período.

De acordo com a Diretiva 07/DMA/21, as reservas obrigatórias em Moeda Estrangeira podem ser cumpridas com a) Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira pertencentes à carteira própria da Instituição Financeira Bancária, registada no SIGMA, referentes à emissão especial de 10 de Dezembro de 2015, até 50% da exigibilidade efetiva; e b) Saldo da conta de depósitos em Moeda Estrangeira, aberta no Banco Nacional de Angola em nome de cada Instituição Financeira Bancária, deduzido do correspondente a 100% (cem por cento) dos depósitos em nome do Governo Central mantidos nos livros da Instituição Financeira Bancária.

Apesar do Banco não dispor de títulos da emissão especial referida anteriormente, o Banco considera que os títulos em Moeda Estrangeira detidos conforme Nota 9, são elegíveis para o cumprimento das reservas obrigatórias com referência a 31 de Dezembro de 2021.

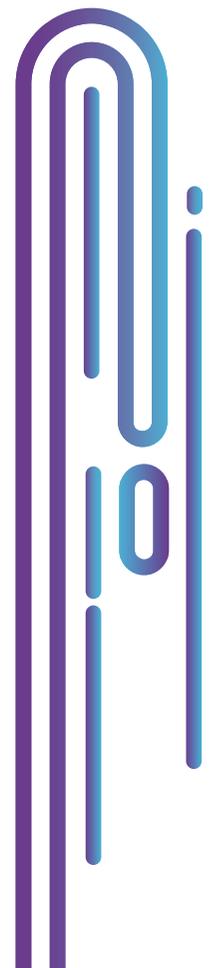
De referir que o montante total de exigibilidade ascende a Kz 267 579 504 milhares, encontrando-se a ser cumprido com Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira em 39%.

De salientar que o Banco alterou a sua política de imparidade, passando a reconhecer desde 2020, imparidade para as Disponibilidades junto do Banco Nacional de Angola, de acordo com a IFRS 9.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são detalhados, como se segue:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	855 610	-
Dotações	-	855 610
Reversões	(748 334)	-
Variação Cambial	-	-
	107 276	855 610

O valor referente à redução de imparidade decorre da diminuição de exposição bruta reservas obrigatórias junto do Banco Nacional de Angola, conjugado com o desagravamento de risco de crédito do Estado Angolano por via do *upgrade* do seu *rating* e em linha com a política descrita na nota 2.4.



Nota 5

Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

A diminuição do valor das Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito, em outras divisas, deveu-se a dois efeitos conjugados: (i) saída de liquidez do Banco, decorrente do processo de Recapitalização e Reestruturação do Banco tendo o mesmo originado a saída de Recursos de Clientes (Nota 18) e (ii) efeito cambial decorrente da valorização do Kwanza face às moedas estrangeiras, diminuindo o valor das mesmas em Moeda Nacional.

O valor de disponibilidades em Outras disponibilidades, respeita a operações que se encontram a aguardar compensação à data de apresentação do Balanço, sendo enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência.

O valor referente à redução de imparidade decorre da diminuição de exposição bruta em Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito, conjugado o desagravamento de risco de crédito de Angola por via do *upgrade* da dívida pública.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são detalhados, como se segue:

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Depósitos à ordem:		
Em outras divisas	20 149 628	80 535 700
	20 149 628	80 535 700
Outras Disponibilidades		
Compensação de cheques e outros papéis	30 200	34 938
Outras operações pendentes de liquidação	710 450	502 863
	740 650	537 801
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	20 890 278	81 073 501
Perdas por imparidade	(31 707)	(353 827)
Total em Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	20 858 571	80 719 674

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	353 827	145 358
Dotações	-	208 469
Reversões	(322 120)	-
Variação Cambial	-	-
	31 707	353 827

O valor referente à redução de imparidade decorre da diminuição de exposição a disponibilidades em Outras Instituições, conjugado com o desagravamento de risco de crédito de algumas contrapartes e em linha com a política descrita na Nota 2.5.

Nota 6

Aplicações em bancos centrais e em Outras Instituições de Crédito

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Aplicações em Instituições de Crédito no país		
Mercado monetário interbancário	-	10 718 091
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro		
Mercado monetário interbancário	43 289 243	46 472 559
Aplicações em Instituições de Crédito	43 289 243	57 190 650
Perdas por imparidade	(835 309)	(922 365)
Total em Aplicações em Instituições de Crédito	42 453 933	56 268 285

O valor das aplicações em Instituições de Crédito inclui os valores de juros a receber acrescidos, até à data de apresentação do Balanço.

O escalonamento das aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito por prazos residuais de vencimento, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

(milhares de Kwanzas)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Até 3 meses	32 189 730	57 190 650
De 3 meses a um ano	11 099 513	-
	43 289 243	57 190 650

As Aplicações em Bancos centrais e Outra Instituições de Crédito no estrangeiro, em 31 de Dezembro de 2021 venciam juro à taxa média ponderada de 0,10% (2020: 0,34%), sendo estas taxas de mercado onde o Banco opera. Sendo que o Banco, no fecho do exercício, não tinha Aplicações no mercado monetário no país (2020: 5,18%).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Aplicações em bancos centrais e em Outras Instituições de Crédito são detalhadas, como se segue:

(milhares de Kwanzas)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	922 366	2 560 523
Dotações	835 309	923 140
Reversões	(922 365)	(2 560 523)
Variação Cambial	-	(774)
	835 310	922 366

Importa salientar que o Banco apura a imparidade das contrapartes financeiras com base no rating externo divulgado pelas empresas de notações, ajustando o nível de risco atribuído à maturidade das operações face a cada data de referência.

Nota 7

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
<i>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados</i>		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	1 531 032	1 409 690
	1 531 032	1 409 690

Durante o exercício de 2021, o Banco manteve uma carteira estável, sendo a variação decorrente da aquisição de um conjunto de novas obrigações.

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o escalonamento da Ativos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos residuais de vencimento, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Até um ano	950 102	-
De um a cinco anos	580 930	1 409 690
	1 531 032	1 409 690

Conforme disposto na IFRS 13, os Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na Nota 35. Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a totalidade dos ativos encontravam-se classificados como nível 2 de acordo com a hierarquia de justo valor. Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os Ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentam as seguintes características:

(milhares de Kwanzas)

Entidade	31-12-2021									
	Quantidade	Taxa de juro média ponderada	Justo valor na aquisição	Juro corrido	Varição Cambial	Valor Nominal	Moeda	Valor de Mercado unitário	Variações de Justo Valor	Valor Total
<i>Títulos de Dívida Pública</i>										
Obrigações do tesouro não indexadas com taxa fixa	15 100	16,25%	1 493 794	99 378	-	1 510 000	AOA	101 393	(62 140)	1 531 032
	15 100								(62 140)	1 531 032

(milhares de Kwanzas)

Entidade	31-12-2020									
	Quantidade	Taxa de juro média	Justo valor na aquisição	Juro corrido	Varição Cambial	Valor Nominal	Moeda	Valor de Mercado unitário	Variações de Justo Valor	Valor Total
<i>Títulos de Dívida Pública</i>										
Obrigações do tesouro indexadas com taxa fixa	14 555	16,27%	1 439 000	70 180	-	1 439 000	AOA	96 853	(99 490)	1 409 690
	14 555								(99 490)	1 409 690

Nota 8

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
<i>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</i>		
Instrumentos de capital		
Custo de aquisição	123 051	133 018
Variações Justo Valor	29 700	29 700
	152 751	162 718

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam as seguintes características:

Detalhe por entidade

Entidade	Moeda	% de capital	Valor de aquisição	Variações Justo Valor	(milhares de Kwanzas)	
					Valor Balanço 31-12-2021	Valor Balanço 31-12-2020
EMIS (Ações)	AOA	2,58%	98 298	29 700	127 998	133 271
EMIS (Prestações Acessórias)	AOA	n.a	7 147	-	7 147	7 147
BVDA (Ações)	USD	n.a	-	-	-	-
SWIFT (Ações)	EUR	n.a	17 606	-	17 606	22 300
			123 051	29 700	152 751	162 718

Nota 9

Investimentos ao custo amortizado

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
<i>Investimentos ao custo amortizado</i>		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	130 956 494	224 681 954
	130 956 494	224 681 954
Imparidade	(1 943 132)	(23 869 591)
	129 013 362	200 812 363

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o Banco registou na rubrica Investimentos ao custo amortizado – Instrumentos de dívida pública, títulos no valor líquido de Kz 16 175 263 milhares (2020: Kz 12 397 754 milhares) que resultam do reconhecimento pelo seu justo valor no momento inicial, os quais apresentavam condições contratuais

objetivamente abaixo das condições normais de mercado à data da sua entrada em ativo do Banco.

O apuramento do justo valor inicial ocorreu tendo por base um modelo adotado no exercício de Avaliação a Qualidade dos Ativos (“AQA”), correspondendo ao desconto dos *cash-flows* futuros com base na taxa de juro sem risco (foi considerado as emissões dos Estados Unidos de América obrigações para a maturidade residual mais próxima da maturidade residual, fonte *U.S. Department of the Treasury*), acrescida do prémio de risco de Angola (fonte informação disponibilizada pelo autor Aswath Damodaran) ajustada da diferença de inflação entre Angola e os Estados Unidos da América (fonte Fundo Monetário de Investimento - *World Economic Outlook*).

Adicionalmente, durante o exercício de 2021, assim como em 2020, chegou à maturidade um conjunto de títulos no valor de USD 100 milhões, os quais foram utilizados para a liquidação de uma prestação do passivo subordinado com o Novo Banco, tendo o remanescente sido utilizado para operações cambiais e liquidez.

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o escalonamento dos Investimentos ao custo amortizado por prazos residuais de vencimento, é como segue:

(milhares de Kwanzas)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Até 3 meses	-	2 482 744
De 3 meses a 1 ano	56 592 674	72 268 309
De 1 a 5 anos	57 768 164	133 577 682
Mais de 5 anos	16 595 656	16 353 219
	130 956 494	224 681 954

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Investimentos ao custo amortizado são detalhados, como se segue:

	(milhares de Kwanzas)		
	31-12-2021		
	Stage 1	Stage 2	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	3 313 913	-	3 313 913
Dotações	4 515 507	16 008 068	20 523 576
Reversões	(755 609)	-	(755 609)
Utilizações (alienações)	(7 073 811)	7 073 811	-
Variações Cambiais		787 712	787 712
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	-	23 869 591	23 869 591
Dotações	-	-	-
Reversões	(14 580 254)	(5 079 334)	(19 659 588)
Reclassificações	18 686 696	(18 686 696)	-
Variações Cambiais	(2 163 309)	(103 562)	(2 266 871)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	1 943 132	(0)	1 943 132

Em 2020, o Banco registou uma dotação adicional de imparidade pelo aumento da Probabilidade de incumprimento (*PD*) intrínseco à degradação da notação de *rating* de Angola de B3 para Caa1. Adicionalmente, pelo facto do Banco considerar que esta degradação de *rating* é um evento de aumento significativo de risco de crédito (*stage 2*), determinou a perda esperada até à maturidade das operações ao invés da anterior perda esperada

para o período de 12 meses. Os efeitos acumulados destas situações sustentaram o reforço significativo de perdas por imparidade em 2020.

Contudo, em 2021, ocorreu um *upgrade* da notação de *rating* de Angola de Caa1 para B3, originando a reversão de imparidade ocorrida no exercício transato.

Importa referir que os parâmetros de risco considerados pelo Banco resultam do último estudo da Moody's disponível a 31 de Dezembro de 2021, de acordo com a Nota 2.5.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os Investimentos ao custo amortizado apresentam as seguintes características:



(milhares de Kwanzas)

31-12-2021											
Entidade	Quantidade	Taxa de juro média	Custo Amortizado	Juro corrido	Varição Cambial	Valor nominal	Moeda	Valor de mercado unitário	Valor Bruto	Imparidade	Valor Total 31-12-2021
Obrigações em Moeda Nacional											
Obrigações do tesouro não indexadas com taxa	486 160	5,41%	15 426 459	2 176 123	-	48 616 000	AOA	35 715	17 602 582	(261 187)	17 341 395
Obrigações em Moeda Estrangeira											
Obrigações não indexadas com taxa fixa	20 000	5,71%	110 996 200	2 357 713	-	110 996 200	USD	5 583 598	113 353 913	(1 681 946)	111 671 967
	506 160					159 612 200		5 619 313	130 956 495	(1 943 133)	129 013 362

(milhares de Kwanzas)

31-12-2020											
Entidade	Quantidade	Taxa de juro média	Custo Amortizado	Juro corrido	Varição Cambial	Valor nominal	Moeda	Valor de mercado unitário	Valor Bruto	Imparidade	Valor Total 31-12-2020
Obrigações em Moeda Nacional											
Obrigações do tesouro não indexadas com taxa	9 256 110	13,64%	23 972 106	1 985 123	-	57 572 466	AOA	2 316	25 957 230	(4 519 509)	21 437 721
Obrigações em Moeda Estrangeira											
Obrigações não indexadas com taxa fixa	30 000	5,34%	194 881 200	3 843 524	-	194 973 300	USD	5 979 155	198 724 724	(19 350 082)	179 374 642
	9 286 110					252 545 766		5 981 471	198 724 724	(23 869 591)	200 812 363

Nota 10

Crédito a Clientes

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Crédito Interno Vivo		
A empresas		
Empréstimos	87 934 662	77 330 403
Créditos em conta corrente	38 143 317	8 790 845
Descobertos	8 775 365	1 746 149
Locação financeira	1 037 522	8 434 706
A particulares		
Habitação	6 850 975	8 631 606
Consumo e outros	2 354 838	3 704 984
	145 096 679	108 638 693
Crédito Interno Vencido		
A empresas		
Empréstimos	54 492 258	66 941 038
Créditos em conta corrente	1 369 051	1 313 036
Descobertos	2 352 071	1 867
Locação financeira	2 228 853	4 701 060
A particulares		
Habitação	5 324 967	5 556 711
Consumo e outros	5 865 185	8 352 881
	71 632 384	86 866 593
Crédito Bruto	216 729 063	195 505 286
Imparidade acumulada	(148 661 533)	(115 312 429)
	(148 661 533)	(115 312 429)
	68 067 530	80 192 857

A rubrica Crédito Interno Vivo, Empresas - Créditos em Conta Correntes e Empréstimos incluem o montante de 32 882 375 milhares de Kwanzas e 87 048 989 milhares de Kwanzas e a rubrica Crédito Interno Vencido, Empresas - Empréstimos inclui o montante de 3 795 608 milhares de Kwanzas, referente a operações de crédito reestruturadas no exercício que reúnem os requisitos de classificação como POCI, para os quais se encontra reconhecida a imparidade no montante de 99 666 815 milhares de Kwanzas. Não obstante, por simplificação de apresentação os montantes associados a estas operações são divulgados pelo seu valor bruto na rubrica "Crédito Bruto".

O escalonamento do crédito a Clientes por prazos de vencimento a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Até 3 meses	52 633 360	43 690 484
De 3 meses a 1 ano	4 004 164	9 327 344
De 1 a 5 anos	99 510 138	65 529 532
Mais de 5 anos	60 581 400	76 957 926
	216 729 063	195 505 286

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no ativo como correção aos valores do crédito foram os seguintes:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	115 312 429	127 050 821
Dotações	36 501 721	31 919 234
Utilizações	-	(44 935 983)
Reversões	(772 670)	(16 355 167)
Diferenças de câmbio e outras	(2 379 948)	17 633 524
	148 661 533	115 312 429

O crédito a Clientes foi totalmente concedido a entidades sediadas em Angola e a distribuição por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Taxa fixa	175 566 810	146 457 663
Taxa variável	41 162 253	49 047 623
	216 729 063	195 505 286

A distribuição do crédito a Clientes por moeda da concessão é como segue:

(milhares de Kwanzas)			(milhares de Kwanzas)		
2021	Angola		2020	Angola	
Análise	Exposição	Imparidade	Análise	Exposição	Imparidade
Individual	171 448 497	127 763 123	Individual	158 849 287	99 908 581
Coletiva	45 280 565	20 898 410	Coletiva	36 655 999	15 403 848
	216 729 063	148 661 533		195 505 286	115 312 429

A distribuição do crédito e imparidade apresentam a seguinte composição por situação e segmento:

Segmento	Exposição ano 2021					Imparidade ano 2021						
	Exposição total	Crédito em Stage 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Stage 2	Do qual reestruturado	Crédito em Stage 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Stage 1	Crédito em Stage 2	Crédito em Stage 3
Colaboradores	3 769 279	3 614 570	-	-	154 709	-	0	-	162 073	129 268	32 805	0
Empresas	194 049 733	18 027 812	-	-	2 926 308	1 257 617	173 095 613	146 910 997	133 697 592	850 115	727 796	132 119 681
Estado	4 554 240	0	-	-	9 181	-	4 545 059	2 986 373	3 100 688	0	22	3 100 666
Particulares	14 355 811	1 742 028	-	-	1 094 837	437 432	11 518 947	1 113 147	11 701 181	78 781	324 369	11 298 031
Total	216 729 063	23 384 410			4 185 034	1 695 049	189 159 619	151 010 516	148 661 533	1 058 164	1 084 991	146 518 378

A distribuição do crédito e imparidade apresentam a seguinte composição por incumprimento e imparidade por Stages, alocada a cada segmento:

Segmento	Exposição ano 2020					Imparidade ano 2020						
	Exposição total	Crédito em Stage 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Stage 2	Do qual reestruturado	Crédito em Stage 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Stage 1	Crédito em Stage 2	Crédito em Stage 3
Colaboradores	4 369 237	4 224 623	-	-	144 614	-	0	-	177 027	147 278	29 749	0
Empresas	163 782 160	20 091 150	-	-	5 927 495	131 570	137 763 516	55 870 763	97 966 226	724 820	1 789 853	95 451 553
Estado	10 025 715	5 416 143	-	-	12 976	-	4 596 597	2 986 373	4 784 883	1 256 908	30	3 527 945
Particulares	17 328 174	3 865 341	-	-	1 000 706	864 511	12 462 127	869 509	12 384 293	207 423	307 831	11 869 039
Total	195 505 286	33 597 256			7 085 791	996 081	154 822 239	59 726 645	115 312 429	2 336 429	2 127 463	110 848 537

O crédito e imparidade apresentam a seguinte composição por ano de concessão:

Exposição ano 2021									Imparidade ano 2021								
Exposições sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Estágio 1)			Exposições com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não estejam em imparidade crédito (Estágio 2)			Exposições creditícias em imparidade de crédito (Estágio 3)			Exposições sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Estágio 1)			Exposições com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não estejam em imparidade crédito (Estágio 2)			Exposições creditícias em imparidade de crédito (Estágio 3)		
≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias (1)	> 90 dias (1)	≤ 30 dias (2)	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias (3)	> 30 dias ≤ 90 dias (3)	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
3 614 570	-	-	38 204	100 105	16 401	0	0	0	129 268	-	-	6 676	22 410	3 718	0	0	0
18 027 812	-	-	2 541 398	303 813	81 097	104 981 654	1 092 372	67 021 586	850 115	-	-	665 821	49 718	12 257	82 917 744	514 952	48 686 985
0	-	-	9 181	-	-	-	-	4 545 059	0	-	-	22	-	-	-	0	3 100 666
1 742 028	-	-	919 370	85 471	89 996	424 171	38 213	11 056 563	78 781	-	-	242 175	38 846	43 348	429 917	36 479	10 831 635
23 384 410	-	-	3 508 152	489 389	187 494	105 405 825	1 130 586	82 623 208	1 058 164	-	-	914 693	110 974	59 324	83 347 661	551 432	62 619 286

Exposição ano 2020									Imparidade ano 2020									
Segmento	Exposições sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Estágio 1)			Exposições com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não estejam em imparidade crédito (Estágio 2)			Exposições creditícias em imparidade de crédito (Estágio 3)			Exposições sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Estágio 1)			Exposições com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não estejam em imparidade crédito (Estágio 2)			Exposições creditícias em imparidade de crédito (Estágio 3)		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Colaboradores	4 224 623	-	-	41 105	103 509	0	0	0	147 278	-	-	8 239	21 509	0	0	0	0	
Empresas	20 091 150	-	-	1 670 922	4 246 141	10 432	37 736 389	26 517 835	73 509 292	724 820	-	556 331	1 231 815	1 707	26 068 512	19 266 401	50 116 640	
Estado	5 416 143	-	0	12 966	10	-	-	0	4 596 597	1 256 908	-	0	30	0	-	0	3 527 945	
Particulares	3 865 341	-	-	963 608	36 798	300	115 588	79 242	12 267 297	207 423	-	298 652	9 109	70	78 750	72 379	11 717 910	
Total	33 597 256	-	0	2 688 602	4 386 458	10 732	37 851 977	26 597 077	90 373 186	2 336 429	-	863 253	1 262 433	1 777	26 147 262	19 338 780	65 362 495	

(1) Este campo inclui créditos com prestações de capital ou juros vencidos há mais de 30 dias, em relação aos quais foi lida a presunção de aumento significativo no risco de crédito.

(2) Este campo inclui créditos com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 30 dias, em relação aos quais as Instituições entendem que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito.

(3) Este campo inclui créditos com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como operações em imparidade de crédito.

Ano de concessão	Colaboradores			Empresas			Estado			Particulares			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
Anos Anterior	387	1 507 396	107 866	570	46 763 136	31 566 552	20	723 667	434 200	1 184	11 245 201	10 781 530	2 161	60 239 400	42 890 148
2017	45	274 298	6 902	176	4 204 852	1 712 400	8	3 780 658	2 648 136	258	273 694	121 698	487	8 533 503	4 489 136
2018	112	709 105	17 438	200	36 961 781	26 756 184	0	0	0	403	246 616	66 890	715	37 917 501	26 840 513
2019	148	630 550	12 053	230	27 448 762	17 587 051	3	49 914	18 351	569	1 138 765	111 580	950	29 267 991	17 729 035
2020	68	539 653	15 092	313	10 654 078	1 751 698	0	0	0	580	900 736	518 431	961	12 094 467	2 285 221
2021	15	108 277	2 722	147	68 017 123	54 323 706	1	0	0	325	550 801	101 052	488	68 676 201	54 427 480
Total	775	3 769 279	162 073	1 636	194 049 733	133 697 592	32	4 554 240	3 100 688	3 319	14 355 811	11 701 181	5 762	216 729 063	148 661 533

Detalhe do montante de crédito e imparidade, constituída individual ou coletivamente, por segmento:

Ano 2021	Colaboradores		Empresas		Estado		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	0	0	162 341 825	119 887 044	4 504 326	3 082 336	9 562 068	6 907 438	176 408 219	129 876 818
Imparidade coletiva	3 769 279	162 073	31 707 908	13 810 548	49 914	18 351	4 793 743	4 793 743	40 320 844	18 784 715
Total	3 769 279	162 073	194 049 733	133 697 592	4 554 240	3 100 688	14 355 811	11 701 181	216 729 063	148 661 533

Ano 2020	Colaboradores		Empresas		Estado		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	141 202 689	89 442 371	9 974 509	4 784 763	9 938 038	6 702 845	161 115 235	100 929 979
Imparidade coletiva	4 369 237	177 027	22 579 471	8 523 855	51 207	120	7 390 136	5 681 448	34 390 051	14 382 450
Total	4 369 237	177 027	163 782 160	97 966 226	10 025 715	4 784 883	17 328 174	12 384 293	195 505 286	115 312 429

Detalhe do montante de crédito e imparidade, constituída individual ou coletivamente, por sector de atividade:

Ano 2021	Imparidade individual		Imparidade colectiva		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Actividades Imobiliárias	2 862 455	1 051 904	935 848	622 484	3 798 303	1 674 388
Agricultura, Produção Animal	98 141 358	79 532 325	586 567	529 770	98 727 926	80 062 095
Alojamento e Restauração	7 392 684	5 304 090	28 995	13 940	7 421 679	5 318 030
Comércio por Grosso e a Retalho	27 478 565	19 251 962	2 804 713	1 220 280	30 283 277	20 472 242
Outras Actividades de Serviços						
Coletivo	19 244 947	14 447 601	5 154 441	4 837 500	24 399 388	19 285 101
Particulares	5 955 265	1 481 977	15 589 911	939 422	21 545 176	2 421 399
Saúde e Acção Social	0	0	5 804 298	5 644 079	5 804 298	5 644 079
Outros	15 332 945	8 806 959	9 416 070	4 977 241	24 749 015	13 784 200
Total	176 408 219	129 876 818	40 320 844	18 784 715	216 729 062	148 661 533

Ano 2020	Imparidade individual		Imparidade colectiva		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Actividades Imobiliárias	2 755 843	1 260 038	1 403 657	767 676	4 159 499	2 027 714
Agricultura, Produção Animal	70 311 937	52 712 428	553 572	216 891	70 865 509	52 929 319
Alojamento e Restauração	7 392 694	4 329 902	50 006	22 126	7 442 700	4 352 028
Comércio por Grosso e a Retalho	30 671 854	18 112 918	5 206 185	1 685 028	35 878 040	19 797 946
Outras Atividades de Serviços						
Coletivo	26 222 816	13 601 589	5 380 098	1 784 930	31 602 915	15 386 519
Particulares	7 390 136	5 681 448	19 005 853	6 879 353	26 395 988	12 560 801
Saúde e Acção Social	7 102 914	146 912	178 855	76 979	7 281 769	223 891
Outros	9 267 043	5 084 746	2 611 824	2 949 466	11 878 866	8 034 212
Total	161 115 236	100 929 979	34 390 050	14 382 450	195 505 286	115 312 429

Composição do crédito a Clientes e Composição do crédito vencido sem imparidade, por Stage:

Crédito a Clientes	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Ano 2021			Total
		Stages de incumprimento			
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Crédito sem imparidade					
Com base em análise individual	2 545 037	0	0	2 223 215	4 768 252
Com base em análise colectiva	0	0	0	0	0
Sub Total	2 545 037	0	0	2 223 215	4 768 252
Com imparidade atribuída com base em análise individual					
Crédito e juros vencidos	149 671 133	0	0	21 968 833	171 639 966
Imparidade	-113 461 765	0	0	-16 415 053	-129 876 818
Sub Total	36 209 368	0	0	5 553 780	41 763 148
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva					
Crédito e juros vencidos	34 362 899	44 439	82 799	5 830 706	40 320 843
Imparidade	-14 216 718	-2 696	-35 170	-4 530 130	-18 784 714
Sub Total	20 146 181	41 743	47 629	1 300 576	21 536 129
Total	58 900 586	41 743	47 629	9 077 571	68 067 529

Crédito a Clientes	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Ano 2020 Stages de incumprimento			Total
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Crédito sem imparidade					
Com base em análise individual	113 241	0	57	253 282	366 580
Com base em análise coletiva	0	0	0	0	0
	113 241	0	57	253 282	366 580
Com imparidade atribuída com base em análise individual					
Crédito e juros vencidos	118 492 430	82 883	123 051	42 050 292	160 748 656
Imparidade	-70 797 871	-16 200	-56 485	-30 059 423	-100 929 979
	47 694 559	66 682	66 566	11 990 869	59 818 676
Com imparidade atribuída com base em análise coletiva					
Crédito e juros vencidos	27 842 459	286 908	644 497	5 616 186	34 390 050
Imparidade	-8 572 670	-14 870	-108 073	-5 686 837	-14 382 450
Sub Total	19 269 790	272 037	536 424	-70 651	20 007 600
Total	67 077 590	338 720	603 048	12 173 500	80 192 857

Composição do crédito a Clientes e Composição do crédito vencido sem imparidade, por intervalo de dias de atraso:

Crédito a Clientes	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Ano 2021 Classe de incumprimento					Total
		Até 1 mês	De 1 mês até 3 meses	De 3 meses até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Crédito sem imparidade							
Com base em análise individual	2 545 037	0	0	0	5 255	2 217 960	4 768 252
Com base em análise coletiva	0	0	0	0	0	0	0
Sub Total	2 545 037	0	0	0	5 255	2 217 960	4 768 252
Com imparidade atribuída com base em análise individual							
Crédito e juros vencidos	149 671 133	64 680	0	2 922 020	13 991 399	4 990 734	171 639 966
Imparidade	-113 461 765	-36 281	0	-2 230 918	-9 232 778	-4 915 077	-129 876 818
Sub Total	36 209 368	28 399	0	691 102	4 758 621	75 658	41 763 148
Com imparidade atribuída com base em análise coletiva							
Crédito e juros vencidos	34 362 899	67 971	120 788	404 832	3 772 342	1 592 011	40 320 843
Imparidade	-14 216 718	-11 159	-65 622	-300 901	-2 705 479	-1 484 835	-18 784 714
Sub Total	20 146 181	56 812	55 166	103 931	1 066 863	107 176	21 536 129
Total	58 900 586	85 212	55 166	795 033	5 830 739	2 400 794	68 067 529

Crédito a Clientes	Crédito vincendo associado a crédito vencido	Ano 2020					Total
		Classe de incumprimento					
		Até 1 mês	De 1 mês até 3 meses	De 3 meses até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Crédito sem imparidade							
Com base em análise individual	113 241	57	247 936	0	5 346	0	366 580
Com base em análise coletiva	0	0	0	0	0	0	0
Sub Total	113 241	57	247 936	0	5 346	0	366 580
Com imparidade atribuída com base em análise individual							
Crédito e juros vencidos	118 492 430	111 772	10 743 591	1 571 492	29 756 050	73 320	160 748 656
Imparidade	-70 797 871	-31 205	-6 948 597	-1 032 145	-22 049 442	-70 719	-100 929 979
Sub Total	47 694 559	80 567	3 794 994	539 348	7 706 608	2 601	59 818 676
Com imparidade atribuída com base em análise coletiva							
Crédito e juros vencidos	27 842 459	407 208	547 399	629 219	3 760 848	1 202 916	34 390 050
Imparidade	-8 572 670	-55 522	-93 524	-315 788	-4 532 608	-812 338	-14 382 450
Sub Total	19 269 790	351 686	453 876	313 432	-771 760	390 578	20 007 600
Total	67 077 590	432 310	4 496 805	852 780	6 940 194	393 179	80 192 857

Composição do crédito reestruturado, por tipo (vincendo e vencido) e por Stage:

Crédito reestruturado	Ano 2021			
	Vincendo	Vencido	Total	Imparidade
Empresas	133 619 595	14 549 019	148 168 614	-115 482 347
Sub Total	133 619 595	14 549 019	148 168 614	-115 482 347
Estado	2 386 222	600 151	2 986 373	-2 171 564
Sub Total	2 386 222	600 151	2 986 373	-2 171 564
Particulares				
Consumo	191 093	0	191 093	-405 347
Habituação	591 376	0	591 376	-30 880
Outros fins	580 732	187 379	768 110	-737 610
Sub Total	1 363 200	187 379	1 550 579	-1 173 837
Total	137 369 017	15 336 548	152 705 566	-118 827 749

Crédito reestruturado	Ano 2020			Imparidade
	Vincendo	Crédito Vencido	Total	
Empresas	43 338 713	12 663 620	56 002 333	-41 422 289
Sub Total	43 338 713	12 663 620	56 002 333	-41 422 289
Estado	2 533 198	453 175	2 986 373	-2 534 318
Sub Total	2 533 198	453 175	2 986 373	-2 534 318
Particulares				
Consumo	207 472	0	207 472	-156
Habituação	675 982	0	675 982	-3 430
Outros fins	669 502	181 064	850 567	-74 604
Sub Total	1 552 956	181 064	1 734 020	-78 191
Total	47 424 867	13 297 859	60 722 726	-44 034 798

Verificou-se durante o ano 2021 um incremento significativo nos créditos reestruturados os quais resultam de reestruturação de operações individualmente significativas na carteira do Banco que, ao serem renegociadas foram capitalizados juros em dívida aquela data, para as quais foram reconhecidas perdas por imparidade correspondentes.

Composição do crédito a empresas e particulares, por estágios de imparidade:

Crédito a clientes	Ano 2021			Total
	Stages de incumprimento			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Empresas	18 027 812	2 926 308	173 095 613	194 049 733
Sub Total	18 027 812	2 926 308	173 095 613	194 049 733
Particulares				
Consumo	581 852	65 331	132 494	779 676
Habituação	108 952	748 046	2 241 071	3 098 069
Outros fins	1 051 224	281 460	9 145 382	10 478 067
Sub Total	1 742 028	1 094 837	11 518 947	14 355 811
Total	19 769 840	4 021 145	184 614 560	208 405 544

Crédito a clientes	Ano 2020			Total
	Stages de incumprimento			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Empresas	20 091 150	5 927 495	137 763 516	163 782 160
Sub Total	20 091 150	5 927 495	137 763 516	163 782 160
Particulares				
Consumo	274 556	38 144	106 597	419 297
Habituação	1 660 374	718 671	2 016 496	4 395 541
Outros fins	1 930 411	243 891	10 339 033	12 513 336
Sub Total	3 865 341	1 000 706	12 462 127	17 328 174
Total	23 956 490	6 928 201	150 225 642	181 110 334



Detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Empresas, Construção e promoção imobiliária e Habitação:

Medida aplicada	Ano 2021											
	Empresas				Construção de promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	3	26 627	74	363 445	3	39 091	11	21 556	142	2 271 334	500	4 122 903
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	-	-	11	764 046	1	56 165	-	-	10	763 548	16	1 104 798
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	54	11 082 546	56	13 634 614	45	14 744 578	0	0	9	1 941 973	13	3 133 000
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	16	10 917 073	13	8 131 847	1	502 944	2	1 279 955	0	0	8	6 097 412
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	-	-	10	14 506 121	0	0	1	1 071 135	-	-	2	3 369 158
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	1	2 694 173	5	14 670 421	0	0	4	15 931 637	-	-	2	6 873 863
>= 5.000 MAOA	2	36 283 240	8	114 624 872	8	146 239 455	4	48 358 475	-	-	-	-
Total	76	61 003 659	177	166 695 367	58	161 582 233	22	66 662 757	161	4 976 856	541	24 701 134

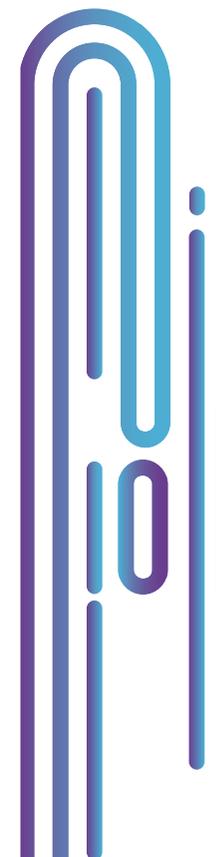
Medida aplicada	Ano 2020											
	Empresas				Construção de promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	2	1 900	70	358 032	4	39 211	-	0	142	2 301 407	501	4 123 257
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	1	63 656	13	880 431	1	56 338	-	0	9	669 881	17	1 127 453
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	54	10 949 920	65	15 869 749	45	14 790 001	-	0	10	2 046 146	14	3 068 857
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	16	10 938 843	15	9 386 520	1	504 493	-	0	-	-	8	6 118 096
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	-	-	6	8 432 753	-	0	1	1 071 135	-	-	3	4 911 246
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	1	2 702 473	6	18 342 317	-	0	6	21 721 879	-	-	2	6 886 724
>= 5.000 MAOA	3	63 908 998	8	115 296 667	8	146 641 706	4	51 957 825	-	-	-	0
Total	77	88 565 790	183	168 566 468	59	162 031 749	11	74 750 838	161	5 017 434	545	26 235 633

Rácio financiamento-garantia dos segmentos de Empresas, Construção e promoção imobiliária e Habitação:

Segmento / Rácio	Ano 2021			Imparidade
	Crédito em Stage 1	Crédito em Stage 2	Crédito em Stage 3	
Empresas				
Sem garantia associada	10 639 418	2 424 846	47 749 546	37 481 068
< 50%	119 938	73 013	27 827 307	21 707 051
>= 50% e < 75%	5 692 163	0	56 310 534	41 810 335
>= 75% e <100%	1 464 956	427 521	18 317 680	12 900 935
>= 100%	35 042	370	7 392 533	5 303 982
Construção e promoção imobiliária				
Sem garantia associada	76 295	558	2 219 288	1 221 773
< 50%	-	-	475 238	369 055
>= 50% e < 75%	-	-	0	0
>= 75% e <100%	-	-	353 716	117 283
>= 100%	-	-	0	0
Habitação				
Sem garantia associada	2 677 813	402 886	2 078 639	2 292 515
< 50%	2 225 264	112 929	640 285	686 195
>= 50% e < 75%	360 456	169 541	199 685	238 859
>= 75% e <100%	198 541	147 601	91 812	52 264
>= 100%	-	-	0	0
Total	23 489 887	3 759 266	163 656 261	124 181 313



Segmento / Rácio	Ano 2020			Imparidade
	Crédito em Stage 1	Crédito em Stage 2	Crédito em Stage 3	
Empresas				
Sem garantia associada	8 623 633	2 296 811	86 188 648	64 572 013
< 50%	118	86 043	19 032 381	14 258 140
>= 50% e < 75%	7 102 914	0	7 821 955	6 089 831
>= 75% e <100%	1 739 248	727 579	19 618 604	8 735 014
>= 100%	2 504 110	0	1 497	2 615
Construção e promoção imobiliária				
Sem garantia associada	121 127	2 768 885	1 171 274	2 021 900
< 50%	-	-	669 113	383 515
>= 50% e < 75%	-	-	0	0
>= 75% e <100%	0	-	309 482	1 971
>= 100%	-	48 175	58 931	0
Habitação				
Sem garantia associada	4 521 152	745 113	2 034 755	2 404 494
< 50%	2 558 387	56 743	402 040	377 118
>= 50% e < 75%	-	-	223 054	106 349
>= 75% e <100%	325 415	-	39 609	1 296
>= 100%	-	-	0	0
Total	27 496 104	6 729 351	137 571 342	98 954 256



Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de imóvel e por antiguidade:

Tipo de imóvel	Número de imóveis	31-12-2021		Número de imóveis	31-12-2020	
		Justo Valor do activo	Valor líquido contabilístico		Justo Valor do activo	Valor líquido contabilístico
Terreno						
Urbano	4	8 591 583	3 637 423	3	3 688 513	2 976 171
Rural	1	989 684	465 816	1	670 005	465 816
Edifícios em construção						
Habitação	1	6 394 484	6 394 484	1	6 148 012	6 148 012
Outros						
Edifícios construídos						
Comerciais						
Habitação	5	9 890 081	6 177 009	4	4 991 855	4 401 574
Outros						
Outros						
Total	11	25 865 832	16 674 732	9	15 498 385	13 991 573

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-12-2021				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno					
Urbano	-	3 637 423	-	-	3 637 423
Rural	-	465 816	-	-	465 816
Edifícios em construção					
Habitação	6 394 484	-	-	-	6 394 484
Edifícios construídos					
Habitação	6 177 009	-	-	-	6 177 009
Total	12 571 493	4 103 239	-	-	16 674 732

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-12-2020				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno					
Urbano	-	2 976 171	-	-	2 976 171
Rural	-	465 816	-	-	465 816
Edifícios em construção					
Comerciais					
Habitação	6 148 012	-	-	-	6 148 012
Outros					
Edifícios construídos					
Comerciais					
Habitação	4 401 574	-	-	-	4 401 574
Total	10 549 586	3 441 987	-	-	13 991 573

Divulgação dos fatores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento:

Segmento	Imparidade 31-12-2021				Perda dado o incumprimento (%)	Imparidade 31-12-2020			Perda dado o incumprimento (%)
	Probabilidade de incumprimento (%)			Probabilidade de incumprimento (%)		Probabilidade de incumprimento (%)		Perda dado o incumprimento (%)	
	Stage 1	Stage 2	Stage 3			Stage 1	Stage 2		
Colaboradores	2,76%	13,30%	100,00%	91%	2,75%	13,30%	100,00%	91%	
Empresas	8,60%	27,96%	100,00%	59%	8,60%	27,96%	100,00%	59%	
Estado	0,52%	0,52%	100,00%	45%	0,52%	0,52%	100,00%	45%	
Particulares	7,79%	25,50%	100,00%	91%	7,79%	25,50%	100,00%	91%	
Média	4,92%	16,82%	100,00%	71,50%	4,91%	16,82%	100,00%	71,50%	

Incorporação de informação prospetiva:

	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de Inflação Lag 2 Y					
Cenário base	17%	15%	10%	7%	7%
Taxa LUIBOR O/N Lag 1 Y					
Cenário base	22%	22%	22%	22%	22%
Taxa Variação Homologa do CAMBIO USD/AOA Lag 1 Y					
Cenário base	3%	0%	0%	0%	0%
Log Índice de Preços do Consumidor					
Cenário base	5,84	5,90	5,96	6,02	6,08
MA 12M Oil Prices USD					
Cenário base	59	60	61	62	63

Nota 11

Ativos não correntes detidos para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Ativos não correntes detidos para venda		
Imóveis	-	1 111 691
Equipamento	3 328	7 157
	3 328	1 118 848

Em 2021, ocorreu a venda de um imóvel, que se encontrava em fase final de alienação no fecho de 2020, tendo a mesma ocorrido no 1º trimestre de 2021. Os respetivos sinais recebidos encontravam-se reconhecidos em outros passivos (Nota 21) no montante de Kz 2 310 000 milhares.

De acordo com a política do Banco, o valor registado no ativo resulta do menor entre i) o valor contabilístico do crédito aquando do processo de dação em cumprimento e ii) o valor de avaliação do imóvel líquido dos custos de venda. Neste sentido, o Banco reconheceu um ganho com a operação de venda conforme Nota 28.

Adicionalmente, a rubrica Equipamento, é composta por viaturas e maquinaria recuperadas no âmbito da concessão de crédito em operações de *Leasing*, que não são parte integrante das instalações do Banco, nem se destinam à prossecução do seu objeto social, tendo a sua origem em dações em cumprimento de contratos de crédito.

O movimento dos ativos não correntes detidos para venda durante o exercício 2021 é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo Inicial	1 118 848	6 308
Entradas	3 328	7 157
Vendas	(1 118 848)	(6 308)
Outros movimentos (Transferências)	-	1 111 691
Saldo final	3 328	1 118 848

Nota 12

Outros ativos tangíveis

O valor desta rubrica a 31 de Dezembro de 2021 e a 2020, é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Imóveis		
De serviço próprio	44 750 797	44 732 897
Obras em imóveis arrendados	2 347 430	2 347 430
	47 098 227	47 080 328
Equipamento		
Equipamento informático	4 208 200	3 955 448
Instalações interiores	1 707 324	1 743 115
Mobiliário e material	1 858 156	1 858 156
Equipamento de segurança	2 004 552	2 004 552
Máquinas e ferramentas	823 248	718 738
Material de transporte	1 477 144	2 096 750
	12 078 625	12 376 759
Imobilizado em curso		
Imóveis	12 762	31 319
Equipamento	417 821	463 064
	430 582	494 383
Ativos sob direito de uso		
Imóveis	2 626 396	2 515 745
	2 626 396	2 515 745
Imparidade		
	(609 504)	(641 294)
	61 624 327	61 825 921
Depreciação acumulada		
Relativas ao exercício corrente	(2 365 340)	(2 179 598)
Relativas a exercício anteriores	(18 113 839)	(16 154 716)
Relativas a bens transferidos	667 533	220 476
	(19 811 645)	(18 113 839)
Total Outros ativos tangíveis	41 812 682	43 712 082

A rubrica Outros ativos tangíveis inclui imóveis de serviço próprio cujos processos de legalização ainda se encontram em curso, não sendo expectáveis ajustamentos resultantes da concretização desses processos. O valor de ativos imobiliários não legalizados à data de 31 de Dezembro de 2021 é de Kz 2 409 970 milhares (2020: Kz 2 361 418 milhares), e corresponde a 14 de 45 imóveis afetos à atividade do Banco.

A rubrica Outros ativos tangíveis – Ativos sob direito de uso, corresponde ao impacto da adoção da IFRS 16 bem como ao movimento ocorrido no período, conforme referido na Nota 2.12.

De salientar a variação significativa associada ao material de transporte decorrente de um abate significativo de viaturas totalmente amortizadas e descontinuadas. Este movimento encontra-se relacionado com a rubrica depreciação acumulada “relativas a bens transferidos” dado corresponder ao valor de abates totalmente amortizados.

Os movimentos da rubrica, durante o ano de 2021 e 2020, são apresentados como segue:

	(milhares de Kwanzas)					
Imobilizado Firme	01-01-2021	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Imparidade	Saldo em 31-12-2021
Imóveis						
De serviço próprio	44 732 898	-	(1 635)	19 534	-	44 750 797
Obras em imóveis arrendados	2 347 430	-	-	-	-	2 347 430
	47 080 328	-	(1 635)	19 534	-	47 098 227
Equipamento						
Equipamento informático	3 955 448	254 253	(1 500)	-	-	4 208 201
Instalações interiores	1 743 115	4 074	(39 991)	126	-	1 707 324
Mobiliário e material	1 858 156	-	-	(924)	-	1 857 232
Equipamento de segurança	2 004 552	-	-	-	-	2 004 552
Máquinas e ferramentas	718 738	103 712	-	798	-	823 248
Material de transporte	2 096 750	67 365	(686 970)	-	-	1 477 144
	12 376 759	429 404	(728 462)	-	-	12 077 701
Imobilizado em curso						
Imóveis	31 319	977	-	(19 534)	-	12 762
Equipamento	463 064	-	(45 243)	-	-	417 821
	494 383	977	(45 243)	(19 534)	-	430 582
Ativos sob direito de uso						
Imóveis	2 515 745	481 645	(370 994)	-	-	2 626 396
	2 515 745	481 645	(370 994)	-	-	2 626 396
	62 467 216	912 026	(1 146 333)	-	-	62 232 907
Amortizações acumuladas e imparidade						
Imóveis						
De serviço próprio	(6 883 496)	(927 414)	-	-	31 790	(7 779 120)
Obras em imóveis arrendados	(2 152 865)	(86 390)	-	-	-	(2 239 255)
	(9 036 363)	(1 013 803)	-	-	31 790	(10 018 375)
Equipamento						
Equipamento informático	(2 237 940)	(449 221)	1 025	-	-	(2 686 136)
Instalações interiores	(1 473 150)	(67 723)	39 991	-	-	(1 500 882)
Mobiliário e material	(1 479 243)	(124 653)	-	-	-	(1 603 896)
Equipamento de segurança	(1 838 378)	(28 167)	-	-	-	(1 866 545)
Máquinas e ferramentas	(525 365)	(70 064)	-	-	-	(595 429)
Material de transporte	(1 396 606)	(239 894)	627 441	-	-	(1 009 058)
	(8 950 681)	(979 722)	668 458	-	-	(9 261 945)
Ativos sob direito de uso						
Imóveis	(768 090)	(371 815)	-	-	-	(1 139 905)
	(768 090)	(371 815)	-	-	-	(1 139 905)
	(18 755 134)	(2 365 340)	668 458	-	31 790	(20 420 225)
	43 712 082	(1 453 314)	(477 876)	-	31 790	41 812 682

(milhares de Kwanzas)						
Imobilizado Firme	01-01-2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Imparidade	Saldo em 31-12-2020
Imóveis						
De serviço próprio	44 649 092	95 547	(11 741)	-	-	44 732 898
Obras em imóveis arrendados	2 234 924	21 383	-	91 123	-	2 347 430
Outros	-	-	-	-	-	-
	46 884 016	116 930	(11 741)	91 123	-	47 080 328
Equipamento						
Equipamento informático	2 781 103	275 373	(55 193)	954 165	-	3 955 448
Instalações interiores	1 737 102	6 451	(438)	-	-	1 743 115
Mobiliário e material	1 826 560	31 596	-	-	-	1 858 156
Equipamento de segurança	1 994 039	10 513	-	-	-	2 004 552
Máquinas e ferramentas	577 965	140 773	-	-	-	718 738
Material de transporte	1 625 978	665 927	(195 155)	-	-	2 096 750
Outros	-	-	-	-	-	-
	10 542 747	1 130 633	(250 786)	954 165	-	12 376 759
Imobilizado em curso						
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-
Imóveis	119 439	3 004	-	(91 123)	-	31 319
Equipamento	713 872	599 769	-	(850 577)	-	463 064
Outros	-	-	-	-	-	-
	833 311	602 772	-	(941 700)	-	494 383
Ativos sob o direito do uso						
Imóveis	1 870 812	644 933	-	-	-	2 515 745
	1 870 812	644 933	-	-	-	2 515 745
	60 130 887	2 495 268	(262 527)	103 588	-	62 467 216
Amortizações acumuladas						
Imóveis						
De serviço próprio	(6 602 364)	(915 273)	1 615	-	632 526	(6 883 496)
Obras em imóveis arrendados	(2 037 841)	(115 024)	-	-	-	(2 152 865)
Outros	-	-	-	-	-	-
	(8 640 206)	(1 030 298)	1 615	-	632 526	(9 036 363)
Equipamento						
Equipamento informático	(2 045 409)	(247 724)	55 193	-	-	(2 237 940)
Instalações interiores	(1 394 439)	(78 839)	128	-	-	(1 473 150)
Mobiliário e material	(1 354 605)	(124 638)	-	-	-	(1 479 243)
Equipamento de segurança	(1 810 534)	(27 844)	-	-	-	(1 838 378)
Máquinas e ferramentas	(484 038)	(41 327)	-	-	-	(525 365)
Material de transporte	(1 330 868)	(229 276)	163 538	-	-	(1 396 606)
Outros	-	-	-	-	-	-
	(8 419 893)	(749 647)	218 858	-	-	(8 950 681)
Ativos sob direito de uso						
Imóveis	(368 438)	(399 652)	-	-	-	(768 090)
	(368 438)	(399 652)	-	-	-	(768 090)
	(17 428 537)	(2 179 596)	220 473	-	632 526	(18 755 134)
	42 702 350	715 323	(42 053)	103 588	632 526	43 712 082

Em termos de imparidade, o movimento no ano de 2021, em virtude de avaliações dos imóveis do Banco, pode ser apresentado conforme se segue:

(milhares de Kwanzas)					
	31-12-2020	Dotações	Reversões	Transferências	31-12-2021
Imóveis	641 294	-	(31 790)	-	609 504
	641 294	-	(31 790)	-	609 504

(milhares de Kwanzas)					
	01-01-2020	Dotações	Reversões	Transferências	31-12-2020
Imóveis	1 273 820	-	(632 526)	-	641 294
	1 273 820	-	(632 526)	-	641 294

Durante o exercício de 2021, o Banco reverteu imparidade sobre os imóveis, no montante de Kz 31 790 milhares, em resultado da revisão da sua perspetiva de geração de benefícios económicos futuros.

Nota 13

Ativos intangíveis

O valor desta rubrica a 31 de Dezembro de 2021 e a 2020, é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Ativos intangíveis		
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	10 595 536	9 702 893
Outros	651 946	385 615
	11 247 482	10 088 508
Amortização acumulada		
Relativas ao exercício corrente	(991 970)	(540 233)
Relativas aos exercícios anteriores	(1 831 272)	(1 291 039)
	(2 823 242)	(1 831 272)
	8 424 240	8 257 236

De salientar que as principais aquisições ocorridas em 2021, correspondem à customizações do sistema de *reporting* decorrente da migração do sistema *core* ocorrido em 2020.

Os movimentos da rubrica, durante o ano de 2021 e 2020, são apresentados como segue:

	(milhares de Kwanzas)					
	Saldo em 01-01-2021	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Imparidade	Saldo em 31-12-2021
Ativos intangíveis						
Adquiridos a terceiros						
Sistema de tratamento automático de dados	9 702 893	878 554	-	14 091	-	10 595 538
Outros - em curso	385 615	280 421	-	(14 091)	-	651 945
	10 088 508	1 158 974	-	-	-	11 247 482
Amortização acumulada						
Sistema de tratamento automático de dados	(1 831 272)	(991 970)	-	-	-	(2 823 242)
	(1 831 272)	(991 970)	-	-	-	(2 823 242)
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	8 257 236	167 004	-	-	-	8 424 240

	(milhares de Kwanzas)					
	01-01-2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Imparidade	Saldo em 31-12-2020
Ativos intangíveis						
Adquiridos a terceiros						
Sistema de tratamento automático de dados	5 214 710	611 939	(1 440 951)	5 317 195	-	9 702 893
Outros	3 811 485	1 994 913	-	(5 420 783)	-	385 615
	9 026 195	2 606 852	(1 440 951)	(103 588)	-	10 088 508
Amortização acumulada						
Sistema de tratamento automático de dados	(2 717 812)	(540 232)	1 426 773	-	-	(1 831 272)
	(2 717 812)	(540 232)	1 426 773	-	-	(1 831 272)
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	6 308 383	2 066 620	(14 179)	(103 588)	-	8 257 236

A rubrica Sistemas de tratamento automático de dados inclui o montante de Kz 4 672 809 milhares (2020: Outros - em Curso no valor de Kz 4 025 566) relativo à implementação de um novo sistema *core* bancário que entrou em atividade a Outubro de 2020.

Nota 14

Investimentos em subsidiárias e associadas

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

31-12-2021	Nº de Ações	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal Kz	Custo da Participação	Reservas	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO	1 000	90 000	62%	55 800	55 800	1 165 455	(327 499)	911 744
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES	10 000	1 000 000	96%	962 000	962 000	53 241	327 325	1 340 455
Tranquilidade Angola, S.A.	1 050	747 790	21%	157 035	363 876	845 661	135 104	712 365
					1 381 676	2 064 357	134 930	2 964 564
Perdas por Imparidade								(712 365)
								2 252 199

(milhares de Kwanzas)

31-12-2020	Nº de Ações	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal Kz	Custo da Participação	Reservas	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO	1 000	90 000	62%	55 800	55 800	1 294 120	(130 465)	1 239 243
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES	10 000	1 000 000	96%	962 000	962 000	(178 505)	229 265	1 013 131
Tranquilidade Angola, S.A.	1 050	747 790	21%	157 035	363 876	582 196	129 293	720 107
					1 381 676	1 697 811	228 093	2 972 481
Perdas por Imparidade								(720 107)
								2 252 374

De salientar que em 2020 o Banco alienou 2% da sua participação na Económico Fundos de Investimento, por forma a sociedade cumprir com o número mínimo de Acionistas, mantendo o Banco a sociedade como investimento estratégico e com participação qualificada.

Em termos de imparidade, em 2020, o Banco atualizou a imparidade referente à participação na Tranquilidade Angola mantendo a participação com valor nulo mesmo tendo em conta a sua atualização de valor tendo em conta a contabilização por via do método de equivalência patrimonial. Durante o exercício de 2019, o Banco registou imparidade no valor da totalidade do valor de balanço da participação na Tranquilidade Angola, decorrente da existência, no Relatório do Auditor Independente, de uma incerteza material da continuidade operacional da Companhia em virtude da ação de inspeção efetuada pela Administração Geral Tributária aos exercícios de 2015 e 2016.

É entendimento do Banco que a sua responsabilidade está limitada à participação de capital pelo que não foram constituídas provisões para eventuais responsabilidades decorrentes da sua posição como Acionista.

Em termos de imparidade, o movimento no ano de 2021 e 2020, em virtude de avaliações dos imóveis do Banco, pode ser apresentado conforme se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	720 107	633 921
Dotações	(7 742)	86 186
Reversões	-	-
Flutuação Cambial	-	-
Saldo final	712 365	720 107

Resumidamente, no quadro seguinte apresentam-se os principais dados das Demonstrações Financeiras das participadas acima mencionadas:

(milhares de Kwanzas)					
Indicadores Financeiros das Participadas					
31-12-2021	Activo	Passivo	Capital Social	Reservas	Resultados
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO	1 590 581	171 659	90 000	1 879 766	(550 844)
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES	1 657 956	261 649	1 000 000	55 344	340 964
Tranquilidade Angola, S.A.	21 318 528	15 900 427	747 790	4 026 959	643 351
	24 567 065	16 333 735	1 837 790	5 962 069	433 471

(milhares de Kwanzas)					
Indicadores Financeiros das Participadas					
31-12-2020	Activo	Passivo	Capital Social	Reservas	Resultados
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO	2 217 884	248 118	90 000	2 087 290	(207 524)
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES	1 426 268	370 923	1 000 000	(185 556)	240 901
Tranquilidade Angola, S.A.	20 329 403	16 165 898	747 790	2 772 364	643 351
	23 973 555	16 784 939	1 837 790	4 674 098	676 728

Os indicadores financeiros das participadas, apresentados no quadro com referência a 31 de Dezembro de 2021 são dados preliminares não tendo sido ainda aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração e obtidos os respetivos relatórios do auditor independente.

Nota 15 Impostos

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 podem ser analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)		
	31-12-2021	31-12-2020
Ativos por impostos correntes		
Impostos sobre os resultados correntes	1 511 061	1 508 739
Ativos por impostos correntes	1 511 061	1 508 739
Passivos por impostos correntes		
Impostos sobre os resultados correntes	-	-
Outros	-	-
Passivos por impostos correntes	-	-

De salientar que o valor de impostos sobre resultados correntes em 2021 e 2020, inclui a liquidação provisória do imposto sobre os resultados de 2019, no montante de 1 450 599 milhares de Kwanzas. Esta liquidação do imposto foi efetuada através da utilização de créditos fiscais que se encontravam registados na rubrica de Outros ativos (Nota 16), contudo dado não se ter verificado no fim dos exercícios fiscais de 2019 a 2021 lucros tributáveis, foi solicitada a atribuição de um novo crédito fiscal

por forma ao Banco utilizar o referido montante.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

Descrição	31-12-2021		31-12-2020	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		173 308 857		(137 797 315)
Rendimentos excluídos de tributação	-7%	(12 541 852)	58%	(80 524 236)
(Mais)/Menos valias fiscais versus contabilísticas	-	-	-	-
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-	-	-	-
Juros de empréstimos (detentores de capital ou suprimentos)	-	-	0%	-
Provisões não previstas	2%	4 105 655	-20%	27 723 448
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	49%	85 533 802	-5%	7 209 241
Alteração de estimativas	-	-	-	-
Alteração de taxas e base tributável decorrente de Reforma do Imposto Industrial	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Lucro Tributável	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	250 406 462	-	(183 388 862)
Prejuízo Fiscal exercícios anteriores	-	(709 533 115)	-	(526 144 253)
Matéria Colectável	-	-	-	-
Taxa de imposto	-	-	-	-
Imposto apurado com base na taxa de imposto	-	-	-	-
Imposto do exercício		-		-

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2012, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-quadro da Dívida Pública Direta (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 18/92, de 3 de Julho), em vigor até 31 de Dezembro de 2014, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2012 estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do número 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014 de 20

de Outubro. Os rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais não estão sujeitos a Imposto Industrial, conforme disposto no artigo 47º do Código de Imposto Industrial (Lei n.º 19/14 de 12 de Outubro).

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os períodos findos em 31 de Dezembro de cada uma das datas em análise, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria coletável, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os ativos por impostos diferidos reconhecidos na posição financeira, apresentam a seguinte composição:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, com a publicação da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho – Lei que altera o Código do Imposto Industrial foram introduzidas novas regras

Descrição	(milhares de Kwanzas)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
Variação cambiais potenciais	0	-57 566 134	0	-57 566 134	0	0
Imparidade do exercício não aceite	0	5 603 820	0	5 603 820	0	0
Prejuízos fiscais gerados	0	51 962 314	0	51 962 314	0	0
Ativo / (passivo) por imposto diferido	-	-	-	-	-	-

na determinação da matéria tributável, nomeadamente (i) a exclusão da relevância fiscal no apuramento do lucro tributável dos proveitos e custos com diferenças cambiais não realizadas, e (ii) a não aceitação como custos dedutíveis as provisões constituídas sobre crédito com garantia, salvo na parte não coberta.

Em 31 de Dezembro de 2021, o Banco procedeu ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos relativos às variações cambiais positivas potenciais no montante de Kz 28 653 625 milhares (2020: Kz 57 566 134 milhares) e ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos relacionados com as matérias referentes à “imparidade do exercício não aceite” relativas à crédito com garantias e “prejuízos fiscais gerados” no exercício, no montante de Kz 7 123 397 milhares (2020: Kz 5 603 820 milhares) e Kz 21 530 227 milhares (2020: Kz

51 962 315 milhares), respetivamente, atendendo à existência de diferenças temporárias tributáveis suficientes relacionadas com a mesma autoridade fiscal que se esperam inverter no mesmo período que a reversão esperada da diferença temporária dedutível. Pelo mesmo motivo, o Banco procedeu à compensação destes ativos e passivos por impostos diferidos.

Nota 16

Outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Imparidades diferidas	260 000 000	260 000 000
Outros devedores	14 153 515	14 981 492
Imóveis	17 397 562	14 701 749
Setor público administrativo	1 464 750	1 418 095
Despesas com custo diferido	2 946 172	2 941 606
Outras operações a regularizar	194 973	123 848
Imposto a recuperar	203 751	54 097
Outros Ativos	3 129 181	3 197 429
Outros Ativos - Grupo ENSA	1 583 508 673	1 824 928 612
	1 882 998 578	2 122 346 927
Perdas por imparidade - Grupo ENSA	(999 819 035)	(1 156 726 042)
Perdas por imparidade - Outros	(12 093 174)	(12 507 049)
	(1 011 912 209)	(1 169 233 091)
	871 086 369	953 113 836

16.1 Operação com o Grupo ENSA

O valor presente na rubrica de Outros ativos – Grupo ENSA concerne essencialmente à Operação de transmissão de direitos económicos sobre Ativos ocorrida em 2014. O valor referido é de Kz 1 552 400 528 milhares, em termos de capital e juro corrido (2020: Kz 1 790 521 145 milhares). Este valor desagrega-se entre Kz 1 351 402 877 milhares em

termos de Capital e Kz 200 962 026 milhares em termos de Juro Corrido sendo em 2020, respetivamente, Kz 1 555 295 550 milhares e Kz 235 225 594 milhares. Para melhor compreensão da operação como um todo (ver Nota 37). Adicionalmente, esta rubrica apresenta registados montantes referentes à adiantamentos para imóveis, no montante de Kz 29 350 528 milhares (2020: Kz 32 756 956 milhares) e um valor de imparidade no montante de Kz 999 819 035 milhares (2020: Kz 1 156 726 042 milhares). Adicionalmente, a diminuição verificada na rubrica Outros Ativos - Grupo ENSA em 2021 resulta essencialmente da reavaliação cambial no montante de Kz 241 528 738 milhares (Nota 37).

O montante em USD apurado, no âmbito do exercício do AQA, teve em consideração a avaliação dos ativos imobiliários cedidos e ativos imobiliários associados a créditos cedidos àquela entidade, com referência a 31 de Dezembro de 2018, conforme descrito na Nota 37. Contudo, existem limitações sobre o resultado do AQA, nomeadamente:

a) Os contratos com o Grupo ENSA encontram-se em vigor, apesar do atual incumprimento, não

se conhecendo os termos em que os mesmos poderão ser modificados para dar lugar à alienação subjacente à avaliação efetuada no âmbito do AQA.

b) Não existem contratos à presente data que fundamentem a reversão dos ativos imobiliários para a esfera do Banco.

c) A eventual concretização das vendas poderá ser realizada em condições significativamente diferentes às consideradas no relatório de conclusões do AQA, tendo em conta o período de tempo que poderá decorrer entre a data da avaliação considerada no exercício e a eventual venda dos mesmos por parte do Banco.

d) O Relatório de conclusões do AQA identifica limitações relevantes sobre os respetivos ativos, nomeadamente:

(i) Não realização de procedimentos de confirmação externa de saldos com o Grupo ENSA;

(ii) Não consideração de quaisquer saldos

que outras entidades tenham a receber do Grupo ENSA no âmbito da operação de cedência de ativos celebrada entre a IFB e o Grupo ENSA, nomeadamente os valores a receber pelo BNA decorrentes da transferência da posição contratual do Banco para o BNA;

- (iii) Não obtenção dos suportes necessários e adequados para validação da titularidade dos imóveis afetos ao Grupo ENSA.
- (iv) Não validação com exatidão de que as avaliações externas efetuadas por peritos avaliadores independentes e as análises internas de valorização imobiliária dos serviços de avaliação internos do Banco, incluíam apenas frações dos projetos selecionadas para análise, e que as mesmas não foram vendidas até à data da conclusão do relatório de conclusões.
- (v) Não disponibilização de avaliações externas efetuadas por peritos avaliadores independentes para a totalidade das frações.

Nestes casos, apesar de consideradas as avaliações efetuadas pelos Serviços de avaliação interna do Banco com base em prospeção de mercado, as mesmas não se encontram devidamente formalizadas.

Não obstante, as limitações acima referidas, o Banco entende que os indicadores obtidos do Relatório de Conclusões do AQA representam a melhor estimativa de perdas por imparidade para estes ativos com referência a 31 de Dezembro de 2021.

16.2 Imparidades diferidas

No âmbito da implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco ("PRR"), detalhadamente descrito na nota 37, o Banco registou um ativo no valor de Kz 260 000 000 milhares, referente ao diferimento de imparidades por um período de 5 anos, conforme apresentado pelo BNA no PRR, cuja amortização será iniciada em 2022 conforme descrito na nota 37.

16.3 Outros ativos

O montante relativo à imóveis incorpora um con-

junto de imóveis entregues para liquidações de créditos através de dação em cumprimento, assim como imóveis já não afetos à atividade bancária, incluindo um conjunto de imóveis cujos processos de legalização ainda se encontram em curso, não sendo expectáveis ajustamentos resultantes da concretização desses processos. O valor de imóveis nestas condições reconhecido na rubrica de outros ativos à data de 31 de Dezembro de 2021 é de Kz 5 758 841 (2020: Kz 4 052 898). O aumento verificado em 2021, resultou da concretização de dois novos processos de dação em cumprimento, cujos procedimentos de registo se encontram em curso.

O montante apresentado no quadro acima referente à Outros devedores corresponde essencialmente a:

- Montantes a receber do Estado no âmbito do programa Angola Investe, no valor de Kz 2 507 076 milhares (2020: Kz 1 816 980 milhares) com imparidade de Kz 1 445 616 milhares (2020: Kz 1 068 331 milhares);

- Montantes referentes a adiantamentos para a constituição da sociedade BESA Congo Brazzaville, no valor de Kz 2 963 719 milhares (2020: Kz 3 686 875 milhares) adiantamento este que se encontra com imparidade de 100% dado não existir qualquer expectativa de recuperação por parte do Banco.
- Montante de Kz 3 995 257 milhares referentes a IUC entregue à AGT com imparidade de 100% dado não existir qualquer expectativa de recuperação por parte do Banco;
- Montantes de Kz 2 452 482 milhares (2020: Kz 2 400 656 milhares) liquidados pelo Banco no âmbito de fraudes detetadas estando a aguardar a liquidação por parte das entidades envolvidas. Para estes montantes o Banco reconheceu imparidade de Kz 2 383 318 milhares (2020: Kz 2 383 318 milhares) dado não existir expectativa de recuperação para a totalidade dos valores.

Em termos de imparidade, o detalhe e o movimento referente ao ano de 2021, é apresentado conforme se segue:

Detalhe de imparidade:

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição líquida	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição líquida
Imparidades diferidas	260 000 000	0	260 000 000	260 000 000	0	260 000 000
Outros devedores	14 153 515	-11 465 790	2 687 725	14 981 492	-11 899 336	3 082 156
Imóveis	17 397 562	0	17 397 562	14 701 749	0	14 701 749
Sector público administrativo	1 464 750	-491 384	973 366	1 418 095	-470 713	947 382
Despesas com custo diferido	2 946 172	0	2 946 172	2 941 606	0	2 941 606
Outras operações a regularizar	194 973	0	194 973	123 848	0	123 848
Imposto a recuperar	203 751	0	203 751	54 097	0	54 097
Outros ativos	3 129 181	-136 001	2 993 181	3 197 429	-136 001	3 061 428
Outros ativos - Grupo ENSA	1 583 508 673	-999 819 035	583 689 638	1 824 928 612	-1 156 727 042	668 201 570
	1 882 998 578	-1 011 912 209	871 086 369	2 122 346 927	-1 169 233 091	953 113 836

Movimento de imparidade:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo Inicial	1 169 233 091	678 488 605
Dotações	581 881	237 641 004
Utilizações	-	-
Reversões	(12 981 656)	(148 507)
Transferência	-	19 627 871
Variação Cambial	(144 921 106)	233 624 118
Saldo final	1 011 912 209	1 169 233 091

O montante significativo em dotações, em 2020, decorre do retorno da operação contratualizada em 20 de Março de 2017, decorrente da liquidação dos financiamentos concedidos através de dação em pagamento de valores a receber da operação de transmissão e venda de ativos ao Grupo ENSA, no montante de Kz 256 963 milhões.

Em 2021, o montante relevante de reversões, decorre da reavaliação cambial de imparidade considerando os pressupostos presentes no ponto 16.1, e dos adiantamentos realizados por contrapartida de passivos, conforme apresentados na Nota 21.

O valor referente à variação cambial inclui o efeito de Kz 97 446 047 milhares (2020: Kz 232 620 603 milhares associados aos valores a receber da operação de transmissão e venda de ativos ao GENSA.

Nota 17

Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Kwanzas)	
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
<u>Operações no mercado monetário interfinanceiro</u>		
Depósitos a prazo de bancos centrais		
Em Moeda Nacional	259 462 680	256 962 619
Depósitos a prazo e empréstimos de instituições de crédito		
Em Moeda Estrangeira	-	17 311 335
	259 462 680	274 273 954
Juros a pagar	7 659	7 537
	7 659	7 537
Obrigações no sistema de pagamento		
Relações entre agências		
Compensação de cheques e outros papéis	112 838	52 600
Outras operações pendentes de liquidação	2 733 142	5 800 702
	2 845 980	5 853 303
	262 316 318	280 134 793

O valor decorre essencialmente do facto de em 2020, o Banco Nacional de Angola, ter efetuado o retorno da dação realizada em 2017, em que o BE liquidou um conjunto de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Angola, através da entrega de valores a receber da operação de cedência de ativos ao Grupo ENSA, num valor total de Kz 256 963 milhões (nota 16 e 37).

Importa destacar a redução ao nível dos empréstimos de instituições de crédito em Moeda Estrangeira, decorrente do descoberto por via da liquidação do passivo subordinado que ocorreu no início de 2021 (ver nota 19), data em que os descobertos ficaram regularizados.

Em termos de mercado geográfico é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)		
	31-12-2021	31-12-2020
No país		
Depósitos	259 470 339	256 962 619
Outros recursos	2 845 978	5 853 302
	262 316 317	262 815 921
No estrangeiro		
Depósitos	2	17 318 871
	2	17 318 871
	262 316 318	280 134 793

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito por prazos residuais de vencimento, a 31 de Dezembro de 2021 e a 2020, é como segue:

(milhares de Kwanzas)		
	31-12-2021	31-12-2020
Até 3 meses	262 316 318	280 134 793
	262 316 318	280 134 793

Nota 18

Recursos de Clientes e outros empréstimos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)			
Descrição	Moeda	31-12-2021	31-12-2020
Depósitos à vista			
	AOA	133 377 433	125 687 140
	EUR	2 595 623	5 787 461
	USD	261 878 269	533 643 291
	Outros	22 986	31 135
		397 874 310	665 149 028
Depósitos a prazo			
	AOA	123 426 538	142 942 238
	EUR	9 116 985	28 846 496
	USD	773 567 621	752 451 484
		906 111 144	924 240 219
		1 303 985 454	1 589 389 247

O Banco descontinuou os produtos associados a depósitos a prazo indexados à taxa de câmbio do

dólar dos Estados Unidos, sendo que no fecho de 2020 essa componente encontrava-se integrada na rubrica de Depósitos a prazo em Moeda Nacional, ascendendo a Kz 7 155 539 milhares.

O escalonamento dos recursos de Clientes e outros empréstimos por prazos residuais de vencimento a 31 de Dezembro de 2021 e a 2020, é como segue:

(milhares de Kwanzas)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Exigível à vista	397 874 310	665 149 028
Exigível a prazo		
Até 3 meses	275 442 152	262 612 422
De 3 meses a 1 ano	617 397 216	634 763 266
De 1 a 5 anos	13 266 178	26 344 873
Mais de 5 anos	5 599	519 658
	906 111 144	924 240 219
	1 303 985 454	1 589 389 247

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os depósitos a prazo, apresentavam as seguintes taxas de juros médias:

(milhares de Kwanzas)			
Descrição	Moeda	31-12-2021	31-12-2020
Depósitos a prazo			
	AOA	11,79%	12,55%
	EUR	1,04%	1,00%
	USD	2,79%	2,95%

Nota 19

Passivos subordinados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Empréstimo Subordinado		
Obrigações não perpétuas	63 698 032	249 122 324
	63 698 032	249 122 324

Este empréstimo, contraído junto do Novo Banco, no valor de USD 424 860 milhares, com uma taxa de 5%, com pagamentos trimestrais, com maturidade no ano de 2024, decorreu da resolução de 4 de Agosto de 2014 do BNA, contudo no final de 2021, e no âmbito da implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco, o Banco Económico acordou com o Novo Banco a reestruturação do empréstimo subordinado, tendo em consideração um perdão de 75% sobre a divi-

da vincenda, originando um ganho de Kz 107 812 milhões, conforme Nota 28.

Importa ainda mencionar que após a reestruturação, a dívida subordinada ficou com o valor de USD 115 milhões, e com uma maturidade de 31 de Agosto de 2023, mantendo-se a taxa de juro em 5%.

O valor de juros a pagar a 31 de Dezembro de 2021 é de Kz 34 884 milhares (2020: Kz 2 363 501 milhares), correspondendo a variação ao acordo de reestruturação efetuado, que incluiu a liquidação da dívida vencida junto ao final do exercício de 2021.

De salientar que o Banco, em 2020, apresentou um atraso na liquidação da primeira tranche do subordinado correspondente a 20% do capital inicial, tendo o valor em dívida sido liquidado em Janeiro de 2021.

Nota 20

Provisões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Provisões para responsabilidades prováveis:		
Provisões para crédito indirecto	268 486	823 162
Provisões para contingências legais	740 982	1 304 557
Provisões para contingências fiscais	2 109 983	2 131 192
Provisões para fornecedores	448 604	659 133
Provisões para riscos diversos	160 407	160 407
	3 728 463	5 078 451

O saldo desta rubrica, visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrentes da atividade do Banco, sendo revistas em cada data de report de forma a refletir a melhor estimativa do montante e respetiva probabilidade de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo da rubrica contingências legais no montante de Kz 740 982 milhares (2020: Kz 1 304 864 milhares) é maioritariamente explicada pelo processo de multa aplicada pelo Ministério do Ambiente no valor de Kz 600 milhões. Sendo que a redução verificada é

explicada pela reversão da provisão para processos legais a decorrer em Tribunal no montante global de Kz 575 milhões.

A rubrica Provisões para crédito indireto refere-se à provisão determinada no âmbito da aplicação do modelo de imparidade de crédito utilizado pelo Banco sobre as responsabilidades extrapatrimoniais relacionadas com crédito assumidas junto de Clientes, conforme estabelecido na Nota 2.3. e cuja desagregação pode ser analisada em maior detalhe na nota 33.

Em termos de provisões, o movimento no ano de 2021, é apresentado conforme se segue:

Descrição	(milhares de Kwanzas)		
	Provisões para crédito indireto	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	8 168 237	5 680 297	13 848 534
Dotações	610 168	633 755	1 243 923
Reversões	(9 092 591)	(582 065)	(9 674 656)
Utilizações	-	(1 758 385)	(1 758 385)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	1 137 348	281 687	1 419 035
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	823 162	4 255 289	5 078 451
Dotações	-	737 132	737 132
Reversões	(220 650)	(737 665)	(958 315)
Utilizações	-	(672 311)	(672 311)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	(334 026)	(122 468)	(456 494)
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	268 486	3 459 976	3 728 463

Nota 21 Outros Passivos

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Grupo ENSA	83 418 076	82 618 691
Encargos fiscais a pagar	3 758 611	3 822 881
Operações a aguardar liquidação	6 462 313	3 551 621
Passivos de locação	2 828 095	3 439 261
Fornecedores	1 494 129	2 523 991
Acréscimo de encargos com benefícios aos empregados	1 607 201	1 543 591
Outros	-	-
	99 568 424	97 500 051
Outros - Passivos financeiros detidos para negociação	-	217 231
	99 568 424	97 717 281

O valor registado na rubrica Grupo ENSA corresponde essencialmente às responsabilidades do Banco, em resultado da Operação de transmissão de direitos económicos sobre Ativos. Estes montantes respeitam essencialmente a liquidações ocorridas nos créditos cedidos e os correspondentes juros a pagar calculados à taxa líquida de 7%. Para melhor compreensão da operação como um todo (ver Nota 37).

Importa mencionar que o aumento de valor associado à rubrica Operações a aguardar liquidação, decorre do valor de créditos pré-pagos ter aumentado em 2021 face a 2020 gerando este aumento de operações a aguardar liquidações financeiras.

O valor registado como Acréscimo de encargos com benefícios aos empregados corresponde aos direitos adquiridos pelos colaboradores a 31 de Dezembro de 2021 respeitantes à férias e subsídio de férias.

Durante o exercício de 2020 o Banco procedeu ao desreconhecimento, por contrapartida da rubrica de Outros resultados de exploração, de um conjunto de liquidações associadas a créditos documentários com maturidade superior a 5 anos, na rubrica Operações a aguardar liquidação, no montante de Kz 4 057 403 milhares, uma vez que o Banco considera que tais responsabilidades se encontram extintas a esta data.

Por sua vez a rubrica Passivos de locação, no montante de Kz 2 828 095 milhares (2020: Kz 3 439 260 milhares) corresponde ao valor atual dos

pagamentos de locação a serem liquidados ao longo do prazo de locação, conforme descrito na Nota 2.12.

O escalonamento dos passivos de locação por prazos residuais de vencimento a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

(milhares de Kwanzas)		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Até 1 ano	716 740	314 522
de 1 a 5 anos	414 050	819 681
Mais de 5 anos	1 697 304	2 305 056
	2 828 094	3 439 259



Nota 22

Capital social

Ações ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o capital social do Banco, no valor de Kz 72 000 milhões, encontrava-se representado por 72.000.000 ações ordinárias, com o valor unitário de Kz 1 000 e, com o contravalor em USD 9,90 à data da emissão, totalmente subscritas e realizadas por diferentes Acionistas, de acordo com a lista infra:

A 19 de Julho de 2019, Sonangol E.P. notificou o Banco Económico que a Lektron Capital, S.A. procedeu à entrega de ações representativas de 30,98% do capital do Banco, como pagamento do empréstimo contraído pela Lektron junto da Sonangol E.P., elevando dessa forma a sua participação no Banco Económico para 46,98% e o Grupo Sonangol para 70,38% (Nota 37).

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31/12/2021		31-12-2020	
	% do Capital Social	Valor do capital	% do Capital Social	Valor do capital
Sonangol E.P.	46,98%	33 825 600	46,98%	33 825 600
Sonangol Vida, S.A.	16,00%	11 520 000	16,00%	11 520 000
Sonangol Holding, Lda.	7,40%	5 328 000	7,40%	5 328 000
Grupo Sonangol	70,38%	50 673 600	70,38%	50 673 600
Geni, Novas Tecnologias, S.A.	19,90%	14 328 000	19,90%	14 328 000
Novo Banco, S.A.	9,72%	6 998 400	9,72%	6 998 400
Lektron Capital, S.A.	0,00%	0	0,00%	0
	100%	72 000 000	100%	72 000 000

Nota 23

Reservas, Resultados Transitados, Outro Rendimento Integral

Reserva legal

Esta rubrica é constituída integralmente pela Reserva legal, que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam ganhos e perdas relativos à variação do justo valor em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido, tendo o valor de Kz 29 700 milhares.

Os movimentos ocorridos na rubrica de Outras Reservas e Resultados transitados é apresentado em seguida:

(milhares de Kwanzas)

	Reservas de justo valor		Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal e outras reservas	Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	-	-	28 141 757	(59 511 388)	(31 369 631)
Aplicação Resultado em Reservas	-	-	-	(531 183 440)	(531 183 440)
Apuramento ao justo valor através de outro rendimento integral	29 700	29 700	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	29 700	29 700	28 141 757	(590 694 828)	(562 553 071)
Aplicação Resultado em Reservas	-	-	-	(137 797 315)	(137 797 315)
Apuramento ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	29 700	29 700	28 141 757	(728 492 143)	(700 350 386)

Nota 24

Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	De activos/ passivos ao custo amortizado	Total	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	De activos/ passivos ao custo amortizado	Total
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES						
Juros e rendimentos similares - Grupo ENSA	-	-	-	-	-	-
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	-	205 521	205 521	-	1 667 397	1 667 397
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	271 897	-	271 897	306 983	-	306 983
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	-	11 731 336	11 731 336	-	14 085 736	14 085 736
Juros de crédito	-	7 835 112	7 835 112	-	7 412 781	7 412 781
Juros e rendimentos similares - Outros	271 897	19 771 970	20 043 866	306 983	23 165 914	23 472 896
	271 897	19 771 970	20 043 866	306 983	23 165 914	23 472 896
JUROS E ENCARGOS SIMILARES						
Juros e rendimentos similares - Grupo ENSA	-	(3 694 722)	(3 694 722)	-	(2 930 036)	(2 930 036)
Juros de recursos de Clientes	(58 665)	(37 128 469)	(37 187 134)	(691 321)	(41 491 829)	(42 183 150)
Juros de recursos de bancos centrais e de outras instituições de cr	-	(188 358)	(188 358)	-	(965 296)	(965 296)
Juros de passivos subordinados	-	(9 119 104)	(9 119 104)	-	(12 377 638)	(12 377 638)
Juros de Locações	-	(166 890)	(166 890)	-	(173 880)	(173 880)
Juros e encargos similares - Outros	(58 665)	(46 602 821)	(46 661 486)	(691 321)	(55 008 643)	(55 699 964)
	(58 665)	(50 297 543)	(50 356 208)	(691 321)	(57 938 679)	(58 630 000)
MARGEM FINANCEIRA	213 232	(30 525 574)	(30 312 342)	(384 338)	(34 772 765)	(35 157 103)

A margem financeira do Banco durante o exercício de 2021 e 2020 deve ser analisada nas suas duas principais componentes: (i) margem da operação GENSA; (ii) margem remanescente do Banco Económico.

Na componente associada à operação GENSA, verifica-se que o Banco desde 2020, adotando uma postura conservadora, não registou proveitos associados à Operação dado que a mesma se encontra em *Stage 3* e sem liquidações financeiras desde a reestruturação em 2017, contudo o Banco continua a registar os custos de remuneração dos passivos recuperados, tendo a mesma postura conservadora para os seus ativos e passivos associados à operação GENSA.

Na componente associada à operação recorrente do Banco, constatamos uma redução face ao ano transato ao nível dos proveitos, sendo que no fecho de 2021 o valor aproximado é de Kz 20 043 866 milhares (2020: Kz 23 473 896 milhares). Esta redução está relacionada com a diminuição da carteira de títulos ao custo amortizado originando uma redução dos proveitos gerados. Ao nível dos

encargos verifica-se uma redução substancial nos juros de Clientes e juros de passivos subordinados decorrente da descontinuação da comercialização de depósitos indexados, e da reestruturação do passivo subordinado, respetivamente.

Importa ainda salientar que o Banco tem registado como imparidade para proveitos dos juros de crédito em *Stage 3* o montante de Kz 13 235 314 milhares (2020: Kz 19 604 985 milhares).

As rubricas de juros de crédito a Clientes incluem o montante positivo de Kz 613 029 milhares (2020: Kz 1 656 703 milhares) relativo à comissões e outros proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A rubrica Juros de locações refere-se ao custo com juros relativo aos passivos de locação reconhecidos no âmbito da implementação da IFRS 16, conforme descrito nas políticas contabilísticas (Nota 2.12).

Nota 25 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Rendimentos de serviços e comissões		
Cartões	3 879 121	3 699 626
Gestão de conta	3 119 959	1 275 060
Gestão de Meios de Pagamento	2 268 233	2 500 197
Créditos Documentários	1 374 531	2 787 797
Comissões sobre Empréstimos e similares	583 025	534 604
Operações Sobre títulos	414 627	775 899
Garantias Prestadas	94 547	95 444
Bancassurance	35 006	67 133
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	29 329	68 662
Outros Serviços	322 565	410 855
	12 120 943	12 215 276
Encargos com serviços e comissões		
Gestão de Meios de Pagamento	(969 575)	(1 004 436)
Cartões	(503 833)	(439 140)
Outros Serviços	(71 112)	(17 549)
	(1 544 520)	(1 461 125)
	10 576 423	10 754 151

Relativamente aos proveitos com comissões e serviços, durante o ano de 2021, verificamos uma diminuição significativa dos proveitos associa-

dos aos créditos documentários, decorrente do decréscimo relacionado com o poder de compra a nível global tendo originado num impacto negativo a nível do sector empresarial e industrial, tendo o mesmo sido compensado por via da do aumento de comissões associadas à gestão de conta, que cresceram decorrentes de dois fatores: (i) da cobrança de valores de gestão de conta não efetuados referentes ao períodos passados por não aprovisionamento da conta; (ii) revisão do preçário. Por sua vez os encargos com serviços e comissões, apresentam-se estáveis face ao período transato.

Nota 26

Resultados de operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	38 245	-	38 245	-	(222 171)	(222 171)
	38 245	-	38 245	-	(222 171)	(222 171)

Esta rubrica regista o resultado potencial de justo valor e o resultado das alienações de títulos registados na carteira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, decorrente da negociação de títulos registados na referida carteira de investimentos.

Adicionalmente, o Banco realizou um *forward* cambial tendo originado uma perda em 2020 de Kz 217 milhões, conforme apresentado no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Justo valor através de resultados - Derivados						
Derivados	-	-	-	-	(217 230)	(217 230)
	-	-	-	-	(217 230)	(217 230)

Nota 27 Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	31-12-2021		31-12-2020	
Resultados cambiais				
Reavaliação cambial	191 192 836		(281 921 923)	
Operações cambiais	(9 198 090)		10 327 352	
	181 994 746		(271 594 571)	
Resultados cambiais - Grupo ENSA	(86 976 996)		178 656 619	
	95 017 750		(92 937 952)	

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em Moeda Estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.17. Estando os resultados cambiais apurados em 2021 e 2020 estão essencialmente relacionados com a reavaliação cambial dos ativos e passivos no balanço, denominados em Moeda Estrangeira, em resultado da desvalorização do Kz face a outras moedas, nomeadamente Euro e Dólar. A reavaliação cambial tem origem essencialmente no apuramento de valores com a operação de cedência de ativos ao Grupo ENSA referida na Nota 37.

É de ressaltar que o efeito cambial da reavaliação dos valores a receber da operação de transmissão de direitos económicos sobre Ativos em 2021 (ver Nota 37), inclui Kz -202 361 529 milhares em termos de Capital e Kz -34 263 569 milhares em termos de juros a receber, sendo em 2020 em termos de Capital Kz 357 953 834 milhares e Kz 60 608 238 milhares em termos de juros a receber.

De destacar, ainda, que o Banco em virtude da descontinuação dos depósitos indexados não teve

custos com a reavaliação cambial associado à estes produtos (2020: Kz 6 057 599 milhares).

Decorrente do efeito cambial associado à operação de transmissão de direitos económicos sobre ativos, o Banco encontra-se a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 em incumprimento do Aviso n.º 14/2019 quanto ao limite de posição cambial, nomeadamente o facto do Banco não poder exceder uma posição cambial global de 2,5% dos seus Fundos Próprios Regulamentares. Importa salientar que este incumprimento decorre da desvalorização cambial do Kwanza face ao Dólar, moeda na qual o Banco se encontra largamente exposto decorrente da operação acima mencionada, conforme mencionado na Nota 37.

Nota 28

Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Reestruturação dívida subordinada	107 812 166	-
Impostos diretos e indiretos	(2 808 024)	(1 734 640)
Quotizações e donativos	(78 327)	(774 506)
Outros	71 055	(2 023 425)
Imparidades diferidas	-	260 000 000
	104 996 870	255 467 428

Em 2021, destacam-se i) o ganho com a reestruturação do passivo subordinado, em que, no âmbito da implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco, o Banco Económico acordou com o Novo Banco a reestruturação do empréstimo subordinado, tendo em consideração um perdão de 75% sobre a dívida vincenda tendo originado um ganho de Kz 107 812 166 milhares,

conforme descrito na Nota 19.

Em 31 de Dezembro de 2020, o Banco registou um proveito referente à Imparidades Diferidas, no valor de Kz 260 000 000 milhares, conforme descrito na Nota 16 – Ativos. Este registo encontra-se enquadrado nas medidas aprovadas no Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco conforme referido na nota 37.

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de impostos inclui, respetivamente, o montante de Kz 1 219 248 milhares e Kz 648 543 milhares, referentes a IAC suportado pelo Banco nos rendimentos dos seus ativos financeiros, assim como de Kz 1 277 470 milhares e Kz 485 310 milhares, referentes a IVA suportado.

Ao nível dos Outros, destaca-se o valor liquidado referente às contribuições para o Fundo de Garantia Depósitos (FGD) no valor de Kz 666 065 milhares (2020: Kz 180 349 milhares).

Nota 29

Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Vencimentos e salários		
Remunerações	11 550 595	11 004 520
Subsídio de Férias	947 651	836 638
Subsídio de Natal	828 605	832 525
Subsídio de Almoço	510 594	577 558
Remuneração Variável	221 682	1 383 934
	14 059 127	14 635 175
Encargos sociais obrigatórios	1 059 814	1 299 200
Outros custos	1 357 349	872 851
	2 417 163	2 172 051
	16 476 289	16 807 226

Os Custos com Pessoal apresentaram um valor estável face a 2020, devido ao Banco encontrar-se num processo de reestruturação e originando um controlo de custos mais criterioso. Nesse mesmo sentido, verifica-se um corte muito significativo na remuneração variável.

Decorrente da aplicação da IAS 19, referente ao crédito a colaboradores a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o efeito na margem financeira e custos com pessoal ascendeu a Kz 173 841 milhares e Kz 195 220 milhares, respetivamente.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efetivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Número de Colaboradores		
Funções diretivas	75	80
Funções de chefia	163	174
Funções específicas	275	303
Funções administrativas e outras	411	433
	924	990

Conforme referido na Nota 2.14, o Banco tem um plano de contribuição definida, ou seja, atribui uma percentagem ou montante fixo, a todos os participantes incluídos no plano que será rentabilizado até ao momento do reembolso previsto por lei. Este custo é reconhecido como custo com pessoal. Não carece de nenhum estudo atuarial, como acontece no benefício definido.

Os participantes no plano de pensões do Banco Económico, à data do relatório são 804 ativos (2020: 823), não apresentando reformados no plano sendo que o Banco contribuiu para o Fundo Kz 212 049 milhares (2020: Kz 417 450 milhares).

Nota 30

Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Serviços Informáticos	2 411 361	1 938 638
Seguros	1 706 915	1 841 705
Comunicações e expedição	929 652	959 419
Transporte de valores	969 516	1 232 657
Consultoria e auditoria	774 738	1 247 799
Segurança e vigilância	565 136	669 243
Material de consumo corrente	437 001	458 872
Conservação e reparação	383 163	473 778
Rendas e alugueres	345 360	487 274
Água, energia e combustíveis	249 201	230 670
Serviços de Limpeza	130 346	130 919
Deslocações e representação	121 712	124 884
Publicidade e publicações	85 489	433 102
Judiciais, contencioso e notariado	44 371	77 239
Outros custos	1 499 343	836 891
	10 653 304	11 143 091

Comparando com o período homólogo, a rubrica de Fornecimentos de serviços de terceiros registou um decréscimo de 4%, essencialmente explicado pela revisão dos preços e da que contenção implementada dado o contexto de reestruturação do Banco. Os principais destaques dessa contenção, foram associados a: (i) Consultoria e auditoria, decorrente da conclusão do processo de implementação do novo sistema *core e reporting* do Banco; (ii) transporte de valores, decorrente da diminuição de fluxo de caixa gerado pelos nossos Clientes. Em sentido contrário, temos os seguintes destaques: (i) serviços informáticos, decorrente de desenvolvimentos decorrentes do novo sistema *core e de reporting* do Banco.

Nota 31

Provisões e Imparidades

Os valores associados à Provisões e Imparidades apresentaram os seguintes movimentos ao longo do exercício:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	Nota	Dotações	Reversões	Ajustamento Stage 3	Impacto em resultados de 2021	Dotações	Reversões	Ajustamento Stage 3	Impacto em resultados de 2020
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	-	748 334	-	748 334	(855 610)	-	-	(855 610)
Disponibilidades em OIC's	5	322 120	-	-	322 120	(208 469)	-	-	(208 469)
Aplicações em outras instituições de crédito	6	(835 309)	922 365	-	87 056	(923 140)	2 560 523	-	1 637 384
Investimentos ao custo amortizado	9	-	19 659 588	-	19 659 588	(20 523 576)	755 609	-	(19 767 966)
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	14	-	7 742	-	7 742	(86 186)	-	-	(86 186)
Imparidade para outros ativos financeiros		(513 189)	21 338 029	-	20 824 840	(22 596 980)	3 316 132	-	(19 280 848)
Crédito a Clientes	10	(36 501 721)	772 670	24 832 969	(10 896 082)	(31 919 234)	16 355 167	19 604 986	4 040 919
Provisões para garantias e outros compromissos	20	-	220 650	-	220 650	(610 168)	9 092 591	-	8 482 423
Imparidade para créditos		(36 501 721)	993 320	24 832 969	(10 675 432)	(32 529 402)	25 447 758	19 604 986	12 523 341
Imparidade para outros ativos	16	(581 881)	12 981 656	-	12 399 776	(237 641 004)	148 507	-	(237 492 497)
Imparidade para Ativos Tangíveis	12	-	31 790	-	31 790	-	632 526	-	632 526
Imparidade para Imóveis	16	-	762 376	-	762 376	(1 373 218)	-	-	(1 373 218)
Imparidade para outros ativos líquidos de anulações		(581 881)	13 775 823	-	13 193 942	(239 014 222)	781 033	-	(238 233 189)
Provisões para outros riscos e encargos	20	(737 132)	737 665	-	534	(633 755)	582 065	-	(51 690)
Provisões líquidas de anulações		(737 132)	737 665	-	534	(633 755)	582 065	-	(51 690)

Nota 32

Resultados por Ação

Resultados por ação básicos

De acordo com a Nota 2.18, os Resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos Acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano, excluindo desta forma as ações próprias detidas pelo Banco.

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco	173 308 857	(137 797 315)
(-) Remuneração das obrigações perpétuas	-	-
(+) Ganhos e perdas realizados registados em reservas	-	-
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco ajustado	173 308 857	(137 797 315)
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas (milhares)	72 000 000	72 000 000
Número médio ponderado de ações próprias em carteira (milhares)	-	-
Número médio de ações ordinárias em circulação (milhares)	72 000 000	72 000 000
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco	2,41	(1,91)

Resultados por ação diluídos

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o resultado por ação diluído, considerando o efeito das ações próprias é nulo.

Nota 33

Garantias e outros compromissos

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Garantias e avales prestados	4 053 966	3 495 098
Garantias e avales recebidos	(129 123 086)	(124 257 821)
Compromissos assumidos perante terceiros	386 151 237	453 460 696
Compromissos assumidos por terceiros	123	(19 412 480)
Responsabilidades relacionadas com a prestação de serviços bancários	99 219 092	137 896 169
Valores recebidos em depósitos	(7 122 491)	(18 859 112)
Outras garantias e outros compromissos	353 178 842	432 342 550

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que incluem exposições que são sujeitas ao cálculo de perda por imparidade de acordo com o modelo de Imparidade definido pelo Banco e de acordo com os requisitos da IFRS 9. Contudo, a componente de limites de crédito apesar de incorporados no quadro anterior como sendo Compromissos assumidos perante terceiros a

imparidade encontra-se registada na Nota 10 – Crédito a Clientes, sendo em 2021 o valor de Kz 6 514 milhares (2020: Kz 23 674 milhares).

Em Outubro de 2020, o sistema *core* bancário do Banco migrou para uma nova versão, a qual passou a suportar a contabilização das responsabilidades representadas pelos montantes não utilizados dos limites de crédito concedidos aos Clientes, dado que na versão anterior do respetivo sistema *core* a contabilização destas responsabilidades era efetuada manualmente. No entanto, verificaram-se algumas limitações decorrentes da migração da informação, tendo-se constatado que, para os limites de crédito não utilizados migrados para o novo sistema *core*, nem sempre a contabilização destas estava a ser realizada corretamente, e que alguns desses limites já não se encontravam em vigor à presente data.

Tendo a migração ocorrido na data referida, não foi possível corrigir as falhas detetadas, até à elaboração do presente relatório. Neste contexto, o Banco iniciou um trabalho de revisão de todos os limites de crédito, no sentido de fiabilizar os dados. Face

ao exposto é expectativa do Banco que as dificuldades detetadas sejam regularizadas no exercício de 2022, permitindo que estes valores sejam incorporados no apuramento de imparidade. O montante de limites, incluídos na rubrica Compromissos assumidos perante terceiros, e sujeitos às limitações anteriormente referidas, ascendem a Kz 374 019 775 milhares (2020: Kz 385 315 298 milhares).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, estas exposições bem como a imparidade associada apresentam a seguinte composição:

Ano 2021	Análise Individual		Análise Coletiva		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Garantias e Avals	-	-	4 044 757	100 969	4 044 757	100 969
Compromissos perante terceiros	2 258 154	47 314	377 379 233	120 203	379 637 388	167 517
Total	2 258 154	47 314	381 423 990	221 173	383 682 145	268 486

(milhares de Kwanzas)

Ano 2020	Análise Individual		Análise Coletiva		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Garantias e Avals	2 397 600	60 331	1 097 498	24 880	3 495 098	85 211
Compromissos perante terceiros	29 286 781	562 610	400 499 584	175 341	429 786 365	737 952
Total	31 684 381	622 941	401 597 082	200 221	433 281 463	823 162

(milhares de Kwanzas)

A desagregação por *stage* das garantias, avales prestados e compromissos assumidos perante terceiros, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é apresentada de seguida:

(milhares de Kwanzas)									
Exposição 31-12-2021					Imparidade 31-12-2021				
Ano 2021	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	
Garantias e Avales	4 044 757	-	0	4 044 757	100 969	0	0	100 969	
Compromissos perante terceiros	3 989 169	0	1 628 444	5 617 613	73 833	0	93 684	167 517	
Total	8 033 926	0	1 628 444	9 662 370	174 802	0	93 684	268 486	

(milhares de Kwanzas)									
Exposição 31-12-2021					Imparidade 31-12-2021				
Ano 2021	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	
Garantias e Avales	4 053 967	0	0	4 053 967	100 969	0	0	100 969	
Compromissos perante terceiros	376 724 272	0	1 628 444	378 352 716	73 833	0	93 684	167 517	
Total	380 778 238	0	1 628 444	382 406 683	174 802	0	93 684	268 486	

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar / mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição

de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos perante terceiros (revogáveis e irrevogáveis) apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os Clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, nor-

malmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os Clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o

da solvabilidade, do Cliente, do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística presente na Nota 3.3 a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

O Banco presta serviços de custódia, gestão de património, gestão de investimentos e serviços de assessoria que envolvem a tomada de decisões de

compra e venda de diversos tipos de instrumentos financeiros. Para determinados serviços prestados são estabelecidos objetivos e níveis de rentabilidade para os ativos sob gestão. Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

O Banco, no âmbito da atividade fiduciária procede à custódia de valores de Clientes. O reconhecimento nas rubricas extrapatrimoniais encontra-se descrito na política contabilística da Nota 2.19.

Descrição	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2021	31-12-2020
Depósito e guarda de valores	99 747 506	136 665 226
Valores recebidos para cobrança	0	940 689
Outras responsabilidades por prestação de serviços	(528 414)	290 254
	99 219 092	137 896 169

Nota 34

Transações com partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras.

Entende-se por parte relacionada:

- Uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora, se tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora ou se for membro do pessoal chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;

- b) Uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições:
- (i) A entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si);
 - (ii) Uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade);
 - (iii) Ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira;
 - (iv) Uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira;
 - (v) A entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora;
 - (vi) A entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a);
 - (vii) Uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).



O valor das transações do Banco com subsidiárias e associadas em 31 de Dezembro de 2021 e em 2020, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue, em termos individuais:

	Empresas subsidiárias		Empresas associadas		(milhares de Kwanzas)
	Económico Fundos Investimento	Económico Fundos Pensões	Total	Tranquilidade Angola	
31 de dezembro de 2021					Total
Ativos	-	-	-	-	-
Passivos	(1 442 051)	(274 361)	(1 716 412)	(13 555 634)	(15 272 046)
Proveitos	(191)	(156)	(347)	(545)	(892)
Custos	52 619	13 498	66 117	1 430 168	1 496 285
Garantias	-	-	-	(3 575 949)	(3 575 949)
31 de dezembro de 2020					
Ativos	439	28	466	42	509
Passivos	(2 088 867)	(160 485)	(2 249 352)	(13 564 270)	(15 813 622)
Proveitos	-	-	-	-	-
Custos	55 417	1 369	56 787	1 455 659	1 512 446
Garantias	846	-	846	-	846

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o montante global dos ativos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com Acionistas, para além das acima referidas, resume-se como segue:

	Acionistas				Pessoal chave de gestão			(milhares de Kwanzas)		
	Grupo Sonangol	Lektron Capital, S.A.	GENI, S.A.	Novo Banco, S.A.	Total	Conselho de Administração	Outros pessoal e familiares	Total	Outras partes relacionadas *	Total
31 de dezembro de 2021										
Ativos	-	-	-	-	-	365 068	-	365 068	219 226 106	219 591 174
Disponibilidades em	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em OIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Clientes	-	-	-	-	-	365 068	-	365 068	219 226 106	219 591 174
Passivos	(109 712)	-	-	(63 732 916)	(63 842 628)	(1 185 721)	(615 811)	(1 801 532)	(121 819 350)	(187 463 510)
Recursos de Clientes	(109 712)	-	-	-	(109 712)	(1 185 721)	(612 384)	(1 798 106)	(121 819 350)	(123 727 168)
Passivos subordinad	-	-	-	(63 732 916)	(63 732 916)	-	-	-	-	(63 732 916)
Proveitos	367	-	-	-	367	10 134	6 015	16 149	43 120 929	43 137 446
Margem financeira	-	-	-	-	-	9 993	3	9 996	43 007 238	43 017 234
Comissões	367	-	-	-	367	141	6 012	6 153	113 692	120 212
Custos	-	-	-	(9 184 048)	(9 184 048)	(52 045)	(23 360)	(75 405)	(16 945 100)	(26 204 553)
Margem financeira	-	-	-	(9 184 048)	(9 184 048)	(52 045)	(23 360)	(75 405)	(16 945 100)	(26 204 553)
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Acionistas				Pessoal chave de gestão			(milhares de Kwanzas)		
	Grupo Sonangol	Lektron Capital, S.A.	GENI, S.A.	Novo Banco, S.A.	Total	Conselho de Administração	Outros pessoal e familiares	Total	Outras partes relacionadas *	Total
31 de dezembro de 2020										
Ativos	-	-	-	-	-	408 856	-	408 856	163 908 682	164 317 538
Disponibilidades em OIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em OIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Clientes	-	-	-	-	-	408 856	-	408 856	163 908 682	164 317 538
Passivos	(310 421)	-	-	-	(310 421)	(1 376 969)	(869 880)	(2 246 849)	(205 448 384)	(208 005 655)
Recursos de Clientes	(310 421)	-	-	-	(310 421)	(1 376 969)	(866 454)	(2 243 423)	(205 448 384)	(208 002 229)
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proveitos	168	-	-	-	168	11 475	17 723	29 197	23 718 658	23 748 024
Margem financeira	-	-	-	-	-	11 325	9 352	20 677	23 443 283	23 463 961
Comissões	168	-	-	-	168	150	8 370	8 520	275 375	284 063
Custos	-	-	-	-	-	(45 982)	(18 246)	(64 228)	(21 268 975)	(21 333 203)
Margem financeira	-	-	-	-	-	(45 982)	(18 246)	(64 228)	(21 268 975)	(21 333 203)
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	(872 903)	(872 903)

* Corresponde à entidades do Grupo Sonangol (Subsidiárias, ou empresas com participação superior a 10% do Grupo Sonangol) e entidades relacionadas dos Accionistas.

Importa salientar que a variação ocorrida ao nível dos Passivos com o Novo Banco, S.A. decorre da desvalorização cambial do Kwanza face ao Dólar.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco (de curto e longo prazo) são apresentados como segue:

Conselho de Administração						(milhares de Kwanzas)
	Comissão Executiva	Outros Elementos	Total	Outro pessoal chave da gestão	Total	
31 de dezembro de 2021						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	3 015 392	-	3 015 392	4 035 499	7 050 891	
Remunerações variáveis	191 706	-	191 706	639 246	830 952	
Sub total	3 207 098	0	3 207 098	4 674 745	7 881 843	
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	198 763	-	198 763	339 747	538 509	
Total	3 405 861	0	3 405 861	5 014 492	8 420 352	
31 de dezembro de 2020						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	2 326 553	-	2 326 553	3 733 041	6 059 594	
Remunerações variáveis	97 257	-	97 257	534 633	631 890	
Sub total	2 423 810	0	2 423 810	4 267 674	6 691 484	
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	152 540	-	152 540	314 636	467 176	
Total	2 576 350	0	2 576 350	4 582 310	7 158 660	

Considera-se “Outro pessoal chave da gestão” os Diretores Coordenadores e os Diretores Executivos.

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 35

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. No entanto, o mercado financeiro local é pouco dinâmico e o maior número de transações financeiras ainda é feito em OTC (mercado de balcão) existindo um número reduzido de operações efetuadas na Bolsa de Valores (BODIVA). Tal realidade faz com que as cotações de mercado, na maioria

das vezes, não representam o valor efetivo dos ativos/ou títulos avaliados tendo em conta a realidade em que a instituição opera.

Neste contexto e com a informação de mercado disponível, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.



O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Banco, em 2021 e 2020, é apresentado como se segue:

(milhares de Kwanzas)

	Custo de Aquisição / Custo Amortizado líquido de imparidade	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)			
31 de Dezembro de 2021							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	91 117 804	-	-	-	91 117 804	91 117 804	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20 858 571	-	-	-	20 858 571	20 858 571	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	42 453 933	-	-	-	42 453 933	42 453 933	-
Justo valor através de resultados	-	-	1 531 032	-	1 531 032	1 531 032	-
Justo valor através de outro rendimento integral	152 751	-	-	-	152 751	152 751	-
Custo Amortizado	129 013 362	-	-	-	129 013 362	133 867 938	4 854 576
Crédito a Clientes	68 067 530	-	-	-	68 067 530	65 707 247	(2 360 283)
Ativos não correntes detidos para venda	3 328	-	-	-	3 328	3 328	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	2 252 199	-	-	-	2 252 199	2 252 199	-
Outros ativos	871 086 369	-	-	-	871 086 369	871 086 369	-
Ativos financeiros	1 225 005 846	-	1 531 032	-	1 226 536 878	1 229 031 172	2 494 294
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	262 316 318	-	-	-	262 316 318	262 316 318	-
Passivos subordinados	-	-	63 698 032	-	63 698 032	63 698 032	-
Recursos de Clientes e outros empréstimos	1 228 054 689	-	75 930 765	-	1 303 985 454	1 303 985 454	-
Outros passivos	99 568 424	-	-	-	99 568 424	99 568 424	-
Passivos financeiros	1 589 939 431	-	139 628 797	-	1 729 568 228	1 729 568 228	-

(milhares de Kwanzas)

	Valorizados ao Justo Valor						Diferença Justo Valor
	Custo de Aquisição Custo Amortizado liquido de imparidade	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de	Modelos de	Total Valor de Balanço	Justo Valor	
			valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)			
31 de Dezembro de 2020							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	163 592 711	-	-	-	163 592 711	163 592 711	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80 719 675	-	-	-	80 719 675	80 719 675	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56 268 285	-	-	-	56 268 285	56 268 285	-
Justo valor através de resultados	-	-	1 409 690	-	1 409 690	1 409 690	-
Títulos	-	-	1 409 690	-	1 409 690	1 409 690	-
Obrigações de emissores públicos	-	-	1 409 690	-	1 409 690	1 409 690	-
Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Justo valor através de outro rendimento integral	162 718	-	-	-	162 718	162 718	-
Títulos	162 718	-	-	-	162 718	162 718	-
Ações	162 718	-	-	-	162 718	162 718	-
Custo Amortizado	200 812 363	-	-	-	200 812 363	226 467 180	25 654 817
Obrigações de emissores públicos	200 812 363	-	-	-	200 812 363	226 467 180	25 654 817
Crédito a Clientes	80 192 857	-	-	-	80 192 857	76 683 150	(3 509 707)
Activos não correntes detidos para venda	1 118 848	-	-	-	1 118 848	1 118 848	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	2 252 374	-	-	-	2 252 374	2 252 374	-
Outros ativos	953 113 836	-	-	-	953 113 836	953 113 836	-
Op. Cedência Ativos_GENSA	721 951 921	-	-	-	721 951 921	721 951 921	-
Outros	284 911 265	-	-	-	284 911 265	284 911 265	-
Ativos financeiros	1 591 983 017	-	1 409 690	-	1 593 392 707	1 615 537 817	22 145 110
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	280 134 793	-	-	-	280 134 793	280 134 793	-
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	249 122 324	-	249 122 324	249 122 324	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 513 458 482	-	75 930 765	-	1 589 389 247	1 589 389 247	-
Provisões	14 864 247	-	-	-	14 864 247	14 864 247	-
Passivos por impostos correntes	36 095	-	-	-	36 095	36 095	-
Outros passivos	97 717 285	-	-	-	97 717 285	97 717 285	-
Op. Cedência	81 741 696	-	-	-	81 741 696	81 741 696	-
Outros	15 098 592	-	-	-	15 098 592	15 098 592	-
Passivos financeiros	1 890 433 563	-	325 053 089	-	2 215 486 652	2 215 486 652	-

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, *spreads*, entre outras informações) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo ins-

trumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- a) Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- b) As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;

- c) Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- a) Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- b) Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação; e,
- c) O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Instituições de Crédito

Estes ativos são de liquidez elevada e de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respetivo justo valor.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, justo valor através de outro rendimento integral.

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros [Reuters, Bloomberg ou outros] mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante, mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Custo amortizado

O Banco detém na sua carteira de investimentos ao custo amortizado, um conjunto de obrigações em Moeda Nacional e Estrangeira que representam um valor significativo dos seus investimentos, tendo o Banco como objetivo a captação de fluxos financeiros no médio longo prazo. Contudo, o Banco considera para que a quase totalidade dos títulos que detém em carteira não identifica mercado ativo que permita apurar o referido justo

valor, considerando nesse caso o custo amortizado como uma aproximação de justo valor.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a Clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfólio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Outros ativos

Atualmente o Banco tem um valor a receber do Grupo ENSA contraído junto do Novo Banco, com maturidade residual superior a 5 anos, com taxa de juro de 7%, contudo o Banco dado a especificidade do ativo considera dado o prazo residual muito longo prazo não existir dados de mercado razoáveis para o apuramento do justo valor, desta forma o ativo encontra-se apresentado pelo seu

valor contabilístico, adicionalmente o seu justo valor encontra-se em análise conforme mencionado na Nota 36.

Recursos de Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Tendo em conta que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, assim como a maturidade destes recursos, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares

à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos Clientes não institucionais do Banco.

Atualmente o Banco tem um passivo subordinado contraído junto do Novo Banco, com maturidade residual superior a 5 anos, com taxa de juro de 5%,

contudo, o Banco considera que a taxa de remuneração do título é similar à taxa de mercado paga pelo Banco para maturidades e moeda similares, pelo que considera não existirem diferenças materialmente relevantes entre o seu justo valor e o valor contabilístico. Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2021 e 2020 nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respetivos prazos:

	31-12-2021			31-12-2020			(%)
	Kz	EUR	USD	Kz	EUR	USD	
<i>Overnight</i>	18,73%	-0,60%	0,07%	10,25%	-0,58%	0,09%	
1 mês	19,50%	-0,59%	0,10%	11,92%	-0,56%	0,15%	
3 meses	21,00%	-0,57%	0,22%	12,50%	-0,54%	0,25%	
6 meses	22,08%	-0,54%	0,34%	13,66%	-0,52%	0,26%	
9 meses	23,38%	-0,19%	0,55%	14,78%	-0,19%	n.a	
1 ano	24,66%	-0,49%	0,57%	15,50%	-0,50%	0,34%	

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Nacional de Angola) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31-12-2021	31-12-2020	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
Kz /USD	554,981	649,604	2,69%	3,77%	3,82%	4,61%	5,08%
Kz /EUR	629,015	798,429	2,91%	4,17%	4,71%	5,97%	6,74%

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação

Nota 36

Gestão de Riscos da Atividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão dos riscos é efetuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção regular da adequação dos seus capitais próprios à atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por segmento de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos - estratégico, crédito, mercado, liquidez, imobiliário, operacional e reputacional - a que se encontra sujeita a atividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Estratégico – Os elementos-chave da estratégia envolvem a definição de áreas de crescimento do negócio, metas de rentabilidade, liquidez e gestão de capital. A estratégia do banco é definida pelo CEO e Comissão Executiva. “Risco estratégico” significa o risco de impacto atual ou potencial nos proveitos, capital, reputação do Banco, ou capacidade de sobrevivência, decorrente de mudanças no ambiente, de decisões estratégicas adversas, implementação inadequada de decisões, ou a falta de capacidade de resposta às mudanças sociais, económicas ou tecnológicas.

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade quer de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma

determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflete a incapacidade de o Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Imobiliário - O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nível de capital do Banco, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou ina-

dequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Reputacional – A reputação desempenha um papel fundamental na sustentabilidade de qualquer Banco. A Gestão do Risco Reputacional é na sua essência uma forma de proteger o Banco face a potenciais ameaças de reputação e servir de alerta ou aviso para a possibilidade de ocorrer uma crise com impactos na perceção e expectativas do meio envolvente do Banco.

Organização Interna

De acordo com o enquadramento regulamentar definido pelo BNA, o Banco Económico estabeleceu um Sistema de Gestão de Risco, com um conjunto integrado de políticas e processos, incluindo procedimentos, limites, controlos e sistemas, de modo a identificar, avaliar e monitorizar informações sobre diferentes riscos.

Neste contexto, em 2017, o Banco Económico criou o Gabinete de Gestão de Risco (GGR). O GGR coordena e fornece supervisão sobre as polí-

ticas de gestão de risco e práticas de governo de risco, bem como, cria ferramentas e modelos para gestão de risco e análise de carteira. Desta forma, o objetivo das funções do GGR inclui a cobertura de diferentes áreas de risco como, Risco Estratégico, Risco Reputacional, Risco de Concentração e Gestão de Capital.

Compete ao Gabinete de Gestão de Riscos, através da gestão e monitorização dos riscos acima enumerados, dar suporte à Comissão Executiva nas políticas e práticas da gestão de risco, centralizando em si a coordenação das atividades de gestão de risco.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de Clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito pessoal, contemplando a necessária segmentação entre Clientes e não Clientes (ou Clientes recentes).

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção e o terceiro sector dos restantes setores de atividade, enquanto para Clientes Empresários em nome individual (ENI) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.



Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito para Dezembro de 2021 e 2020, respetivamente:

	31.12.2021		(milhares de Kwanzas)
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais	2 390 737 082	-1 164 203 531	1 226 533 550
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	91 225 080	(107 276)	91 117 804
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20 890 278	(31 707)	20 858 571
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	43 289 243	(835 309)	42 453 933
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 531 032	-	1 531 032
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	152 751	-	152 751
Investimentos ao custo amortizado	130 956 494	(1 943 132)	129 013 362
Crédito a Clientes	216 729 063	(148 661 533)	68 067 530
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	2 964 564	(712 365)	2 252 199
Outros ativos	1882 998 578	(1011 912 209)	871 086 369
Extrapatrimoniais	383 691 355	-268 486	383 422 869
Garantias e avals	4 053 967	(100 969)	3 952 997
Compromissos perante terceiros	379 637 388	(167 517)	379 469 871
Total	2 774 428 437	-1 164 472 018	1 609 956 419

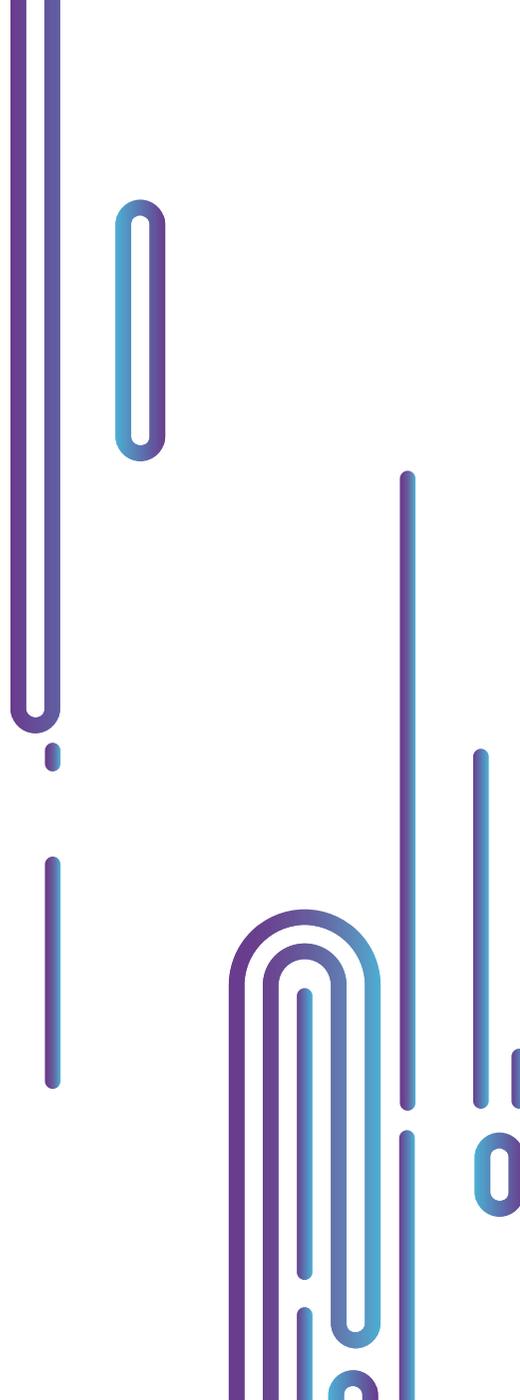
31.12.2020

(milhares de Kwanzas)

	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais	2 849 791 529	-1 311 267 020	1 538 524 509
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	164 448 321	(855 610)	163 592 711
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81 073 502	(353 827)	80 719 675
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	57 190 650	(922 365)	56 268 285
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 409 690	-	1 409 690
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	162 718	-	162 718
Investimentos ao custo amortizado	224 681 954	(23 869 591)	200 812 363
Crédito a Clientes	195 505 286	(115 312 429)	80 192 857
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	2 972 481	(720 107)	2 252 374
Outros ativos	2122 346 927	(1169 233 091)	953 113 836
Extrapatrimoniais	433 281 463	-823 163	432 458 300
Garantias e avales	3 495 098	(85 211)	3 409 887
Créditos documentários	429 786 365	(737 952)	429 048 413
Compromissos perante terceiros	-	-	-
Total	3 283 072 992	-1 312 090 183	1 970 982 809

O valor apresentado referente a Garantias e avales e Créditos documentários é o valor contratualizado sem aplicação de fatores de conversão em exposição patrimonial.

O valor presente na rubrica de Outros Ativos concerne aos valores a receber no âmbito da Operação com o Grupo ENSA (ver Nota 37).



Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos ativos financeiros, em 2021 e 2020, respetivamente:

		31.12.2021		(milhares de Kwanzas)	
	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating Externo	B-	86 477 188	(107 276)	86 369 912
		Sem Rating	4 747 892	-	4 747 892
	Rating Externo	A-	4 101	(0)	4 101
		B	5 346 162	(8 186)	5 337 976
		B-	14 196 391	(22 843)	14 173 548
Disponibilidades em outras instituições de crédito		B+	212 059	(341)	211 718
		BB-	9 536	(4)	9 532
		BBB-	325 869	(26)	325 844
		BBB+	744 939	(58)	744 880
		CCC	51 220	(249)	50 971
		B-	43 289 243	(835 309)	42 453 933
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating Externo	B-	1 531 032	-	1 531 032
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating Externo	Sem Rating	152 751	-	152 751
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Rating Externo	B-	130 956 494	(1 943 132)	129 013 362
Investimentos ao custo amortizado	Rating Externo	Baixo	110 982 459	(65 976 000)	45 006 459
Crédito a Clientes	Rating interno	Médio	45 439 220	(33 016 353)	12 422 867
		Elevado	60 307 384	(49 669 180)	10 638 204
		Sem Rating	2 964 564	(712 365)	2 252 199
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Rating Externo	B-	1583 508 673	(999 819 035)	583 689 638
Outros ativos	Rating Externo	Sem Rating	299 489 904	(12 093 174)	287 396 730
		Total	2 390 737 082	(1164 203 532)	1 226 533 550

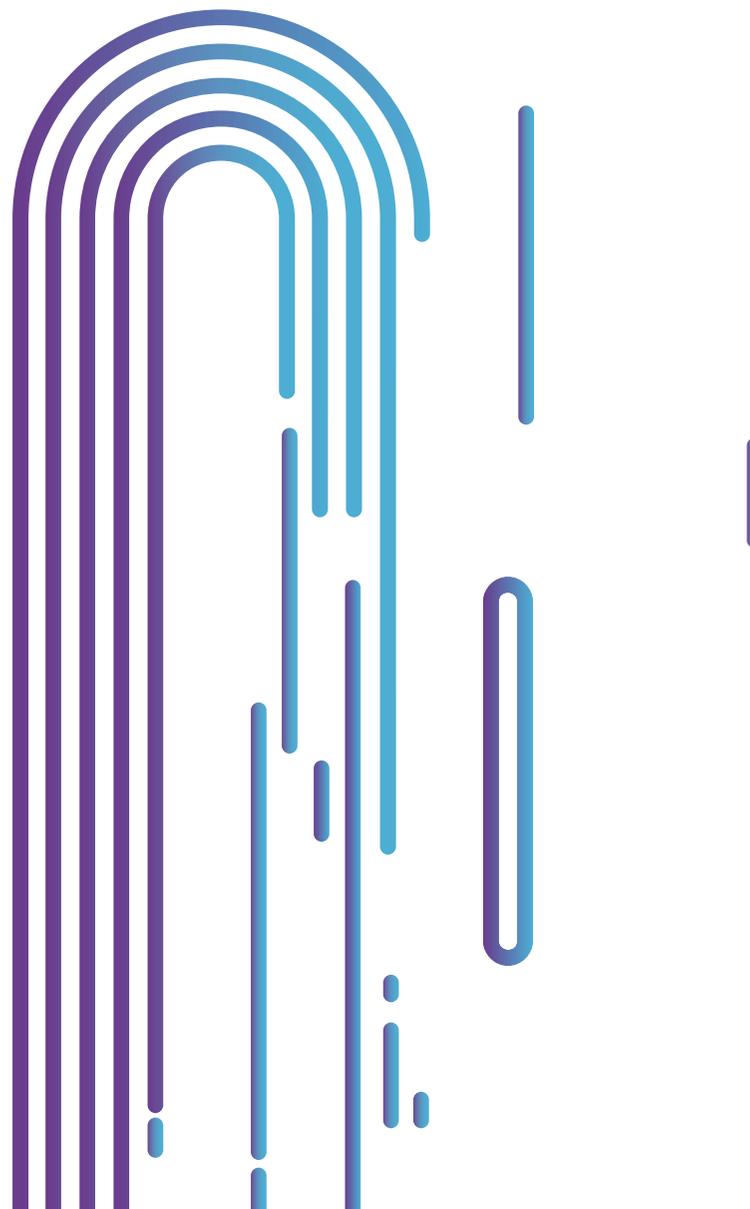
31.12.2020

(milhares de Kwanzas)

	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating Externo	Caa1	155 199 259	(855 610)	154 343 649
		Sem Rating	9 249 062	-	9 249 062
	Rating Externo	Aa3	243 925	(3)	243 923
		B1	71 291	(116)	71 175
Disponibilidades em outras instituições de crédito		Ba3	1 908 492	(825)	1 907 668
		Baa1	3 757 337	(317)	3 757 019
		u7	1 542 628	(130)	1 542 498
		Caa1	73 549 928	(352 535)	73 197 393
	Rating Externo	Baa1	3 257 606	(3 303)	3 254 302
		Baa3	4 228 214	(4 284)	4 223 930
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		Ba3	38 986 739	(201 892)	38 784 848
		Caa1	10 718 091	(712 886)	10 005 205
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating Externo	Caa1	1 409 690	-	1 409 690
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Rating Externo	Sem Rating	162 718	-	162 718
Investimentos ao custo amortizado	Rating Externo	Caa1	224 681 954	(23 869 591)	200 812 363
Crédito a Clientes	Rating interno	Baixo	107 183 966	(61 820 691)	45 363 275
		Médio	43 734 254	(26 575 038)	17 159 216
		Elevado	44 587 066	(26 916 699)	17 670 367
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Rating Externo	Sem Rating	2 972 481	(720 107)	2 252 374
Outros ativos	Rating Externo	Caa1	1824 928 612	(1156 726 042)	668 202 570
		Sem Rating	297 418 315	(12 507 049)	284 911 266
Total			2 849 791 628	(1311 267 119)	1 538 524 509

A atribuição dos níveis de risco foi efetuada utilizando primordialmente a Moody's e a Fitch, que considerava o *rating* de Caa1 (Moody's) ou CCC+ (Fitch) para Angola no fecho de 2020, sendo as restantes agências utilizadas quando necessário. Adicionalmente, para o *rating* interno, é utilizada a nomenclatura anteriormente adotada pelos níveis de risco do BNA, segundo a alocação seguinte: Baixo (letras A e B), Médio (Letras C, D e E), Elevado (Letras F e G).

Adicionalmente, em termos internos, o *rating* foi calculado com base no modelo interno do Banco.



A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontra-se apresentada como segue, respetivamente:

	Crédito a Clientes		31.12.2021			(milhares de Kwanzas)	
	Vincendo	Vencido	Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade Valor	Imparidade/Exposição total
	Empresas	130 447 443	65 900 120	9 662 370	206 009 933	91,00%	136 899 249
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Pesca	71 889 213	41 854 006	96 199	113 839 418	50,28%	82 037 089	72,06%
Indústrias transformadoras	546 050	490 701	-	1 036 751	0,46%	291 016	28,07%
Construção	325 665	667 306	-	992 970	0,44%	646 565	65,11%
Comércio por grosso e a retalho	23 684 207	6 598 532	4 059 867	34 342 607	15,17%	20 708 765	60,30%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	22 684	7 398 995	-	7 421 679	3,28%	5 318 030	71,66%
Actividades imobiliárias , alugueres e serviços prestados às empresas	1 114 791	2 683 512	-	3 798 303	1,68%	1 674 388	44,08%
Saúde e acção social	5 705 182	98 979	-	5 804 161	2,56%	143 954	2,48%
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	20 823 268	3 575 725	1 258 578	25 657 571	11,33%	19 811 637	77,22%
Outras	6 336 383	2 532 364	4 247 725	13 116 473	5,79%	6 267 805	47,79%
Particulares	14 649 236	5 732 264	-	20 381 500	9,00%	11 863 253	58,21%
Consumo	2 065 363	79 597	-	2 144 960	0,95%	211 818	9,88%
Habituação	8 676 423	629 030	-	9 305 453	4,11%	3 269 832	35,14%
Outros fins	3 907 450	5 023 637	-	8 931 087	3,94%	8 381 603	93,85%
Total	145 096 679	71 632 384	9 662 370	226 391 433		148 762 502	

	31.12.2020					(milhares de Kwanzas)	
	Crédito a Clientes		Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/Exposição total
Empresas	128 674 546	42 783 788	47 966 165	219 424 499	2141,92%	103 574 271	47,20%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Pesca	54 427 951	18 858 603	10 026 350	83 312 904	813,26%	53 784 433	64,56%
Indústrias transformadoras	1 987 973	602 237	953 041	3 543 251	34,59%	359 732	10,15%
Construção	3 076 059	415 539	160 000	3 651 598	35,65%	378 102	10,35%
Comércio por grosso e a retalho	26 043 174	6 598 954	28 819 609	61 461 737	599,96%	22 790 286	37,08%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	34 709	7 407 991	-	7 442 700	72,65%	4 352 028	58,47%
Actividades imobiliárias , alugueres e serviços prestados às empresas	6 133 349	1 445 270	415 736	7 994 355	78,04%	4 693 784	58,71%
Saúde e acção social	7 166 410	115 314	589 277	7 871 001	76,83%	229 781	2,92%
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	27 819 938	4 630 283	6 365 487	38 815 708	378,90%	15 515 259	39,97%
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	1 984 983	2 709 596	636 667	5 331 246	52,04%	1 470 867	27,59%
Particulares	18 306 824	5 740 128	-	24 046 953	234,74%	12 561 320	52,24%
Consumo	2 826 696	69 721	-	2 896 418	28,27%	196 601	6,79%
Habituação	10 490 887	415 381	-	10 906 268	106,46%	2 889 257	26,49%
Outros fins	4 989 240	5 255 027	-	10 244 267	100,00%	9 475 461	92,50%
Total	146 981 370	48 523 916	47 966 165	243 471 452		116 135 591	

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontra-se apresentada como segue, respetivamente:

	31.12.2021					(milhares de Kwanzas)
	Área geográfica					Total
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros		
Ativos	1 163 221 047	754 537	62 553 865	4 102	1 226 533 551	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	91 117 804	0	0	0	91 117 804	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	754 537	20 099 932	4 102	20 858 571	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	0	42 453 933	0	42 453 933	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 531 032	0	0	0	1 531 032	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	152 751	0	0	0	152 751	
Investimentos ao custo amortizado	129 013 362	0	0	0	129 013 362	
Crédito a Clientes	68 067 530	0	0	0	68 067 530	
Investimentos em subsidiárias e associadas	2 252 199	0	0	0	2 252 199	
Outros ativos	871 086 369	0	0	0	871 086 369	
Passivos	1 665 870 196	0	63 698 032	0	1 729 568 228	
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	262 316 318	0	0	0	262 316 318	
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 303 985 454	0	0	0	1 303 985 454	
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	
Passivos subordinados	0	0	63 698 032	0	63 698 032	
Outros passivos	99 568 424	0	0	0	99 568 424	
	2 829 091 243	754 537	126 251 897	4 102	2 956 101 779	

	31.12.2020					(milhares de Kwanzas)
	Angola	Outros países de África	Área geográfica			Total
			Europa	Outros		
Ativos	1 411 541 754	7 406 983	119 331 965	243 807	1 538 524 509	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	163 592 711	0	0	0	163 592 711	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	7 406 983	73 068 885	243 807	80 719 675	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10 005 205	0	46 263 080	0	56 268 285	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 409 690	0	0	0	1 409 690	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	162 718	0	0	0	162 718	
Investimentos ao custo amortizado	200 812 363	0	0	0	200 812 363	
Crédito a Clientes	80 192 857	0	0	0	80 192 857	
Investimentos em subsidiárias e associadas	2 252 374	0	0	0	2 252 374	
Outros ativos	953 113 836	0	0	0	953 113 836	
Passivos	1 949 929 990	0	266 433 659	0	2 216 363 649	
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	262 823 458	0	17 311 335	0	280 134 793	
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 589 389 247	0	0	0	1 589 389 247	
Passivos subordinados	0	0	249 122 324	0	249 122 324	
Outros passivos	97 717 285	0	0	0	97 717 285	
	3 361 471 744	7 406 983	385 765 624	243 807	3 754 888 158	

Para efeitos de redução do risco de crédito são relevantes as garantias reais hipotecárias e os colaterais financeiros, que permitam redução direta do valor da posição. São ainda consideradas tanto as garantias de proteção pessoal com efeito de substituição na posição em risco.

Em termos de redução direta, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos, obrigações do estado angolano, entre outros similares.

Relativamente às garantias reais hipotecárias, as avaliações dos bens são realizadas por avaliadores independentes ou por unidade de estrutura da própria Instituição, independente da área comercial. A reavaliação dos bens é efetuada pela realização de avaliações no local, por técnico avaliador, de acordo com as melhores práticas adotadas no mercado.

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito, e está descrita na Nota 2.3.

Risco de Mercado

A política de gestão do risco de mercado do banco está alinhada com as melhores práticas de gestão de risco. Neste contexto, o Banco cumpre estritamente a legislação do BNA em matéria de risco, incluindo o Aviso n.º 08/2016 de 16 de Maio referente ao Risco de Taxa de juro na carteira bancária (instrumentos financeiros não detidos na carteira de negociação).

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o report regular sobre as carteiras de ativos financeiros. Ao nível da carteira própria, encontram-se definidos diversos limites de risco, incluindo os limites de exposição por Emitente/Contraparte e nível de qualidade de crédito (*rating*).

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efetuada por análise de sensibilidade ao risco.

Com base nas características financeiras de cada contrato, é feita a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de refixa-

ção de taxa e eventuais pressupostos comportamentais considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de refixação.

No seguimento das recomendações da Instrução n.º 06/2016 de 08 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, para o cálculo da exposição ao risco de taxa de juro no balanço, os ativos e passivos do Banco foram decompostos por tipo de taxa (fixa e variável) e por prazos ou momentos de refixação (ou *repricing*).

Detalhe dos ativos e passivos agrupados por tipo de taxa à data de 2021 e 2020, respetivamente:

	31.12.2021				(milhares de Kwanzas)
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	
	Taxa fixa	Taxa variável			
Ativos	826 042 413	-	400 491 138	-	1226 533 551
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	91 117 804	-	91 117 804
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	20 858 571	-	20 858 571
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	42 453 933	-	-	-	42 453 933
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 531 032	-	-	-	1 531 032
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	152 751	-	152 751
Investimentos ao custo amortizado	129 013 362	-	-	-	129 013 362
Crédito a Clientes	68 067 530	-	-	-	68 067 530
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2 252 199	-	2 252 199
Outros ativos	584 976 556	-	286 109 813	-	871 086 369
Passivos	1316 830 488	-	412 737 740	-	1729 568 228
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	262 316 318	-	-	-	262 316 318
Recursos de clientes e outros empréstimos	906 111 144	-	397 874 310	-	1303 985 454
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	63 698 032	-	-	-	63 698 032
Outros Passivos	84 704 993	-	14 863 431	-	99 568 424
Total	(490 788 075)	-	(12 246 602)	-	(503 034 677)

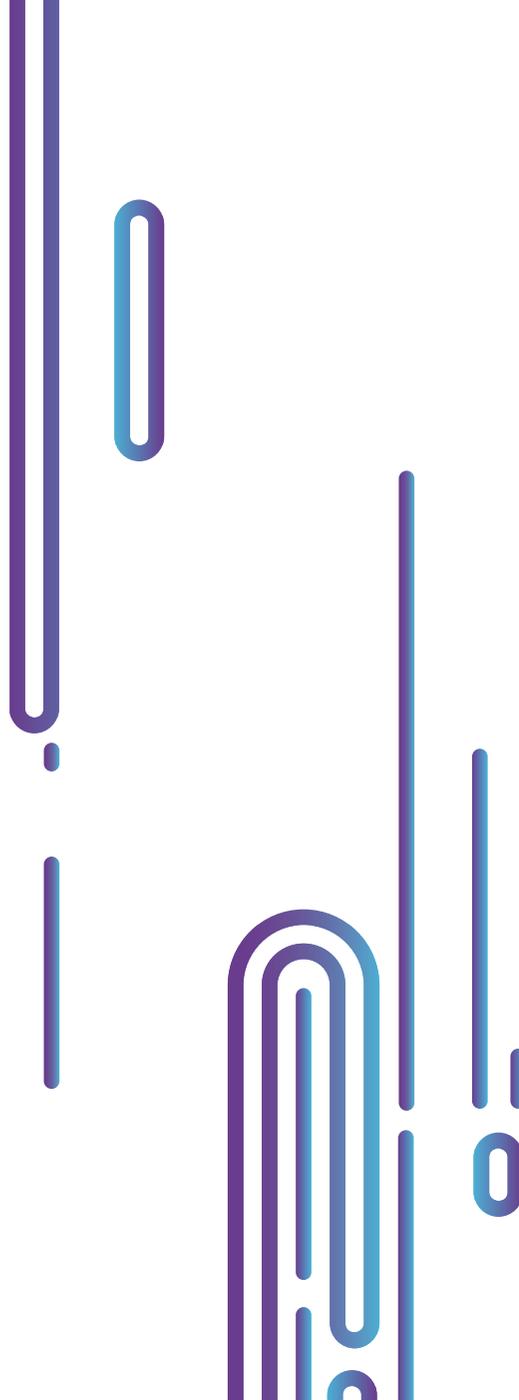
	31.12.2020			(milhares de Kwanzas)	
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Ativos	983 844 778	-	554 679 731	-	1538 524 509
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	163 592 711	-	163 592 711
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	80 719 675	-	80 719 675
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56 268 285	-	-	-	56 268 285
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 409 690	-	-	-	1 409 690
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	162 718	-	162 718
Investimentos ao custo amortizado	200 812 363	-	-	-	200 812 363
Crédito a Clientes	57 151 870	-	23 040 987	-	80 192 857
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2 252 374	-	2 252 374
Outros ativos	668 202 570	-	284 911 266	-	953 113 836
Passivos	1528 960 489	7 155 540	680 247 620	-	2216 363 649
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	280 134 793	-	-	-	280 134 793
Recursos de clientes e outros empréstimos	917 084 679	7 155 540	665 149 028	-	1589 389 247
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	217 230	-	217 230
Passivos subordinados	249 122 324	-	-	-	249 122 324
Outros Passivos	82 618 693	-	14 881 362	-	97 500 055
Total	(545 115 711)	(7 155 540)	(125 567 889)	-	(677 839 140)

Detalhe dos instrumentos financeiros em função da data de maturidade residual, ao invés da data de cada *cash flow* das operações, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, em valores nominais, são apresentados como segue, respetivamente:

31.12.2021										(milhares de Kwanzas)
	Datas de refixação / Datas de maturidade								Indeterminado	Total
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos			
Ativos	138 086 187	10 882 062	31 571 871	84 015	18 100 565	387 036 255	637 028 251	3 744 345	1 226 533 551	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	91 117 804	0	0	0	0	0	0	0	91 117 804	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20 858 571	0	0	0	0	0	0	0	20 858 571	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	10 882 062	31 571 871	0	0	0	0	0	42 453 933	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	938 279	592 753	0	0	1 531 032	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0	0	0	0	0	0	152 751	152 751	
Investimentos ao custo amortizado	0	0	0	0	0	112 417 706	16 595 656	0	129 013 362	
Crédito a Clientes	0	0	0	84 015	17 162 286	14 025 796	35 456 038	1 339 395	68 067 530	
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0	0	0	2 252 199	2 252 199	
Outros ativos	26 109 812	0	0	0	0	260 000 000	584 976 557	0	871 086 369	
Passivos	103 577 893	27 799 684	359 800 767	694 012 381	176 964 418	28 079 546	339 333 540	0	1 729 568 229	
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5 353 699	0	256 962 619	0	0	0	0	0	262 316 318	
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 483 864	27 799 684	102 838 148	694 012 381	113 266 192	27 684 892	336 900 294	0	1 303 985 454	
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Passivos subordinados	0	0	0	0	63 698 032	0	0	0	63 698 032	
Outros passivos	96 740 330	0	0	0	194	394 654	2 433 247	0	99 568 424	
Exposição líquida	34 508 295	-16 917 622	-328 228 896	-693 928 366	-158 863 853	358 956 710	297 694 710	3 744 345	-503 034 678	

31.12.2020										(milhares de Kwanzas)
	Datas de refixação / Datas de maturidade								Indeterminado	Total
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos			
Ativos	274 984 472	62 766 894	11 353 709	114 828 784	229 784 345	128 303 685	711 115 133	5 387 488	1 538 524 509	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	163 592 711	0	0	0	0	0	0	0	163 592 711	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80 719 675	0	0	0	0	0	0	0	80 719 675	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	56 268 285	0	0	0	0	0	0	56 268 285	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	1 141 190	268 500	0	0	1 409 690	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0	0	0	0	0	0	162 718	162 718	
Investimentos ao custo amortizado	0	2 314 042	5 604 646	61 753 032	118 609 368	0	12 531 275	0	200 812 363	
Crédito a Clientes	5 760 820	4 184 567	5 749 063	1 075 751	6 033 786	24 035 185	30 381 287	2 972 396	80 192 857	
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0	0	0	2 252 374	2 252 374	
Outros ativos	24 911 266	0	0	52 000 000	104 000 000	104 000 000	668 202 570	0	953 113 836	
Passivos	895 420 131	179 223 542	416 847 373	530 757 165	137 563 951	55 984 085	567 403	0	2 216 363 650	
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	23 172 175	0	256 962 619	0	0	0	0	0	280 134 794	
Recursos de clientes e outros empréstimos	748 455 575	179 006 312	159 884 754	475 049 665	26 148 952	276 585	567 403	0	1 589 389 247	
Passivos financeiros detidos para negociação	0	217 230	0	0	0	0	0	0	217 230	
Passivos subordinados	26 292 326	0	0	55 707 500	111 414 999	55 707 500	0	0	249 122 324	
Outros passivos	97 500 055	0	0	0	0	0	0	0	97 500 055	
Exposição líquida	-620 435 659	-116 456 648	-405 493 664	-415 928 381	92 220 394	72 319 600	710 547 730	5 387 488	-677 839 141	

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, é calculada pela diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro, descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.



Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros a variações de taxa de juro, respetivamente, são como segue:

	31.12.2021					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos	-143 313 206	-71 656 603	-35 828 301	35 828 301	71 656 603	143 313 206
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-262 140	-131 070	-65 535	65 535	131 070	262 140
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-75 108	-37 554	-18 777	18 777	37 554	75 108
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0	0	0	0	0
Investimentos ao custo amortizado	-10 795 710	-5 397 855	-2 698 928	2 698 928	5 397 855	10 795 710
Crédito a Clientes	-8 027 913	-4 013 957	-2 006 978	2 006 978	4 013 957	8 027 913
Outros ativos	-124 152 335	-62 076 167	-31 038 084	31 038 084	62 076 167	124 152 335
Passivos	-82 616 972	-41 308 486	-20 076 183	20 076 183	41 308 486	82 616 972
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-1 854 414	-927 207	-463 603	463 603	927 207	1 854 414
Recursos de clientes e outros empréstimos	-77 904 151	-38 952 075	-19 476 038	19 476 038	38 952 075	77 904 151
Passivos subordinados	-2 312 239	-1 156 119	-136 542	136 542	1 156 119	2 312 239
Outros passivos	-546 169	-273 084	0	0	273 084	546 169
Impacto líquido	-60 696 234	-30 348 117	-15 752 118	15 752 118	30 348 117	60 696 234

	31.12.2020					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos	-148 185 899	-74 092 950	-37 046 475	37 046 475	74 092 950	148 185 899
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-180 059	-90 029	-45 015	45 015	90 029	180 059
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-60 019	-30 009	-15 005	15 005	30 009	60 019
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0	0	0	0	0
Investimentos ao custo amortizado	-7 509 771	-3 754 885	-1 877 443	1 877 443	3 754 885	7 509 771
Crédito a Clientes	-7 470 012	-3 735 006	-1 867 503	1 867 503	3 735 006	7 470 012
Outros ativos	-132 966 039	-66 483 020	-33 241 510	33 241 510	66 483 020	132 966 039
Passivos	-20 853 692	-10 426 846	-3 033 483	3 033 483	10 426 846	20 853 692
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-1 868 669	-934 334	-467 167	467 167	934 334	1 868 669
Recursos de clientes e outros empréstimos	-10 187 264	-5 093 632	-2 546 816	2 546 816	5 093 632	10 187 264
Passivos subordinados	-8 719 760	-4 359 880	-19 500	19 500	4 359 880	8 719 760
Outros passivos	-78 000	-39 000	0	0	39 000	78 000
Impacto líquido	-127 332 207	-63 666 103	-34 012 992	34 012 992	63 666 103	127 332 207

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2021, uma variação positiva instantânea e paralela das taxas de juro em 200 pontos base motivaria uma variação (+/-) do valor económico esperado da carteira bancária de cerca de KZ 60 696 234 milhares (2020: KZ 127 871 459 milhares). Os resultados apresentados estão dentro dos limites fixados pelo BNA, no Aviso n.º 08/2016 de 16 de Maio, para este risco específico.

Nos termos do Artigo 6º do Aviso n.º 08/2016 de 16 de Maio, o Banco deverá informar o Banco Nacional de Angola sempre que se verifique uma redução potencial do valor económico igual na sua carteira bancária ou superior a 20% dos fundos próprios regulamentares. No decorrer do exercício de 2019, o Banco cumpriu com este requisito.

A carteira bancária do banco tem uma componente considerável em Moeda Estrangeira, o que torna imperioso, à luz dos regulamentos, uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros por moeda.

A repartição dos ativos e passivos, a 2021 e 2020, por moeda, é analisado como segue, respetivamente:

	31.12.2021 (milhares de Kwanzas)				
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	48 880 565	42 066 546	165 319	5 374	91 117 804
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	15 363 421	4 931 046	564 104	20 858 571
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	0	42 453 933	0	0	42 453 933
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 531 032	0	0	0	1 531 032
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	135 145	0	17 606	0	152 751
Investimentos ao custo amortizado	17 341 394	111 671 968	0	0	129 013 362
Crédito a Clientes	61 802 958	6 173 623	85 399	5 551	68 067 530
Investimentos em subsidiárias e associadas	2 252 199	0	0	0	2 252 199
Outros ativos	285 117 558	585 937 029	31 782	0	871 086 369
Ativos	417 060 851	803 666 520	5 231 152	575 030	1 226 533 552
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	264 344 901	2	-2 028 584	0	262 316 318
Recursos de clientes e outros empréstimos	256 803 971	1 035 445 890	11 712 608	22 986	1 303 985 454
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	63 698 032	0	0	63 698 032
Outros passivos	35 621 866	63 574 215	355 014	17 329	99 568 424
Passivos	556 770 738	1 162 718 138	10 039 038	40 315	1 729 568 229
Posição por moeda	-139 709 887	-359 051 619	-4 807 886	534 715	-503 034 677

	31.12.2020 (milhares de Kwanzas)				
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	97 324 394	65 150 585	1 111 202	6 531	163 592 711
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 939	41 611 055	38 892 404	181 277	80 719 675
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10 005 205	46 263 080	0	0	56 268 285
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 409 690	0	0	0	1 409 690
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	140 370	0	22 348	0	162 718
Investimentos ao custo amortizado	21 437 721	179 374 642	0	0	200 812 363
Crédito a Clientes	56 286 401	23 905 264	0	1 192	80 192 857
Investimentos em subsidiárias e associadas	2 252 374	0	0	0	2 252 374
Outros ativos	282 379 360	670 581 826	152 651	0	953 113 836
Ativos	471 270 453	1 026 886 451	40 178 605	189 000	1 538 524 509
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	262 815 923	13 357 529	3 961 343	0	280 134 794
Recursos de clientes e outros empréstimos	268 629 379	1 286 094 775	34 633 957	31 136	1 589 389 247
Passivos financeiros detidos para negociação	217 230	0	0	0	217 230
Passivos subordinados	0	249 122 324	0	0	249 122 324
Outros passivos	30 184 101	66 611 762	686 547	17 645	97 500 055
Passivos	561 846 632	1 615 186 390	39 281 847	48 780	2 216 363 650
Posição por moeda	-90 576 179	-588 299 939	896 757	140 219	-677 839 141

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 2021 e 2020 é apresentada como se segue, respetivamente:

	31.12.2021							
	-40%	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%	+40%
Moeda								
Dólares dos Estados Unidos da América	79 706 731	39 853 365	19 926 683	9 963 341	-9 963 341	-19 926 683	-39 853 365	-79 706 731
Euros	1 209 693	604 846	302 423	151 212	-151 212	-302 423	-604 846	-1 209 693
Impacto	80 916 423	40 458 212	20 229 106	10 114 553	-10 114 553	-20 229 106	-40 458 212	-80 916 423

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020							
	-40%	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%	+40%
Moeda								
Dólares dos Estados Unidos da América	153 228 863	76 614 432	38 307 216	19 153 608	-19 153 608	-38 307 216	-76 614 432	-153 228 863
Euros	-175 400	-87 700	-43 850	-21 925	21 925	43 850	87 700	175 400
Outras moedas	0	0	0	0	0	0	0	0
Impacto	153 053 464	76 526 732	38 263 366	19 131 683	-19 131 683	-38 263 366	-76 526 732	-153 053 464

(milhares de Kwanzas)

O resultado do teste apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios, incluindo interesses minoritários, devido a uma valorização de 40% do Kwanza face às restantes moedas.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando métricas internas definidas pela gestão do Banco, incluindo a fixação dos limites de exposição. Este controlo é reforçado com o acompanhamento mensal de análises de sensibilidade, com o objetivo de adequar o perfil de risco do Banco às exigências da sua atividade e assegurar que as suas obrigações, num cenário de crise de liquidez, são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades de tesouraria no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados relatórios específicos, para efeitos de controlo e acompanhamento e para o apoio à tomada de

decisão em sede de Comité Financeiro ou em reunião de Comissão Executiva.

A evolução da situação de liquidez é efetuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, contudo por simplificação o Banco apresenta o quadro abaixo com base nos prazos de maturidade residuais ao invés dos fluxos de caixa futuros estimados. Aos valores apurados é adicionada a posição de liquidez do dia de análise e o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira e disponíveis para operações de liquidez, determinando-se assim o *gap* de liquidez acumulado para vários horizontes temporais. Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco Nacional de Angola (Instrução n.º 06/2016 de 08 de Agosto).

Face às limitações de informação não é possível divulgar os mapas de prazos de liquidez com base nas datas de *cash flows*

contratados, utilizando para o efeito os valores contabilísticos líquidos de imparidade.



Neste contexto, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o *gap* de liquidez do balanço do Banco apresentava a seguinte estrutura, respetivamente:

		31.12.2021									(milhares de Kwanzas)
		Prazos residuais									Total
		À Vista	Até 1 Mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos		0	142 249 682	42 234 168	13 640 571	56 765 206	176 090 081	112 938 818	680 210 075	2 404 950	1 226 533 551
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		0	91 117 804	0	0	0	0	0	0	0	91 117 804
Disponibilidades em outras instituições de crédito		0	20 858 571	0	0	0	0	0	0	0	20 858 571
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		0	0	31 566 632	10 887 301	0	0	0	0	0	42 453 933
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	668 575	0	281 526	302 540	278 390	0	0	1 531 032
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		0	0	0	0	0	0	0	0	152 751	152 751
Investimentos ao custo amortizado		0	0	0	0	55 764 243	56 899 710	0	16 349 410	0	129 013 362
Crédito a Clientes		0	4 163 493	9 998 961	2 753 270	719 438	14 887 831	8 660 428	26 884 110	0	68 067 530
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	0	0	0	0	0	2 252 199	2 252 199
Outros ativos		0	26 109 813	0	0	0	104 000 000	104 000 000	636 976 556	0	871 086 369
Passivos		97 417 997	479 427 861	203 626 178	393 358 775	498 690 853	52 761 007	2 582 653	1 702 903	0	1 729 568 228
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		0	5 353 699	0	256 962 619	0	0	0	0	0	262 316 318
Recursos de clientes e outros empréstimos		0	474 074 162	203 626 178	136 386 834	470 331 454	17 392 623	2 168 603	5 599	0	1 303 985 454
Passivos financeiros detidos para negociação		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos subordinados		0	0	0	0	28 329 648	35 368 384	0	0	0	63 698 032
Outros passivos		97 417 997	0	0	9 322	29 751	0	414 050	1 697 304	0	99 568 424
Gap de liquidez		-97 417 997	-337 178 179	-161 392 010	-379 718 205	-441 925 647	123 329 074	110 356 165	678 507 172	2 404 950	-503 034 677
Gap acumulado de liquidez		-97 417 997	-434 596 177	-595 988 187	-975 706 392	-1 417 632 038	-1 294 302 965	-1 183 946 800	-505 439 627	-503 034 677	-503 034 677

		31.12.2020									(milhares de Kwanzas)
		Prazos residuais									Total
		À Vista	Até 1 Mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos		246 060 402	28 924 070	62 766 894	11 353 709	114 828 784	229 784 345	128 303 685	714 087 529	2 415 092	1 538 524 509
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		163 592 711	0	0	0	0	0	0	0	0	163 592 711
Disponibilidades em outras instituições de crédito		80 719 675	0	0	0	0	0	0	0	0	80 719 675
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		0	0	56 268 285	0	0	0	0	0	0	56 268 285
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0	0	1 141 190	268 500	0	0	1 409 690
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		0	0	0	0	0	0	0	0	162 718	162 718
Investimentos ao custo amortizado		0	0	2 314 042	5 604 646	61 753 032	118 609 368	0	12 531 275	0	200 812 363
Crédito a Clientes		1 748 016	4 012 804	4 184 567	5 749 063	1 075 751	6 033 786	24 035 185	33 353 683	0	80 192 857
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	0	0	0	0	0	2 252 374	2 252 374
Outros ativos		0	24 911 266	0	0	52 000 000	104 000 000	104 000 000	668 202 570	0	953 113 836
Passivos		762 649 083	132 771 049	179 223 542	416 847 373	530 757 165	137 563 951	55 984 085	567 403	0	2 216 363 650
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		0	23 172 175	0	256 962 619	0	0	0	0	0	280 134 794
Recursos de clientes e outros empréstimos		665 149 028	83 306 548	179 006 312	159 884 754	475 049 665	26 148 952	276 585	567 403	0	1 589 389 247
Passivos financeiros detidos para negociação		0	0	217 230	0	0	0	0	0	0	217 230
Passivos subordinados		0	26 292 326	0	0	55 707 500	111 414 999	55 707 500	0	0	249 122 324
Outros passivos		97 500 055	0	0	0	0	0	0	0	0	97 500 055
Gap de liquidez		-516 588 680	-103 846 979	-116 456 648	-405 493 664	-415 928 381	92 220 394	72 319 600	713 520 126	2 415 092	-677 839 141
Gap acumulado de liquidez		-516 588 680	-620 435 659	-736 892 308	-1 142 385 972	-1 558 314 353	-1 466 093 960	-1 393 774 359	-680 254 233	-677 839 141	-677 839 141

Em 31 de Dezembro de 2021, o Rácio de Liquidez calculado em conformidade com o Instrutivo 19/2016 de 30 de Agosto ascende a 45% (2020: 65%) representando uma significativa melhoria na gestão do risco de liquidez. Este instrutivo define como mínimo um rácio de 100% para a exposição em Kwanzas e 150% para a exposição em Moeda Estrangeira, o que revela os progressos alcançados, contudo o Banco apresenta um *gap* de liquidez muito acentuado no curto-médio prazo (inferior a cinco anos) decorrente da natureza e maturidade do outro ativo a receber do GENSA com maturidade de muito longo prazo. Nesse sentido, é expectativa do Banco a resolução do *gap* de liquidez acima mencionado decorrente da operação de aumento de capital mencionado na Nota seguinte.

Risco Imobiliário

O risco imobiliário resulta da exposição em imóveis (quer provenientes de processos de recuperação de crédito, quer propriedades de investimento), bem como de unidades de fundos imobiliários detidos na carteira de títulos.

Estas exposições são acompanhadas regularmente e são realizadas análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas carteiras de fundos de investimento imobiliário, imóveis de investimento e de imóveis dados em dação.

A exposição a imóveis e unidades de participação de fundos imobiliários a 31 de Dezembro de 2021 e em 2020 apresentava os seguintes valores:

	31.12.2021	31.12.2020
(milhares de Kwanzas)		
Outros Ativos		
Imóveis detidos em dação de crédito	16 674 733	13 991 573
Outros imóveis não afectos à atividade bancária	722 829	710 175
Ativos não correntes detidos para venda		
Imóveis	-	1 111 691
Outros Ativos tangíveis		
Imóveis afectos à atividade bancária	36 971 677	37 849 402
	54 369 239	53 662 841

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e report deste tipo de risco.

A Direção de Risco Operacional do Banco exerce a função corporativa de gestão de risco operacional do Banco que é suportada pela existência de Interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão de risco operacional no Banco. Adicionalmente, para assegurar a gestão do Risco Operacional inerente à atividade do Banco, foi definida uma *framework* dinâmica e contínua que materializa a implementação da gestão do risco operacional baseada nos seguintes elementos: (i) Mapeamento de riscos e controlos; (ii) Análise dos dados recolhidos nos questionários de avaliação (qualitativos); (iii) Registo de eventos (quantitativos); (iv) Monitorização das atividades de identificação e gestão do risco; (v) Produção de reports de risco operacional e as técnicas de mitigação.

Entre as ferramentas de Gestão de Risco Operacional, encontram-se: (i) Ferramentas de Gestão de Risco Operacional; (ii) Matriz, Riscos e Controlos dos Processos (MRC); (iii) Base de Dados de Registo de Eventos de RO (LDC); (iv) *Key Risk Indicators* (KRI). De salientar ainda, que a gestão corrente do risco operacional é efetuada numa base diária, através da identificação, avaliação, monitorização e controlo de eventos de risco operacional enquadrados nas categorias de risco definidas internacionalmente pelo Comité de Basileia.

Nota 37

Factos relevantes

I – Plano de Recapitalização e Reestruturação

Em 2014, o Banco Nacional de Angola (“BNA”) deliberou medidas de saneamento ao Banco Económico (“BE”), conforme detalhadas no ponto II – Cronologia de eventos, que culminaram, em 15 de Julho de 2016, com a assinatura, com o Grupo ENSA - Investimentos e Participações, E.P. - atual INVESTPAR – Investimentos e Participações, S.A. (“GENSA” ou “INVESTPAR”), dos seguintes acordos: transmissão dos interesses económicos de uma carteira de créditos e unidades de participação, e venda de ativos detidos pelo BE (“Operação com o Grupo ENSA”), com referência a 31 de Dezembro de 2014.

Verificou-se, porém, o incumprimento da primeira

prestação, em 31 de Dezembro de 2018, por parte da INVESTPAR, comprometendo assim, o plano de pagamentos acordado, o qual foi renegociado. O BE, em conjunto com o BNA, iniciou desde essa data, um conjunto de interações para avaliação de alternativas de saneamento (vide ponto II – Cronologia de eventos), enquanto se observavam agravamentos sucessivos das condições económicas, financeiras e operacionais do Banco, independentemente dos acordos firmados. Como medida mitigadora, em 21 de Dezembro de 2021, o BNA determinou um conjunto de medidas de intervenção que fizeram parte integral do novo Plano de Reestruturação e Recapitalização (“PRR”) proposto pelo Conselho de Administração do Banco e aprovado pelo Regulador, que se consubstanciaram no seguinte:

- a) Incorporação total de perdas no capital social do Banco, com redução do capital dos Acionistas a zero;
- b) Aumento do capital do Banco, no valor mínimo de Kz 1 040 000 milhões, por via de:
 - (i) Reestruturação do empréstimo

subordinado do Novo Banco (com novo aditamento formalizado em 27 de Dezembro de 2021);

- (ii) Conversão parcial em capital, por via negocial, dos montantes dos depositantes com saldo igual ou superior ao equivalente a Kz 3 000 milhões, excluindo entidades públicas e equivalentes (“Depositantes Elegíveis”), nas seguintes proporções:
 - 45% subscrito em Unidades de Participação (“UP”) de um Fundo de Investimento Mobiliário Fechado a constituir;
 - 20% subscrito em Títulos de Participação Perpétuos (“TPP”), com opção de reembolso anual, por iniciativa do emitente (BE), a partir do 10.º ano da sua emissão.

- (iii) Emissão de obrigações convertíveis em ações até ao montante de Kz 50 000 milhões, com maturidade de 10 (dez) anos, a subscrever voluntariamente pelos Depositantes Elegíveis ou por outras entidades interessadas;
- (iv) Diferimento, pelo método linear e em parcelas anuais iguais, do reconhecimento de imparidades no montante de Kz 260 000 milhões, por um período de 5 (cinco) anos, com referência a 31 de Dezembro de 2020;
- (v) Aporte financeiro de outros investidores, no montante estimado de Kz 260 000 milhões, a realizar-se até ao final de 2022;
- (vi) Troca de obrigações recebidas em pagamento pela INVESTPAR, com o valor nominal de Kz 47 428 milhões, por novos títulos em condições atuais de mercado;

- (vii) A devolução ao BE, dos ativos recebidos pela INVESTPAR identificados no ponto III- “Operação com o Grupo ENSA”;
- (viii) Medidas de aumento de eficiência operacional e redução de custos do Banco.

Considerando o acima descrito, o BE iniciou e mantém em curso um processo de definição e concretização de um conjunto de atividades julgadas essenciais ao cumprimento cabal do referido Plano, incluindo a realização, em 15 de Fevereiro de 2022, da Assembleia Geral de Acionistas, que aprovou entre outros: i) a emissão de Títulos de Participação Perpétuos e ii) a emissão de Obrigações Convertíveis.

O Conselho de Administração (“CA”) do BE mostra-se convicto de que, nos prazos estabelecidos, terá as condições e os apoios necessários por parte dos diferentes intervenientes, públicos e privados, visando o sucesso da concretização das medidas do PRR aprovadas pelo BNA, mas reconhece, no entanto, tratar-se de um processo, longo e com-

plexo, para o qual a Administração identifica, nesta data, diversos riscos, incluindo os seguintes:

(i) Concretização efetiva e atempada da Emissão de Títulos de Participação Perpétuos e das Obrigações Convertíveis:

Em 15 de Fevereiro de 2022 foi aprovada em AG de Acionistas a emissão dos TPP. Em 1 de Abril de 2022 foi obtida a autorização do Ministério das Finanças (“MINFIN”) para a emissão, no montante de Kz 171 460 milhões, sujeita à apresentação do relatório e contas provisório do BE com referência a 31 de Dezembro de 2021. Todavia, o Banco aguarda a publicação em Diário da República, do correspondente Despacho Executivo da Sra. Ministra das Finanças, remetendo o processo à Comissão de Mercado de Capitais (“CMC”) para a devida apreciação e aprovação.

Decorrente da apreciação do processo, a CMC informou o Banco que está de acordo com a emissão dos TPP nas seguintes condições:

- Tendo Angola ratificado as Convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas, contra a Criminalidade Organizada Transnacional e a Convenção das Nações Unidas para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, não são elegíveis as subscrições de pessoas coletivas e individuais designadas;
- A transmissão dos TPP a terceiros, que não tenham assinado os memorandos de entendimento, fica condicionada ao parecer favorável da CMC;
- Não são permitidas subscrições de entidades que não subscreveram os Memorandos de Entendimento no âmbito do Plano de Recapitalização e de Reestruturação do Banco.

(ii) A obtenção do acordo dos atuais e futuros Acionistas em relação ao PRR:

Até à presente data, a Administração do Banco manteve interações com os atuais e futuros Acionistas do Banco, sobre a implementação do PRR. Relativamente aos atuais Acionistas, os mesmos já aprovaram o Plano, por deliberação tomada na Assembleia Geral de 15 de Fevereiro do corrente ano. Relativamente aos novos Acionistas, está em curso a obtenção dos acordos e/ou Memorandos de Entendimento que evidenciem o compromisso assumido pelos Depositantes Elegíveis e pelos órgãos sociais do Banco, sobre a proposta de recapitalização apresentada em resultado da aprovação do PRR pelo BNA.

Embora o Banco considere que existam riscos na implementação desta medida, a mesma apresenta-se num estágio avançado de concretização e com boas perspectivas de conclusão, considerando

que, a esta data, foram formalizados 21 Memorandos de Entendimento com as entidades identificadas como futuros Acionistas, representando um total de Kz 515 968 650 milhares de depósitos a serem mobilizados para a realização de entradas de capital através do Fundo de Investimento e para a aquisição dos instrumentos financeiros a emitir pelo Banco (TPP), correspondentes a 92,62% do total dos depósitos elegíveis, com referência à data de preparação do PRR.

De salientar, que o montante acima apresentado, foi calculado com a taxa de câmbio de 30 de Setembro de 2021, data de referência do PRR. Neste sentido, dado que 98% dos valores a serem mobilizados estão denominados em Moeda Estrangeira, é expectativa do Banco, que seja utilizada a taxa de câmbio de 31 de Dezembro de 2021. Decorrente deste entendimento o valor dos Memorandos assinados corresponde a um total de Kz 442 086 389 milhares.

Importa dar nota, que o diferencial entre ambos os valores, não corresponde a uma perda para o Banco, dado que, apesar do valor não ser considerado no novo capital social e nos instrumentos financeiros que vão ser subscritos, o mesmo encontra-se a ser apropriado nos resultados cambiais do Banco, decorrente da valorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano.

A Assembleia Geral para deliberar o aumento de capital e a entrada dos novos Acionistas será realizada numa data próxima, em função das etapas complementares do Plano de Recapitalização e Reestruturação.

Adicionalmente, em 27 de Dezembro de 2021, o Banco celebrou um aditamento ao contrato de empréstimo subordinado com o Novo Banco, prevendo as seguintes condições:

- Liquidação da prestação vencida em Outubro de 2021, em duas tranches, sendo 40% à vista e 60% até Setembro de 2022;

- Perdão de 75% da dívida restante; e,
- Pagamento de 25% reestruturado até Setembro de 2023.

(iii) A recuperação do ativo a receber da INVESTPAR que representa 46% do ativo do Banco, em 31 de Dezembro de 2021, conforme ponto III - "Operação com o Grupo ENSA":

É expectativa do Banco a renegociação dos termos da "Operação com o Grupo ENSA", incluindo a possibilidade de reversão da operação, em condições ainda por negociar com a INVESTPAR, sendo entendimento do CA, que atendendo à avaliação global dos ativos a receber, esses são suscetíveis de gerar ganhos futuros para o BE, nomeadamente através da reversão de perdas por imparidade e recuperação dos ativos num prazo razoável.

(iv) Troca de obrigações recebidas em pagamento da INVESTPAR com o valor nominal de Kz 47 428 milhões, por novos títulos em condições de mercado:

Relativamente a esta medida, o Banco encontra-se em conversações com o MINFIN para avaliar a possibilidade de troca dos títulos atuais que apresentam uma maturidade em 2040 e taxa de remuneração de 5%, por títulos com condições normais de mercado, em prazo e taxa de juro. A expectativa do Banco é de que, esta medida permitirá recuperar as perdas registadas no âmbito do reconhecimento inicial desses ativos ao seu justo valor.

(v) Concretização do aporte de investidores a realizar até ao final de 2022:

Tal como apresentado no PRR aprovado pelo BNA, o Banco antecipa a necessidade de um aumento de capital adicional, no montante estimado de Kz 260 000 milhões, a realizar durante o ano de 2022, cujas alternativas se encontram em análise.

(vi) Conclusão do processo de constituição do Fundo de Investimento Mobiliário Fechado junto da CMC, incluindo a respetiva Socie-

dade Gestora do Fundo:

O processo de registo e constituição do Fundo de Investimento encontra-se em fase de desenvolvimento pela sociedade gestora INDEPENDENT Financial Advisors – SGOIC. SA, de modo a cumprir-se com a totalidade dos requisitos da CMC, relativamente à conclusão dos pontos mencionados na alínea b) atrás referida.

(vii) Garantir o cumprimento do enquadramento regulamentar, legal e contabilístico:

O CA afirma o seu total compromisso com a implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco, nos prazos estabelecidos, com o apoio do Regulador do sector bancário (BNA), do Supervisor do mercado de capitais (CMC) e demais contrapartes institucionais intervenientes, garantindo o correto enquadramento legal e regulamentar que viabilize a concretização, com sucesso, do PRR.

Importa referir que o Banco, no decurso

de 2021, recebeu do BNA, através da sua carta 480/DSB/21 de 11 de Agosto, uma isenção temporária, enquanto decorrer o processo de recapitalização e de reestruturação, do cumprimento dos seguintes limites regulamentares:

- Fundos próprios regulamentares;
- Posição cambial;
- Rácio de solvabilidade;
- Limites dos grandes riscos;
- Rácio de liquidez, de acordo com o instrutivo nº19/16;
- Incremento de 5% das reservas obrigatórias em Moeda Estrangeira e os 2% anteriormente cumpridos em Kwanzas.

Não obstante esta isenção, em 31 de Dezembro de 2021 o Banco encontra-se a incumprir com o limite referido para as reservas obrigatórias em ME (17%). No

entanto, está prevista a implementação de medidas, no curto prazo, que permitirão ao Banco regularizar esta situação.

(viii) Garantir o cumprimento do plano de negócios programado para 2022 - 2027:

Conforme referido no ponto vii), o CA reafirma o seu compromisso com a implementação cabal do PRR, em linha com o plano de negócios e todas as atividades previstas dependentes das evoluções dos pontos anteriores. Assim sendo, o CA considera que o novo plano de negócios e o desenvolvimento do mesmo, devem ser realizados após a entrada nos novos Acionistas do Banco.

Decorrente do atraso registado na implementação do plano de recapitalização do Banco, devido à complexidade das operações e à necessidade da sua instrução, análise e aprovação pelos Reguladores, o Conselho de Administração decidiu postecipar o início da amortização das imparidades diferidas para o exercício de 2022, de forma a conjugar a mesma, com a data da efetiva recapitalização do Banco e da emissão dos instrumentos

financeiros. O Banco já formalizou este pedido ao BNA e da interação mantida com o Regulador sobre este tema, não prevê oposição relativamente ao mesmo.

Apesar dessas circunstâncias constituírem riscos e incertezas materiais que poderão apresentar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco prosseguir em continuidade, o CA entende que é apropriada a apresentação das demonstrações financeiras utilizando o pressuposto de continuidade, atendendo à evolução favorável e aos progressos consideráveis registados, nomeadamente, à maioritária adesão ao PRR dos Depositantes Elegíveis e ao total compromisso da Administração do Banco com a implementação do Plano, com o apoio do Regulador (BNA), do Supervisor do mercado de capitais (CMC) e demais contrapartes institucionais intervenientes no mesmo.

II – Cronologia de eventos

O Banco Económico resulta da redenominação do Banco Espírito Santo Angola, em sequência das medidas de saneamento deliberadas pelo Banco

Nacional de Angola, a 20 de Outubro de 2014, e da Assembleia Geral ocorrida a 29 de Outubro do mesmo ano.

Retrospectivamente, a 4 de Agosto de 2014, o BNA deliberou a adoção de medidas extraordinárias de saneamento ao Banco Espírito Santo Angola, que se consubstanciaram em uma avaliação detalhada da sua carteira de crédito, da sua componente a afetar a prejuízos, a identificação dos elementos patrimoniais objeto de alienação e reestruturação e a concomitante revogação da Garantia Soberana emitida pela República de Angola em 31 de Dezembro de 2013, através de Despacho Presidencial Interno 7/2013, de 31 de Dezembro, no montante de USD 5,7 mil milhões (Kz 556,4 mil milhões, ao câmbio daquela data), incluindo USD 0,2 mil milhões para outras naturezas de ativos. De acordo com o referido Despacho Presidencial, a Garantia Soberana foi emitida considerando que o Banco Espírito Santo Angola, naquela altura, detinha e geria uma carteira de créditos e operações respeitantes a um conjunto de entidades empresariais angolanas, constituídas em micro,

pequenas e grandes empresas que correspondiam a operações de suma importância para a cabal implementação dos objetivos constantes no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 - 2017 e com o objetivo de proteger os fundamentais interesses do sistema financeiro angolano. Nesta sequência, o BNA nomeou dois administradores provisórios para, em conjunto com o Conselho de Administração em funções, assegurar a gestão corrente do Banco.

A 20 de Outubro de 2014, o BNA divulgou o resultado do relatório sobre a situação patrimonial do Banco, elaborado pelos administradores provisórios nomeados e o relatório de revisão de finalidade especial apresentado pelo auditor independente expressamente contratado para o efeito, os quais identificaram necessidades de ajustamentos aos fundos próprios do Banco Espírito Santo Angola no montante total de Kz 488 780 milhões, tendo os fundos próprios se tornado negativos em Kz 383 886 milhões.

Em consequência, o BNA deliberou a adoção das

seguintes medidas de saneamento:

- a) Aumento do capital por conversão de parte do empréstimo interbancário sénior, no montante de Kz 360 768 milhões, seguido de uma redução dos capitais próprios dos Acionistas por absorção da totalidade dos prejuízos acumulados. Com esta operação, os então Acionistas do Banco viram as suas participações no capital social, completamente diluídas;
- b) Aumento de capital no montante de Kz 65 000 milhões, pelos Acionistas ou por entidades por si convidadas e aceites pelo BNA, a efetuar em numerário, com vista a reconstituir o capital social e assegurar o cumprimento dos rácios prudenciais mínimos;
- c) Conversão do montante de Kz 7 000 milhões do empréstimo interbancário sénior em capital social do Banco, representando uma participação social de 9,9% na Instituição, conversão que ficou dependente da autorização a obter por parte do titular do empréstimo interbancário sénior junto das entidades competentes

para a subscrição do referido capital social;

- d) Conversão do montante de Kz 41 596 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo comum em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 18 meses, com garantia prestada pelo Banco sobre 50% do seu valor, mediante a entrega de um penhor sobre títulos de dívida pública;
- e) Conversão do montante de Kz 41 595 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 10 anos, com a possibilidade de conversão futura em capital social, até ao final do prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%. Este montante poderá ser acrescido em 7 000 milhões de Kwanzas em caso de não conversão em capital do disposto na alínea c), acima;
- f) Colocação no mercado de instrumentos

subordinados adicionais, no montante de Kz 50 000 milhões, até 31 de Dezembro de 2015, de forma a assegurar a manutenção dos rácios regulamentares.

A 29 de Outubro de 2014, realizou-se uma Assembleia Geral universal e extraordinária, em que os administradores provisórios informaram os Acionistas das medidas de saneamento a adotar, tendo convidado os então Acionistas a recapitalizar o Banco nas condições apresentadas.

Não tendo os então Acionistas manifestado interesse em capitalizar o Banco nas condições referidas, para além da GENI-Novas Tecnologias S.A., foram aprovadas as seguintes operações:

- a) Aumento de capital em numerário no montante de Kz 65 000 milhões, a ser realizado pelas seguintes entidades e nas proporções já aprovadas pelo BNA:
 - (i) A sociedade “GENI Novas Tecnologias, SA”: realizar uma entrada de Kz 14 328 milhões, representativa de uma participação de 19,900% do capital social;

- (ii) A sociedade “Lektron Capital, S.A.”: realizar uma entrada de Kz 22 304 milhões 000, representativa de uma participação de 30,978% do capital social;
- (iii) A sociedade “Sonangol, EP”: realizar uma entrada de Kz 11 520 milhões, representativa de uma participação de 16,000% do capital social;
- (iv) A sociedade “Sonangol Vida, S.A.”: realizar uma entrada de Kz 11 520 milhões 000, representativa de uma participação de 16,000% do capital social;
- (v) A sociedade “Sonangol Holdings, Lda.”: realizar uma entrada de Kz 5 328 milhões, representativa de uma participação de 7,400% do capital social.

- b) Aumento de capital de Kz 7 000 milhões, mediante conversão do empréstimo sénior titulado pelo “Novo Banco, S.A.”, correspondente a uma participação de 9,722% do capital social.

Com a realização da referida Assembleia Geral foi

dada como finda a intervenção do BNA, tendo sido nomeados os novos órgãos sociais e aprovada a redenominação do Banco para “Banco Económico, S.A.”.

Com referência ao empréstimo comum, constituído em resultado das medidas de saneamento do BNA, no montante de USD 424 860 milhares, encontrava-se previsto o reembolso integral do capital a 30 de Abril de 2016. Em face das restrições cambiais vigentes, o Banco Económico acordou com o Novo Banco, S.A. a alteração das condições de reembolso do empréstimo. Em resultado do aditamento contratual, datado de 29 de Abril de 2016, foi liquidado a 30 de Abril de 2016 o montante de USD 94 667 233,65, a 13 de Junho de 2016 o montante de USD 50 milhões, e a 30 de Setembro de 2016 o montante de USD 73 milhões. O valor remanescente foi liquidado em Agosto de 2018. No referido aditamento contratual, o Banco Económico reforçou as garantias a favor do Novo Banco, S.A. com penhor de primeiro grau, sobre 12 300 obrigações do tesouro da República de Angola, com o valor nominal de USD 10 000 e maturidade a 15 de Agosto de 2018.

Em substituição da emissão no mercado de instrumentos subordinados adicionais, no montante de Kz 50 000 milhões, anteriormente aprovados pelo BNA, foi concretizada, em 15 de Julho de 2016, com o GENSA, os acordos de transmissão dos interesses económicos de uma carteira de créditos, de unidades de participação e de venda de ativos detidos pelo Banco Económico (“Operação com o Grupo ENSA”), com referência a 31 de Dezembro de 2014, enquadradas pelos Decretos Presidenciais 196/15 e 123/16, cujos detalhes são conforme segue:

a) Transmissão de direitos económicos sobre créditos diretos, por assinatura e outros valores, no montante de Kz 111 886 milhões e USD 1 981 milhões. O Banco deteve uma opção de recompra de duas operações de crédito no montante de Kz 10 286 milhões até 2018, para a qual foi acordado, com o GENSA, o não exercício em 2018. Foram também transmitidos os direitos económicos sobre créditos abatidos ao ativo, no montante bruto de Kz 88 716 milhares, totalmente provisionados;

- b)** Venda de 49 191 unidades de participação no Fundo BESA Património, correspondente a 50,2% da totalidade das unidades de participação, no montante de Kz 5 975 milhões;
- c)** Transmissão de direitos económicos relativos a 50 000 unidades de participação do Fundo BESA Valorização, correspondente à totalidade das unidades de participação do referido Fundo, no montante de Kz 54 102 milhões;
- d)** Alienação de diversos bens não de uso próprio e do imobilizado em curso, no montante de Kz 4 975 milhões.

Tendo as referidas operações produzido efeitos jurídicos e económicos retroagidos a 31 de Dezembro de 2014, após aprovação do BNA em 31 de Outubro de 2016, o Banco procedeu ao desreconhecimento dos referidos ativos nesta data, no montante total de Kz 380 743 milhões (Kz 176 940 milhões e USD 1 980 milhões), com exceção dos créditos diretos sobre os quais o Banco mantém a opção de recompra no montante de Kz 10 286 000 000, por contrapartida de Outros ativos

(ver Nota 16), os quais foram desreconhecidos em 2018, após acordo de não exercício com o GENSA.

Para pagamento do preço das operações sobre os diversos ativos foi acordado o seguinte calendário:

- a) Com a assinatura dos contratos, o pagamento de Kz 47 428 milhões, realizado mediante a entrega de títulos de dívida pública da República de Angola (registadas na Carteira de títulos - Nota 9);
- b) Cinco pagamentos anuais e constantes do remanescente do valor em dívida, a partir de 15 de Julho de 2017 (com duas parcelas - Kz 25 980 milhões e USD 396 milhões).

Sobre o valor em dívida vencem-se juros à taxa de 7%.

O Acordo de Pagamento celebrado entre as partes prevê que as cinco prestações acima referidas sejam pagas por uma das seguintes formas, a aprovar por intervenção das pessoas coletivas de direito público e/ou os respetivos órgãos de tutela, regulatórias ou outras através dos instrumentos

jurídico-económicos adequados para o efeito, nos termos da legislação a todo o tempo vigente:

- a) Pela entrega de títulos de Obrigações do Tesouro da República de Angola em Moeda Nacional, identificados no Decreto Presidencial n.º 196/15, de 8 de Outubro, no Decreto Executivo n.º 656/15, de 24 de Novembro, do Ministro das Finanças, e no Decreto Presidencial n.º 123/16, de 9 de Junho, ou diploma relativo ao mesmo objeto que lhe suceda, nos termos previstos na respetiva legislação respeitante a dívida pública e suas formas de transmissão, sem prejuízo do disposto na alínea iii) seguinte, que prevalece;
- b) Em dinheiro, sem prejuízo do disposto na alínea c) seguinte, que prevalece;
- c) A parcela do preço indexada a USD, em cada prestação anual, deverá ser paga mediante a entrega de títulos de Obrigações do Tesouro da República de Angola indexados ao câmbio Kz/USD à taxa de câmbio pelo BNA na data de cada pagamento ou, em alternativa, paga

mediante depósito de USD em conta bancária do Banco Económico.

A 20 de Março de 2017, o Banco Económico transmitiu por dação em pagamento ao BNA uma carteira de Obrigações do Tesouro da República de Angola no valor de Kz 14 662 milhões e valores a receber da operação de transmissão e venda de ativos ao GENSA, no montante de Kz 256 963 milhões (49% do total do saldo de “Outros ativos”), para liquidação integral dos financiamentos concedidos pelo BNA ao Banco Económico, no montante total, à data, de Kz 271 625 milhões (Kz 230 372 milhões em 31 de Dezembro de 2016 – Nota 17).

A 15 de Julho de 2017, encontrava-se prevista a realização do primeiro pagamento das cinco prestações anuais de capital e juros relativas às operações de transmissão de direitos económicos e de venda de ativos, no montante total de Kz 179 360 milhões (Kz 54 360 milhões e USD 749 milhões, sendo Kz 25 980 milhões e USD 396 milhões de capital e Kz 28 380 milhões e USD 352 milhões de juros), dos quais Kz 76 734 milhões devidos ao

BNA, por força da cedência dos direitos a receber por parte do Banco Económico, conforme referido no parágrafo anterior. Conforme referido no Despacho do Sr. Ministro das Finanças datado de 9 de Outubro de 2017, enquanto órgão de tutela do GENSA, por forma a ajustar o plano de pagamentos ao ritmo de recuperação dos créditos e outros ativos permitido pelo atual contexto económico e minimizar os valores de dívida pública a emitir futuramente para suprir eventual défice, servindo os montantes recuperados até à presente data para pagamento parcial dos juros vencidos, foi autorizada a reformulação do Acordo de Pagamento da dívida como segue:

- a) Realizar um pagamento equivalente a Kz 25 216 milhões, dos quais Kz 388 milhões através de títulos de dívida pública, para liquidação parcial dos juros ao Banco Económico;
- b) Capitalizar o remanescente dos juros não liquidados no montante de USD 201 milhões e Kz 28 380 milhões;
- c) Alterar o plano de pagamentos da operação de

transmissão de ativos de 5 anos para 24 anos, de acordo com o previsto pelo Estado para emissão de dívida pública para esta natureza de operações, mantendo-se a taxa de juro em 7%. O novo plano prevê pagamentos anuais de capital de USD 90 940 milhares e Kz 6 594 949 milhares, acrescidos de juros calculados sobre o capital em dívida.

A 19 de Dezembro de 2017, foi assinado um acordo entre o Banco e o GENSA, a formalizar as condições acima apresentadas.

A 31 de Dezembro de 2018, encontrava-se previsto o pagamento da primeira das 24 prestações de capital e juros, no montante total de Kz 22 804 429 milhares e USD 314 458 milhares (sendo Kz 6 594 949 milhares e USD 90 940 milhares de capital, e Kz 16 209 480 milhares e USD 138 692 milhares de juros), dos quais USD 267 131 milhares (sendo USD 77 253 milhares de capital e USD 189 878 milhares de juros) devidos ao Banco. O restante seria devido ao BNA conforme acordo de cedência de direitos referido anteriormente.

Na presente data, o GENSA ainda não procedeu ao pagamento da referida prestação de capital e juros.

No decurso das conversações com o MINFIN e BNA, o Banco informou estas entidades da possibilidade de aplicar um desconto ao valor em dívida no montante de USD 61 777 milhares (Kz 19 064 674 milhares), tendo deduzido este montante ao valor a receber do GENSA registado em balanço e incorporado a respetiva perda nos resultados do exercício.

Entretanto, o BNA e o MINFIN comunicaram, em Maio de 2019, ao Banco Económico e aos seus Acionistas, que pretendiam que a operação de venda de ativos ao GENSA fosse revertida numa operação de aumento de capital a realizar pelos atuais Acionistas. Ainda no âmbito dos contactos com o MINFIN e o BNA sobre esta matéria, as referidas entidades informaram a intenção de substituir o pagamento do preço pela cedência/venda dos ativos ao GENSA, por um aumento de capital que compense a diferença entre o preço de venda e o valor de avaliação atual dos ativos cedidos/vendidos.

A 22 de Julho de 2019, o BNA notificou o Banco Económico para proceder ao referido aumento de capital a realizar até 30 de Junho de 2020, quantificado no montante de Kz 416 mil milhões mas sujeito a alteração caso viesse a ser determinado algum ajustamento em função das análises que ainda estavam em curso, incluindo do programa de avaliação da qualidade de ativos, de forma a garantir a reposição dos Fundos Próprios Regulamentares ("FPR") e a adequação do Rácio de Solvabilidade Regulamentar ("RSR"). Conforme referido na mesma carta, se no decurso do aumento de capital, ocorressem alterações significativas nas perdas por imparidade cuja análise ainda se encontrava em curso, o Banco deveria requerer ao BNA, a alteração proporcional do capital a realizar. Assim, o aumento de capital necessário para compensar a alteração de pressupostos relativos à operação de venda de ativos ao GENSA poderia ser diferente do referido, dependendo do momento da sua realização e da forma como o mesmo seja aplicado.

A 19 de Julho de 2019, a Sonangol EP notificou o Banco Económico que a Lektron Capital SA

("Lektron") procedeu à entrega de ações representativas de 30,978% do capital do Banco, como pagamento do empréstimo contraído pela Lektron junto da Sonangol EP. Com a referida dação em pagamento, a Sonangol EP eleva a sua participação no Banco Económico para 46,978% e o Grupo Sonangol para 70,378%. Posteriormente, os Acionistas Sonangol, EP, Sonangol Vida, SA e Sonangol Holdings, Lda manifestaram formalmente a intenção de subscrever e realizar o aumento de capital que seria aprovado na Assembleia Geral de dia 7 de Agosto de 2019, nas percentagens das suas participações ou na totalidade do montante do aumento de capital, caso os restantes Acionistas não exercessem o seu direito de preferência.

Considerando que os contratos de venda dos ativos com o GENSA se encontravam em vigor, se desconheciam ainda os termos como os mesmos seriam modificados para dar lugar à operação de aumento de capital e se encontrava a ser confirmado o valor dos ativos, o Banco Económico não incorporou nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018 o efeito em resultados que

poderia resultar da alteração dos pressupostos da operação de venda de ativos. Contudo, por força da alteração dos pressupostos da Operação com o Grupo ENSA, tendo em conta que os Acionistas Sonangol, EP, Sonangol Vida, SA e Sonangol Holdings, Lda manifestaram, em carta emitida em 2 de Agosto de 2019, a sua intenção de subscrever e realizar o aumento de capital, a ser aprovado na Assembleia Geral de 7 de Agosto de 2019, as demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade das operações.

Na sequência do programa de avaliação da qualidade de ativos ("AQA"), o Banco Nacional de Angola comunicou, em Dezembro de 2019, ao Banco Económico, as suas conclusões sobre o mesmo, concluindo pela necessidade de ajustes significativos, maioritariamente associados ao correto valor da operação de cedência de ativos ao GENSA, apurando uma imparidade de aproximadamente 60% (sessenta por cento). Contudo, a necessidade de capital situou-se em valores similares aos apresentados inicialmente, na comunicação de 22 de Julho de 2019 (416 mil milhões de Kwanzas), tendo

o Banco de remeter ao BNA, até 28 de Fevereiro de 2020, um Plano de Recapitalização, sendo que o mesmo deveria estar implementado até 30 de Junho de 2020 (Nota 16 – Outros ativos).

Decorrente das determinações acima, o Banco Económico desencadeou um conjunto de procedimentos no sentido de adotar as melhores práticas internacionais e contratar uma consultora de renome internacional, preparar um Plano de Recapitalização que cumpra com os requisitos definidos e fosse do melhor interesse dos seus Acionistas. Contudo, apesar da submissão do Plano inicial e de posteriores adaptações do mesmo, em função de sugestões do BNA, o mesmo não foi aprovado. De salientar que o processo acabou por sofrer atrasos decorrentes da pandemia da Covid-19, que gerou dificuldades acrescidas na estruturação do Plano de Recapitalização, restringindo a possibilidade de algumas soluções em função das restrições financeiras e degradação do cenário de risco à escala global, dificultando o investimento efetivo de potenciais interessados internacionais.

Em adição, o BNA, a 31 de Agosto de 2020, infor-

mou o Banco Económico do retorno da operação contratualizada em 20 de Março de 2017, decorrente da liquidação dos financiamentos concedidos através de dação em pagamento de valores a receber da operação de transmissão e venda de ativos ao GENSA, no montante de Kz 256 963 milhões. Consequentemente o Banco realizou uma reavaliação de imparidade considerando este montante reconhecendo, em 2020, uma imparidade de 181 693 milhões de Kwanzas tendo em conta o valor atribuído à operação de cedência de ativos, apurado aquando do programa de avaliação da qualidade dos ativos, mantendo uma proporção de imparidade de 60% (Nota 38 – Eventos subsequentes).

No âmbito da implementação do PRR, foi realizada, em 15 de Fevereiro de 2022, uma Assembleia Geral e universal de Acionistas, subordinada à seguinte ordem de trabalhos:

1. Informação sobre as contas dos exercícios económicos de 2019 e de 2020.
2. Apresentação do Plano de Recapitaliza-

ção e Reestruturação do Banco Económico, S.A.

3. Aprovação da emissão de Títulos de Participação Perpétuos.
4. Aprovação da emissão de Obrigações Convertíveis
5. Diversos

A Assembleia Geral contou com a participação de todos os Acionistas do Banco e foram aprovados todos os pontos da ordem de trabalhos, ficando, assim, reunidas as condições necessárias para a prossecução das medidas conducentes à capitalização do Banco Económico.

Para sublinhar a urgência deste processo, no ponto “Diversos”, foi aprovada pelos Acionistas a marcação de uma nova Assembleia Geral, em prazo não superior a 45 (quarenta e cinco) dias contados daquela data, para a tomada das deliberações necessárias à conclusão das operações de recapitalização, conforme o PRR aprovado pelo Banco Nacional de Angola.

III – “Operação com o Grupo ENSA” em 31 de Dezembro de 2021

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 incluem os seguintes efeitos relativos à “Operação com o Grupo ENSA”:

Em relação aos saldos e transações em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 com a INVESTPAR destacamos que:

- 1) Conforme apresentado na Nota 16 – Outros ativos, o Banco procedeu em 2021 à reversão de imparidade no montante de 12 798 926 milhares de Kwanzas para os valores a receber da INVESTPAR, sendo que em 2020 o Banco efetuou um reforço de imparidade no montante de 235 428 517 milhares de Kwanzas. Este montante foi apurado de acordo com os resultados do programa de Avaliação de Qualidade dos Ativos realizado com referência a 31 de Dezembro de 2018, solicitado pelo BNA. Considerando a reduzida informação disponível, o montante de imparidade apurado apresenta limitações significativas, pelo que o Banco se encon-

(milhares de Kwanzas)

Rubricas das Demonstrações Financeiras	31-12-2021	31-12-2020	Nota
Demonstração de Resultados			
Margem financeira	(3 694 722)	(2 930 036)	24
Outros juros e proveitos similares	-	-	24
Outros juros e custos similares	(3 694 722)	(2 930 036)	24
Resultados Cambiais	(86 976 996)	178 656 619	27
Imparidade	12 798 926	(235 428 517)	31
	(77 872 792)	(59 701 934)	
Balço			
Outros ativos	583 689 638	668 202 570	16
Capital	1 351 438 502	1 555 295 550	16
Juros Corridos	200 962 026	235 225 594	16
Recebimentos / Pagamentos Imóveis	1 757 617	1 650 512	16
Imposto de selo suportado pelo Banco de créditos cedidos	3 995 257	3 995 257	16
Adiantamento para imóveis	29 350 528	32 756 956	16
Imparidade para Imposto selo	(3 995 257)	(3 995 257)	16
Imparidade para outros ativos	(999 819 035)	(1 156 726 042)	16
Outros passivos	(83 418 076)	(82 618 693)	21
Liquidações ocorridas nos crédito cedidos	(65 328 071)	(66 882 040)	21
Juros e outros custos a pagar	(11 578 563)	(9 178 292)	21
Recebimentos / Pagamentos Imóveis	(6 511 442)	(6 558 361)	21
	500 271 562	585 583 877	

tra a avaliar as alternativas de recuperação deste ativo;

- 2) Conforme apresentado na Nota 27, o Banco registou em 2021 e 2020 os montantes de -86 976 996 e 178 656 619 milhares de Kwanzas, respetivamente, de menos-valias cambiais em 2021 e mais valias em 2020

decorrente da revalorização cambial da componente em Moeda Estrangeira das contas a receber e a pagar da INVESTPAR, registadas em “Outros ativos” e “Outros passivos”; e

- 3) Conforme apresentado na Nota 24, o Banco deixou de registar desde 2020 (inclusive)

rendimentos de juros da “Operação com o Grupo ENSA”, dado o incumprimento registado desde 31 de Dezembro de 2018. Adicionalmente, de acordo com a mesma nota, o Banco registou em 2021 e 2020 os montantes de 3 694 722 milhares de Kwanzas e 2 930 036 milhares de Kwanzas, respetivamente, relativos a encargos de juros da “Operação com o Grupo ENSA”.

Conforme detalhado na Nota 21 – Outros passivos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o Banco apresenta saldos no montante de 83 418 076 e 82 618 693 milhares de Kwanzas relativos maioritariamente à recuperações das operações cedidas à INVESTPAR e que devem ser entregues àquela entidade. O Banco suporta juros de 7% sobre o valor em dívida à INVESTPAR.

Nota 38

Eventos Subsequentes

Plano de Recapitalização e Reestruturação (“PRR”)

De acordo com a Nota 37 – Factos relevantes, existiram evoluções relevantes sobre a implementação das medidas consideradas necessárias para proceder à recapitalização e rentabilização do Banco, das quais destacamos as seguintes:

- (i) Aprovação do Plano de Recapitalização e Reestruturação apresentado pelo Conselho de Administração, por parte do Banco Nacional de Angola, em 21 de Dezembro de 2021;
- (ii) Realização de uma Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 15 de Fevereiro de 2022, na qual foi apresentado o Plano de Recapitalização e Reestruturação o qual

obteve boa nota por parte dos Acionista, sendo aprovado parte das medidas do PRR previstas no mesmo, nomeadamente: i) a emissão de Títulos de Participação Perpétuos, ii) a emissão de Obrigações Convertíveis;

- (iii) Aprovação pelo Ministério das Finanças, para a emissão dos Títulos de Participação Perpétuos, tendo a mesma ocorrido em 1 de Abril de 2022, a qual encontra-se condicionada à apresentação do Relatório provisório de gestão e contas de 2021, com a maior brevidade possível;
- (iv) Obtenção de parte significativa dos acordos dos futuros Acionistas, comprometendo-se com as condições do PRR, e subcrevendo voluntariamente os instrumentos que irão compor o novo capital próprio do Banco Económico.

Conflito entre a Ucrânia e a Rússia

As tensões geopolíticas no leste europeu, originaram no início de 2022, o recente conflito entre a Rússia e a Ucrânia, tendo o mesmo um forte impacto na economia mundial. Apesar da magnitude e consequências ainda incertas, este conflito poderá influenciar a evolução de vários mercados, pelo simples facto de a Rússia e a Ucrânia serem exportadores de referência de bens energéticos e alimentares.

Atualmente, verifica-se que, os preços dos produtos alimentares e energéticos têm vindo a subir sustentadamente desde o início do conflito, sendo que decorrente das sanções impostas pelo Comunidade Europeia, pelos Estados Unidos e pelo Canadá, entre outros, e com o boicote geral aos produtos russos, é possível que os preços de muitos bens continuem a subir, contribuindo, para as visíveis pressões inflacionistas que têm sido verificadas e para as quais os Estados encontram-se a estudar medidas para mitigação. Contudo, dado a ausência de operações do Banco com entidades sedeadas nestas geografias os impactos diretos desta situação são imateriais.

De salientar que o Conselho de Administração do Banco considera que os eventos elencados acima, ocorridos posteriormente ao fecho da referência de 31 de Dezembro de 2021, não devem impactar as Demonstrações Financeiras àquela data, por se tratarem de eventos subsequentes não ajustáveis.



Nota 39

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Novas normas e interpretações aplicáveis a 2021

Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de Junho de 2021

Esta emenda visa estender para 30 de Junho de 2022 a aplicação do expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda até essa data, tipicamente suspensões ou reduções de renda,

relacionadas com a pandemia "COVID-19" correspondem a modificações contratuais.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco decorrentes da adoção destas novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro, Diferimento da aplicação da IFRS 9

Esta emenda visa estender a data de isenção de adoção da IFRS 9 de 1 de Janeiro de 2021 para 1 de Janeiro de 2023, alinhando-se assim, com a data a partir da qual se torna aplicável a adoção da IFRS 17.

Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2

Corresponde a emendas adicionais às normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16, relacionadas com a segunda fase do projeto de reforma das taxas de juro de *benchmark* (conhecido como "*IBOR reform*"), referente às alterações das taxas de juro de referência e os impactos ao nível de modifica-

ções de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, contabilidade de cobertura e divulgações.

O Banco não registou alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Novas normas e interpretações aplicáveis a 2021 apenas se adotadas antecipadamente

Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro

Atualização da referência à estrutura conceptual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio.

Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento

Proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso.

Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato

Clarificação de que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato.

Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)**Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)****Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)****IFRS 17 – Contratos de Seguro**

Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substituiu a norma IFRS 4 – Contratos de Seguros.

É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023.

Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas

Esta emenda publicada pelo IASB clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023.

Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas

Esta emenda publicada pelo IASB altera a definição de estimativa contabilística para montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes

Esta emenda publicada pelo IASB clarifica a classificação dos passivos como correntes e não corren-

tes analisando as condições contratuais existentes à data de relato. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023.

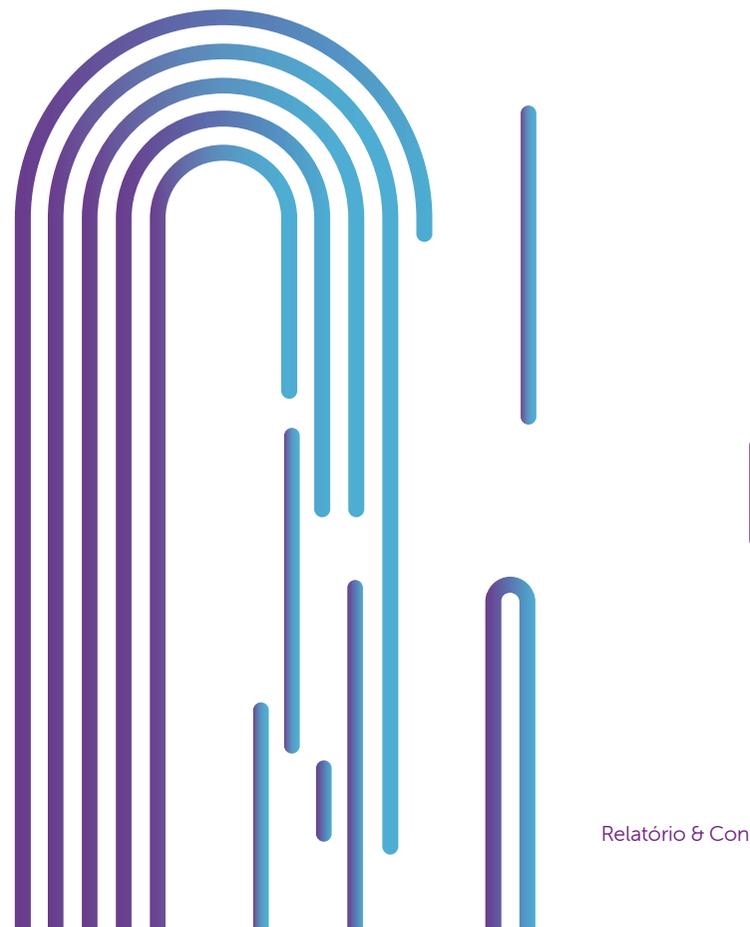
Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes a uma transação única

Esta emenda publicada pelo IASB clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzem montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa

Esta emenda publicada pelo IASB introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023.

O Banco não antecipa que sejam produzidos efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras com a adoção destas novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.



 Ernst & Young Angola, Lda. Tel: +244 227 260 461/2/3/4
Presidente Business Center Tel: +244 945202172
Largo 17 de Setembro, nº 3 www.ey.com
3º Piso - Sala 341
Luanda
Angola

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração
do Banco Económico, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Económico, S.A. ("Banco"), as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.278.284.862 milhares de kwanzas e um total de Capital próprio negativo de 455.011.829 milhares de kwanzas, incluindo um Resultado líquido de 173.308.857 milhares de kwanzas), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras individuais com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras individuais pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.



Sociedade por Quotas • Capital Social: 408.000 kwanzas • Constituição N.º 9461120999
Inscrição N.º 220170019 na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola | Registo na Comissão do Mercado de Capitais com o número 004546/2016/ANCM/001-2016
A member firm of Ernst & Young Global Limited

 Banco Económico, S.A.
Relatório do Auditor Independente
31 de Dezembro de 2021

Bases para a Opinião com Reservas

6. Em 15 de Julho de 2016, o Banco realizou com o Grupo ENSA - Investimentos e Participações, E.P., actual Investpar - Investimentos e Participações, S.A. ("Investpar"), acordos de transmissão de direitos económicos de uma carteira de créditos e de unidades de participação em fundos de investimento, assim como a venda de outros activos detidos pelo Banco. Decorrente destes acordos, em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica de "Outros activos" inclui o montante de 583.689.638 milhares de kwanzas (2020: 668.202.570 milhares de kwanzas), líquido de perdas por imparidade no montante de 999.819.035 milhares de kwanzas (2020: 1.156.726.042 milhares de kwanzas), cujo reversão líquida das perdas por imparidade registada no exercício ascendeu a 12.798.926 milhares de kwanzas (2020: reforço de 235.428.517 milhares de kwanzas).

Conforme referido na Nota 16, o montante registado de perdas por imparidade foi determinado considerando os resultados do programa de Avaliação da Qualidade de Activos ("AQA") promovido pelo Banco Nacional de Angola, existindo limitações sobre o resultado obtido destacando-se o facto (i) desta avaliação ter sido efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2018 e (ii) da recuperação deste activo ter subjacente a futura alienação dos activos imobiliários, incluindo os associados aos créditos cedidos. Apesar do incumprimento do plano de pagamentos, os contratos celebrados com a Investpar ainda se encontram em vigor, não se conhecendo os termos em que os mesmos poderão ser modificados para assegurar a concretização da alienação destes activos imobiliários. Adicionalmente, não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação externa dos saldos com a Investpar reconhecidos em "Outros activos" (Nota 16) e "Outros passivos" (Nota 21) no montante de 1.583.508.673 milhares de kwanzas (2020: 1.824.928.612 milhares de kwanzas) e 83.418.076 milhares de kwanzas (2020: 82.618.693 milhares de kwanzas), respectivamente. Atendendo ao exposto, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

7. Em 31 de Dezembro de 2021 (i) a carteira de crédito patrimonial sujeita a análise de imparidade colectiva ascende a 21.536.129 milhares de kwanzas (2020: 20.007.600 milhares de kwanzas) líquido de imparidade no montante de 18.784.715 milhares de kwanzas (2020: 14.382.450 milhares de kwanzas) e (ii) as responsabilidades extrapatrimoniais relativas a garantias prestadas e outros compromissos sujeitas a análise de imparidade colectiva ascendem a 381.212.027 milhares de kwanzas (2020: 401.396.861 milhares de kwanzas) líquido de provisões no montante de 221.173 milhares de kwanzas (2020: 200.221 milhares de kwanzas). Tal como referido nas Notas 2.5 e 3.3 do Anexo às demonstrações financeiras (i) a implementação do modelo de imparidade, encontra-se condicionada pelas limitações relacionadas com a análise colectiva, as quais entendemos não se encontram devidamente ultrapassadas e (ii) o montante de exposição relativa limites de crédito não utilizados incluídos nas responsabilidades extrapatrimoniais, apresenta limitações decorrentes de inconsistências geradas aquando da alteração dos sistemas de informação de suporte em Outubro de 2020. Consequentemente, face à informação disponível, não nos foi possível concluir quanto aos efeitos destas limitações nas responsabilidades extrapatrimoniais, no montante de 374.019.775 milhares de kwanzas (2020: 385.315.298 milhares de kwanzas), na quantificação das perdas por imparidade de crédito acumuladas e provisões para garantias prestadas e outros compromissos, respectivamente, nos montantes de 18.784.715 milhares de kwanzas (2020: 14.382.450 milhares de kwanzas) e 221.173 milhares de kwanzas (2020: 200.221 milhares de kwanzas), assim como sobre as perdas por imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações registadas na demonstração dos resultados no montante negativo de 10.675.432 milhares de kwanzas (2020: positivo de 12.523.341 milhares de kwanzas).

8. Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo de "Activos por impostos correntes", inclui o montante de 1.450.599 milhares de kwanzas (2020: 1.450.599 milhares de kwanzas), referente a um crédito decorrente da liquidação provisória de Imposto Industrial realizada no exercício de 2019. Não obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada que nos permita concluir acerca da recuperabilidade deste activo.

9. Conforme mencionado na Nota 21 de Anexo, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o Banco procedeu ao desreconhecimento, por contrapartida da rubrica de "Outros resultados de exploração", de passivos com outra entidade relativos a créditos documentários no montante de 4.057.403 milhares de kwanzas. Contudo não obtivemos evidência adequada e suficiente para concluir sobre a não exigibilidade ou extinção do referido passivo, pelo que não estamos em condições de aferir a razoabilidade da anulação da conta a pagar e dos eventuais impactos deste assunto nos "Resultados transitados" presentes nas demonstrações financeiras.



2/4



Banco Económico, S.A.
Relatório do Auditor Independente
31 de Dezembro de 2021

10. Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de "Investimentos ao custo amortizado" inclui títulos de dívida pública no montante de 16.175.263 milhares de kwanzas (2020: 12.397.754 milhares de kwanzas), os quais têm maturidade em 2040 e são remunerados à taxa de juro anual de 5%. Na ausência de transacções de mercado equiparadas que possam ser consideradas na determinação do justo valor no momento inicial, o qual se reporta a 2016, o Banco utilizou a técnica de avaliação divulgada na Nota 9 das demonstrações financeiras para o determinar. Não obstante, constatamos que o pressuposto relativo à diferença de inflação não se encontrava devidamente aplicado pelo que a rubrica de "Investimentos ao custo amortizado" e os resultados transitados se encontram sobreavaliados em cerca de 6.492.519 milhares de kwanzas (2020: 4.914.349 milhares de kwanzas), 4.914.349 milhares de kwanzas (2020: 6.139.033 milhares de kwanzas), respectivamente, e o resultado líquido do exercício sobreavaliado em 1.578.170 milhares de kwanzas (2020: subavaliado em 1.224.684 milhares de kwanzas).
11. O nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2020, emitido em 12 de Maio de 2022, inclui uma reserva por desacordo relativamente a não terem sido aplicados os ajustamentos ao valor dos activos não monetários de forma a reflectir as disposições previstas na IAS 29 - Relatório financeiro em economias hiperinflacionárias quando uma economia deixa de ser considerada hiperinflacionária. Tal como no exercício anterior, não obtivemos a informação suficiente que nos permitam quantificar com rigor os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2021, que entendemos serem materiais, mas não profundas.
12. Conforme divulgado na Nota 16 do Anexo, o Banco reconheceu em 2020 na rubrica de "Outros activos" o montante de 260.000.000 milhares de kwanzas relacionados com o diferimento linear de perdas por imparidade pelo período de 5 anos, tal como previsto no Plano de Recapitalização e Reestruturação ("PRR") aprovado em Dezembro de 2021 pelo Banco Nacional de Angola. Adicionalmente, tal como referido na Nota 37, o Conselho de Administração do Banco entendeu que o reconhecimento do respectivo custo apenas será iniciado em 2022. Atendendo à informação disponível, embora este diferimento possa ter enquadramento para efeitos de cumprimento de requisitos de capital ou outros de carácter regulatório, entendemos que o mesmo não satisfaz os requisitos das IFRS para o reconhecimento como activo. Consequentemente, a rubrica "Outros activos" e "Resultados transitados" encontram-se sobreavaliadas em 260.000.000 milhares de kwanzas em 31 de Dezembro de 2021.
13. Estas demonstrações financeiras referem-se à actividade individual do Banco e a sua apresentação deveria ter sido precedida, ou realizada em conjunto, com a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, as quais, tendo em consideração que o Banco tem investimentos em subsidiárias, são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatório financeiro. Nesta data, as referidas demonstrações financeiras consolidadas não estão ainda preparadas.

3/4



Banco Económico, S.A.
Relatório do Auditor Independente
31 de Dezembro de 2021

Opinião com Reservas

14. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos 6 a 9 das "Bases para a Opinião com Reservas", e excepto quanto aos efeitos das matérias descritas nos parágrafos 10 a 13 das "Bases para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Económico, S.A., em 31 de Dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

Ênfase

15. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto do Banco apresentar em 31 de Dezembro de 2021 um capital próprio negativo, na sequência dos prejuízos registados nos exercícios anteriores, antes de considerados os efeitos potencialmente negativos dos assuntos referidos nos parágrafos 6 a 13 das "Bases para a Opinião com Reservas". Neste contexto, salientamos ainda os assuntos mencionados na Nota 37 do Anexo às demonstrações financeiras que descrevem, entre outros aspectos, os riscos e incertezas associados à execução do Plano de Reestruturação e Recapitalização do Banco ("PRR") apresentado pelo Conselho de Administração e aprovado pelo Banco Nacional de Angola em Dezembro de 2021. As circunstâncias referidas, aliadas aos outros aspectos referidos na Nota 37 do Anexo às demonstrações financeiras, indiciam a existência de uma incerteza material que pode colocar em causa a capacidade do Banco em se manter em continuidade.

Luanda, 12 de Julho de 2022

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:

Daniel José Venâncio Guerreiro
(Perito Contabilista n.º 20130107)

Sílvia Silva
(Partner)

4/4

